

ÁSKESIS

revista dxs discentes
do programa de pós-graduação
em sociologia da UFSCar



v. 5 | n. 1

janeiro/julho
2016

Áskesis: Revista dxs Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Volume 5 | Número 1

Janeiro / Junho de 2016

ISSN 2238-3069

As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Dados da imagem da capa

Autor: Thais Motta

Obra: Ofício em Detalhes

Ano: 2015

Profissão: Estudante

Material da Obra: Fotografia

Projeto Gráfico

Editora Cubo

Universidade Federal de São Carlos

Reitor

Prof. Dr. Targino de Araújo Filho

Vice reitor

Prof. Dr. Adilson Jesus Aparecido de Oliveira

Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH):

Diretora: Wanda Aparecida Machado Hoffmann

Vice-Diretor: Arthur Autran Franco de Sá Neto

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Coordenador: Rodrigo Constante Martins

Vice-Coordenador: Fábio José Bechara Sanchez

Comitê Editorial

Felipe Padilha. Editor-gerente. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar.

Lara Facioli. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar.

Rodrigo Melhado. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar.

Felipe Rangel. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar.

Daniela Oliveira. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar.

João Paulo da Silva. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar.

Organizadores do Dossiê - v. 5, n. 1 (2016)

Felipe Rangel. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Daniela Oliveira. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Desenvolvimento Web

João Paulo Ferreira

Conselho Científico

Afrânio Garcia Júnior (L'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales/Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain/Centre de Sociologie Européenne – Paris); Alice Anabuki Plancherel (Universidade Federal de Alagoas – Brasil); Anibal Quijano (Binghamton University – Nova York); Aristoteles Barcelos Neto (University of East Anglia – Reino Unido); Berenice Bento (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Brasil); Bernard Lahire (École Normale Supérieure Lettres et Sciences Humaines – Lyon); Daniel Cefai (L'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales/Centre D'étude des Mouvements Sociaux – Paris); Ethel Volfzon Kosminsky (Queens College/CUNY – USA); Gisele Rocha Cortes (Universidade Federal da Paraíba – Brasil); Jacob Carlos Lima (Universidade Federal de São Carlos – Brasil); John Comerford (Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional – Brasil); José Lindomar Coelho Albuquerque (Universidade Federal de São Paulo – Brasil); Jose Maria Valcuende del Rio (Universidad Pablo de Olavide de Sevilla/Espanha); Lucas Cid Gigante (Universidade Federal de Alfenas); Lucila Scavone (Universidade Estadual Paulista – Brasil); Lucio Oliver (Facultad de Ciencias Políticas y Sociales – UNAM México); Luiz Antonio Machado da Silva (Universidade Estadual do Rio de Janeiro/Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil); Márcia Ochoa (University of Califórnia – Santa Cruz); Maria da Gloria Bonelli (Universidade Federal de São Carlos – Brasil); Michel Misse (Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil); Miriam Adelman (Universidade Federal do Paraná – Brasil); Miriam Cristina Marcillio Ribeiro (Universidade Federal da Bahia – Brasil); Odaci Luiz Coradini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil); Paulo Sergio Peres (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil); Paulo Tavares (Goldsmiths College – Londres); Simone Bateman (Centre National de la Recherche Scientifique/CNRS – França); Ricardo Mayer (Universidade Federal de Santa Maria – Brasil); Sílvia Portugal (Universidade de Coimbra); Vera Telles (Universidade de São Paulo – Brasil); Veronica Gimenez Béliveau (Universidad de Buenos Aires/Argentina).

Apoio

Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos e Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos (ProPG-UFSCar)

Endereço Áskesis

Rod. Whashington Luís 235. - Monjolinho.
13565-905 - Sao Carlos, SP - Brasil - Caixa-postal: 676

— Editorial

Editorial

Felipe Padilha; Lara Facioli; João Paulo da Silva; Rodrigo Melhado; Felipe Rangel;
Daniela Oliveira 1

— Apresentação

Apresentação: dossiê Sociologia(s) do Trabalho

Felipe Rangel^a; Daniela Oliveira^b 2

— Dossiê

Transformações do rural/urbano na China e os gerentes chineses no Amazonas: novas conexões do trabalho

Cleiton Ferreira Maciel Brito; Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel 5

Uma análise de enunciados sobre o trabalho informal em uma revista feminina

Maria Vanesse Andrade; Aluísio Ferreira de Lima 18

Discurso e identidade: uma análise das publicações sobre trabalho, carreira e profissão no campo da tecnologia da informação¹

Tatiele Pereira de Souza 32

A persistência fetichista da dignidade do trabalho em crise a partir da periferia do Jardim Ibirapuera

Daniel Manzione Giavarotti 45

Neodesenvolvimentismo, informalidade e nova morfologia do trabalho: reflexões sobre a precarização do trabalho no Brasil

Fernanda Gomes Mattos; Juliana Nunes Pereira 59

Condições de trabalho e sua divisão sexual na indústria eletroeletrônica no Brasil

Thaís de Souza Lapa 73

— Tradução

Governo da cidade e economia da punição

Marie Morelle; Tradução de Luana Dias Motta 88

— Ensaios

Opacidade ou vitalidade do trabalho? As teses de desconstrução e de afirmação da centralidade do trabalho hoje

Michelangelo Marques Torres 99

— Entrevista

Uma sociologia “não clássica” do trabalho: entrevista com Enrique de la Garza Toledo

Felipe Rangel; Fernando Ramalho Martins.....114

— Relato de pesquisa

Pesquisa de campo com “beneficiárias” em situação de “descumprimento” da condicionalidade da educação no programa Bolsa Família

Isabela Vianna Pinho 133

— Artigos

A (re) construção de uma “nova” modalidade de trabalho denominada “pejotização” no contexto sociocultural brasileiro

Juliani Veronezi Orbem 143

A migração internacional como dimensão de trabalho: o papel das remessas na América Latina

Julio D’ Angelo Davies 157

— Resenha

Cadeias Dominadas: figurações e simetrias entre Fundação Casa e ambiente prisional

Evandro Cruz Silva 168



Editorial

Felipe Padilha; Lara Facioli; João Paulo da Silva; Rodrigo Melhado;
Felipe Rangel; Daniela Oliveira

Comitê Editorial

A *Áskesis* - Revista dxs discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar inicia o ano de 2016 abrindo o v. 5 n. 1 com o Dossiê Sociologia(s) do Trabalho, organizado por Felipe Rangel e Daniela Oliveira. Os artigos reunidos nessa edição tem como foco comum as relações do mundo do trabalho contemporâneo refletindo sobre as formas de sociabilidade, os novos sujeitos e os novos vínculos produzidos nesse contexto.

Cleiton Ferreira Maciel Brito e Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel abrem o dossiê discutindo as novas conexões do trabalho a partir das transformações do rural/urbano na China e da presença dos gerentes chineses no Amazonas. Maria Vanesse Andrade e Aluísio Ferreira Lima apresentam uma análise dos enunciados sobre o trabalho informal em uma revista feminina. Tatiele Pereira Souza reflete sobre os discursos e as identidades numa análise das publicações sobre trabalho, carreira e profissão no campo da tecnologia da informação. Daniel Manzione Giavarotti discute a persistência fetichista da dignidade do trabalho em crise a partir da periferia do Jardim Ibirapuera. Juliana Nunes Pereira e Fernanda Gomes Mattos debatem as relações entre neodesenvolvimentismo, informalidade e a nova morfologia do trabalho numa reflexão sobre a precarização do trabalho no Brasil. Por fim, fechando a seção, Thaís Souza Lapa analisa as condições de Trabalho e a divisão sexual na indústria eletroeletrônica no Brasil.

Luana Motta oferece a tradução do texto “Governo da cidade e a economia da punição” de Marie Morelle. Michelangelo Marques Torres explora as teses de desconstrução e de afirmação da centralidade do trabalho hoje.

Felipe Rangel e Fernando Ramalho trazem a entrevista com Enrique de La Garza Toledo, professor da Universidad Autónoma Metropolitana do México e considerado um dos maiores pesquisadores na área de Sociologia do Trabalho no México e na América Latina.

O relato de pesquisa de Isabela Vianna Pinho reflete sobre a pesquisa de campo com “beneficiárias” em situação de “descumprimento” da condicionalidade da educação no Programa Bolsa Família.

Na seção livre, Juliani Veronezi Orbem analisa a reconstrução da pejotização no contexto brasileiro e Julio D'Angelo Davies problematiza o papel das remessas na América Latina e a migração internacional como dimensão do trabalho.

Por fim, Evandro Cruz Cruz Silva apresenta uma resenha do livro de Fábio Mallart intitulado “Cadeias Dominadas: A Fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos”.

A *Áskesis* mais uma vez agradece ao apoio do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar e da Pró-Reitoria da Pós-Graduação da UFSCar.

Boa leitura.



Apresentação: dossiê Sociologia(s) do Trabalho

Presentation: dossier Sociologies of Work

Felipe Rangel^a; Daniela Oliveira^b

Como o próprio título indica, esse dossiê não é composto por textos que dialogam diretamente entre si, nem partem dos mesmos pressupostos ou compartilham perspectivas teóricas ou metodológicas, necessariamente. Mas a despeito das diferentes grades analíticas em que os autores operam, há uma pertinência para o agrupamento desses artigos em um mesmo número. A ligação entre cada um desses textos não será encontrada nos pontos de partida nem nas conclusões a que chegam. Antes, o aspecto comum a todos eles está no objetivo, naquilo que motiva o esforço reflexivo, por assim dizer. Todos eles representam tentativas de compreensão do mundo do trabalho contemporâneo. São esforços intelectuais visando conferir inteligibilidade às contradições do atual momento do capitalismo, centradas na dimensão do trabalho e reconhecendo que esta ainda se constitui como uma entrada privilegiada para se compreender os processos sociais.

Diversas faces do trabalho contemporâneo estão presentes nos textos deste dossiê. Faces de um trabalho que para ser entendido exige a ressignificação de categorias analíticas ou explicativas, tais como os pares formal/informal, legal/ilegal, ou os conceitos de precarização, flexibilização, empreendedorismo, etc. Não, exatamente, porque estas categorias perderam seu valor explicativo, mas porque os imbricamentos entre economia, política e cultura tem refletido sobre as formas de sociabilidade, de vinculação ao trabalho e na constituição de novos sujeitos, formatando um novo tipo de trabalhador.

Assim, diante de um cenário de mudanças sociais em geral e no campo do trabalho em particular, resultantes dos processos de reestruturação político-econômica dos últimos 40 anos, desafios instigantes tem sido lançados à Sociologia do Trabalho. Os sentidos conferidos ao trabalho e que refletem sobre a vida social na contemporaneidade não são mais os mesmo do período anterior, marcado pela lógica do trabalho para a vida inteira, constituidor de identidades fixas, responsável pela segurança e estabilidade, características atribuídas ao curto período de ouro nos países capitalistas centrais. De todo modo, o mundo do trabalho que hora se impõe demanda um tipo de trabalhador muito mais flexível, móvel e “empreendedor”, ou seja, mais adequado à instabilidade e insegurança do contexto atual.

Nesse sentido, pouco nos ajuda na compreensão ou na construção da crítica política continuar preso a um jogo de referências características de outros tempos, outras sociabilidades. Mais pertinente nos parece buscar entender as tramas atuais do mundo do trabalho da maneira que elas se mostram nas realidades empíricas, relacionando mobilidades de todos os tipos, percepções individuais e coletivas contraditórias, fluxos nacionais e internacionais de capital e trabalho, discursos e ideologias concorrentes, assim como novas formas de coerção e consentimento, de controle e resistências.

^a Doutorando, Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Membro do Grupo de Estudos Trabalho e Mobilidades - GETM, São Carlos, SP, Brasil. Contato: feliperangelm@gmail.com

^b Doutoranda, Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Membro do Grupo de Estudos Trabalho e Mobilidades - GETM, São Carlos, SP, Brasil. Contato: danicso02@gmail.com



O artigo de Daniel Manzione Giavarotti traz uma análise que articula trabalho etnográfico com teoria social, buscando discutir as transformações nos modos de vida e trabalho no Jardim Ibirapuera, bairro da periferia de São Paulo. A partir do contraste entre gerações, Giavarotti recupera as relações contraditórias que constituem os processos de desenvolvimento deste bairro, escapando de uma análise linear dos processos. Seu artigo nos permite seguir problematizando categorias analíticas, caras para a sociologia do trabalho, como formal e informal e as modernas práticas de empreendedorismo; além de problematizar os imbricamentos entre consumo e trabalho, espaços de produção e de reprodução. Em síntese, transitando por processos de modernização, migração, urbanização, bem como discutindo os sentidos do trabalho assalariado e do autoemprego no Brasil, o autor problematiza o “fetiche da dignidade do trabalho”, sob a luz das contradições do capitalismo contemporâneo.

Saltando de uma discussão centrada no trabalho nas periferias brasileiras para a face mais moderna do atual momento do capitalismo, temos dois artigos que se debruçam sobre o setor de tecnologias informacionais – entendido aqui como um setor produtivo que abarca diversos tipos de empresas e agregam os segmentos de desenvolvimento de *software* e de *hardware*. Um dos textos é o de Thais Souza Lapa, cuja pesquisa é sobre a Indústria Eletrônica brasileira. A pesquisadora analisa, a partir dos processos de trabalho e da divisão sexual do trabalho, as condições laborais dessa atividade. Segmento produtivo que se apresenta majoritariamente constituído pelo trabalho feminino, identifica-se um misto de permanência e mudança em termos organizacionais, configurado na “persistência do trabalho industrial taylorizado combinado à inovações organizacionais em sentido ‘flexibilizante’”. Intensificação do trabalho e adoecimento das trabalhadoras são algumas das consequências de um modelo organizacional que combina fortes pressões para o atendimento às demandas do trabalho, com formas de controle que envolve uso das emoções, assédio moral, constrangimentos para a realização de intervalos de descanso. Muito além desse cenário, o paradoxo apontado pela autora, é de que o emprego nas eletroeletrônicas favorece uma condição de vida “dignificante” (com relativo avanço na autonomia econômica para trabalhadoras, que proporciona condições para cuidar da família e de si mesmas, buscar estudos e melhores posições dentro ou fora da fábrica). As constatações da pesquisadora nos leva a considerar a categoria precarização de maneira relacional, nos fazendo refletir sobre o grau de precariedade das experiências de trabalho anteriores, a ponto de que o trabalho atual possibilite identificar “ganhos”, mesmo sob as condições de execução descritas.

Outro texto que discute o setor de tecnologias informacionais é o artigo de Tatiele Pereira Souza, que analisa o discurso sobre carreira, trabalho e profissão no setor de TI, produzidos e reproduzidos em duas revistas voltadas para área. A partir da abordagem da análise do discurso, a autora analisa publicações de duas revistas de tecnologia de um período entre 1984-2004. Souza mostra como o discurso empresarial pautado em formas modernas de gestão da produção alicerçou o desenvolvimento de uma identidade fundamentada no “autoempreender-se”, na gestão de si, no gosto pela mudança. O artigo avança ao pontuar a transição do chamado setor de informática para o setor de tecnologia informacional e todos os significados que essa mudança carrega.

Também partindo de publicações de revistas comerciais para fins de análise, o artigo de Maria Vanesse Andrade e Alúcio Ferreira de Lima discute o contexto social brasileiro de mobilidade social das classes C e D. Recorrendo à publicação de uma revista voltada para esses segmentos, analisam o trabalho informal por meio da oferta de “dicas” sobre como ganhar dinheiro com boas ideias, em outras palavras, como ganhar dinheiro na informalidade. O chamariz da publicação recorre à ideia de interatividade, que pressupõem envolvimento dos leitores na construção de suas pautas. Assim, os autores destacam a estratégia editorial da revista, que é pautada em “histórias de pessoas anônimas estampando a capa e as matérias”.



Através dessas histórias veiculam casos de sucesso no campo produtivo é que Andrade e Lima problematizam a produção da informalidade.

A partir de uma perspectiva politico-econômica gestada no governo Lula (2003 – 2008) o paradigma de desenvolvimento econômico e social chamado neodesenvolvimentismo é analisado por Fernanda Gomes Mattosa e Juliana Nuner Pereira. As autoras contextualizam o momento histórico em que esse modelo de desenvolvimento passa a pautar as ações políticas do governo Lula, as disputas entre os blocos de poder que davam sustentação ao governo. As autoras apontam o dilema vivenciado nesse contexto que é o aumento da formalização do trabalho – cercar de 20 milhões de emprego gerados – acompanhado do aumento de ações que ampliam a flexibilização.

O artigo de Cleiton F. Maciel Brito e Jeanne M. B. Moura Maciel se debruça sobre as relações entre as transformações socioeconômicas da China na segunda metade do século XX e o deslocamento de gerentes chineses para o Brasil, destacando o caráter globalizado da economia e a mobilidade característica do trabalho moderno. Buscaram, a partir de uma análise que correlaciona dimensões macro e micro, traçar as conexões entre a economia, as culturas e projetos nacionais de desenvolvimento e as trajetórias de trabalhadores chineses que migraram para trabalhar em fábricas chinesas instaladas na Zona Franca de Manaus, no Brasil.

A diversidade empírica e teórica desses textos revela o caráter complexo e, por vezes contraditório, do mundo do trabalho. Dependendo dos espaços de pesquisa, das escalas e das grades de análise, diferentes fenômenos saltam aos olhos e outras questões podem ser formuladas. Nesses esforços de pesquisa, o processo investigativo é tão importante quanto os resultados da análise, a formulação de novas questões é tão fundamental quanto a tentativa de explicar os fenômenos. E, nesse sentido, é ajudando a compor o mosaico das estruturas, práticas e percepções no capitalismo contemporâneo que as diversas sociologia(s) do trabalho nos auxiliam a compreender um pouco mais sobre a complexidade da vida social.



Transformações do rural/urbano na China e os gerentes chineses no Amazonas: novas conexões do trabalho

Relationship between changes in the rural/urban of China and the Chinese managers in the Amazonas: new connections of labor

Cleiton Ferreira Maciel Brito^{a,b}; Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel^{c,d}

Resumo

Fruto de pesquisa de doutorado em andamento, o objetivo do texto é apontar a relação entre as transformações socioeconômicas da China contemporânea e o deslocamento de gerentes chineses para fábricas de Manaus. Para tal propósito, primeiramente descrevemos os principais aspectos envolvendo a questão rural e urbana na era Mao. Em seguida, discutimos como o direcionamento político-econômico promovido pelo “socialismo com características chinesas” de Deng Xiaoping provoca um conjunto de transformações no meio rural chinês, gestando um processo migratório em massa às cidades. Abordamos, ainda, como a política de abertura econômica transforma a China na segunda maior economia do mundo, tendo como uma das suas principais características a expansão de sua cadeia produtiva em direção a outros países. No Brasil, Manaus irá se constituir como um dos principais territórios produtivos a receber os investimentos chineses. Dessarte, apresentamos relatos de trabalhadores chineses da Zona Franca de Manaus que vivenciaram esse processo, cujas trajetórias de vida revelam que suas emigrações para o Amazonas e o perfil dos seus empregos em Manaus estão ligados a essas macro mudanças ocorridas na China.

Palavras-chave: China; rural/urbano; gerentes chineses; Zona Franca de Manaus.

Abstract

As a result from a doctoral research in progress, the goal of this text is to point out the relationship between the socioeconomic transformations of contemporary China and the displacement of Chinese managers to Manaus factories. For this purpose, first we describe the main aspects involving the rural and urban issues in the Mao era. Then we discuss how the political and economic direction promoted by “socialism with Chinese characteristics” of Deng Xiaoping causes a set of transformations in the Chinese countryside, gestating a migratory process to cities. Approach even as the economic policy of openness makes China the second largest economy in the world, having as one of its main features the expansion of its supply chain towards other countries. In Brazil, Manaus will be one of the main productive territories to receive

^a Doutorando em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.
Contato: cleiton.keto@hotmail.com

^b Bolsista do Programa RH, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, Manaus, AM, Brasil.

^c Doutoranda em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.
Contato: maribrito21@yahoo.com.br

^d Professora Assistente, Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, Faculdade Intercultural Indígena - FAIND, Dourados, MS, Brasil.



Chinese investments. Thus faces we present Chinese workers reports of Manaus Free Trade Zone who experienced this process, whose life trajectories reveal that their emigration to the Amazon and the profile of their jobs in Manaus are linked to these macro changes in China.

Keywords: China; rural/urban; chinese managers; Manaus Free Trade Zone.

A era Mao: pilares da China no século XX

Até ao ano de 1949 a China era um país extremamente pobre, com quase 90% do valor de sua produção provindos do campo. O país tinha uma população total de 541 milhões de habitantes, sendo a maioria constituída por camponeses¹. Nesse período, a classe operária representava cerca de 10% da mão de obra do país, e os trabalhadores rurais eram a base da força produtiva.

Esse processo de subdesenvolvimento da China estava associado, em grande medida, à perda de autonomia sobre seu território no século XIX e começo do século XX, diante das imposições de países como a Inglaterra, França e Japão. Contudo, apoiado pelos camponeses e em uma aliança com pequenos grupos operários, Mao Tsé-Tung liderou um processo revolucionário que redundou na fundação, em 1949, na República Popular da China tendo como primeiro presidente o próprio Mao, cujas realizações terão implicações fundamentais nos caminhos que a China percorrerá durante todo o século XX.

Com efeito, uma vez no comando da China, Mao Tsé-Tung analisou como estava estruturada a sociedade chinesa, observando a posição econômica das classes sociais. Diante disso, uma das primeiras ações do governo da era Mao foi promover o confisco de bens das quatro grandes famílias chinesas – Jiang, Song, Kong e Chen – e usar esse patrimônio para criar uma indústria nacional, baseada na siderurgia, através de empresas estatais. Os resultados da indústria foram exitosos: já em 1952 o valor da produção industrial elevou-se em 44,8%, numa média de crescimento anual de 13% (ZHENG, 2004).

Nas cidades, as empresas estatais se estabeleceram como pivô do desenvolvimento da indústria. Elas passaram a ser unidades de trabalho (*work unit*) onde os trabalhadores, nas palavras de Mao, se tornaram os “senhores das fábricas”, gozando de uma série de direitos, como moradia, alimentação, pensão e estabilidade no emprego durante toda a vida (*lifelong employment*). Esse processo ficou conhecido como *Iron Rice Bowl*, por conta do aparato social que o Estado concedia ao trabalhador (YUANLUN, 2004).

Outra medida tomada pelo governo de Mao foi realizar uma grande reforma agrária, confiscando as terras de latifundiários para distribuir aos camponeses que não possuíam terra. Esse processo se deu através da coletivização da área rural, onde a terra passou a ser do Estado, mas este concedia a terra a grupos de indivíduos. A coletivização da terra encarnou-se em dois programas promovidos pelo Partido Comunista Chinês: o Movimento de Cooperativas Agrícolas e Comunas Populares (CHANGHONG, 2004).

As principais características do Movimento de Cooperativas Agrícolas e Comunas Populares residiram no fato de a terra e outros meios principais de produção tornarem-se de responsabilidade da comunidade, sendo os produtos produzidos na cooperativa distribuídos de acordo com a quantidade de trabalho de cada membro da cooperativa. Já o excedente era comprado pelo Estado, geralmente a preços muito baixos. Além disso, a cooperativa deveria dar o “grão público”, que era a forma do Estado cobrar imposto sobre a produção (ZHAO, 1999).

¹ Na década de 1950, mais de 90% da população chinesa viviam no campo. Hoje são 47%.

Segundo dados da Academia Chinesa de Ciências Sociais *apud* Guoyng (2004), mais de 300 milhões de camponeses receberam 730 milhões de metros quadrados de terra sob o sistema do Movimento de Cooperativas Agrícolas e Comunas Populares. Isso possibilitou que a população rural, que antes não tinha acesso à terra e padecia sob a fome, passasse a produzir uma grande quantidade de cereais, não obstante a compra e a venda dos grãos serem prerrogativas do Estado.

Contudo, esse sistema industrial e agrícola formulado por Mao, embora tenha sido exitoso nos primeiros anos, se mostrou pouco produtivo nos anos de 1960 e início de 1970.

As limitações do plano industrial deveram-se, segundo Guoyng (2004), ao fato de se perseguirem resultados produtivos sempre maiores sem, contudo, capacitar a força produtiva. Requeria-se, por exemplo, que a produção de aço de 1958 fosse o dobro da de 1957 (5,35 milhões de toneladas), mas sem o aumento da produtividade do trabalhador. Isso é explicado também por Jianzhou (2006) que postula que, embora o emprego por toda a vida fosse, de fato, uma peça chave para o governo de Mao, tal forma de organização do trabalho levou a um excesso de mão de obra na indústria, redundando em baixa produtividade nas empresas estatais.

Além disso, como apontam Maciel e Moura (2014, p. 144),

[...] o modelo de produção baseado no *universal lifelong employment* tinha esgotado a eficiência das empresas estatais: estas “comiam do pote” do Estado Comunista, e os trabalhadores “comiam do pote” das empresas estatais, não havendo espaço para a criatividade, otimização da produção e para o entusiasmo por parte dos operários.

No que se refere aos problemas na execução do plano de desenvolvimento do meio rural, Chanchong (2004), relaciona-os ao fato de que muitos chefes de comunas, em troca de favores de membros do Partido Comunista, desviavam parte da produção, e depois distribuíam entre aqueles que faziam parte do Partido, levando estes a “empurrarem o trabalho com a barriga”; outrossim, as terras das comunas possuíam características distintas, e conforme eram usadas para o plantio, perdiam sua capacidade fértil, ao mesmo tempo em que o governo não promovia um planejamento técnico para recompor as áreas com solo empobrecido. Pelo contrário, através do “Grande Salto Adiante”² fomentou ainda mais a ocupação das áreas rurais, o que as levou à exaustão e à baixa produção, resultando na morte de milhões de chineses (entre 20 a 50 milhões) (PINHEIRO-MACHADO, 2013).

Tal processo foi agravado ainda mais por conta do sistema de registro de residência chinês (*hukou*), criado em 1958, que estabelecia um registro segundo o local de nascimento das famílias – urbano ou rural – e um perfil do tipo de trabalho desenvolvido por elas – agrícola ou não agrícola. Na prática, isso significava que aqueles que possuísem um *hukou* de determinada localidade não gozariam de direitos sociais em outra localidade, tornando-se, assim, indivíduos “flutuantes”, o que redundou em perda da capacidade de mobilidade da população, e conseqüentemente, um sufocamento do sistema econômico engendrado por Mao Tsé-Tung.

Outro fator que explica as limitações do modelo proposto por Mao foi, segundo Jabbour (2010), o desprezo da subjetividade camponesa através do processo de elaboração de comunas que se estruturou “de cima para baixo”, quer dizer, sem levar em conta a sabedoria milenar dos camponeses.

Essas formas comunais de produção podem ser descritas como a essência negativa da produção regionalizada e autossustentada. O objetivo de passar a produção industrial inglesa em apenas 10 anos (somente ultrapassou no ano de 2006), a partir de fornos de fundo de quintal e “arrocho” sobre a produção de excedentes agrícolas – num país que ainda hoje convive com

² Uma política econômica formulada pelo Partido Comunista que buscava modernizar a China em poucos anos através de um plano quinquenal (1958-1963) de incentivo à indústria e à agricultura. Na década de 1960 o plano redundou em resultados negativos para a economia da China. Aproximadamente 20 milhões de pessoas morreram por conta da fome decorrente de secas e inundações, da falta de apoio técnico à agricultura, e da queda da produção industrial. Para um debate sobre o tema, ver: Milaré e Diegues (2012).



formas de produção na agricultura do século XVII –, foi a senha para verdadeiros desastres como o “Grande Salto à Frente” e a própria Revolução Cultural, que ceifaram a vida de milhões de camponeses e abalaram as relações entre Estado e base camponesa, que foi restabelecida somente com a subida ao poder de Deng Xiaoping em 1978 (JABBOUR, 2010, p. 291).

A Era Deng: abertura econômica e ascensão mundial da China

Com a morte de Mao Tsé-Tung em 1976, e diante da crise do setor produtivo chinês, Deng Xiaoping, líder do Partido Comunista, passou a comandar o país, instituindo “as quatro modernizações”: agricultura, indústria, defesa e ciência e tecnologia. A ideia de Deng era, primeiramente enriquecer algumas regiões, para depois, diante do aprendizado, enriquecer outras partes do país (JABBOUR, 2010).

No plano da agricultura, Deng reformou o sistema de concessão de terras. A partir de 1979 passava a vigorar não mais as comunas populares, mas o contrato familiar de responsabilidades nos negócios. Neste sistema a terra passou a ser dividida entre as famílias, que poderiam explorar a área por um período de até 15 anos³. E, ao contrário da reforma promovida por Mao, esta permitia que o excedente produzido pudesse ser comercializado no mercado, criando um entusiasmo na população rural, que passou a resumir o sistema com o seguinte ditado: “Prover o necessário ao Estado, dar o suficiente ao coletivo e o restante para si mesmos” (GUOYNG, 2004).

Dessa forma, Deng Xiaoping restabeleceu o pacto entre o Estado e a classe camponesa, promovendo a institucionalização do acúmulo individual entre os camponeses. Podendo poupar parte da produção para si mesmos, os camponeses passaram a planejar o processo produtivo, que contou ainda com a ação do Estado na gradação tecnológica, tecnificando a agricultura, tornando maior o número de áreas irrigadas, aumentando a produção e o consumo de fertilizantes, e promovendo a eletrificação do meio rural da China. Também passou a ser permitida a contração de até 7 trabalhadores por cada família, fazendo com que houvesse o assalariamento no meio rural. Acresce a isso o estabelecimento da política do filho único⁴, que ensejou um maior planejamento no seio das famílias rurais chinesas (SUKUP, 2002).

Diante disso, a China pode sair de um patamar de produção de 277 milhões de toneladas de cereais em 1980, para o pico de 400 milhões de toneladas em 1990, 405 milhões de toneladas em 2000, e 540 milhões de toneladas em 2012 (CHINA STATISTICAL YEARBOOK 2014 *apud* JABBOUR, 2010), tornando o maior produtor de cereais do mundo, não obstante ter apenas 121 milhões de hectares de terras em condições de plantio⁵. De importador de grãos, a China passou a exportá-los, agregando-lhes valor. Com isso, a participação agrícola no PIB aumentou 2,456 vezes em relação a 1978, uma taxa de crescimento progressivo de 5%.

Outro fator de reforma importante no sistema rural chinês foi o relaxamento gradual do registro de residência⁶, *hukou*, desde o início dos anos de 1990, que tem permitido que trabalhadores sem condições de emprego em sua área de *hukou* original possam migrar para outras áreas⁷.

³ Em 1996, o prazo foi estendido para 30 anos.

⁴ A Política do Filho Único foi promulgada no final da década de 1970, com o objetivo de controlar o crescimento da população, ficando expressamente proibido qualquer casal ter mais de um filho. Mas houve exceções, como por exemplo, os casais que moravam nos meios rurais, que podiam ter até dois filhos, se o primeiro fosse mulher. Em 2013, houve uma flexibilização, permitindo aos casais urbanos terem o segundo filho, mas apenas se um dos pais fosse filho único. Em 2015, essa política foi extinta, permitindo que casa casal tenha até dois filhos.

⁵ O Brasil possui cerca de 400 milhões de terras aráveis potenciais.

⁶ A mobilidade passou a ser permitida, mas o acesso aos direitos não foi igualado. Para mais detalhes ver: Nabuco (2012).

⁷ Por ano, cerca de 6 milhões de pessoas deixam sua área de residência original e migram para outras províncias, geralmente, àquelas com grande projeção industrial, como Xinjiang, Fujian, Yunan e Guangdong.

Ademais, foi permitida a migração por motivo de estudos universitários, o que sinalizou uma clara proposta do governo de fomentar a educação superior em todo o país (CHANGHONG, 2004).

No plano industrial, as reformas promovidas por Deng Xiaoping envolveram a “abertura ao mundo exterior” por um período de cem anos (ZEMIN, 2002). Essa abertura se deu por etapas, e foi denominada por Deng como “A Grande Experiência”, por meio de atração de investimentos estrangeiros e a recuperação de áreas costeiras que, no século XIX, haviam sido eminentes áreas de comércios com o mundo exterior. Não é coincidência, pois, que os primórdios da abertura tenham se dado, exatamente, nas regiões historicamente ligadas ao comércio internacional. Existia – e isso é importante – uma tentativa chinesa de recuperar simbólica e praticamente o pioneirismo econômico dos territórios chineses, como a província de Guangdong.

Como parte do plano, inicialmente foram abertas quatro regiões⁸ estratégicas no sentido de desenvolver um sistema de comércio e de atração de investimentos direto estrangeiro, as chamadas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), possuindo carga tributária inferior ao restante do país (MASIERO, 2006). Nessas regiões foram estabelecidos sistemas tarifários especiais, reduzindo os procedimentos administrativos em torno da importação e exportação de produtos, e mais especificamente, uma tarifa mínima, e no limite, a isenção de impostos sobre insumos que tivessem como destino a fabricação de produtos voltados para o mercado internacional (CUNHA; ACIOLY, 2009).

Shenzhen, por ser próxima a Hong Kong, foi a primeira região a se tornar uma ZEE, atraindo inúmeras empresas internacionais para a região. Tempos depois, em 1984, foram lançados novos pacotes liberalizantes, criando mais quatorze cidades abertas para atração de capital estrangeiro, dentre elas, Xangai. Em 1993, após a viagem de Deng Xiaoping ao sul da China – onde viu a prosperidade da região em comparação com o restante do país – foram criadas mais 18 Zonas. Já nos anos 2000, foram criadas dezenas de regiões de atração de investimento, só que desta feita, no interior da China, tentando-se, assim, levar o desenvolvimento para outros lugares do país.

Face ao estabelecimento das indústrias nessas regiões, e graças ao relaxamento do sistema *hukou*, houve um intenso processo de migração de populações rurais rumo às cidades do litoral em busca de emprego nas indústrias. Para se ter uma ideia, em 1978, a população urbana da China era de 170 milhões de habitantes. Atualmente este número está em cerca de 700 milhões. Parte do contingente de migrantes⁹ não é absolvida pelas indústrias, e acabam voltando para as áreas rurais, já que em algumas províncias o *Hukou* ainda é bem rígido no tocante à garantia de acesso de populações provenientes de outras regiões à saúde e à educação. Mas a parte dos migrantes absolvidos tem sido fundamentais à economia chinesa, sendo responsáveis por 20% do crescimento do PIB chinês¹⁰, segundo estudos da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CHANGHONG, 2004).

Como resultado desse processo de abertura, o PIB da China passou a crescer a taxa de 10% anualmente, em média. Inúmeras empresas multinacionais se instalaram no país, principalmente na região de Guangdong, onde há hoje mais de 400.000 fábricas, representando 35% da exportação nacional.

Segundo dados da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD *apud* CUNHA; ACIOLY, 2009), até 1991, os fluxos de investimentos estrangeiros na China situavam-se abaixo de US\$ 5 bilhões ao ano. Contudo, diante da atração de novos capitais internacionais

⁸ Shenzhen, Zhuhai e Shantou, em Guangdong; e Xiamen, na Província de Fujian.

⁹ Estima-se que até 2020 mais de 300 milhões de pessoas irão migrar rumo às cidades chinesas.

¹⁰ Através de inúmeras greves, os trabalhadores migrantes também têm sido responsáveis por pressionar o governo pela promulgação de legislações trabalhistas que visem dar-lhes um leque de direitos e protegê-los dos baixos salários, da alta quantidade de horas extras, e das condições de trabalho insalubres, que ainda são bastante comuns na China. Para mais detalhes, ver: Maciel e Moura (2014).



resultantes da viagem de Deng ao sul da China, esse montante passou a casa de US\$ 60 bilhões em finais da década de 1990, e em 2007 chegou a US\$ 83 bilhões, fazendo com que o estoque de investimento estrangeiro na China somasse US\$ 327 bilhões (BIATO JUNIOR, 2010).

Esse estoque de capitais constituiu-se, podemos dizer, o “pulo do gato” para que a China chegasse a ser hoje não apenas a segunda maior economia do mundo, atrás apenas do Estados Unidos, mas também o maior exportador e importador mundial. Ademais, fomentando a entrada de capitais globais, a China estruturou uma indústria nacional que passou a fabricar desde manufaturados simples, a produtos de alta tecnologia, como carros, motos, computadores e celulares, com vistas à exportação.

Foi com este objetivo – aumentar a pauta e quantidade das exportações – que em 2001 a China passou a fazer parte da Organização Mundial do Comércio, fato este que resultou em uma maior participação na venda de manufaturados para os mercados norte-americano e europeu (JABBOUR, 2010).

Contudo, sua entrada na OMC representou uma maior abertura ao mercado doméstico para as empresas estrangeiras, gerando, assim, elevação da concorrência e induzindo as firmas chinesas ao processo de conquistas de novos mercados. Esse processo de internacionalização das empresas chinesas foi fortemente influenciado pelo governo chinês, que passou a incentivá-las via mecanismos de financiamento e de facilitação do processo administrativo para a realização de investimentos diretos no exterior em áreas estratégicas. Em face disso, o investimento externo chinês saltou do valor de US\$ 27,8 bilhões registrados em 2000, para cerca de US\$ 229,6 bilhões no fim de 2009 (LEÃO; PINTO; ACIOLY, 2011).

Tal processo tem visado a concretização de, pelo menos, três objetivos: a) obter acesso às matérias-primas (petróleo, ferro, aço e madeira) profícuas à continuidade do agressivo crescimento econômico chinês; b) garantir o suprimento de alimentos necessários a uma população que já ultrapassa 1 bilhão e trezentos milhões de indivíduos; e, por fim, c) adentrar os mercados nacionais e regionais via o estabelecimento de empresas chinesas nos parques industriais desses países ou através da compra de empresas já instaladas nos mesmos (ACIOLY; PINTO; CINTRA, 2011).

Os investimentos chineses no Brasil

Dentro desse conjunto de objetivos elencados, o Brasil emergiu enquanto “parceiro” fundamental à realização dos interesses do capital chinês. Provas disso são o Plano Decenal 2012-2021¹¹ assinado em 2012, o volume de capital chinês já investido no Brasil, os investimentos chineses anunciados¹², bem como a venda à China de produtos brasileiros de valor agregado, que tem mostrado o claro interesse dos dois países em manterem um caminho de cooperação nos próximos anos. Para se ter uma ideia da dimensão dessa relação estratégica, o investimento da China no Brasil de 2003-2011¹³ ultrapassou a marca de US\$ 37 bilhões, abrangendo os setores petrolífero, financeiro, mineração, energia elétrica, duas rodas e eletroeletrônicos, distribuindo-se pelos diversos estados.

Por unidade da federação, o estado do Rio de Janeiro emerge como o principal destino dos investimentos chineses, representando 20% do total. Essa participação dá-se, principalmente,

¹¹ Dentre os objetivos desses planos, se destacam: a) Fortalecer as consultas políticas sobre temas bilaterais e multilaterais de interesse mútuo; b) Estabelecer metas precisas e objetivas para cada uma das áreas de cooperação com base em iniciativas específicas; c) Promover o intercâmbio de experiências nacionais em áreas de interesse mútuo; d) Monitorar e avaliar as metas estabelecidas e as atividades empreendidas pelos vários organismos envolvidos.

¹² Em visita oficial ao Brasil em 2015, o primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, anunciou que nos próximos anos a China investirá no país cerca de US\$ 53 bilhões nas áreas de energia, mineração, obras de infraestrutura e manufatura.

¹³ Os projetos de investimentos chineses no Brasil nos anos de 2012 e 2013 totalizaram cerca de US\$ 7 bilhões.



nos setores de Petróleo & Gás e Metalurgia. Já quando se excluem os investimentos do setor de metais, o estado do Amazonas se destaca como principal destino do capital chinês.

A presença chinesa no Amazonas é notória pela quantidade de empresas instaladas no estado, as quais respondem por investimentos da ordem de mais de US\$ 700 milhões de 2003 a 2011¹⁴. São cerca de 40 empresas que já empregam 26% da mão de obra da Zona Franca de Manaus. A maior parte dos investimentos dessas empresas concentra-se nos setores de Duas Rodas e de Eletroeletrônicos (92%).

Os gerentes chineses da Zona Franca de Manaus

A pesquisa de doutorado, da qual esse artigo é parte, tem como foco de estudo esses dois setores industriais que receberam grande soma do volume do investimento chinês no Amazonas. Isso por que, a maior parte da produção de produtos eletroeletrônicos e duas rodas do Brasil concentra-se em Manaus, capital que abriga desde a década de 1960 um modelo de desenvolvimento – a Zona Franca de Manaus (ZFM) – baseado na atração de investimentos externos via concessão de incentivos fiscais¹⁵ e de infraestrutura necessária à instalação das empresas com projetos aprovados pela SUFRAMA¹⁶.

Manaus é, nessa perspectiva, um espaço da globalização; é parte de um sistema de fluxos. E nestes, como aponta Castells (2009), não estão envoltos apenas recursos financeiros, mas fluxos de cultura, que congregam projetos, trajetórias e identidades de indivíduos. Há aqui, portanto, uma característica peculiar da economia-mundo moderna: a globalização econômica como também globalização de fluxos de força de trabalho para outras regiões do planeta, que levam vínculos para os lugares e criam vínculo nos lugares, nos espaços do global.

No caso específico deste artigo, que discute características da relação China-Brasil, uma vez contextualizado o âmbito macro do processo, quer dizer, estabelecida uma narrativa geral sobre a estrutura econômica e social da China, vale apontar como indivíduos se comportam dentro deste espaço de fluxos. Para isso, é necessário proceder a uma análise das especificidades, a fim de compreender o fenômeno maior: os espaços produtivos da globalização.

Para isto, fizemos pesquisa qualitativa com sete gerentes de empresas chinesas que se instalaram no Pólo Industrial de Manaus a partir do ano 2000. Abordaremos a seguir duas dessas entrevistas¹⁷ com gerentes chineses, os quais ocupam cargos-chaves em duas grandes empresas chinesas do Pólo Industrial de Manaus. A primeira empresa¹⁸ chama-se Ghonzhuh Air Conditioner¹⁹, fabricante de condicionadores de ar, e é uma estatal da China. A segunda chama-se Fang Zhong TV²⁰, fabricante de televisores, de capital privado.

A pesquisa foi realizada através de entrevistas engendradas depois de visitas às plantas das fábricas no ano de 2014. Explicamos: quando conhecemos os gerentes chineses nas

¹⁴ Segundo dados prévios da SUFRAMA, os investimentos chineses no Amazonas em 2012-2014 totalizaram cerca de US\$ 300 milhões (SUPERINTENDÊNCIA..., 2015).

¹⁵ Entre os incentivos fiscais concedidos, se destacam: redução de até 88% do Imposto de Importação (I.I.) sobre os insumos destinados à industrialização; isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (I.P.I.); redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, inclusive adicionais de empreendimentos classificados como prioritários para o desenvolvimento regional; e isenção da contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins nas operações internas na Zona Franca de Manaus.

¹⁶ Superintendência da Zona Franca de Manaus. Órgão de gerenciamento da ZFM criado pelo Governo Federal no momento de instalação da própria ZFM, em 1967.

¹⁷ Essas entrevistas foram as primeiras a serem completadas, transcritas e analisadas. As entrevistas com os outros gerentes chineses estão em processo de transcrição e serão abordadas no corpo da tese intitulada: *Made in China, Produzido em Manaus: as fábricas chinesas na Amazônia, com previsão de defesa para fevereiro de 2017.*

¹⁸ Os nomes das empresas são fictícios.

¹⁹ Esta empresa tem mais de 80 mil funcionários trabalhando na fábrica da China. Na fábrica de Manaus são 300 trabalhadores.

²⁰ Esta empresa tem cerca de 25 mil funcionários na fábrica da China. Na fábrica de Manaus são 500 trabalhadores.



fábricas, perguntamos se poderíamos marcar um dia para conversar fora das empresas, e eles (à exceção de uma gerente de uma fábrica de motocicletas) aceitaram. Assim, em 2015 nos encontramos primeiramente em shoppings da cidade, e depois saímos para comer em restaurantes e lanchonetes.

A trajetória dos gerentes chineses: o caso de André Shang

Nosso primeiro entrevistado foi André Shang²¹, 32 anos, gerente de importação da empresa Ghonzhu Air Conditioner. Ele está no Brasil há 6 anos. Shang nasceu na Província de Hunan, em um pequeno vilarejo. Contou-nos que sua família era composta por pais agricultores muito pobres, que plantavam arroz e legumes.

[...] A gente plantava só para comer. Não vendíamos nada. Meus pais gostavam que eu estudasse e fosse para a universidade e trabalhasse numa grande cidade. Mas eles não tinham ideia de uma profissão para mim. Eles só pensavam que eu deveria estudar numa boa universidade.

E foi o que aconteceu. Após terminar seus estudos no vilarejo aos 17 anos de idade, Shang foi estudar em uma universidade de outra província chinesa, o que, como pontuamos no artigo, foi possibilitado pelo sistema *hukou* em caso de migração por conta de questões universitárias. Isso mostra que a geração pós abertura econômica já possui um maior acesso à educação, podendo cursar uma faculdade, algo improvável para a geração de camponeses da era Mao – caso dos pais de Shang, os quais, por conta do trabalho pesado no meio rural, não puderam concluir os estudos.

Shang fez faculdade de engenharia de materiais durante quatro anos. Nesse período seus pais mandavam um valor financeiro mensal para ajudar nos seus estudos, algo possível graças ao aumento do nível da produção agrícola da terra dos pais, os quais, em face disso, puderam “fazer uma reserva”, que inclusive foi usada para pagar uma pequena taxa cobrada pela universidade onde Shang estudou.

Quando estava no último ano do curso na faculdade, Shang foi contratado pela Ghonzhu. Foi o seu primeiro emprego.

Minha universidade terminou em 2004. Muitas empresas passavam na universidade para contratar os alunos que estavam se formando. Essas universidades escolhiam as pessoas para ir direto para a empresa. Na China funciona assim. Eles não escolhem somente os melhores alunos. Depende da necessidade. Se você estuda Arte é mais difícil. Depende da área que você estuda.

Shang ficou dois anos como contratado no cargo de engenheiro de processo júnior. Então, houve uma seleção de engenheiros para um cargo na planta da Ghonzhu em Manaus.

Foi no ano de 2007. A “Ghonzhu” estava precisando de pessoas, e o diretor do Brasil fez uma solicitação à matriz na China pedindo funcionários com o interesse de ir para o Brasil. Os funcionários com interesse deveriam enviar currículo para o RH da “Ghonzhu” da China. Eu deixei meu currículo. Eu era muito novo, e eu queria ter experiência, e para isso achava que o Brasil seria fundamental. Vi a vinda para o Brasil como a oportunidade de conhecer outro país. Eu ainda não tinha saído da China.

²¹ Os nomes são fictícios, mas obedece à estrutura adotada pelos chineses em Manaus: eles utilizam um nome local ou americanizado como primeiro nome. Já o segundo nome é o sobrenome chinês.



Shang relata que só havia uma vaga, mas concorriam 49 pessoas²². Contudo, Shang foi o aprovado, pois a empresa levou em conta, segundo ele, o fato dele saber falar inglês e ter experiência na montagem de ar condicionado.

Além disso, falei para o diretor do Brasil que eu queria muito conhecer outro país. Quando fui aprovado, meu país ficaram muito felizes, pois eles me colocaram em primeiro lugar na vida deles. Eu não era casado na época, nem tinha namorada. Agora, a parte de tirar documentação para vir para o Brasil foi muito difícil. Desde que foi escolhido até receber o visto, demorou 6 meses.

Hoje Shang ganha duas vezes mais o que era o seu salário na China, e é o responsável por entrevistar os candidatos a cargos gerenciais que vem da China para a Ghonzhu de Manaus. Ele retorna à China de seis em seis meses para visitar os pais, a mulher e o filho. Diz que já pensou em morar no Brasil, mas a mulher, quando veio visitá-lo, não se adaptou à cidade de Manaus.

Talvez eu volte para a China no final do ano (2015). Meu filho, no segundo semestre vai para a escola. Ele tem cinco anos. Ele também já entende muita coisa, e pede para eu voltar lá. Eu queria morar no Brasil, se não fosse casado. Mas quando você é casado tem problema, porque minha esposa²³ e filho não querem morar aqui. Se eles quisessem morar aqui comigo, não teria problemas de ficar mais tempo no Brasil.

Vale destacar que toda a conversa com Shang foi realizada em português, e ele fez questão de que assim o fosse. Quando o elogiamos pela fluência no nosso idioma, Shang desconversou:

Não, não. Mês de janeiro (de 2015), quando voltei para a China esqueci muita coisa. Porque lá eu só penso coisas da China. Quase esqueço tudo. E agora não estou estudando português. Mas eu também leio. Leio melhor do que falo. Falar é difícil por causa da fonética. Gramática também é difícil. Ler é o melhor para mim.

A trajetória dos gerentes chineses: o caso de Steve Nang

Nossa segunda entrevista foi realizada com Steve Nang, 33 anos, gerente de engenharia de processo da Fang Zhong TV. Nang nasceu na Província de Fujian, em um pequeno vilarejo, e mora em Manaus há 9 anos. Na primeira vez que nos encontramos com ele, no ano de 2014, Nang, que é casado e tem filho, morava sozinho em Manaus. No começo de 2015, quando o entrevistamos novamente, sua esposa e seu filho tinham vindo morar com ele.

Encontramo-nos com Nang em uma cachaaçaria de um shopping de Manaus. Ele havia acabado de voltar das férias na China, e falava-nos²⁴ sobre a vinda da esposa para o Brasil, e reclamava de dores na garganta por conta da poluição do ar em seu país.

Até agora tem sido bom para ela (a esposa). Porque aqui ela tem o marido. Aqui o ambiente é bom, porque o ar da China não é bom para respirar. Eu não estava me sentindo bem respirando o ar da China. Lá o ar está sujo. Tem mais poeira nele. Mas foi muito bom para mim (referindo-se às férias

²² Segundo ele, hoje, quando abre uma vaga para gerente em Manaus, a concorrência é em torno de 400 pessoas.

²³ Segundo Shang, as mulheres da China são “treinadas desde crianças a suportarem ficar longe dos futuros maridos”, por isso “ela (a esposa dele) não fica tão triste quando fica muito tempo longe de mim”.

²⁴ Em inglês, e, em alguns momentos, em português.



na China). *Eu vi minha família. Trouxe eles para cá. Agora meu trabalho está muito intenso. Algumas vezes não tenho tempo de cuidar da minha família. A “Fang Zhong” é uma empresa com muita correria, nos ocupa muito. É muito trabalho. O “Chaing” (chefe dele) me falou: “você precisa voltar para o Brasil pronto para resolver problemas, porque precisamos implementar projetos automotivos”. Então eu só tive 30 dias de férias dessa vez. Mas outras pessoas conseguem 45 dias de férias.*

Nang cresceu numa área rural do sul da China. Seu pai plantava arroz, chá e pêssegos, e ele ajudava-o no cultivo dessas culturas, juntamente com suas irmãs. Mas quando completou 17 anos, seu pai quisera que ele fizesse faculdade, contudo não tinham dinheiro para enviá-lo à universidade; isso porque uma situação climática adversa fez com que a família perdesse toda a produção. Diante disso, a solução foi pedir aos parentes dinheiro emprestado. Assim, conseguiram mudar-se para a cidade, onde o pai tornou-se um pequeno comerciante²⁵.

Na cidade, Nang cursou a faculdade de agronomia “sem ter muita ideia do que era”. Quando concluiu o curso, um amigo da faculdade que trabalhava na empresa Fang Zhong ligou-lhe dizendo que a produção da empresa estava alta, e por isso, estavam contratando trabalhadores. Ele foi para a entrevista no setor de RH da empresa e conseguiu o emprego como “operador de linha”.

Quando eu trabalhava como operador na “Fang Zhong” da China, eu via as pessoas consertando monitor de TV e achei legal. Aí eu fui falar com uma pessoa dessas: ‘o que você está fazendo é interessante’. E percebi que a pessoa ficava bem concentrada fazendo aquilo. Eu descobri que o salário de quem consertava o monitor era maior do que o meu, então comecei a estudar. Quando eu terminava meu turno de trabalho eu não saía da fábrica. Eu ficava no segundo turno, olhando o cara consertar para aprender. Eu ajudava ele a consertar o aparelho, aí ele começou a me ensinar. Quando passei para o segundo turno da empresa, eu entrava na fábrica duas ou três horas mais cedo para aprender. Aí as pessoas começaram a me perceber como alguém interessado e diziam: ‘esse rapaz quer aprender mesmo’. Então todo mundo me ensinou, e eu comecei a aprender um pouco mais de eletrônico.

Desta forma, Nang conseguiu uma vaga de técnico em eletrônica, e depois tornou-se líder. Foi quando surgiu uma vaga para o cargo de supervisor de processos eletrônicos na fábrica da Fang Zhong em Manaus, e Nang se candidatou, concorrendo com outros 20 candidatos. Ele conta que o fato de saber inglês e ter mostrado interesse durante o período em que trabalhava no “chão de fábrica” da China o ajudou sobremaneira no momento da seleção, na qual foi aprovado.

Nang relatou que ficou muito entusiasmado quando surgiu a vaga para o trabalho em Manaus, pois, segundo ele,

Na China tem muita concorrência. É muita gente querendo trabalho, e por isso o salário é menor que no Brasil, e não temos muitos benefícios como tem aqui.

Em Manaus, Nang já ocupou o cargo de supervisor e coordenador. Hoje ele é o gerente de engenharia de processos, e ganha cerca de quatro vezes mais o que ganhava na China. Além disso, a empresa lhe concede alguns benefícios, como apartamento, despesas com água e luz, e passagem para a China durante as férias, o que revela uma situação privilegiada dos

²⁵ Nang contou-nos que quando vai em suas férias à China, leva consigo própolis, óleo de andiroba e copaíba para o seu pai vender no comércio chinês.



gerentes chineses em relação aos gerentes brasileiros das empresas chinesas, os quais não possuem esse sistema de benefícios.

Quando perguntamos a Nang quanto tempo pretende permanecer no Brasil, sua resposta foi de que depende de sua situação financeira.

Eu já estou quase no fim da hierarquia (cargos da empresa). Não sei se vou querer outro posto. Um amigo (brasileiro) quer me dar um terreno de 10 mil metros quadrados para eu investir, mas eu quero ver antes. Nós vamos investir juntos, vamos plantar algo, mas ainda não tenho ideia. Vou ver antes o terreno. E eu nem tenho tanto dinheiro, porque agora meu filho está aqui. Ele tem 7 anos, e todos mês tenho de pagar dois mil reais para a escola. Eu não tive outra escolha. Porque ele (o filho) não fala português, então lá (na escola) ele vai aprender português e inglês. Minha esposa trouxe livros de matemática em mandarim e inglês para passar para o meu filho. Agora, realmente não sei quanto tempo vou ficar em Manaus. Esse ano economia do Brasil não está muito boa. Depende da situação financeira, como ela vai ficar. Mas dizem que quem come jaraqui²⁶ não sai mais daqui, né?

Considerações finais

O cerne do artigo foi revelar, através da discussão sobre as reformas político-econômicas implantadas na China, e do acompanhamento das trajetórias de trabalhadores chineses deslocados para Manaus, algumas conexões contemporâneas entre a economia, as culturas e os projetos nacionais de desenvolvimento. Significou postular, concretamente, que existem distintos elos sociais no mundo do trabalho que vão além das fronteiras nacionais, que, sob a lente da análise sociológica, evidenciam um regime de globalização em todos os níveis, sejam eles econômicos, culturais e sociais. Revelam, ainda, que nesse processo de mundialização de capitais e cultura há encontros de trajetórias, de histórias e de identidades.

Isso pode ser observado nas conexões que se estabelecem entre as reformas promovidas por Mao Tsé-Tung e Deng Xiaoping, e o modelo de desenvolvimento da Zona Franca de Manaus, na Amazônia. Houve, com efeito, um conjunto de mudanças na China que fez com que a população rural, que antes não possuía terras ou condições mínimas de vida, conseguisse gerar uma geração de jovens que saiu do meio rural em direção às cidades chinesas, e que posteriormente, chegou a Manaus, traçando, nesse sentido, uma rota da globalização no século XXI.

Esta região do globo, que desde a década de 1960 – portanto, bem antes da instauração das ZEEs na China –, tem um modelo de desenvolvimento pautado em incentivos fiscais e extrafiscais, passa a ser território do capital nacional chinês, que por seu turno, foi forjado em um modelo (salvas as diferenças) que guarda semelhanças quando comparado ao desenvolvido em Manaus. Isso é sintomático, e mostra que processos econômicos e formações sociais distintas passam a se entrelaçar no âmbito de uma economia e culturas globalizadas.

Outrossim, o artigo também permitiu visualizar o fato de que a China conseguiu, a partir do capital investido em seu território, estruturar uma base econômica, que hoje não somente importa bens, mas, sobretudo, os exporta, e com grande valor agregado. A Zona Franca de Manaus, ao contrário, continua presa ao modelo de montagem de produtos, não fomentando mecanismos de superação que possibilitem o uso dos capitais investidos na região enquanto alavanca para forjar um desenvolvimento baseado nas potencialidades locais, sem se tornar dependente dessa “acumulação primitiva”, que parece ser o que acontece hoje.

²⁶ Peixe endêmico da região amazônica, muito apreciado pela população local.



Referências

- ACIOLY, L.; PINTO, E. C.; CINTRA, M. A. *As relações bilaterais Brasil – China: a ascensão da China no sistema Mundial e os desafios para o Brasil*. Brasília: IPEA, 2011. Grupo de Trabalho Sobre a China.
- BIATO JUNIOR, O. *A parceria estratégica Sino-Brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)*. Brasília: FUNAG, 2010.
- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. v. 1.
- CHANGHONG, P. Revisão e panorama da reestruturação econômica da China. In: BELLUCCI, B. (Org.). *Abrindo os olhos para a China*. Rio de Janeiro: Educam, 2004.
- CUNHA, A. M.; ACIOLY, L. China: ascensão à condição de potência global: características e implicações. In: CARDOSO JUNIOR, J. C. et al. *Trajéorias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas*. Brasília: IPEA, 2009.
- GUOYNG, D. Realizações agrícolas e reformas rural na Nova China. In: BELLUCCI, B. (Org.). *Abrindo os olhos para a China*. Rio de Janeiro: Educam, 2004.
- JABBOUR, E. M. K. *Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de Mercado na China de hoje*. 2010. 389 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L. (Org). *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: IPEA, 2011.
- MACIEL, C. F.; MOURA, J. M. B. “De Mao a pior”? A questão trabalhista na China contemporânea. *Novos Cadernos*, Belém, v. 17, n. 2, p. 141-166, 2014.
- MASIERO, G. Origens das Township and Village Enterprises (TVEs) chinesas. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 425-444, 2006.
- MILARÉ, L. F. L.; DIEGUES, A. C. Contribuições da era Mao Tsé-Tung para a industrialização chinesa. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 359-378, 2012.
- NABUCO, P. Hukou e migração na China: alguns apontamentos sobre divisão do trabalho. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 237-258, 2012.
- PINHEIRO-MACHADO, R. *China, passado e presente: uma guia para compreender a sociedade chinesa*. Porto Alegre: Ates e Ofícios, 2013.
- SUKUP, V. A China frente à globalização: desafios e oportunidades. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 45, n. 2, p. 82-113, 2002.
- SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA. *Indicadores de desempenho do Polo Industrial de Manaus (2010-2015)*. Manaus: SUFRAMA, 2015. Relatório de Setembro



YUANLUN, Q. A questão do desemprego e as medidas políticas na China. In: BELLUCCI, B. (Org.). *Abrindo os olhos para a China*. Rio de Janeiro: Educam, 2004.

ZEMIN, J. *Reforma e construção da China*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ZHAO, Y. Labor migration and earnings differences: the case of rural China. *Economic Development and Cultural Change*, Chicago, v. 47, n. 4, p. 767-782, 1999.

ZHENG, L. O caminho do desenvolvimento econômico Chinês. In: BELLUCCI, B. (Org.). *Abrindo os olhos para a China*. Rio de Janeiro: Educam, 2004.

Recebido: 20 out., de 2015
Aceito: 22 dez., de 2016



Uma análise de enunciados sobre o trabalho informal em uma revista feminina

An analysis of statements on the informal working on a female magazine

Maria Vanesse Andrade^a; Aluísio Ferreira de Lima^b

Resumo

O setor informal ocupado por mulheres das classes C e D tem crescido consideravelmente nos últimos anos. Nesse sentido, o objetivo deste artigo foi analisar a produção da oferta de trabalho informal em enunciados da revista feminina *Sou mais Eu*. A referida publicação, segmentada para a classe C, produz uma série de matérias em que mulheres explicam como ganhar dinheiro na informalidade. Como amostra, foram analisadas matérias de exemplares da revista publicadas no Brasil entre 2013 e 2014. O material foi analisado na perspectiva da Análise do Discurso Crítica. Os dados encontrados apontam que o trabalho informal é sempre associado ao ganho rápido e fácil de dinheiro. Acredita-se que adesão e consumo deste tipo de discurso têm relação direta com a escassez de postos formais de trabalho.

Palavras-chave: revista feminina; trabalho; informalidade; análise do discurso crítica; *Sou Mais Eu*.

Abstract

The informal sector occupied by women of class C and D has grown considerably in recent years. In this sense, the objective of this study was to analyze the production of the informal job offer in the women's magazine *I am More*. The said publication, targeted to the class C, produces a series of articles in which women explain how to make money on informality. As a sample, magazine copies of materials were analyzed published in Brazil between 2013 and 2014. The material was analyzed from the perspective of the Critical Discourse Analysis. The findings indicate that informal work is always associated with the quick and easy gain of money. It is believed that accession and consumption of this type of discourse are directly related to the lack of formal jobs.

Keywords: women's magazine; work; informality; analysis of discourse critical; *I Am More*.

Introdução

O rápido processo de mudança desencadeado pelo fenômeno da globalização em suas diferentes vertentes (econômica, política, social e cultural) trouxe impactos bastante perceptíveis no contexto de trabalho. O atual contexto de reestruturação do trabalho¹ tem produzido

¹ De acordo com Navarro e Padilha (2007) as mudanças atuais no mundo do trabalho seriam resultantes da reestruturação produtiva, processo responsável por intensificar a exploração da força de trabalho e precarizar o emprego.

^a Mestra em Psicologia, Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, CE, Brasil.
Contato: vane02lp@yahoo.com.br

^b Doutor e Pós-Doutor em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, Professor do curso de Psicologia, Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, CE, Brasil.
Contato: aluisiolima@hotmail.com

consequências tanto para os inseridos no mercado formal quanto para aqueles que vivem a situação do não emprego. Enquanto os primeiros se defrontam com um agravamento das condições de trabalho, marcadas pela competitividade e a insegurança, os outros pendem entre a informalidade e o subemprego. Paralelamente ao processo da reestruturação do trabalho, também houve a modificação da estrutura familiar e a reorganização de funções com considerável aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho.

O objetivo do artigo foi analisar os enunciados sobre trabalho feminino presentes na revista *Sou mais Eu*. A análise buscou discutir como discursos a respeito do trabalho são veiculados na atualidade em revistas femininas populares.

Entender os processos de entrada da mulher no mercado informal do trabalho requer antes de tudo uma aproximação com o conceito de informalidade tão amplo de significados e usos em nossos dias. Elegeu-se verificar discursos favoráveis a informalidade em revistas impressas porque estas resistem, mesmo em um tempo de grande efusão de mídias digitais, mantendo presença significativa na vida de muitas pessoas e configurando-se como um ramo de negócio fortemente ativo no Brasil. Este fenômeno foi identificado pelo Instituto Verificador de Circulação – IVC (INSTITUTO..., 2013b)², em que o segmento registrou o seu maior faturamento desde o ano 2000 tendo alcançando R\$ 800 milhões em receita bruta. O número de exemplares vendidos chegou a 150 milhões, representando um terço do volume total de revistas comercializadas no país.

O artigo se estrutura em três partes. No primeiro momento é realizada uma breve explanação do conceito de informalidade; na segunda parte é apresentada a proposta editorial da revista *Sou mais Eu*, envolvendo sua história e modo de funcionamento. A terceira compõe-se da descrição e análise dos dados. As considerações finais apontam contradições presentes no discurso da revista relacionadas à benesse da condição de informalidade e o cortinamento das condições sociais que contribuem para a manutenção e consumo deste tipo de discurso.

Trabalho informal e a revista feminina

Navarro e Padilha (2007) destacam que dentre as transformações ocorridas no mundo do trabalho na virada do século XX para o XXI, o crescimento em escala mundial do desemprego, apresenta-se como a face mais perversa do quadro. Para as autoras, mesmo que o advento da tecnologia e da ciência aplicada ao trabalho tenha, a princípio, aliviado a labuta diária, não se pode esquecer que tais transformações foram responsáveis por intensificar a exploração da força de trabalho, precarização e informalização do emprego.

Em se tratando especificamente do conceito de informalidade, é preciso a ressaltar que este termo “[...] se constitua num dos mais polêmicos da literatura de economia e sociologia do trabalho, que comportam, ao longo da história, inúmeros e significativos usos [...]” (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004, p. 212). Os autores descrevem dois critérios relevantes na distinção entre trabalho formal e informal: (1) o funcionamento das atividades, isto é, se é capitalista ou não; (2) o aspecto legal, ou seja, se a atividade está amparada na legalidade ou desenvolve-se na ilegalidade.

O primeiro critério de uso do termo, segundo (Eufrásio, 2011) refere-se ao estudo pioneiro voltado para a investigação da precariedade das relações de trabalho no século XX. Esta precarização foi constatada em 1970, no conjunto de estudos da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Dentre os estudos realizados em um dos relatórios que tratava do emprego e renda no Quênia: “[...] se verificou fundamentalmente uma reflexão sobre o conceito de setor

² Dados relativos à circulação de revistas impressas no Brasil entre os anos 2000 e 2013.



informal, por detalhar com maior precisão quais condições caracterizam as atividades e os trabalhadores informais” (Eufrásio, 2011, p. 131).

O segundo critério conforme Filgueiras, Druck e Amaral (2004) teria nascido nos anos de 1970 em países capitalistas centrais, onde a efervescência do Estado de bem estar, o processo de reestruturação econômica e a liberação econômica, teriam sido contexto para o surgimento de atividades não regulamentadas pelo Estado e o aparecimento de formas de trabalho não tuteladas pela legislação e nem garantidas socialmente. Com base nessa perspectiva, a informalidade teria como parâmetro de análise a questão da legalidade ou ilegalidade, em que o aspecto legal se insere como fator principal para o entendimento da ocupação informal.

Ainda de acordo com os autores, também nos anos 70, passou-se a analisar a informalidade associada a atividades “não capitalistas”, definidas como àquelas que não se sustentam a partir da lógica da mais-valia, nem pela separação entre o capital e o trabalho. Estariam neste ramo de atividade os trabalhadores autônomos e as economias familiares, caracterizado por Neves e Pedrosa (2007) como segmentos que se desenvolvem subordinados aos processos mais gerais do capitalismo, os quais se contraem ou expandem conforme o ciclo econômico. Apesar das diferenças em relação ao termo, tais modalidades têm em comum a exploração capitalista direta ou indireta da força de trabalho, por mais que não haja uma forma definida de subordinação.

Partimos da noção de trabalho informal como aquela forma de trabalho que se adequou às necessidades do processo nomeado por Harvey (1992) de “acumulação de capital flexível”, processo que tem configurado a maneira de constituir as novas perspectivas e arranjos do setor produtivo no sistema capitalista. Segundo Eufrásio (2011), nesse contexto, muitos precisam se submeter às formas de trabalho precário, caracterizadas pela falta de vínculo e desproteção social, em conformidade com as condições de subempregos, marginalidade, precarização e dependência econômica. Para Bomfim (2005, p. 32),

[...] a informalidade passa a ser analisada a partir das novas dinâmicas da reestruturação produtiva do capital, tratando-se de um fenômeno em expansão, que envolve tanto os países centrais quanto os periféricos. A informalidade deixa de se referir somente à economia ilegal ou não registrada para fazer parte também da estrutura produtiva dos mercados formais através dos processos de flexibilização.

Para a autora, o processo de informalidade seria consequência da adoção de modelos de empresas enxutas, serviços terceirizados, trabalhadores temporários, autônomos e do trabalho em domicílio: seja o que o trabalhador executa em casa, seja o que o trabalhador executa de casa em casa ou a convite de um cliente específico.

Em relação ao gênero e atuação no setor informal, um levantamento de 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (INSTITUTO..., 2012) indicou que as mulheres tiveram maior expressão neste campo, representando 45,2% enquanto os homens correspondiam a 43,8%. Com base em dados mesmo Instituto, a diferença de percentual entre homens e mulheres pode ser entendida a partir da ocupação de postos formais de trabalho, em que os homens chegam a 43,9% e apenas 35,5% das mulheres possuem esse tipo de vínculo.

De acordo com estudos do IBGE (INSTITUTO..., 2012), pode-se inferir que a maioria das mulheres no mercado informal é da classe C. Este fato pode ser complementado com dados do Instituto Data Popular (INSTITUTO..., 2013a)³, em que elas correspondem a 36 milhões mulheres que, até o fim deste ano, terão movimentado 158 bilhões de reais; o equivalente a 30% da renda

³ O foco da pesquisa foi o universo popular. Desde 2001, a consultoria de pesquisa acompanha o crescimento e desenvolvimento das classes C, D e E e sua visão de mundo, seus valores e sua inserção no mercado consumidor em todo o país, acumulando o conhecimento necessário para ser referência na produção de estudos sobre os mercados emergentes brasileiros.

de todas as brasileiras. As mulheres da classe C, ainda segundo o Data Popular, são também as que mais levam dinheiro para casa: contribuem, em média, com R\$ 41,00 a cada R\$ 100,00 reais da renda familiar, sendo 30% das famílias chefiadas por mulheres.

A classe C brasileira virou um fenômeno cultural de consumo em todos os campos. Os livros *Nova classe média?*, *O trabalho na base da pirâmide social* e *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*, de Pochmann (2012, 2014), buscam analisar as transformações ocorridas na estrutura social brasileira no início do século XXI, a partir de uma perspectiva histórica e analítica. O autor defende a tese de que há um mito envolto nos discursos midiáticos e políticos, quando estes propõem uma proposta de ascensão de uma nova classe média.

A partir da análise das condições materiais em que ocorre a reprodução social sob o capitalismo, Pochmann (2014) contesta a ideia de que a classe trabalhadora está sendo substituída por uma crescente classe média. Para o autor, na verdade houve o avanço de um estrato denominado de *workingpoor*, principal segmento beneficiado pelas mudanças políticas do período.

Com base no estudo *A nova classe média*, da Fundação Getúlio Vargas (ESCOLA..., 2008)⁴, a classe C é vista como a classe central, pois se encontra abaixo da A e da B e acima da D e E. Segundo dados do mesmo instituto, uma família é considerada da classe média C quando tem renda mensal entre R\$ 1.115 e R\$ 4.807 (GRUPO ..., 2014)⁵. Apesar de não ser a maior em termos de renda no país, a classe C é a maior em termos de pessoas: 91,8 milhões de brasileiros. Já a Consultoria Target divide a população em oito classes. No modelo da Target, a classe C é citada a partir do quarto estrato social e é composta pelas classes C1 e C2, a primeira com renda maior que R\$ 1.400 e a segunda, maior que R\$ 950 (GUIA..., 2012).

É sobre este tipo de amostras por renda, que os mercados, inclusive o de revistas – objeto aqui analisado –, promovem demarcações e discriminam novos grupos e segmentos de consumo, portando essa é a denominação de classe C adotada neste artigo.

Entre as razões que podem explicar o aumento de mulheres no mercado informal, Kon (2003, 2006) destaca a diferença de salário entre homens e mulheres, além da baixa ocupação destas em cargos de comando e chefia. Há ainda, segundo a autora, a necessidade de complementar a renda familiar, devido a muitas vezes, o emprego do parceiro não é suficiente para os custos da casa. Vale destacar que a diferença ocorre também pelo acesso mais restrito às ocupações formais, em alguns casos relacionados ao fato da mulher está em idade fértil ou indicar planos em relação a filhos em uma entrevista de emprego.

A crescente inserção da mulher no mercado de trabalho e sua apropriação da leitura colaboram para o surgimento de um variado universo de títulos de revistas femininas cada vez mais especializadas em perfis e demandas específicas. Dentro dessa efervescência de publicações, chama atenção a criação e a permanência da revista *Sou mais Eu*, notadamente pela forma como esse veículo aborda seus temas, em especial, o trabalho feminino.

Dentre as revistas populares, *Sou Mais Eu* apresenta uma proposta editorial inovadora, pois publica histórias comuns ao invés de priorizar celebridades como as demais revistas femininas brasileiras. Em meio a essas histórias, a revista tem dado anualmente cada vez mais espaço àquelas histórias envolvendo algum ramo de atividade informal, desde que se observe um ganho relativamente alto de dinheiro, em atividades e funções, que pareçam não exigir muito tempo ou esforço, sendo estas citadas como um “quase” passatempo pelas mulheres entrevistadas.

A produção de uma revista que circula enunciados dessa natureza esboça o momento de extrema instabilidade presente no mundo trabalho, em que “[...] a informalização do trabalho torna-se, então, um traço constitutivo e crescente da acumulação de capital dos nossos dias, uma vez que se torna cada vez mais permanente na fase da *liofilização organizativa* [...]” (ANTUNES,

⁴ Classificação das classes no Brasil segundo a Fundação Getúlio Vargas.

⁵ Renda das demais classes sociais no Brasil de acordo com o Grupo de Estudos Urbanos.



2011, p. 408, grifo do autor). Esse tipo de organização necessita cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*. Essa forma de degradação do trabalho, pautada na flexibilidade liofilizada, a princípio aparenta ser mais “participativa”, porém o estranhamento e reificação são mais interiorizados do os vigentes no período anterior. Esse tipo de estrutura é responsável pela desconstrução monumental dos direitos sociais do trabalho e pela generalização das novas modalidades da precarização.

Ainda segundo o autor, esse processo se acentua porque vivenciamos “[...] a erosão do trabalho contratado e regulamentado dominante no século XX [...]” (ANTUNES, 2011, p. 411) e sua substituição por demais formas de trabalho, como o empreendedorismo, o cooperativismo e ainda o voluntarismo. Processos que remetem a uma crise estrutural e ainda sem uma clara definição do que significará tal adaptação pelas indústrias, empresas e pessoas ao capitalismo tardio.

A performática *Sou mais Eu*

A revista *Sou mais Eu*, lançada em outubro de 2006 é um dos títulos de periodicidade semanal da Editora Abril. A revista investiu em novos recursos para agregar um público de mulheres novo: protagonismo do leitor e trabalho *off-line* e *online*. A produção da revista é feita *on-line*, por meio da coleta de dados de mulheres interessadas em publicar suas histórias de vida, que devem, preferencialmente, apresentar-se na capa como uma história de superação e receita de sucesso. A revista impressa compõe o resultado. Tal aspecto constitui um importante diferencial da revista (CRUZ, 2009).

No Brasil, *Sou mais Eu* veio explorar a camada mais recente do mercado emergente C, ou seja, às mulheres recém-chegadas à classe. Segundo dados da própria editora, mulheres com recente acesso ao crédito e financiamentos e, por isso, cheias de expectativas de transformação da própria realidade. Na época do lançamento, veiculou-se um anúncio “[...] que informava o novo formato de publicação da Abril: uma revista formada por histórias reais enviadas pelas próprias leitoras, que apostava na ‘interatividade’ com o público [...]” (COSTA, 2011, p. 69).

O sucesso de *Sou mais Eu* pode está relacionado ao que Mira (2001), denominou de “aprendizado emocional”, que seria uma forma de justificar os interesses pelas histórias de vida narradas por outras pessoas. Desse modo, o interesse de saber a respeito de histórias das outras, as desconhecidas do mundo das celebridades, as pessoas do povo, dão para o enunciatário – aquele a quem os enunciados são dirigidos – modelos mais autênticos de como agir, caso passem pela mesma situação/problema.

Desde o primeiro exemplar, *Sou mais Eu* expressa bem o conceito editorial: histórias de pessoas anônimas estampando a capa e as matérias; ofertas de prêmios em dinheiro condicionados ao consumo da revista; o preço apresentado como “oferta de lançamento”, anúncios trazendo uma revista como um grande magazine cheio de promoções. Contratos comunicativos organizados a fim de sinalizar para a leitora uma possibilidade de visibilidade, renda e fama, através da negociação de uma história real.

Nas palavras de Prado (2011), o “contrato de comunicação”, que também pode ser chamado de “contrato de leitura ou de interpretação”, existe em cada texto implicitamente, como uma proposição performativa que, embora seja de tom imperativo, pode ser aceita ou criticada por quem recebe a mensagem.

Cada texto midiático traz um contrato proposto, em que o enunciador se dirige a um enunciatário, criado por meio de uma interpelação discursiva, em que uma modalização é proposta. Dizendo de modo mais simples: todo texto oferece ao potencial leitor algo em termos de direção à ação, para que ele se transforme, se informe para aprender, melhorar sua

existência, consuma, tenha sucesso, se divirta, ou tudo isso em conjunto (PRADO, 2011, p. 2).

A peculiaridade da revista propagada pela ideia de protagonismo do leitor, divulgada tanto pelo site da publicação quanto nas páginas em redes, na qual a mulher é incentivada a contar histórias que podem ser premiadas a partir de R\$ 100,00 rendeu exclusividade para o periódico, pois se trata da única revista em circulação neste formato hoje no Brasil. A oferta de dinheiro aumenta segundo o impacto da história: quanto mais a história pareça extraordinária e, ao mesmo tempo, transmita veracidade, mais alto será o cachê, que pode chegar até mil reais.

Esse aspecto demonstra que a revista “[...] procura promover a autoestima de uma mulher supostamente batalhadora, determinada e que deseja se destacar [...]” (CRUZ, 2009, p. 5). O conceito editorial da publicação é pautado na ideia de que a leitora é a responsável maior pela produção da revista, através da divulgação de experiências pessoais, histórias, dicas e receitas. *Sou mais Eu* é conhecida e divulgada como um veículo que dá visibilidade e reconhecimento a quem compartilha mensagens de superação.

[...] o público-alvo deixa de ser apenas o destinatário das mensagens fabricadas pela equipe de jornalistas e assume um papel-ativo: o de produtor de conteúdo. A revista é construída com a colaboração dos leitores, que enviam fotos, histórias de vida, dicas de saúde, beleza e relatos diversos de natureza verídica (CRUZ, 2009, p. 1).

A leitora é encorajada a publicar sua história visando, além da possibilidade de conseguir dinheiro, participar, embora por pouco tempo, do efusivo mundo da “fama”, afinal não é todo dia que, ao mesmo tempo, lhe são oferecidos dinheiro e visibilidade. Graças a essas estratégias, a revista tem uma venda média de 65.687 exemplares por semana (M DE MULHER, 2014).

Sobre o nome da revista, de acordo com Costa (2011), a expressão “sou mais eu” liderou o ranking do *Google Trends* (WIKIPÉDIA..., 2014)⁶ em 2006, exatamente na época de lançamento da publicação. Tal fato pode indicar duas interpretações: a primeira seria de que o aumento do uso linguístico foi relevante na escolha da marca-nome da revista, pois até então não havia registro da expressão ou esta aparecia irrisoriamente na rede; a segunda apontaria para a estratégia da equipe de marketing da Editora, em que esta teria lançado mão do recurso de busca do site, a fim de aumentar a frequência da expressão “sou mais eu” e, assim, chamar atenção para a nova revista. A autora ainda aponta as revistas *Pick me up* (Reino Unido) e *Contá y Ganá* (Argentina), como influências para o nome e estilo da publicação.

Ao longo de oito anos, as capas de *Sou mais Eu* sofreram modificações em todos os aspectos, especialmente quanto à organização dos objetos (lugar ocupado pela pessoa da capa, letras-tema, chamadas de capa) e conteúdos de destaque (matérias principais e matéria de capa). É a partir de 2014 que as atividades informais passaram a ser frequentemente destacadas nas capas.

Da análise dos textos de *Sou mais eu*, percebemos que a construção do sentido de “ser mulher”, com base nas representações da revista e segundo Fairclough (2003), se ancora em um constante rearranjo, com uma dupla concepção desse sentido. No caso de *Sou mais Eu*, existem dois planos paralelos de enunciados. No primeiro plano, o da imagem, ao tentar representar a mulher da classe C, tomando como base atributos de uma mulher de classe mais alta – sobretudo pela maioria de suas eleições de capa – *Sou mais Eu* procura modelar-se como outras revistas femininas; no segundo plano, seus conteúdos textuais, dispostos no mesmo

⁶ *Google Trends* é uma ferramenta do *Google* que mostra os mais populares termos buscados em um passado recente. A ferramenta apresenta gráficos com a frequência em que um termo particular é procurado em várias regiões do mundo, e em vários idiomas.



espaço, retomam temas voltados para a classe; midiaticamente associada à quantidade de dinheiro que (não) possui. Podemos observar, mais uma vez, através das práticas discursivas desse segmento de revistas, um processo de fixação/estabilização da construção identitária da mulher da classe C, em especial pela negação da sua diferença em relação a outras classes: a renda.

Por congregarem uma gama vasta de conteúdos, *Sou mais Eu* atinge um número mais diverso de leitores. Em pesquisa, sobre o perfil do público consumidor (M DE MULHER, 2015), observou-se que este é composto, em sua maioria, por mulheres entre 20 e 40 anos, das quais 63% são solteiras, 61% trabalham e 55% têm computador.

Método

A fim de entender como os enunciadores convocam respectivos leitores na revista *Sou mais Eu*, de modo a convidá-los a engajarem-se em formas de fazer e saber em relação à melhoria de competências de trabalho a metodologia apoia-se nos trabalhos de Prado (2011) e Fairclough (2003).

Enquanto as pesquisas de Prado orientam o entendimento dos enunciados em mídias impressas, a Análise de Discurso Crítica – ADC, de Fairclough (2003), em especial o trabalho desenvolvido por esse autor em *Analysing discourse*, serve de base para a conceituação de discurso, além de, ao mesmo tempo, auxiliar no estudo sobre os contratos comunicacionais e identidade. Isso porque Fairclough (2003) propõe três tipos de significados: o significado acional, o significado representacional e o significado identificacional, os quais se encontram simultaneamente nos textos. A partir da noção de gênero como ação social, imersos nos eventos sociais, os gêneros se realizam em “[...] significados acionais e formas do texto, em significados representacionais e discursos e em significados identificacionais e estilos [...]” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 67).

Diante do nosso objeto de estudo, consideramos apenas o significado identificacional, uma vez que este se relaciona aos estilos/modos de *ser*, que, segundo Resende e Ramalho (2006, p. 76), “[...] constituem o aspecto discursivo de identidades, ou seja, relacionam-se à identificação de atores sociais em textos”. Este significado enfatiza a negociação e a construção de identidades no discurso e, ao relacionar-se com o estilo, permite supor nos textos as identidades dos atores sociais (FAIRCLOUGH, 2003).

Para o autor, o significado identificacional está relacionado ao conceito de estilo e estes constituiriam o aspecto discursivo de identidades, e estão relacionados à identificação de atores sociais nos textos. Ou seja, o estilo expressa, de algum modo, como pessoas se identificam e como identificam outras pessoas e relacionam-se com a identificação.

O *corpus* foi reunido durante dois anos, 2013 e 2014. Foram adquiridos seis exemplares da revista por ano, compondo uma amostra de doze revistas. Optou-se por publicações mais recentes, por estas permitirem uma investigação mais atualizada do tema. Houve seleção de três matérias para análise visando respeitar os limites do corpo do artigo.

O trabalho nas páginas de *Sou mais Eu*

A leitora apresentada em *Sou Mais Eu* (para a análise das matérias usou-se a sigla SME) sabe como usar o próprio dinheiro ou como conseguir dinheiro com relativa facilidade. Após levantamento sobre os vocábulos mais recorrentes na revista *Sou mais Eu*, Costa (2011) verificou a ocorrência mais frequente do cifrão R\$. Por mais que dietas tenham se constituído como o padrão predominante de capas na publicação, em meio a essas histórias, aquelas focadas no uso/ganho de dinheiro também se sobressaem.

Os discursos sobre o ganho de dinheiro normalmente trazem histórias envolvendo alguma atividade informal. Mas, para que a narrativa seja selecionada, é preciso haver um ganho relativamente alto em dinheiro, além das atividades serem descritas como funções que não exigem muito tempo ou esforço, sendo “quase” um passatempo para as mulheres entrevistadas.

É importante destacar que, em todas as edições da revista, desde o seu lançamento em 2006, é estabelecida uma relação entre o trabalho informal e a garantia de excelente rentabilidade. Em todas as capas, há pelo menos uma chamada textual, demonstrando um modo eficiente, fácil e bem sucedido de ganhar dinheiro via ocupação informal.

A matéria “Seja você a sex shop! Leitoras contam como ganhar até R\$ 1.800 revendendo produtos eróticos” é narrada por duas personagens com motivações distintas em relação à venda de produtos eróticos (Figura 1). Uma delas é Erika Pinto, com base em seu relato, a entrada nesse ramo de vendas foi motivada pela alta lucratividade e pelo nascimento do primeiro filho. Além disso, o baixo salário do emprego de secretária lhe obrigou a procurar uma renda extra. Porém, as vendas se tornaram um sucesso. Assim, ela optou por deixar o emprego e dedicar-se exclusivamente à atividade, pois esta lhe rendia mais tempo livre e dinheiro que o emprego anterior: “Organizo quatro reuniões por mês e já ultrapassei a marca de 50 clientes ativas. Lucro em média R\$ 1.800, por mês. Trabalho sem horário fixo” (REVISTA..., 2013b, p. 20).

A outra mulher é Valdilene Gomes, que, diferentemente das demais entrevistadas ao longo da análise, concilia a atividade informal com o emprego de frentista. Segundo Valdilene, seu dom para as vendas e a possibilidade de ganhar mais foram os determinantes para começar a vender produtos eróticos. Na entrevista, ela destaca as aquisições advindas da venda dos produtos: “Minha vida só tem melhorado nos últimos tempos. Tirei minha habilitação e comprei uma moto, armários, piso para o banheiro e troquei a caixa d’água [...]. Tudo isso graças à revenda de produtos eróticos” (Valdilene Gomes - REVISTA..., 2013b, p. 21).

A segunda história é aberta com a seguinte matéria de capa: “Tá bombando (sic)! ‘Faturou R\$ 3.500 com patchwork’. Passo a passo pra você começar a lucrar já” (REVISTA..., 2013a) é a história de Fabiana Giandoso, artesã que também largou o emprego formal para poder “ser mãe em período integral!” (Figura 2), (REVISTA..., 2013a, p. 20).

A entrevistada conta como se aperfeiçoou na técnica de *patchwork* e as estratégias que utiliza para manter suas vendas, como a criação de um site de vendas e um blog para divulgação. Suas declarações em relação ao empreendimento são todas positivas: “Minhas vendas cresceram e meu lucro mensal passou para R\$ 3.500! [...] O negócio estava indo tão

DO NOSSO JEITO - NEGÓCIO **VOCÊ TAMBÉM PODE GANHAR R\$ 100**

Revenda de produtos eróticos: a hora é esta!

Não é preciso ter uma sex shop para ganhar um bom dinheiro com vibradores e afins: você pode “ser” a sex shop! Basta encontrar um jeitinho eficiente de oferecer esses artigos para a clientela.

“Largou o emprego de secretária e, organizando reuniões para vender brinquedinhos, hoje ganha R\$ 1.800!”

Alexandra de 2005, ex-secretária, decidiu vender produtos eróticos em sua casa. Hoje, ela ganha R\$ 1.800 por mês. Ela conta que começou a vender produtos eróticos em sua casa em 2005, quando decidiu largar o emprego de secretária para dedicar-se às vendas. Ela organiza reuniões mensais para vender produtos eróticos e já ultrapassou a marca de 50 clientes ativas. Seu lucro mensal é de R\$ 1.800.

“Sou frentista e atendo minha clientela nas horas vagas”

Valdilene Gomes, 38 anos, trabalha como frentista e vende produtos eróticos em sua casa. Ela ganha R\$ 3.500 por mês com as vendas. Ela conta que começou a vender produtos eróticos em sua casa em 2005, quando decidiu largar o emprego de frentista para dedicar-se às vendas. Ela organiza reuniões mensais para vender produtos eróticos e já ultrapassou a marca de 50 clientes ativas. Seu lucro mensal é de R\$ 3.500.

É preciso planejamento

Como em qualquer negócio, um plano é essencial para o sucesso. É preciso definir o público-alvo, os produtos a serem vendidos e o preço de venda. Também é importante fazer um bom planejamento financeiro para garantir a sustentabilidade do negócio.

Qualquer pessoa pode se tornar uma revendedora

Não é necessário ter experiência prévia para vender produtos eróticos. Basta ter um bom planejamento e uma boa comunicação com os clientes. É possível aprender com a experiência de outras revendedoras e aplicar os conhecimentos adquiridos no seu próprio negócio.

Nome	Site	Telefone
GALE NEVES INTIMA	www.gale.com.br	(11) 3274-8213
MODA MODA INTIMA	www.modamoda.com.br	(11) 3241-4606
MODA MODA INTIMA	www.modamoda.com.br	(11) 3241-4606
MODA MODA INTIMA	www.modamoda.com.br	(11) 3241-4606
MODA MODA INTIMA	www.modamoda.com.br	(11) 3241-4606
MODA MODA INTIMA	www.modamoda.com.br	(11) 3241-4606
MODA MODA INTIMA	www.modamoda.com.br	(11) 3241-4606
MODA MODA INTIMA	www.modamoda.com.br	(11) 3241-4606
MODA MODA INTIMA	www.modamoda.com.br	(11) 3241-4606
MODA MODA INTIMA	www.modamoda.com.br	(11) 3241-4606

Figura 1. Matéria “Seja você a sex shop!”. Fonte: *Sou mais eu* (2013b).

bem que nos mudamos para uma casa maior [...]. Sou totalmente realizada! Posso passar tanto tempo com meus filhos trabalhando com o que amo! Graças ao meu negócio, tenho uma qualidade de vida excelente – não preciso nem pegar trânsito! O que mais eu poderia querer?” (Valdirene Gomes - REVISTA..., 2013a, p. 21). Na matéria, há espaço para ensinar a leitora sobre venda de artesanato *patchwork*, com dicas “Da redação”. E também é ensinada a confecção de uma peça a partir da técnica.

A última história, “A venda porta a porta me ajudou a vencer o câncer”. Fature R\$ 2 mil trabalhando na hora que quiser” (REVISTA..., 2014, p. 1), traz Tatiana Lincez Braga e seu drama de recomeçar do zero, após perder o emprego e descobrir um câncer. (Figura 3).

Inicialmente, ela conta como era bem sucedida no emprego, como foi difícil ficar desempregada depois da falência da empresa e ainda descobrir que estava doente no mesmo período. Cada vez mais abatida com as recentes notícias, Tatiana Lincez Braga conta que uma amiga da família incentivou ela e sua mãe a serem revendedoras de cosméticos. Mesmo com as dificuldades em relação ao tratamento quimioterápico a que se submetia, a leitora

Figura 2. “A renda de R\$ 3.500 com a venda de patchwork”. Fonte: Revista *Sou mais Eu* (2013a).

Figura 3. Matéria “Renda de 2.000 e a ‘cura’ do câncer com a venda de produtos”. Fonte: Revista *Sou mais Eu* (2014).

não desanimou e prosperou: “Trabalhar com isso durante o tratamento foi minha salvação. Me sentia útil e ocupava a cabeça com coisas importantes. Sem falar que fez bem para minha família... Hoje, ganhamos R\$ 2 mil por mês com a revenda dos produtos, e há três anos estou recuperada!” (Tatiana Linhares Braga - REVISTA..., 2014, p. 19). A matéria ainda conta com a fala da mãe da entrevistada, narrando o quanto a revenda de produtos foi determinante para a melhora da filha. “Da redação” ensina “Os 5 mandamentos do sucesso na hora de vender porta a porta” a partir da dicas de uma consultora de venda direta, para demonstrar como é possível e simples organizar o próprio negócio.

A opção pelo trabalho informal nas duas primeiras edições citadas ocorre, segundo Kon (2003), porque essas atividades são mais flexíveis. As mulheres conseguem conciliar suas atividades domésticas com as profissionais por conta de uma jornada de trabalho mais curta. Outra razão é que muitas dessas atividades profissionais podem ser desenvolvidas no próprio lar.

As primeiras duas matérias analisadas apresentam a atividade informal como a saída mais eficaz para a obtenção de dinheiro, embora a informalidade não seja apontada como a única forma possível de trabalho, diferentemente do terceiro caso, em que a venda de cosméticos foi a única alternativa.

Em relação ao significado identificacional, notamos que a publicação opta por apresentar o discurso das entrevistadas, de forma a não dar visibilidade às problemáticas envolvidas na procura e permanência de emprego para mulheres que têm filhos ou que não possuem as formações exigidas na atualidade para a ocupação de funções cada vez mais complexas e mal remuneradas.

Além disso, as seleções operadas pela publicação para elucidar o lucro envolvido em cada atividade são marcadas por aquilo que Fairclough (2003) denominou de “seleção lexical”, ou seja, a escolha realizada pelo enunciador para convocar a uma leitura não só atenuada, mas também positivada das atividades desenvolvidas pelas quatro mulheres. A escolha lexical realizada pelo enunciador de *Sou mais Eu* expressaria a imagem social que as matérias da revista engendram no processo discursivo tanto de produção quanto de leitura.

Os títulos das matérias, a repetição ao longo destas dos valores alcançados e nenhum parágrafo dedicado ao tempo habitual dedicado à atividade ou custos decorrentes de eventuais perdas ou possíveis maus pagadores, configuram elementos bastante eficazes de convocação para leitura e execução desse tipo de receiptários. Inferimos isso por conta desse estilo de discurso no contexto de uma revista feminina popular, em que 39% de suas leitoras não têm qualquer tipo de forma de trabalho; além de estratégias de valoração, inclusive em reais, que essas histórias vêm recebendo dentro da publicação ao longo dos anos.

Notamos ainda que, diferentemente de outras revistas femininas, que abordam temas como carreira ou sucesso profissional, *Sou mais Eu* não seleciona histórias para sua capa ou chamadas de capa de outros tipos de trabalho ou formas de empregabilidade. Tais seleções de narrativa funcionariam, dentro da perspectiva faircloughiana, como elementos fornecedores de direções e sentidos para uma possível leitora em situação parecida, na interpretação de seu momento atual.

São os mapeamentos descritivos presentes nos contratos comunicativos da revista, “[...] novos comportamentos, receitas de como obter sucesso na profissão e êxito na vida concebidos de modos específicos, dentro de certos enunciados da identidade legitimadora introduzida pelas mídias” (PRADO, 2011, p. 3).

De que maneira essas representações de trabalho publicadas em *Sou mais Eu* e as histórias das leitoras no desenvolvimento de suas atividades contribuem para a construção de suas identidades?

Notamos nas matérias relacionadas ao trabalho informal uma forte adesão ao discurso sustentado pelos valores liberais, em especial o empreendedorismo. Trata-se de um fenômeno



nomeado por Gorz (2005) de “auto-emprededorismo”, processo em que não mais há diferença entre o sujeito e a empresa, pois ele se torna a própria empresa.

A pessoa deve, para si mesma, tornar-se empresa; ela deve se tornar, como força de trabalho, um capital fixo, que exige ser continuamente reproduzido, modernizado, alargado, valorizado [...]. Ela deve ser sua própria produtora, sua própria empregadora e sua própria vendedora, obrigando-se a impor a si mesma constrangimentos necessários para assegurar a viabilidade e a competitividade da empresa que ela é (GORZ, 2005, p. 23, grifo do autor).

De um modo geral, para Kon (2006), fica clara a existência de uma ligação sistemática entre os setores formais e informais, e por conta disso pode-se dizer que a economia informal não é uma condição individual, por mais que haja, em alguns casos, uma escolha pessoal. Trata-se, ao contrário, de um processo de geração de renda caracterizado pela condição principal de não haver regulamentação legal por empresas ou instituições da sociedade em que semelhantes atividades sejam reguladas.

Por mais que exista certa liberdade para a colaboradora ou colaborador – embora no *corpus* apenas mulheres tenham sido conteúdo das histórias, homens esporadicamente também podem participar da revista – na elaboração de suas narrativas, com base em Prado (2011), podemos questionar: que modos de vida e de trabalho são possíveis em *Sou mais Eu*? Que mapas o público leitor interessado em aparecer na publicação precisa traçar para efetivamente ser lecionado? Em relação ao trabalho, as mulheres e suas atividades lideram as matérias sobre o tema.

Apesar da benesse em torno das atividades descritas, já que as histórias sempre narram empreendimentos bem sucedidos, pode-se questionar: por que não há na revista a mesma oferta de atividade para o público C masculino? Conforme Neves (2001), pode-se dizer que tais discursos existem para a mulher e não para o homem por conta das formas históricas de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho. Segundo a autora, a inserção é marcada pelas representações de masculino e feminino culturalmente construídas, e essas representações são a base da divisão sexual do trabalho, determinando o lugar da mulher e do homem nos postos de trabalho. E parece que também fora deles: nos contexto doméstico, midiático, na relação com a sexualidade/corpo etc.

Ainda que na atualidade os homens participem mais das atividades domésticas e no cuidado dos filhos, são as mulheres que carregam a obrigação da maternidade e da organização da casa. Mesmo aquelas que possuem renda própria e não dependem materialmente do companheiro também precisam equilibrar uma dupla ou tripla jornada de trabalho. E, nesse ponto, as atividades veiculadas em *Sou mais Eu* vão ao encontro de possíveis leitoras que, eventualmente, tenham, em algum momento, abdicado de uma profissão ou cargo em função das demandas do lar e dos filhos e precisam adquirir dinheiro ou realizar uma atividade “no tempo livre”.

Desse modo é importante destacar o papel da revista na naturalização dessa forma de inserção laboral feminina, uma vez que se contribui na disseminação da ideia crescente de que extensas jornadas (às vezes múltiplas jornadas) é característica da “identidade” feminina.

Considerações finais

Com base no exposto, podemos dizer que há na publicação predileção em abordar o trabalho informal como forma mais eficaz para a melhoria da qualidade de vida e aumento da renda. Não foram encontrados nos exemplares analisados história de sucesso profissional em outros ramos da atividade econômica nem em profissões advindas da vida acadêmica, tão pouco de homens atuando na informalidade. As histórias selecionadas para tratar do tema trabalho são aquelas em que leitoras narram suas histórias de sucesso no mercado informal.



A as relações sociais em *Sou mais Eu* são representadas e negociadas pelos participantes do discurso, a exemplo, a relação entre o columnista e o leitor, correspondendo ao modo como a comunicação é estabelecida entre a revista-emissor e o leitor-receptor. Tal relação não é espontânea, uma vez que as leitoras presentes nas matérias recebem entre R\$ 100 e R\$ 1.000 pela divulgação de suas histórias. A oferta de dinheiro para a publicação de experiências das leitoras é ostensiva em toda a revista.

Segundo Fairclough (2003), os significados das palavras guardam “facetas de processos sociais e culturais mais amplos” (p. 230), precisam ser investigados, pois as relações estruturais entre os sentidos de uma palavra podem ser formas de hegemonia. Tais significados podem ser construídos ou contestados socialmente. O estudo dos contratos comunicativos, a análise das proposições de identidade e dos significados identificacionais nas revistas populares permitiram olhar essas revistas por dentro, suas especificidades, percebendo a forma como articulam seus enunciados, além de suas construções de público leitor.

A publicação opta por não discutir a problemática em torno da informalização do trabalho. Se por um lado as histórias oferecem dicas de um futuro promissor, por outro, narram nas entrelinhas, a atividade informal não como algo passageiro ou para complemento da renda, mas como a única opção possível diante da crise financeira ou da dificuldade da mulher em conciliar a vida doméstica com uma rotina laboral formal.

As ocupações, associadas ao ganho rápido e garantido de dinheiro, evidenciam a opção ideológica de *Sou mais Eu*, ao expressar uma imagem social relacionada ao trabalho, especificamente em sua modalidade informal. Imagem essa que confirma a manutenção dos *status* de masculino e feminino dentro da divisão do trabalho, tornando natural que as mulheres continuem a desenvolver vários papéis – mãe, esposa, empregada, autônoma, empreendedora – corroborando com a lógica da “mulher multitarefas”. A análise das matérias evidenciou que o sucesso das mulheres em suas atividades não está na “escolha” pelo trabalho informal, mas sim ao dedicado esforço de trabalho.

Os achados demonstram a necessidade de expandir o estudo, a fim de verificar o que mantém esses enunciados em alta na atualidade, especialmente em uma publicação feminina voltada para a chamada nova classe média e, ao mesmo tempo investigar como a temática do trabalho é abordado em revistas femininas dirigidas a outras classes sociais.

Referências

ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 107, p. 405-419, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n107/02.pdf>>. Acesso em: 17 dezembro 2013.

BOMFIM, A. S. V. B. *A mulher no mercado informal: o caso das ambulantes localizadas nas ruas centrais de Salvador*. 2005. 56 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Católica do Salvador, Salvador.

COSTA, J. D. S. *Revista Sou Mais Eu da Editora Abril da revista impressa para a on-line: um estudo de caso*. 2011. 219 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Curso de Pós-graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília.

CRUZ, P. M. Representações do eu: a imagem como elemento discursivo na construção de identidades femininas. *Revista Eletrônica Temática*, João Pessoa, ano v, n. 12, p.1-9, 2009. Disponível em: <http://www.insite.pro.br/2009/Dezembro/patricia_identidade_feminina.pdf>. Acesso em: 19 maio 2013.



ESCOLA DE GOVERNO. *O maior fenômeno sociológico do Brasil: a nova classe média*. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.escoladegoverno.org.br/artigos/209-nova-classe-media>>. Acesso em: 23 set. 2014.

EUFRÁSIO, M. As transformações no mundo do trabalho frente a globalização. *Revista Labor*, Fortaleza, v. 5, p. 121-140, 2011.

FAIRCLOUGH, N. *Analyzing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge Taylor & Francis Group, 2003.

FILGUEIRAS, L.; DRUCK, G.; AMARAL, M. F. *O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica*. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n. 41, 2004.

GORZ, A. *O imaterial: conhecimento valor e capital*. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

GRUPO DE ESTUDOS URBANOS. *Fim da polêmica sobre as classes sociais*. São Paulo. <<http://www.geu.com.br/news/fim-da-polemica-sobre-as-classes-sociais>>. Acesso em: 23 set. 2014.

GUIA POPULAR. Qual classe social você se encontra. Forquilha. Disponível em: <http://guiapopular.wordpress.com/2012/08/07/qual-classe-social-voce-se-encontra/>. Acesso em: 30 jul. 2014.

HARVEY, D. Fordismo à acumulação flexível. In: HARVEY, D.. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

INSTITUTO NACIONAL DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro, 2012.

INSTITUTO DATA POPULAR. São Paulo. Disponível em: <<http://www.datapopular.com.br/>>. Acesso em: 29 abr. 2013a.

INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO – IVC. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ivc.org.br>>. Acesso em: 29 abr. 2013b.

KON, A. As trabalhadoras por conta-própria no Brasil: diferenças entre gêneros. *Mulher e Trabalho*, Porto Alegre, v. 3, p. 49-66, 2003.

KON, A. Segmentação e informalidade do trabalho nas empresas, em uma perspectiva de gênero. *Mulher e Trabalho*, Porto Alegre, v. 6, p. 1-20, 2006.

M DE MULHER. Entenda as mulheres da classe C. Disponível em: <<http://mdemulher.abril.com.br/revistas/midiakit/sou-mais-eu/index.html>>. Acesso em: 27 set. 2014.

<eref>M DE MULHER. *O perfil do público consumidor da revista Sou mais Eu*. <<http://mdemulher.abril.com.br/revistas/midiakit/sou-mais-eu/index.html>>. Acesso em: 14 jan. 2015.</eref>

MIRA, M. C. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho D'água, 2001.

NAVARRO, V. L.; PADILHA, V. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. *Psicologia e Sociedade*, v. 9, p. 14-20, 2007.

NEVES, M. A. Cadeia automotiva: flexibilidade, precarização e relações de gênero. *Trabalho e Educação*, Revista do NETE/UFMG, Belo Horizonte, n. 8, p. 90-110, 2001.



NEVES, M. A. PEDROSA, C. M. Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 11-34, 2007. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/secoes/mulher/atuacao-feminina/mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 22 de junho de 2013.

POCHAMANN, M. *Nova classe média?: o trabalho na base de pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

POCHAMANN, M. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2014.

PRADO, J. L. A. *Regimes de visibilidade em revistas: análise multifocal dos contratos de comunicação*. São Paulo: PUC-SP. 2011. DVD.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

REVISTA SOU MAIS EU. *A renda de R\$ 3.500 com a venda de patchwork*. São Paulo: Editora Abril. n. 351, p. 20-21, ago. 2013a.

REVISTA SOU MAIS EU. *Seja você a sex shop!*. São Paulo: Editora Abril. n. 322, p. 20-21, 2013b.

REVISTA SOU MAIS EU. *Renda de 2.000 e a 'cura' do câncer com a revenda de produtos*. São Paulo: Editora Abril. n. 397, p. 18-19, jun. 2014.

WIKIPÉDIA. *Google trends*. Disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/Google_Trends>. Acesso em: 15 jul. 2014.

Recebido: 20 dez., 2015
Aceito: 07 mar., 2016



Discurso e identidade: uma análise das publicações sobre trabalho, carreira e profissão no campo da tecnologia da informação¹

Discourse and identity: an analysis of publications about work, career and profession in the field of information technology

Tatiele Pereira de Souza^a

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o discurso sobre carreira, trabalho e profissão veiculado em publicações no campo da tecnologia da informação (TI). O *corpus* de análise envolveu matérias publicadas em duas revistas direcionadas à área de TI, entre os anos de 1984 a 2014. O exame de um período tão extenso permitiu identificar o momento no qual há certo rompimento em torno das ideias e valores relativos à profissão de informática, como era chamada no início, e a constituição de um novo ideal de profissional, o profissional de TI, este deve aderir a uma nova identidade pautada no empreendedorismo, na gestão de si, no gosto pela mudança. Considera-se que tal construção discursiva constitui uma identidade atribuída a partir do discurso empresarial e coaduna com as novas formas de gestão do trabalho e da produção.

Palavras-chave: profissionais de TI; profissional de informática; análise de discurso; identidade; empreendedorismo.

Abstract

The goal of this article is to analyze the discourse career, work and profession aired in publications in the field of information technology. The *corpus* of the analysis consists of materials published in two magazines directed to the area of information technology, between the year of 1984 until 2014. The examination of such an extent time period permitted the identification of the moment in which there is a certain rupture surrounding the ideas and values related to the profession of information, as named in the beginning, and the constitution of a new professional ideal, the IT professional, must take on a new identity guided by entrepreneurship, the liking of change and risk. It is considered that this discursive construction constitutes an identity assigned from the business discourse and that it complys with the new forms of work and production management.

Keywords: IT professionals; informatic professional; discourse analysis; identity; entrepreneurship.

¹ Este trabalho faz parte da pesquisa de doutorado, desenvolvida pela autora, no programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás. O projeto integra a linha de pesquisa "Trabalho, Emprego e Sindicatos", intitulada-se *Trabalho e informação: heterogeneidade e gênero nos serviços de tecnologia da informação*, e está sob a orientação do Professor Doutor Jordão Horta Nunes.

^a Doutoranda, Universidade Federal de Goiás – UFG, Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Goiânia, GO, Brasil. Contato: tatieleufg@gmail.com



Apresentação

Desde a década de 1970, em países de capitalismo avançado e, sobretudo, 1990, no Brasil, uma diversidade de autores e autoras constroem reflexões acerca das transformações no capitalismo que permitiram uma reorganização do processo de acumulação em novas bases tecnológicas, políticas e organizacionais e que impactaram as relações de trabalho em escala global. Novas ocupações surgiram, outras desapareceram, e houve aquelas que se reorganizaram. As demandas qualificacionais também se modificaram por meio das novas tecnologias da informação e das novas formas de gestão da produção e do trabalho. Tais mudanças incidiram sobre a constituição identitária dos/as trabalhadores(as) e demandam pesquisas que considerem tanto a ocupação como, conforme aponta Dubar (2006, p. 94) “as exigências que os empregadores e os decisores políticos alegam para recrutar, formar ou gerir os ‘recursos humanos”.

As mudanças em curso resultam da conformação de um novo regime de acumulação pautado na busca pela flexibilização do trabalho, da produção e do consumo, na desregulamentação dos direitos, no aumento da utilização da tecnologia da informação, na racionalização das atividades e em processos de subcontratação que permitiram gerar novas formas de organização do trabalho em diferentes países e novas lógicas de serviços financeiros (HARVEY, 2013; LEITE, 2009). Essas transformações constituíram-se em ampla medida por meio da adoção do sistema *toyotista* de produção, que se baseia em um conjunto de princípios organizacionais, tecnológicos e gerenciais, cujas características são a produção flexível, realizada conforme a demanda, a empresa horizontalizada e a polivalência². No plano do trabalho e das novas formas de controle, exige-se, cada vez mais, as capacidades psíquicas e a subjetividade dos trabalhadores(as) (LIMA, 1996; HELOANI, 2011).

Os estudos e pesquisas sobre os serviços de tecnologia da informação, especificamente de profissões empenhadas no processo de desenvolvimento de *software*, apresentam um quadro no qual estas profissões representariam o novo ideal de trabalhador(a) que surge a partir dos processos de reorganização da produção e do trabalho. O trabalho flexível, realizado em muitos casos por projetos e em formas contratuais de trabalho distintas dos empregos formalizados³, a extensa jornada de trabalho, os conhecimentos adquiridos por meios não formais, isto é, de forma autodidata ou por meio de certificações, bem como exigências qualificacionais como a criatividade e o raciocínio lógico caracterizam tais atividades (MOSSI, 2012; CASTRO, 2013; GARZA, 2010).

Ainda que esta literatura apresente importantes reflexões em torno das ocupações em serviços na área de tecnologia da informação e, especificamente, sobre trabalhadores(as) empenhados no desenvolvimento de *software*, destacando as dimensões morais, as relações de gênero e as formas de contrato flexíveis, o campo carece de pesquisas que focalizem a relação entre o discurso sobre as exigências qualificacionais nesta área e a constituição de identidades profissionais e sociais. Para tanto, o objetivo deste artigo é analisar o discurso sobre carreira, trabalho e profissão veiculado em publicações no campo da tecnologia da informação.

Parte-se da concepção de que a identidade não se constitui a partir de processos individuais e psicológicos, mas como construção social e cultural, resultado, conforme Souza (2011, p. 18) “de processos de socialização primários e secundários que permitem com que as pessoas

² Conforme Marcelino (2004) a produção *just-in-time* refere-se ao processo produtivo que ocorre conforme a demanda; a polivalência, é caracterizada pela capacidade de o trabalhador operar várias máquinas e métodos; o *kanban* refere-se ao processo de reposição conforme a demanda, não necessitando assim de grandes estoques. E a empresa horizontalizada constitui-se por meio de processos de subcontratação em que a empresa focaliza no produto central e terceiriza o restante das atividades.

³ O emprego formalizado refere-se àquele que respeita as leis trabalhistas do país, conforme Baltar et al. (2009, p. 3) “explicitadas na CLT ou no Estatuto do Servidor Público.”

se identifiquem e sejam identificadas pelos outros”. Nesse sentido, a identidade constitui-se a partir de um processo relacional em que importa tanto os processos que configuram uma identidade atribuída, sexo, ocupação/profissão, quanto a forma como os próprios indivíduos atribuem significado a tais identidades (DUBAR, 2005, 2006).

O aporte metodológico para a análise parte da metodologia da interpretação/reinterpretação formulada por Thompson (1995) e da análise de discurso crítica, elaborada por Norman Fairclough (2001). Ambos os teóricos têm em comum a busca pela construção de métodos de análise do discurso que considerem tanto questões de ordem estrutural: contexto social, econômico e histórico, quanto as estruturas internas das formas simbólicas ou do discurso.

O *corpus*⁴ foi constituído por matérias publicadas em duas revistas direcionadas à área de tecnologia da informação: uma revista de circulação nacional e uma revista de circulação interna de uma grande empresa pública⁵. O período de análise das revistas compreendeu os anos de 1984 a 2014⁶. O *software* de análise *NVivo* foi utilizado para o processo de codificação e categorização dos dados coletados⁷.

Além desta apresentação o trabalho está dividido em três partes. Primeiro, são tecidas reflexões sobre as tecnologias da informação, doravante (TI), e o trabalho de desenvolvedores(as) de *software*. Em seguida, apresenta-se a análise do discurso das revistas publicadas no período de 1984 a 1990, que apontam para um discurso sobre a valorização do profissional de informática. Posteriormente, analisa-se o discurso constituído a partir dos anos 1990, o qual apresenta um cenário em que a construção da identidade do profissional de TI vincula-se, cada vez mais, ao ideal de “empreendedor”, nesse sentido, a valorização deve ser conquistada.

Tecnologias da informação e o trabalho de desenvolvedores e desenvolvedoras de *software* É importante frisar as distinções entre as profissões da informação e as profissões de TI⁸. As primeiras têm na informação a constituição de suas jurisdições como ocorre nas profissões de bibliotecários e contabilistas (ABBOTT, 1988), mas não estão relacionadas, diretamente, às tecnologias da informação, que se caracterizam por converter conhecimento social e práticas dentro de formas digitais que podem ser, segundo Eischen (2003, p. 63): “manipuladas, disseminadas e controladas dentro de uma arquitetura de código binário”. Assim, o desenvolvimento das tecnologias da informação e das profissões que se associam a estas relacionam-se à história da informática.

A história da informática e o desenvolvimento do computador podem ser divididos em fases. A primeira fase relaciona-se aos interesses militares e reporta à construção dos primeiros computadores; a segunda é marcada pela construção de sistemas centralizados de grande porte em grandes empresas e corporações. A terceira é marcada, conforme Breton (1991, p. 148), pela “diversificação dos meios e dos métodos e da convivência entre microinformática, pequenos e grandes sistemas”.

A demanda por programadores e desenvolvedores de *software* aumentou, especialmente, a partir de meados da década 1970. Esse período marca o surgimento da indústria de *software*

⁴ O critério para a constituição do *corpus* priorizou publicações que veiculassem matérias sobre trabalho, carreira e profissão no campo da TI e que tivessem um período regular e extenso de circulação. Considera-se que a análise de um período extenso pode trazer contribuições para pensar uma trajetória de construção identitária numa perspectiva histórica e num contexto social específico.

⁵ A revista de circulação nacional denomina-se *Revista Info*. Atribuir-se-á um nome fictício a revista de circulação interna vinculada a empresa pública, a fim de preservar o nome da empresa, assim, será chamada *Revista R*.

⁶ A *Revista R* foi analisada desde 1984, a *Revista info* desde 1986.

⁷ Ao todo, foram 81 matérias da *Revista R*, 143 da *Revista info*.

⁸ É importante frisar que utilizou-se o termo “Profissões de TI” devido à forma como as ocupações na área de tecnologia da informação são denominadas no mercado de trabalho e nas revistas analisadas. Estas ocupações ainda não possuem o *status* de profissão quando a concebemos à luz da teoria das profissões (FREIDSON, 1994), em que uma ocupação se torna uma profissão quando apresenta, em maior ou menor grau, um conjunto de características relacionadas à *expertise*, ao status profissional, ao controle do exercício profissional, a um processo de formação institucionalizado, dentre outras.



em que a IBM, após sofrer longos processos, deixa, de acordo com Breton (1991, p. 223) “de realizar uma política de preços que reunia em um mesmo conjunto o hardware e o *software*”.

No Brasil, a informática foi introduzida na década de 1950 pela IBM a partir de computadores *mainframes*⁹ que até a década de 1970 dominou o mercado. Na década de 1970 tal domínio foi abalado por uma política de reserva de mercado criada em 1972, sob a responsabilidade da Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico (CAPRE). A partir da década de 1990 há um processo de liberalização e quebra das reservas de mercado para a indústria da informática. (MARQUES, 2003; TAPIA, 1995).

A fim de distinguir, inclusive grupos ocupacionais, torna-se importante diferenciar serviços de TI e serviços habilitados por estas. Conforme Eischen (2003) serviços de TI são aqueles relacionados ao desenvolvimento, aplicação e manutenção de *softwares*. Já os serviços habilitados pela TI relacionam-se a serviços que vão desde o processamento de dados até o trabalho nas centrais de teleatendimento. Nossa análise versa sobre os trabalhadores(as) que se inserem nos serviços de TI, isto é, nas ocupações em que o processo de desenvolvimento, aplicação e manutenção de *software* ocorre. Nesse grupo há ocupações como gerentes de redes, analistas de sistemas e programadores(as). A próxima parte analisa o discurso sobre carreira, trabalho e profissão no período de 1980 a 1990.

O Profissional de informática: o discurso da valorização

No período entre 1984 e 1990 identificamos um número pequeno, mas importante, de matérias que abordaram temáticas relativas à demanda por profissionais da área, a valorização profissional, o perfil dos profissionais e sobre problemas que envolviam a questão da formação na área de informática. A seção recursos humanos, em ambas as revistas, constituiu a área que acolheu grande parte das matérias.

A elevada demanda por profissionais da área compôs um tema recorrente nas publicações analisadas no período, e é apresentada como um dos motivos para o cenário positivo do mercado de trabalho em informática, caracterizado como uma área promissora, altamente valorizada e dotada de boas oportunidades de carreira.

Tal discurso pode ser verificado na matéria de capa produzida pela Revista R, publicada no ano de 1984, intitulada *A Universidade em discussão*, um dos subtítulos da matéria é: *Há trabalho. Para todos* e apresenta um panorama no qual o setor de informática constitui uma das poucas áreas nas quais o profissional “nunca vai ficar sem emprego” (BITTAR..., 1984, p. 4). Em outra matéria, publicada pela *Revista info*, anos mais tarde, intitulada *A temporada de caça*, a mesma construção discursiva é constatada e afirmada pelo elevado índice de propostas de emprego recebidas pelos discentes ainda em processo de formação, (A TEMPORADA..., 1987, p 19.) “quatro ou cinco propostas de emprego bem antes de sua diplomação - ao contrário de cinco anos atrás, quando o setor de informática absorvia apenas um quinto da fornada de profissionais recém-formados”.

Na matéria *Os jovens prodígios: do mito à vida real*, publicada pela *Revista Info* em agosto de 1987, o destaque está na falta de profissionais na área, isso aparece como uma justificativa para a alta valorização da profissão, cuja evidencia é o alto investimento das empresas em funcionários por meio de altos salários, planos de carreira e custeio de cursos. A publicação intitulada *A temporada de caça*, é exemplar e enfatiza mudanças no plano de carreira como forma de retenção dos profissionais, em que a

⁹ *Mainframes* consistem em computadores de grande porte destinados a armazenar grandes volumes de dados.

[...] empresa chegou até a criar o cargo de analista consultor, para resolver o problema de *turnover* no topo da carreira de analista. Por ser uma carreira técnica, o profissional, embora altamente qualificado, chegava a um ponto em que não podia ter mais promoções, para que não ultrapasse o salário dos gerentes. Então, mudava de emprego. Hoje, um consultor da Itautec começa ganhando cerca de 20 mil cruzados e, mais tarde, pode chegar à faixa da gerência: mais de 30 mil cruzados (A TEMPORADA..., 1987, p.22).

Além da questão da valorização da carreira, apresentada no trecho, importa atentar para a forma como a carreira do profissional de informática é tratada nesse período. Ao discorrer sobre o modo como a grande empresa do ramo estaria enfrentando a carência de mão de obra, o diretor da empresa entrevistado apresenta as diferenças entre a área de gerência e as profissões de informática, qualificadas como uma área técnica. A reorganização dos planos de carreira a fim de equiparar a carreira técnica dos profissionais de informática à carreira de gerência é a forma encontrada para reter os profissionais.

A diferenciação entre carreira técnica e gerencial sugere uma característica não apenas dos profissionais da informática, mas do modo como o trabalho se organizava naquele período. Tal distinção comporta características das formas de organização do trabalho pautadas no *fordismo*. Embora os trabalhos na área de TI sejam associados, automaticamente, ao *toyotismo* e às novas formas de gestão do trabalho, é possível verificar no discurso que as profissões de informática possuíam, de início, uma forma de organização do trabalho com delimitações claras em relação a outras áreas como a gerência. Tais dados trazem elementos para pensar um processo de transição da “profissão de informática” para os “profissionais de TI” e as mudanças nas exigências qualificacionais e no processo de trabalho.

O conteúdo das publicações analisadas em ambas as revistas, que não se relacionavam diretamente a trabalho, carreira e profissão, direcionavam-se, principalmente, à apresentação da aplicabilidade da informática pelas empresas e profissionais liberais com a finalidade de aumentar a competitividade e facilitar a reestruturação das empresas. Nessa perspectiva, o conteúdo das matérias buscava exibir as facilidades e as possibilidades de otimizar, racionalizar e automatizar tarefas, reduzindo assim o tempo gasto nas atividades e, sobretudo, o custo, tanto nas empresas privadas quanto nas empresas públicas. Tais conteúdos alinham-se com o momento de desenvolvimento da informática no Brasil. Se entre a década de 1950 e 1970 a informática orientava-se para computadores *mainframes* e minicomputadores, a partir da década de 1980 os microcomputadores tornaram-se uma realidade, possibilitando o acesso não apenas das grandes, mas também das pequenas empresas e de profissionais liberais aos computadores (MARQUES, 2003).

Foi possível constatar um discurso, nas publicações dos anos 1980, sobre trabalho e carreira na área de informática, voltado para um mercado em ascensão e valorizado. Esta valorização incide sobre os planos de carreira, os cargos, as remunerações, nessa perspectiva, está vinculada às formas de regulação e reconhecimento do trabalho característicos do período fordista. A representação dos profissionais nas publicações converge para a ideia de que são jovens, com carreiras promissoras, inteligentes e inseridos em um mercado caracterizado pela alta demanda por profissionais, planos de carreira atrativos, altos salários e que incentivam o aprimoramento profissional. Nessa perspectiva, atribui-se uma identidade positiva, na qual o/a profissional está inserido em uma profissão altamente qualificada e valorizada.

Sobre a valorização a partir da remuneração, a análise de Márcio Pochmann (2000) acerca da evolução das ocupações no Brasil¹⁰ pode iluminar a caracterização desse período. Dentre as

¹⁰ A partir dos dados sobre as ocupações Pochmann apresenta um quadro que diverge das perspectivas otimistas sobre as novas formas de organização do trabalho. Pochmann (2000) revelou que os postos de trabalho que mais cresceram na variação de 1986/89 a 1989/97 foram os serviços de menor qualificação o que invalidaria a tese de que as novas formas de organização do trabalho, associadas às novas tecnologias demandariam serviços com maior qualificação profissional.

diversas ocupações que apresentaram crescimento entre os períodos de 1980 a 1990, analisadas pelo autor, está a ocupação analista de sistemas. Esta, apresentava em números absolutos, no período de 1986/1989, 12.584 ocupados, já entre 1989/97 eram 16.899 ocupados, assim, a variação absoluta foi de 39,3% e a relativa 37,9%.

O crescimento dos postos de trabalho veio acompanhado de mudanças na remuneração. O rendimento médio em salário mínimo para a ocupação de analista de sistemas era, em 1986, 17,12 salários mínimos, já em 1995, 10,65, salários mínimos. Os dados demonstram tanto uma valorização significativa para o ano de 1986 o que coaduna com o discurso veiculado nas revistas, quanto um processo de redução dos rendimentos na década seguinte. A próxima parte é dedicada à análise do discurso pós 1990.

O discurso a partir dos anos 1990: da valorização à busca por reconhecimento

A partir de 1991 constata-se mudança no discurso sobre a profissão de informática e intensificação de temas relativos às novas formas de organização do trabalho. Nas publicações, evidencia-se a construção de um discurso de integração entre a informática e as novas formas de gestão do trabalho, pautadas, em grande medida, no *toyotismo*. Nesse contexto, o próprio conteúdo das atividades de informática é remodelado, um novo perfil é demandado e os requisitos para uma nova identidade são apresentados. Tais mudanças incidiram, inclusive, na forma de denominação da profissão, na qual o termo informática passa a ser substituído, em ampla medida, pelo termo profissionais de tecnologia da informação (TI).

As primeiras publicações a apresentarem temáticas relativas às mudanças no conteúdo da profissão de informática foram identificadas já em 1991. A matéria publicada na *Revista R*, denominada *Analistas, o fim do isolamento*, discorre sobre a constituição de um novo perfil de profissional da informática, que já não necessitaria ter conhecimentos profundos do computador ou do sistema operacional, devido ao desenvolvimento das novas tecnologias, mas conhecer profundamente metodologias e ferramentas de desenvolvimento de sistemas modernas “e, principalmente, deve saber desenvolver as soluções em conjunto com os usuários. No moderno conceito de CI (Centro de Informações), cabe ao usuário, com o suporte do analista, desenvolver suas próprias aplicações” (FERNANDEZ, 1991, p. 31).

A matéria de capa da *Revista info*, intitulada *É hora de recomeçar*¹¹ trata não apenas da importância da informática para as empresas, mas de processos voltados para a integração entre estas e a informática e das novas características do profissional da informática.

Michael Hammer, coautor do livro *Reengenharia – Revolucionando a Empresa*, é referenciado a fim de definir o significado da reengenharia. Citado como um *best-seller*, o que permite construir um efeito de maior credibilidade, o livro é apresentado como um “manifesto em defesa das mudanças radicais na empresa” (É HORA..., 1994, p. 65). A finalidade é mostrar às empresas que o modelo administrativo daquele período necessitava ser revisto e reconstruído. Se na década de 1980 a informática foi apresentada como uma possibilidade importante para a reestruturação das empresas, os dados da década de 1990 mostravam que os ganhos obtidos com a adoção da informática não foram os esperados. Tal fato foi atribuído ao fosso existente entre os princípios administrativos e a informática.

Nesse contexto, a divisão entre a área de informática e a área de negócios foi questionada e a solução apresentada consistiu na adoção de novos princípios administrativos com a finalidade de reorganizar a empresa. Tais mudanças afetaram o conteúdo das tarefas do profissional da informática. Se antes a informática era tratada como uma área técnica da empresa na qual, de um lado, situava-se os técnicos do CPD e, de outro, os negócios da empresa, com a reengenharia um novo lugar é proposto para a área de informática que se materializa em duas mudanças: “a primeira é a efetiva integração ao organograma. A outra, mais importante

¹¹ O subtítulo da matéria é: *preocupadas em manter a produtividade e se tornar competitivas, as empresas se estruturam em todos os níveis e têm na informática a ferramenta básica para construir os alicerces da mudança.*

ainda, parte da constatação de que é imprescindível contar com a tecnologia da informação para implantar os novos conceitos de gerência” (É HORA..., 1994, p. 66).

O aumento da produtividade, o aperfeiçoamento dos processos decisórios, a rapidez nas solicitações do mercado, as mudanças nas formas de realizar negócios e o aprimoramento de serviços de atendimento ao cliente apresentam-se como as metas que a informática ou a TI deve alcançar. A fim de colocar em prática o processo de reengenharia diversas possibilidades de utilização da informática são apresentadas como a substituição de computadores *mainframes* por microcomputadores, a utilização da computação distribuída, dentre outras.

Um sistema de informação implementado por uma empresa é exibido na matéria como um exemplo de sucesso. Com o objetivo de reorganizar os departamentos de informática das unidades da empresa situadas em diferentes países, realizou-se um estudo que permitiu identificar os principais problemas no departamento de informática e que resultou na redução de 30% de profissionais de informática, na diminuição da quantidade de centros “de processamento de dados espalhados pelo mundo de 108 para apenas quatro. O tratamento de informações das unidades da América Latina, antes realizado em doze diferentes locais, hoje está totalmente concentrado num único CPD, no Brasil” (É HORA..., 1994, p. 70).

É interessante perceber como o setor de informática não foi apenas um propulsor das transformações organizacionais e tecnológicas, mas também sofreu tais mudanças. O processo de reorganização da informática, a partir das novas formas de gestão e organização do trabalho, possibilitou a centralização de dados, a partir da distribuição em rede, e a redução de postos de trabalho. O perfil do profissional de informática requisitado também se modificou: o conhecimento técnico não é valorizado se não estiver integrado à visão de negócios das empresas. Acredita-se que dois fenômenos contribuíram para esse movimento: o desenvolvimento tecnológico e as novas formas de gestão e organização do trabalho.

A constituição de um novo perfil de profissional da informática é acompanhada da adesão a um novo modelo organizacional direcionado aos negócios em que, conforme a matéria publicada pela *Revista R*, o novo modelo de profissional “reúne em sua performance pretendida, atributos que possam garantir uma relação harmoniosa entre conhecimentos especializados e o alvo de uma prestação de serviços” (AQUINO, 1991, p. 5). Nesse sentido, a tecnologia da informação “que disponibiliza insumos decisórios, deve ser encarada pelo novo profissional que sustenta a organização no seu dia a dia, como elemento interfaceador da mediação cliente/usuário e empresa prestadora de serviço” (AQUINO, 1991, p. 5).

Nota-se que o termo “informática”, largamente utilizado nos textos analisados na década anterior, ainda é empregado, mas passa a ser substituído ou mesclado com o termo Tecnologia da informação. Conforme Breton (1991) a informática refere-se ao processamento da informação sem a interferência humana. Nesse sentido, difere-se da TI caracterizada, no texto, por “disponibilizar insumos decisórios”. Esta característica, na qual o fornecimento de informações para a tomada de decisão é central torna-se importante na identificação das mudanças no conteúdo das atividades das profissões de TI.

Na mesma revista, na seção mercado, a matéria intitulada *Ao final do século os profissionais de informática devem ser tão velozes quanto equipamentos de quarta geração* informa as mudanças no perfil do profissional da área. Constrói-se a ideia de que o perfil ideal de profissional da informática seria compatível com o chamado “generalista”, em detrimento do especialista. É a primeira matéria na qual o termo empreendedor é referenciado nas revistas, ele aparecerá de modo recorrente na definição do profissional desejado.

Nesta matéria, um dos entrevistados é o presidente do sindicato da indústria da informática do Distrito Federal que informa o perfil de profissional requisitado pelas empresas: “O profissional que nos interessa tem que ter visão empreendedora, não no sentido de se tornar empresário, mas tem que ser dinâmico naquilo que faz” (ACCIOLY, 1994, p. 7). Isto significa que independente da



área na qual o profissional esteja alocado, pública ou privada, ou da sua posição, empregador ou empregado, a ideia de que ele necessita ser um empreendedor, ter uma visão mais genérica e atrelada aos negócios da empresa, vigora.

Se as publicações veiculadas nos anos 1980 tratavam da valorização do profissional de informática, mesmo em um período de crise no país, aqui a situação é apresentada de forma distinta, sob o risco de desaparecimento “o profissional da informática está em extinção. ‘Não tenho dúvida de que muito em breve isso ocorrerá, principalmente com o programador e o analista de sistema’...” (ACCIOLY, 1994, p. 7). Ao mesmo tempo em que a extinção da profissão é indicada, as características dos “sobreviventes” são exibidas, permanecerá “o mais versátil, que sabe um pouco de cada coisa e que está preparado para desenvolver produtos viáveis comercialmente.” (ACCIOLY, 1994, p. 7).

Ao longo da década de 1990 e da primeira década do século XXI constatamos que o perfil do profissional de TI se configurou o mesmo nas publicações analisadas. A construção da identidade e do perfil exigido visa desvincular a associação do profissional de TI daquele profissional de informática muito inteligente, mas pouco sociável e que possuía um estereótipo *nerd*.

A matéria de capa de maio de 1998 da *Revista info*, sob a chamada: *Que tal brilhar como o cara aí do lado?*¹², um homem branco, de óculos, sentado de pernas para cima, segurando uma taça em uma mão e o teclado do computador na outra¹³, afirma que apesar do contexto de desemprego geral, em nível mundial, a área de tecnologia estaria imune, com vagas para aqueles candidatos que tivessem a atitude correta a fim de conquistá-las.

Nesse sentido, até “*nerds* cínicos como Dilbert, que sabem tudo de computação, mas nunca se dão bem no mundo corporativo.” (MILITELO, 1998, p. 29) poderiam conquistar uma vaga. Mas para isso, seria necessário obter determinado perfil.

Os textos apresentam não apenas as exigências qualificacionais, mas constroem um ideal de profissional e do não profissional. Usa-se a imagem do *nerd*, aquele que estuda muito, programa sozinho e tem pouca habilidade comunicacional, para dizer o que o profissional não deve ser. Por outro lado, a imagem do empreendedor, homem de negócios, autônomo, flexível, faz o contraponto com o que o profissional deve ser. Exige-se um profissional capaz de gerar lucros diretos às empresas e que use a tecnologia para este fim.

A fala de uma *headhunter* (caça-talentos) que relaciona as transformações nas formas de organização da empresa às mudanças no perfil de profissional demandado é representativa desse cenário ao considerar que o “técnico dos anos 90 precisa ter uma visão clara, claríssima, de como a informática pode gerar ganhos, alavancar o negócio da empresa” (MILITELO, 1998, p. 29).

O estímulo à competitividade, a busca pelo sucesso como algo inatingível, o aprendizado e atualização constantes foram se apresentando nas publicações analisadas de forma cada vez mais incisiva. A matéria veiculada pela *Revista R* é representativa e afirma que

Além de ter que atualizar constantemente seus conhecimentos técnicos, ter um nível de inglês avançado e acompanhar quais serão as tendências que demandarão novas competências no futuro próximo, o desenvolvedor moderno precisa saber trabalhar em equipe e ter habilidades comportamentais que facilitem integrar um time” (GOMES, 2011, p. 41).

¹² O título da matéria é: Assim pode até o Dilbert se dar bem.

¹³ A imagem é do personagem de tiras Dilbert, que aparece em páginas subsequentes de forma confortável, em frente ao computador, sendo massageado. Inventado por Scott Adams, o personagem de tiras é um engenheiro da área de tecnologia inserido em um contexto organizacional verticalizado; representa não apenas o funcionário com alto conhecimento tecnológico, submetido às decisões arbitrárias e sem sentido dos chefes, mas personifica uma crítica severa às formas de organização do trabalho hierárquicas e ao contexto empresarial.



O discurso presente nos textos analisados exige um profissional antenado com a área de negócios, dedicado à empresa, competitivo, que esteja atualizado e aprendendo constantemente, que conheça diferentes linguagens de programação, que saiba outros idiomas, que saiba trabalhar em equipe e tenha uma inteligência emocional, isto é, saiba se comportar, sobretudo, face a situações de estresses ocasionados pelo trabalho. Além disso, “não se acomodar” apresenta-se como uma característica que deve ser desenvolvida e encarada, desse modo, a sensação de estagnação apresenta-se como um motivo para a mudança de emprego:

Já ficou bem para trás o tempo em que as corporações eram as principais responsáveis pelo crescimento de seus funcionários. O que elas oferecem hoje são chances que devem, em primeiro lugar, ser percebidas (e isso só os mais atentos e dispostos a evoluir conseguem fazer com clareza) e, em segundo, ser lançadas com a mesma disposição de quem caça um elefante. Se você entende que sua empresa não lhe oferece esse tipo de chance, se há uma ausência de tarefas empolgantes ou a pura e simples vontade de fazer outra coisa, pense se não está na hora de fazer um balanço e partir para um upgrade na carreira. Encare a possibilidade de mudar de emprego como uma coisa absolutamente natural da vida (MILITELO, 1999, p. 32).

A insatisfação no trabalho é apresentada não como motivo de reivindicação ou de construção de um coletivo que permita mudar a situação, mas como um sinal para deixar o emprego, a fim de não se “acomodar”. Aliás, a palavra acomodação é cada vez mais utilizada no sentido negativo para representar aqueles que não estão dispostos a mudarem de emprego, carreira ou não estão em um processo de aprendizado constante, isto é, no ritmo desejado pela empresa. Ficar muito tempo em uma empresa aparece como um ponto negativo e não como uma situação positiva na qual o profissional se satisfaz naquele trabalho, desse modo, permanecer por mais “de oito anos na mesma empresa pode sinalizar uma acomodação perigosa. Indica que o sujeito chegou ao topo de sua competência e que não tem mais para onde crescer”, diz Gerson Correia, diretor da empresa de recolocação de executivos DBM” (MILITELO, 1999 p. 33).

Os discursos nas publicações apresentam um conjunto de argumentos utilizados para mobilizar e atribuir sentido ao trabalho (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Se, por um lado, a referência a recrutadores de executivos na construção dos textos poderia revelar-se confusa e contraditória, à medida que muitos exemplos apresentados são de funcionários que não ocupam tal posição, por outro, poder-se-ia dizer que tais referências contribuem para a construção da ideia de que um bom profissional deve ter atributos de um executivo ou empreendedor. Em matéria veiculada pela *Revista info*, a concepção acerca das exigências qualificacionais é semelhante para os diversos cargos, conforme o gerente de tecnologia de uma consultoria falta profissionais qualificados “bilíngue em TI, que conheça tecnologia pura, tipo microinformática, banco de dados e linguagens de programação e negócios, diz Paiva, ‘Só uma competência não basta, seja o profissional candidato a analista, vendedor, gerente de projeto ou CIO’” (ZANDONADI, 2005, p. 69).

Muitas publicações atribuíram as transformações nas profissões em TI ao desenvolvimento tecnológico. Ainda que tal fenômeno seja importante para pensar tais mudanças, constata-se que o conhecimento técnico continua importante, mas agora, aliado a conhecimentos gerenciais e de negócios, habilidades comportamentais, dentre outras competências. Assim, o

[...] currículo fica musculoso quando, além do curso superior e do domínio de inglês e português, a pessoa persegue MBA, certificações, especializações e atividades extracurriculares diversificadas. A boa postura na hora da entrevista, claro, não atrapalha. A ideia é ser autêntico e fugir da tentativa de parecer seguro demais só para impressionar. Isso pode ser entendido como arrogância. “É preciso ser combativo e saber ouvir o que não gosta”, diz André Rapoport, diretor de RH da Oracle (ZANDONADI, 2005, p. 69).



Não basta ter todos os conhecimentos exigidos se o profissional não construir o *network*, isto é, uma rede de relacionamentos profissionais.

Constata-se que a ideia de um profissional alinhado com a área de negócios, detentor de conhecimentos técnicos, conhecimento em língua estrangeira, inteligência emocional, capacidade de trabalhar em equipe e de aprender constantemente, correr riscos, ser competitivo, crescer ilimitadamente e construir soluções individuais para seus problemas, são os elementos que constroem a identidade do profissional de TI, conforme a análise do discurso veiculada nas publicações avaliadas.

É importante ressaltar que ao lado dessa construção discursiva, evidencia-se a redução da remuneração nas ocupações que integram esse grupo. Os resultados de Márcio Pochmann, já apresentados, indicavam redução da remuneração entre os anos de 1986 e 1997. Estudos mais recentes como o de Josmária Oliveira (2012) que desenvolveu uma pesquisa comparativa entre três profissões que têm na informação a base para a construção de sua jurisdição: bibliotecários, contadores e analistas de sistemas, apresentam um quadro de maior vulnerabilidade para a ocupação analistas de sistemas. Com base nos dados da PNAD a autora constatou decréscimo do número de profissionais de TI em faixas salariais superiores e crescimento nas faixas salariais mais baixas tanto no setor formal quanto informal.

Ao longo dos anos, tem sido decrescente o percentual de profissionais de TI com salário superior a 15 salários mínimos no setor informal. Em 2002, 63% apresentavam tal rendimento, mas nos anos seguintes observa-se acentuada redução, sendo 59,4% em 2004, 34,3% em 2006 e 23,2% em 2008. Observa-se, ainda, que aumentou o percentual de profissionais informais nas faixas salariais mais baixas, como a de 5 a 7 salários mínimos, que era 2,1% em 2002 e chegou a 14,3% em 2006 (OLIVEIRA, 2012, p. 187).

A redução do percentual de profissionais nas faixas salariais mais altas no setor informal não foi acompanhada de aumento no setor formal. A autora também analisou a evolução salarial das três ocupações com base nos dados da relação anual de informações sociais (RAIS), entre 1999 e 2009 e, no conjunto das profissões analisadas, a ocupação analista de TI foi a única que registrou redução significativa e contínua da remuneração.

O discurso veiculado nas publicações após 1990 constrói uma nova identidade, a do “Profissional de TI”, pautada no empreendedorismo, na gestão de si, na autonomia, no gosto pela mudança e pelo risco. A valorização não está relacionada à posição ou ao cargo ocupado, mas se dá de modo individualizado e deve ser conquistada pelos profissionais. É nesse contexto que erige-se uma identidade do profissional ideal, empreendedor, considera-se aqui, que se trata de uma identidade atribuída ou virtual (DUBAR, 2005; GOFFMAN, 1975). Uma identidade empresarial que se constitui com a finalidade de atender às demandas das empresas e se integrar às novas formas de gestão do trabalho e à constituição de uma nova cultura que contribua para a produção de um ideal de profissional.

Considerações finais

A análise do discurso das publicações permitiu constatar que as “Profissões de TI”, antes denominada “profissões de informática”, não apenas impulsionou as transformações nas formas de organização do trabalho e da produção, mas sofreu tais modificações. Se até o final da década de 1980 a representação dos profissionais nas publicações convergia para a ideia de profissionais em carreiras promissoras, valorizadas e reconhecidas, o discurso constituído a partir da década de 1990 apresenta um cenário em que a construção da identidade do profissional de TI vincula-se, cada vez mais, ao ideal de “empreendedor”.



Em muitos momentos, a mudança nas exigências qualificacionais do profissional ora de informática, ora de TI, é atribuída às transformações tecnológicas. É certo que o advento dos microcomputadores, o crescimento dos pacotes de *software*, as mudanças do sistema analógico para o digital são elementos importantes para se pensar tais mudanças. No entanto, a percepção de que a informática deve ser cada vez mais aplicada, à área de negócios das empresas, de que o trabalho deve absorver cada vez mais habilidades, conhecimentos e capacidades e de que a responsabilidade pela carreira, pelo reconhecimento, pela remuneração é exclusiva do profissional, consistem em orientações e decisões políticas.

A análise das publicações, trazem importantes contribuições para refletir sobre como um discurso pautado na constituição de um profissional empreendedor, gestor de si, responsável pela gestão do seu conhecimento, de suas habilidades e carreira, pode influenciar na constituição identitária dos profissionais da área. Nesse sentido, é fundamental, em estudos posteriores, compreender como os profissionais assimilam tais discursos, seu impacto nas formas de organização coletiva e nos modos de reivindicar melhores condições de trabalho e salariais, assim como, as relações de gênero que permeiam a construção discursiva.

Referências

A TEMPORADA de caça. *Exame Informática*, São Paulo, n. 11, p. 19-22, fev. 1987.

ABBOTT, A. *The system of professions: an essay on the division of expert labor*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

ACCIOLY, A. Ao final do século os profissionais de informática devem ser tão velozes quanto equipamentos de quarta geração. *Revista R*, Brasília, ano 20, n. 124, p. 7-11, set. 1994.

AQUINO, C. A ênfase é no analista de negócios. *Revista R*, Brasília, ano 20, n. 124, p. 5. mai. 1991.

BALTAR, P. et al. Economia e mercado de trabalho no Brasil. In: LEITE, M. P.; ARAÚJO, Â. M. C. (Org.). *O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México*. São Paulo: Annablume, 2009.

BITTAR, R. Há trabalho. Para todos. *Revista R*, Brasília, n. 57, p. 4-6, out. 1984.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

BRETON, P. *História da Informática*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

CASTRO, B. *Afogados em contratos: o impacto da flexibilização do trabalho na trajetória dos profissionais em TI*. 2013. 368 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

DUBAR, C. *A crise das identidades: a interpretação de uma mutação*. Porto: Afrontamento, 2006.

DUBAR, C. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Tradução Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

É HORA de recomeçar. *Exame Informática*, São Paulo, ano 9, n. 96, p. 64-70, mar. 1994.

EISCHEN, K. *Working Through Outsourcing: software practice, industry organization and industry evolution in India*. Santa Cruz: University of California, 2003. CGIRS Working Paper Series.



FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UNB, 2001.

FERNANDEZ, M. Analistas, o fim do isolamento. *Revista R*, Brasília, n. 104, p. 30-31, mai. 1991.

FREIDSON, E. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 141-145, 1996. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_08.htm>. Acesso em: 23 dez. 2015.

GARZA, E. *Hacia un concepto ampliado de trabajo: del concepto clásico al no clásico*. México: Anthropos, 2010. Cuadernos A: temas de Innovación Social.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GOMES, M. Desenvolvedor busca novos caminhos. *Revista R*, Brasília, ano 36, n. 204, p. 39-41, fev. 2011.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

HELOANI, R. *Gestão e Organização no capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho*. São Paulo: Atlas, 2011.

LEITE, M. P. O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. In: LEITE, M. P.; ARAÚJO, Â. M. C. (Org.). *O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México*. São Paulo: Annablume, 2009.

LIMA, M. E A. *Os equívocos da excelência: as novas formas de sedução na empresa*. Petrópolis: Vozes, 1996.

MARCELINO, P. R. P. *A logística da precarização: terceirização do trabalho na Honda do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARQUES, I. Minicomputadores nos anos 1970: uma reserva de mercado democrática em meio ao autoritarismo. *Historia, Ciências, Saude*, Manguinhos, v. 10, n. 2, p. 657-681, 2003.

MILITELO, K. Assim pode até Dilbert se dar bem. *Info Exame*, São Paulo, ano 13, n. 144, p. 28-38, mar. 1998.

MILITELO, K. Onde estão os empregos. *Info Exame*, São Paulo, ano 13, n. 155, p. 31-40, fev. 1999.

MOSSI, T. *A falácia da aventura: a relação dos quadros superiores de TI com a dimensão moral do seu trabalho*. 2012. 134 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

OLIVEIRA, J. *Estudo comparado entre bibliotecários, contadores e analistas de tecnologia da informação: processo de profissionalização e seu efeito na formação, atuação e reconhecimento profissional*. 2012. 218 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 2000.



SOUZA, T. P. *Identidade e subalternidade: a construção da identidade de trabalhadores serventes de limpeza*. 2011. 224 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

TAPIA, J. *A trajetória da Política de Informática brasileira (1977-1991): atores, instituições e estratégias*. Campinas: Papirus, 1995.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

ZANDONADI, V. Temos Vagas de TI. *Info*, Rio de Janeiro, ano 20, n. 226, p. 68-69, jan. 2005.

Recebido: 23 dez., 2015
Aceito: 20 jan., 2016



A persistência fetichista da dignidade do trabalho em crise a partir da periferia do Jardim Ibirapuera

The fetishist persistent dignity of work in crisis from the periphery of the Jardim Ibirapuera

Daniel Manzione Giavarotti^a

Resumo

Este artigo busca apresentar as mudanças verificadas no exercício da mobilidade do trabalho dos membros de algumas famílias moradoras de uma periferia da metrópole de São Paulo, o Jardim Ibirapuera, bem como as transformações da própria experiência vicinal, a partir de uma discussão crítica em torno do trabalho, progressivamente incapaz de oferecer um horizonte de expectativas crescentes para a população trabalhadora, porque em crise.

Palavras-chave: periferia; modernização; crise do trabalho; dignidade; humilhação.

Abstract

This article seeks to present the changes in the practice of members of labor mobility of some families living in the periphery of the metropolis of São Paulo, Garden Ibirapuera, and the transformations of the very outer experience, from a critical discussion around the work progressively unable to offer a horizon of growing expectations for the working population, because in crisis.

Keywords: periphery; modernization; crisis of work; dignity; humiliation.

^a Doutorando, Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, Departamento de Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, São Paulo, SP, Brasil.
Contato: manzione79@usp.br



Introdução

A paisagem não poderia deixar de ser diferente daquela que, sejam as próprias pessoas e famílias que moram nesses “territórios”, sejam aqueles e aquelas que os tem como objetos de pesquisa, já conhecem: moradias que se verticalizam, na parte mais urbanizada do loteamento ou mesmo nas favelas de seu entorno, chegando até seus cinco andares; meninos e meninas com mochilas nas costas indo ou voltando das escolas públicas próximas das casas onde vivem; garotos congregados em pequenos grupos nas ruas e esquinas como que não fazendo nada; os mais velhos tomando suas biritas nos bares que se mesclam às centenas de microempreendimentos; as pequenas igrejas evangélicas que se proliferam pelas ruas do bairro; os acanhados salões de beleza, as lojas de materiais de construção, os mercadinhos, a casa do norte, as organizações não-governamentais oferecendo “trabalho social à comunidade”; as ruas atulhadas de automóveis, parte deles equipados com vidros filmados e rodas prateadas, não raras as vezes infligindo a todos e todas ao seu redor escutar as músicas que tocam em seus potentes sistemas de som; moradores retornando ou indo para o trabalho, carregados pelas escassas linhas de ônibus que atendem o bairro; motocicletas que disputam os poucos espaços nas ruas com os carros, seja fazendo entregas, seja por pura diversão, seja para “darem fuga” dos policiais; rondas de viaturas pelas ruas e mais uma série de atributos que poderiam ser aqui arrolados à exaustão, que caracterizam a periferia do Jardim Ibirapuera e tantas outras que constituem a metrópole de São Paulo. São alguns aspectos que, se apenas observados em sua superfície e arrancados da totalidade social da qual são parte, nos oferecem elementos de uma experiência local que parece ganhar a dimensão de um modo de vida. Este que, todavia, desde quando Sader escreveu seu livro *Quando novos personagens entraram em cena* (SADER, 1995), se modificou extraordinariamente.

O que pretendemos neste artigo, em linhas muito gerais, considerando o curto espaço que temos, é apresentar criticamente o processo de modernização concernente aos pouco mais de cinquenta anos de existência do Jardim Ibirapuera, nos dedicando especialmente a discutir de que maneira os novos conteúdos sociais que aí emergiram, notadamente a partir do fim da década de 80, vinculam-se à própria crise do trabalho (cf. KURZ, 1993) ora em curso¹.

A modernização vivida a partir do Jardim Ibirapuera

Dentre as diversas mudanças que ocorreram no Jardim Ibirapuera desde 1964 até hoje, uma delas, apresentada de maneira apenas descritiva no início deste nosso artigo, foi a proliferação de atividades “produtivas” num loteamento que historicamente serviu fundamentalmente à reprodução das famílias trabalhadoras que ali se assentaram. Processo que sugere estarmos diante da formação de uma nova centralidade na metrópole de São Paulo que parece reconfigurar as noções de centro e periferia, uma vez que aquelas particularidades que caracterizavam esta última se apresentam materialmente superadas. Isto é, de um ponto de vista endógeno ao Jardim Ibirapuera, parece ser possível contar “sua” história de maneira a que os acontecimentos se sucedem numa progressão linear. Como numa linha do tempo, esta seria principiada pela compra a prestação de lotes nus pelas primeiras famílias migrantes; seguidas da dedicação à autoconstrução de suas moradias, simultaneamente à organização política local consubstanciada na criação da Associação dos Amigos de Bairro, que reivindicou o provisionamento de uma infraestrutura mínima ao loteamento, alcançando sua incorporação ao tecido urbano; tendo como desfecho o incremento de estabelecimentos comerciais nas próprias ruas do loteamento,

¹ O argumento geral aqui exposto resulta de nossa dissertação de mestrado *O jardim Ibirapuera, da imposição à crise do trabalho* (GIAVARETTI, 2012).

assim como em seus arredores, permitindo a seus moradores o acesso facilitado a uma série de serviços e mercadorias antes ausentes nesta localidade. Diante desta espécie de historiografia local o que parece sobressair é um sentido, como dizem seus próprios moradores, de “evolução do bairro”, como afirma um de nossos interlocutores:

Porque na verdade era interior aqui, aqui era interiorização mesmo [...] Nós hoje, graças a Deus, somos privilegiados porque aí você começa a olhar, lá depois do Jardim Ângela, aqueles outros lugar, você fala nossa meu... Mas a gente não lembra que a gente já foi assim, que a gente já foi dessa forma. Mas hoje, graças a Deus o progresso chegou pra nós, hoje a gente nem dorme, porque tem carro pra cima e pra baixo, final de semana aqui é terrível.

A narrativa histórica que se descortina nesse depoimento do filho de uma das primeiras famílias moradoras do Jardim Ibirapuera, explicita o movimento de um incremento material, sintetizado pelo uso extraordinário de automóveis, denotando um acréscimo de consumo por parte de seus moradores, bem como a urbanização do loteamento, que suplantou a sua condição “interiorana” pregressa, a qual ele identifica a novas periferias que foram se constituindo para além do Jardim Ibirapuera. E isto, não obstante o tom ambíguo com o qual ele se refere aos automóveis, uma vez que a extraordinária circulação dos mesmos no bairro também vem impedindo o descanso adequado de seus moradores.

Contudo, o esforço crítico de análise das mudanças ocorridas no Jardim Ibirapuera, assim como em outras periferias, não pode restringir-se a esta espécie de historiografia local, arrancada das relações que estabelece com os desdobramentos contraditórios da totalidade negativa da relação de capital em processo. Em outras palavras, se nossos interlocutores, do ponto de vista autonomizado do bairro, podem ser compreendidos pela categoria sociológica de moradores e nessa condição experimentam uma série de relações locais, assim podem porque também são (ou foram) identificados sociologicamente como trabalhadores, experimentando relações autonomizadas daquelas de caráter vicinal. A autonomização subjacente aqui entre esfera produtiva e reprodutiva, personificadas pelas categorias de morador e trabalhador, pode ser melhor precisada a partir de uma consideração sobre o conceito de mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, 1977).

A força de trabalho, segundo Karl Marx em seu livro *O Capital – crítica da economia política* (MARX, 1985a), é elucidada como uma mercadoria particular que alguém submetido à expropriação, portanto tornado contraditoriamente livre, consagra-se proprietário. O sujeito proprietário da mercadoria força de trabalho (ou seja o trabalhador) se encontra desembaraçado para eleger como dispor e negociá-la com outros proprietários, estes dos meios de produção (empresários capitalistas), ao mesmo passo que se acha coagido à necessidade imperativa de aliená-la, isto é, trocá-la por dinheiro, neste caso na forma do salário. Negociação esta que, todavia, ocorre apenas por um tempo determinado pois se vende sua força de trabalho “[...] de uma vez por todas, então ele vende a si mesmo, transforma-se de homem livre em escravo, de possuidor de mercadoria em mercadoria [...]” (MARX, 1985a, p. 139). A mobilidade do trabalho, como formulada por Gaudemar (1977) residiria precisamente no acatamento à essa condição contraditória por parte dos trabalhadores, donde a troca entre tempo de trabalho e dinheiro se naturaliza e é por eles internalizada, não obstante a violência econômica implicada nesta relação. Daí que não interessa o conteúdo daquilo que fazem contanto que o “salário recebido em troca seja satisfatório” (GAUDEMAR, 1977)². Tal relação ganha contornos temporais e

² “[...] a força de trabalho deve ser móvel [...] quer dizer apta para as deslocções e modificações do seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo do seu emprego como o capital o é de onde investe, desde que o lucro extraído seja satisfatório. O dinheiro vem reforçar esta tendência e assim estimular a mobilidade da força de trabalho. Pouco importa o emprego, desde que o salário recebido em troca seja satisfatório [...]” (GAUDEMAR, 1977, p. 190).

especiais uma vez que o cotidiano destes proprietários se divide entre a jornada de trabalho e o tempo livre, espalhando-se portanto entre o espaço de trabalho e aquele da moradia, como momentos autonomizados um do outro, mediante os quais o trabalhador e sua capacidade de consumo proporcionada por seus rendimentos, figura como vinculação necessária.

A relação aqui exposta entre produção e reprodução foi confrontada, ao menos em âmbito acadêmico, em fins da década de 1960 pelos estudos de Ferro (2006) e Oliveira (2003), posteriormente retomada por Kowarick (1993) e Bonduki (2011), a partir de descobertas de campo acerca do processo de formação das periferias metropolitanas de São Paulo, em especial o conjunto de questões que envolviam o acesso à moradia por meio da autoconstrução (cf. OLIVEIRA, 2003, p. 130 – nota 8).

A reprodução dos primeiros moradores do Jardim Ibirapuera, migrantes tornados trabalhadores urbanos empregados pelo tímido parque industrial de Santo Amaro, não prescindiu de um processo de produção da própria periferia do Jardim Ibirapuera, promovida por estes mesmos trabalhadores e suas famílias, em seu suposto momento de descanso. Os salários destes trabalhadores foram trocados por lotes de terra de 250 m² (desprovidos de energia elétrica, saneamento básico, linhas de ônibus e asfaltamento) comprados a prestações, que compunham este loteamento recém-aberto nos arredores da cidade de São Paulo em metropolização. A compra de tais lotes nestas condições particulares impôs a estas famílias a necessidade de aquiescerem à autoconstrução³ de suas moradias, bem como à organização política para reivindicarem o aprovisionamento de infraestrutura ao loteamento, etc.. Portanto, o tempo destinado à reprodução deste contingente de trabalhadores assalariados correspondeu à produção da assim chamada periferia do Jardim Ibirapuera em condições particulares que não aquelas do assalariamento.

A adesão à autoconstrução, portanto, segundo a interpretação de Oliveira (2003), seria a expressão concreta da superexploração destes trabalhadores em âmbito produtivo, já que seus salários não alcançavam os custos de reprodução de suas forças de trabalho, em especial aqueles referidos à habitação. Tal estratégia de reprodução seria a prova cabal de que seus salários lhes impediam de participar como consumidores solventes do mercado imobiliário nas áreas centrais da cidade, seja como locadores ou compradores. Simultaneamente, na medida em que o acesso à habitação era solucionada por meio desta estratégia, identificada como trabalho não-pago pelo autor, este último acusava sua funcionalidade à acumulação dos capitais industriais, uma vez que o rebaixamento de tais salários permitiria o aumento concomitante das taxas de exploração destas forças de trabalho. Daí o autor afirmar que a “[...] expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo [...]” (OLIVEIRA, 2003, p. 60)⁴.

Em fins da década de 1970 Kowarick retomará as questões sugeridas pelo autor, confirmando sua hipótese acerca da funcionalidade da autoconstrução para a acumulação do capital, mas aprofundando outros aspectos referidos à “modernização tardia” (OLIVEIRA, 2003, p. 67), em especial a relevância do exército industrial de reserva no rebaixamento dos salários. Para este autor, o impedimento à organização política da classe trabalhadora promovida pela ditadura civil-militar também teve importância fundamental no fato da “reprodução da força de trabalho se dar de maneira atrofiada” (MARX, 1985a, p. 250), descuidando, por outro lado, da pressão, em si, que a “superpopulação relativa” (MARX, 1985b, p. 206-212) manifesta como exército industrial

³ “[...] a característica básica [das casas autoconstruídas] é [de] serem edificadas sob gerência direta de seu proprietário e morador: este adquire ou ocupa o terreno; traça, sem apoio técnico, um esquema de construção; viabiliza a obtenção dos materiais; agencia a mão-de-obra, gratuita e/ou remunerada informalmente; e em seguida ergue a casa [...]” (BONDUKI, 2011, p. 281).

⁴ No caso, o moderno se caracterizaria pelo assalariamento em empresas, o que o autor define, a partir de uma determinada leitura de Marx, de uma relação “tipicamente capitalista”, enquanto a autoconstrução figuraria como uma relação “não-tipicamente capitalista”, uma vez que o trabalhador parecia se dedicar a um novo processo de trabalho objetivado na forma da casa, determinado pelo uso e não destinado à troca, e do qual não seria expropriado.

de reserva também exercia sobre as dificuldades de organização política dos trabalhadores. As primeiras famílias moradoras do Jardim Ibirapuera foram parte deste contingente migrante que chegou em São Paulo a partir de fins dos anos 50 em diante se deparou com os constrangimentos particulares desta modernização tardia, impelida a participar desta população trabalhadora que já se apresentava excedente com relação às necessidades do capital⁵. Ainda que, como já apresentamos, para Oliveira e Kowarick tal acréscimo populacional relativo, assim como a dedicação à autoconstrução, tinham funcionalidade para a acumulação do capital.

Portanto, a relação complementar e contraditória que uma sociedade devotada à produção de mercadorias estabelece entre a esfera produtiva e aquela reprodutiva nos impõe discutir os desdobramentos que aparecem endogenamente ao Jardim Ibirapuera como momento das alterações que ocorrem em âmbito produtivo. Em outras palavras, a condição de primeiros moradores (coincidente àquela de produtores do Jardim Ibirapuera) esteve vinculada à sua incorporação como trabalhadores superexplorados, donde a reprodução atrofiada de suas forças de trabalho manifesta pelos salários por eles recebidos, aflora, na superfície do mercado, como elo fetichista de dois momentos constitutivos da reprodução social total, embora autonomizados. Em um nível mais profundo, porque da porta para dentro das empresas, estes trabalhadores foram majoritariamente incorporados como produtores de mais-valia. Daí que os pouco mais de cinquenta anos que envolvem a história do Jardim Ibirapuera deve ser agora considerada do ponto de vista da modernização dos processos produtivos aos quais estas forças de trabalho se encontraram e se encontram contraditoriamente em relação, porque submetidas à mobilidade do trabalho, nos permitindo lidar com a aparência material, assim como a experiência reprodutiva do Jardim Ibirapuera, de maneira contraditória e não mais de modo linearmente evolutivo.

Tal problemática pode ser abordada a partir do capítulo XXIII d'O Capital (MARX, 1985b) *A lei geral da acumulação capitalista*, no qual Marx empreende uma análise acerca dos desdobramentos lógicos do processo de acumulação do capital sobre os elementos que o compõem. Marx inicia o capítulo pressupondo constante a composição orgânica do capital, donde deriva a hipótese que “[...] crescimento do capital implica crescimento de sua parcela variável ou convertida em força de trabalho [...]” (MARX, 1985b, p. 187). Ou seja, considera um processo de acumulação no qual inexistente desenvolvimento das forças produtivas, o que resulta na incorporação sempre aumentada de forças de trabalho ao processo produtivo, resultante de sua acumulação. Neste caso, a reprodução ampliada do capital é similar à ampliação de forças de trabalho necessárias ao seu incremento, portanto aqui “[...] acumulação do capital é [...] multiplicação do proletariado [...]” (MARX, 1985b, p. 188). Entretanto, os imperativos da concorrência, impondo aos capitais particulares a necessidade de aumento da produtividade do trabalho, engendra concomitante ao aumento absoluto do proletariado, sua queda relativa no processo produtivo. Em seus próprios termos “[...] o progresso da acumulação diminui a grandeza relativa da parte variável do capital, [mas] não exclui, com isso, de modo algum, o crescimento de sua grandeza absoluta [...]” (MARX, 1985b, p. 195). Ou seja, o processo de acumulação do capital comporta dois movimentos simultâneos e contraditórios: incremento absoluto do proletariado e diminuição relativa do mesmo diante do incremento da produtividade do trabalho. Isto é,

[...] com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa (MARX, 1985b, p. 200).

⁵ “[...] a qualidade de necessitado do trabalhador decorre do fato de ele depender sempre da necessidade que o capitalista – que o emprega – tem de seu trabalho [...]” (DAMIANI, 2011, p. 16-17).



Diante desta brevíssima apresentação dos desdobramentos lógicos da reprodução do capital sobre a população trabalhadora, se delineia um movimento lógico-histórico que nos oferecerem pistas que parecem desmentir a experiência evolutiva do Jardim Ibirapuera e notadamente de suas famílias moradoras. Se, enquanto moradores, nossos interlocutores, residentes mais antigos no Jardim Ibirapuera, fazem questão de reiterar o sentido de “evolução” do bairro, enquanto trabalhadores o aumento progressivo da produtividade social do trabalho promovida pela modernização ocorrida nestas últimas décadas veio gradativamente lhes tornando elementos redundantes da reprodução social. Se Kowarick, em fins da década de 1970, já acusava a presença de um exército industrial de reserva a constranger a reprodução da população trabalhadora, dentro e fora das empresas, a crescente redundância relativa dos trabalhadores agora vem produzindo novos conteúdos sociais no próprio bairro e, quiçá, deslocando os próprios termos da relação que a periferia do Jardim Ibirapuera estabeleceu com a centralidade da reprodução do capital.

Portanto, num primeiro momento, podemos formular que a linearidade aparentemente evolutiva do bairro, porque crescentemente equipado e inundado por mercadorias, é essencialmente contraditória pois resulta de uma ruptura de grande envergadura nos termos da reprodução do capital⁶. É possível apurarmos esse argumento, a partir de uma ponderação das particularidades qualitativas de uma parte dos microempreendimentos presentes contemporaneamente no Jardim Ibirapuera e suas imediações e que, como afirmamos anteriormente, aparecem como o corolário de seu sentido evolutivo.

A ruptura anunciada acima pode ser explorada, à escala do bairro, a partir de um corte geracional, considerando o simples fato de que dentre as estratégias de trabalho que vieram se tornando uma realidade plausível aos/às filhos/as dos primeiros moradores do Jardim Ibirapuera, mas não só restrito a eles, tornar-se o assim chamado microempreendedor, foi e parece ser cada vez mais, uma delas. O corte geracional das famílias moradoras do Jardim Ibirapuera nos oferece uma entrada interessante para pensar no problema apresentado, na medida em que ilumina o outro momento da reprodução do capital, qual seja, aquele referido à reposição das forças de trabalho que foram retiradas de circulação pela aposentadoria, enfermidade, encarceramento ou morte. Uma parte desta reposição de forças de trabalho no mercado será garantida pelos filhos e netos destas primeiras famílias moradoras, ainda que as condições encontradas por estes para levarem à cabo seu exercício de mobilidade do trabalho sejam distintas daquelas experimentadas pelos seus pais.

Apesar do esforço de Oliveira (2003) em reconhecer e criticar a prática da autoconstrução enquanto sobretrabalho, há uma passagem em seu argumento que, não obstante a irrelevância com que foi tratada pelo autor, adquiriu historicamente notável centralidade diante dos desdobramentos da reprodução da população trabalhadora moradora destas periferias: nos referimos aqui à “propriedade” da terra envolta no processo de formação do Jardim Ibirapuera e centenas de outras periferias. Ainda que historicamente tal acesso estivesse enredado por uma miríade de dificuldades para aqueles migrantes recém-chegados, autoconstrutores destas periferias, o “trabalho”⁷ pretérito objetivado nestas moradias, em lotes de 250 m², vem funcionando como uma garantia de reprodução para seus filhos e/ou netos. Dito de outra forma, a poupança familiar, reificada sob a forma da “propriedade” da terra e da moradia, vem sendo mobilizada pelos filhos/filhas destas famílias, seja para que cômodos das mesmas possam ser transformadas em pequenos negócios empreendidos pelos próprios descendentes; seja

⁶ Kurz delimita tal ruptura a partir da racionalização dos processos produtivos possibilitada pelo advento da microeletrônica, a partir de meados da década de 1970 (cf. KURZ, 2004).

⁷ Utilizamos trabalho aqui entre aspas pois problematizamos a compreensão de Oliveira da autoconstrução enquanto trabalho não-pago por meio de uma ponderação sobre a família e a cisão (SCHOLZ, 2000) o que, todavia, não cabe no escopo deste artigo.

para abrigar os novos casais gerados pelas famílias, em seu começo de vida; seja para abrigar por tempo indeterminado os filhos com cada vez maiores dificuldades de acessarem moradia; ou que ainda sejam negociados com outros moradores interessados em empreender um pequeno negócio, etc. Isto é, aquele trabalho não-pago efetivamente não “desapropriado pelo setor privado de produção” (OLIVEIRA, 2003, p. 59), tornado poupança sob a forma objetivada da habitação (mesmo que muitas vezes precária), vem sendo mobilizada pelas novas gerações de trabalhadores, naturais de São Paulo ou migrantes, para amparar uma série de estratégias de reprodução, imediatamente monetarizadas ou não, que vem estabelecendo novas experiências vicinais no Jardim Ibirapuera e suas adjacências, assim como colocando questões centrais para repensarmos os termos da crítica ao capital contemporaneamente.

A chance de contar com a relativa estabilidade de que uma parte fundamental dos custos de reprodução desta nova geração de trabalhadores já se encontra minimamente garantida pelo “trabalho” pretérito de seus pais, não sem conflitos com estes é claro, também se desdobra na possibilidade de que os rendimentos auferidos no mercado por meio de trabalhos temporários, “virações” diversas, rescisões de contrato ou mesmo num trabalho formalizado, não precisem ser imediatamente objetivados na constituição de suas condições mínimas de reprodução num contexto metropolitano como o de São Paulo, ainda que isso possa ser algo almejado pelos filhos e/ou netos. Em outras palavras, as pequenas poupanças que os filhos conseguem formar vêm lhes oferecendo outras frentes de “investimento”, inclusive aquelas que envolvem a criação dos assim chamados microempreendimentos. Por outro lado, o projeto de independência com relação aos pais, consubstanciada num matrimônio e posterior saída da casa dos mesmos, se encontra constrangido pelo fato de que, não obstante a relativa desobrigação que os rendimentos obtidos estabelecem com seus custos de reprodução imediatos, aqueles tendem a se tornar continuamente decrescentes com relação ao preço da terra e/ou moradia num loteamento urbanizado e densamente ocupado como o Jardim Ibirapuera.

O que está aqui em jogo é expressão de uma dinâmica contraditória que foi se estabelecendo no processo de metropolização de São Paulo (que inclui a formação e reprodução do loteamento periférico do Jardim Ibirapuera), simultaneamente aos desdobramentos da “modernização retardatária” (KURZ, 1993), entre as categorias de terra, trabalho e capital. Se, como já apresentamos resumidamente, a lei geral da acumulação capitalista opera continuamente o incremento relativo de forças de trabalho disponíveis no mercado, já que a contínua modernização dos processos produtivos impelida pela concorrência vem provocando a crescente expulsão dos trabalhadores de tais processos, tal desdobramento repercute fortemente na regulação da oferta e demanda de trabalho. Por um lado o aumento da oferta de trabalhadores leva ao recrudescimento da concorrência entre os próprios trabalhadores, dada a crescente desproporção que aquela estabelece com a demanda social média; por outro, tal acréscimo também vai tendencialmente diminuindo o preço que estes milhões de trabalhadores conseguem obter pela venda de suas forças de trabalho. Este processo também ganha contornos importantes se observarmos a relação que a produção da redundância relativa de trabalhadores estabelece com a demanda por terra na metrópole de São Paulo.

Para tal, basta pensarmos nas condições particulares que fizeram com que migrantes recém-chegados em São Paulo, com seus parcos salários de trabalhadores superexplorados da indústria automobilística e ramos conexos, pudessem comprar lotes de 250 m² à prestação nos arredores da cidade em metropolização. É claro, estamos nos referindo aqui, como já afirmamos acima, a terras sem qualquer infraestrutura, o que, todavia, não parece invalidar o argumento aqui apresentado. De nossa perspectiva, concorreram para as condições particulares de formação do Jardim Ibirapuera uma demanda relativamente pequena por terra diante de uma relativa abundância de sua oferta, assim como o caráter de formação de uma fronteira urbana implicada na constituição deste loteamento, onde os primeiros moradores



parecem figurar como pioneiros da mesma, movendo o prenúncio da transformação da terra rural em terra urbana. Contudo, o incremento populacional relativo ocorrido desde então veio paulatinamente aumentando a pressão sobre a terra, acarretando uma inversão na relação entre oferta e demanda. Somou-se a isso ainda a centralidade relativa que o próprio Jardim Ibirapuera veio adquirindo no tecido urbano, responsável por um aumento do preço da terra e dos imóveis, enquanto manifestação da passagem da renda de monopólio para a renda diferencial. Por fim, concorreu para tal recrudescimento o simultâneo empobrecimento do conjunto dos trabalhadores que, disponíveis num mercado cada vez mais acirrado, foram encontrando crescentes dificuldades para se realizarem como consumidores solventes de terra e/ou imóveis. Foi por esse caminho que buscamos delinear a relação entre reprodução crítica da população trabalhadora, porque fetichistamente redundante, e as alterações nas estratégias de acesso a terra e imóveis no entorno do Jardim Ibirapuera, incluídas aí a formação de três favelas que lhes são limítrofes: Pinhal Velho, Felicidade e Erundina, todas elas resultantes de ocupações, a primeira em área de uso público do próprio loteamento e as duas últimas em terreno de propriedade da Eletropaulo, antiga Light and Power⁸, não obstante a particularidade do processo de formação de cada uma destas favelas.

O espelho invertido desta forma de apropriação crescentemente precarizada de terra e imóveis consubstanciada na formação destas favelas, reside, como já sugerimos acima, na manutenção de filhos, netos ou outros familiares (muitas vezes com suas respectivas famílias já formadas) nas antigas moradias das primeiras famílias do Jardim Ibirapuera, tornando-se paulatinamente verticalizadas para oferecer as condições de abrigá-los. Prática que, por outro lado, não se restringe às moradias localizadas no loteamento do Jardim Ibirapuera, espreado-se simultaneamente às favelas, que hoje contam com moradias de até cinco andares. Entretanto, não podemos deixar de considerar que a presença de uma população trabalhadora precariamente solvente, porque prescindível ao capital, não deixou de movimentar um mercado informal de negócios com terra e imóveis promovidos entre moradores das favelas do entorno e aqueles do Jardim Ibirapuera, mas não só, no qual as poupanças dos filhos encerram papel importante a ser tematizado, o que não cabe no escopo deste trabalho. Nesse sentido, olhar para a trajetória dos filhos das primeiras famílias moradoras do Jardim Ibirapuera nos ajuda a compreender de que maneira sua aparência de bairro evoluído demarca a própria ruptura histórica nos termos da reprodução do capital que mencionamos acima.

A superação negativa do trabalho assalariado

Do ponto de vista de nossos interlocutores a possibilidade crítica de tornarem-se os assim chamados microempreendedores lhes aparece como uma superação das condições de trabalho na qual viveram seus pais, como trabalhadores assalariados sujeitados às humilhações impostas pelo capital, mas personificadas pelos proprietários dos meios de produção. Gozam de certa independência com relação ao emprego fixo, às jornadas de trabalho pré-estabelecidas, à heteronomia e exploração de suas forças de trabalho consubstanciadas no assalariamento, subjetivando uma espécie de ascensão social. Nos termos de um de nossos entrevistados, sócio de um restaurante junto com seu irmão, filhos de um metalúrgico aposentado, agora trabalham para si e suas famílias e não mais para um patrão. Tal superação, no entanto, é vivida contraditoriamente, pois também se queixam das adversidades que vivem nestas condições, uma vez que tal superação não os livra da necessidade de se reproduzirem por meio do dinheiro e do trabalho, já que tais microempreendimentos territorialmente circunscritos se encontram

⁸ Até onde pudemos saber a apropriação destas terras pela Light and Power remontam à enchente promovida pela própria empresa no ano de 1929 (cf. SEABRA, 1987).



enredados na produção mundial de mercadorias. Ainda que, diferentemente de seu pai, são incorporados à reprodução do capital não mais como produtores de mais-valia, o que é um aspecto central para o aprofundamento da discussão sobre a crise do trabalho e a reprodução contemporânea das periferias metropolitanas.

Já do ponto de vista da reprodução do capital, o desenvolvimento das forças produtivas que vem acarretando a expulsão de trabalhadores dos processos produtivos também vem, simultaneamente, diminuindo crescentemente o tempo socialmente necessário à produção de mercadorias. De maneira sintética, o desenvolvimento tecnológico vem aumentando extraordinariamente a quantidade de mercadorias produzidas numa mesma jornada de trabalho, por exemplo, de oito horas, o que significa que relativamente, cada mercadoria produzida resulta da objetivação fantasmagórica (cf. MARX, 1985a, p. 71) de um tempo cada vez mais ínfimo⁹. Considerando que, segundo Marx, valor é uma objetividade fantasmagórica medida em tempo (horas, minutos, segundos), é possível inferir de que o curso contemporâneo da reprodução do capital vem diminuindo drasticamente, em todos os setores da produção de mercadorias, o valor das mesmas. Articulando as pontas aparentemente desconexas de nosso argumento, a contínua modernização dos processos produtivos vem, por um lado, expulsando trabalho vivo dos processos produtivos, ao mesmo passo que aumenta exponencialmente a quantidade de mercadorias produzidas e uma diminuição drástica de seus respectivos valores¹⁰.

A dinâmica exposta acima, ao concorrer para a diminuição relativa do valor coagulado em cada mercadoria, coloca problemas para a própria reprodução do capital, pois impele os capitalistas a inundar o mercado com suas mercadorias tendo em vista compensar a queda relativa dos valores provocada pelo aumento da produtividade do trabalho¹¹. Em outras palavras, torna-se imperativo conquistar novos mercados, ou seja, novos consumidores. Diante desse quadro é possível vislumbrar a importância que os microempreendimentos adquirem na reprodução deste circuito: para os moradores do Jardim Ibirapuera realizarem-se como empresários de si próprios torna-se fundamental ter o que vender, necessidade suprida pela imensa oferta de mercadorias produzidas por capitais altamente produtivos. Nesse sentido, se a redundância relativa coloca para estes moradores a necessidade de se tornarem empresários de si próprios, é a superprodução de mercadorias que oferece a oportunidade concreta de assim se realizarem¹².

Mas para além da maneira como a superprodução de mercadorias oferece as condições fantasmagoricamente objetivas para a criação e reprodução de alguns microempreendimentos no Jardim Ibirapuera interessa explicitar que aí reside também parte do segredo relativo ao consumo extraordinário de mercadorias de diversos tipos que, tanto as famílias moradoras do Jardim Ibirapuera, como aquelas das favelas e loteamentos adjacentes, veio adquirindo nos últimos tempos. Este processo contraditório elucida, até certo ponto, o aparente disparate cotidiano de famílias vivendo em moradias precárias, senão precaríssimas, nas favelas, equipadas com televisores de plasma, celulares de última geração, automóveis, motocicletas, tênis e roupas de marca, etc. Dissemos até certo ponto, pois na ponta do consumo destas mercadorias encontra-se o crédito, que também deita suas raízes no incremento extraordinário da produtividade do

⁹ A sede da fábrica da Hyundai, localizada na Coréia do Sul, produz um automóvel a cada dez segundos, chegando à média de até seis mil carros por dia (DELIBERATO, 2005).

¹⁰ Tal diminuição dos valores (essência) não tem correspondência imediata com os preços (aparência). Para uma discussão sucinta sobre o problema da transformação dos valores em preços em Marx conferir o item Especificidade histórica: valor e preço (POSTONE, 2014, p. 154-169).

¹¹ Isto é o que explica, em parte, a assim chamada desindustrialização brasileira ocorrida a partir da década de 1990, uma vez que as políticas neoliberais implementadas naquele momento derrubaram as barreiras protecionistas, levando à bancarrota uma série de indústrias incapazes de alcançar a média social mundial de produtividade do trabalho.

¹² Isso é o que revela, em grande parte, a expansão extraordinária dos assim chamados mercados informais, ilegais ou ilícitos, ainda que nem todas as mercadorias consumidas pelos moradores do Jardim Ibirapuera e suas imediações sejam fornecidas pelos microempreendimentos criados por seus moradores.



trabalho e superprodução de mercadorias. Ou seja, a assim chamada inclusão financeira não pode ser pensada apenas como resultado de um voluntarismo político, mas deve ser articulada à superprodução de mercadorias, como momento necessário desta última, que ocorre “por trás das costas dos produtores” (MARX, 1985a, p. 52) impondo socialmente a necessidade de disponibilização de crédito.

Se de um lado, portanto, temos um incremento de microempreendimentos no Jardim Ibirapuera e imediações, dedicados estritamente a vender mercadorias, entabulado por uma parte de seus próprios moradores, assim como um aumento inacreditável de seu consumo atrelado à inclusão financeira dos últimos anos, de outro, a contínua modernização dos processos produtivos tem trazido consigo desdobramentos que poderíamos chamar propriamente de trágicos, se é que os apresentados até aqui já não figuram como tais.

Neste particular nos parece possível incluir a presença de uma organização não governamental, criada em 2003 por iniciativa do filho de uma das primeiras famílias moradoras do Jardim Ibirapuera, junto à sua esposa, como uma forma particular de confluência entre o corte geracional até agora discutido e a emergência do empresariamento de si próprio, enquanto exercício da mobilidade do trabalho. A particularidade de tal convergência residiria numa prática que não poderia ser enquadrada exatamente na categoria de microempreendimento, não obstante a necessidade de reprodução desta organização se ancorar na disputa de editais oferecidos no mercado, isto é, na possibilidade da venda de seus projetos e os resultados “sociais” que buscam oferecer. O que significa que, embora tal iniciativa tenha como finalidade uma transformação no bairro e na vida de seus moradores, seu *modus operandi* não pode prescindir de uma vinculação necessária com um circuito de financiamentos, públicos e/ou privados, que lhes garanta reproduzirem-se enquanto organização, impingindo-lhes realizarem-se como trabalho, não obstante a alcunha de “social”. Não é à toa que nosso interlocutor, ex-metalúrgico, tenha nos apresentado sua escolha como uma “oportunidade de trabalho”, afirmando ter feito “essa transição pensando enquanto mercado de trabalho”.

Se, do ponto de vista de seus fundadores, a criação desta organização ganha os contornos de uma opção de trabalho que responde às vicissitudes na mobilidade do trabalho determinada pela reprodução contemporânea do capital¹³, esta iniciativa também se articula à obsolescência da própria Associação dos Amigos de Bairro do Jardim Ibirapuera naquilo que foram seus designios durante o processo de urbanização do loteamento e sua definitiva incorporação ao tecido urbano. Neste particular, a consolidação do mesmo ao tecido urbano tornou a associação paulatinamente obsoleta, uma vez que tais reivindicações, não sem dificuldades e limites, foram satisfeitas. Por outro lado, as transformações sociais desencadeadas a partir da incessante modernização dos processos produtivos e as respectivas alterações no exercício da mobilidade do trabalho da população trabalhadora, foram promovendo novos, por assim dizer, problemas sociais, personificados pelas novas gerações de moradores que a associação não foi capaz de atender. Em outras palavras, se no processo de metropolização de São Paulo, periferia foi, em seu polo negativo, sinônimo de superexploração, autoconstrução, exército industrial de reserva, políticas habitacionais insuficientes, modernização conservadora, vedação à participação da classe trabalhadora nos rumos da política promovida pelo regime militar, hoje estes atributos não parecem mais condizer com o que socialmente se entende por periferia. A esta parece ser muito mais fácil colar atributos como aquele da criminalidade, tráfico de drogas, alcoolismo, juventude sem expectativas de futuro, desemprego, consumismo, etc.. Ou seja, observa-se um deslocamento fundamental nas questões sociais que envolvem contemporaneamente

¹³ Esta forma de reprodução das organizações sociais deita suas raízes também no processo de “financeirização” apontado acima, uma vez que os financiamentos de tais iniciativas respondem à necessidade fetichista de investir capital monetário ocioso na reprodução social, ainda que esses investimentos não respondam à capacidade de valorização que tais iniciativas oferecem, mas precisamente na de contenção das consequências catastróficas da crise do trabalho que podem proporcionar localmente.

a reprodução destas periferias, estreitamente vinculados ao aprofundamento da crise do trabalho e à prescindibilidade relativa dos corpos trabalhadores para a reprodução do capital, exigindo estratégias de atuação social que os integrantes da antiga associação amigos de bairro pareciam desconhecer, sendo substituída por procedimentos organizacionais mais da ordem da gestão do que propriamente da política local. O que queremos sugerir é que, em certa medida, independentemente da atividade oferecida pela organização, é sabido por seus coordenadores e oficinairos que estas compõem um rol de estratégias voltadas à “administração das urgências” (TELLES, 2007). No limite, a conter a possibilidade de que aqueles e aquelas que usufruem de suas atividades venham a se envolver no assim chamado “mundo do crime”, opção de acesso a dinheiro que se generalizou nas últimas décadas diante do rebaixamento do horizonte das expectativas com relação ao mundo do trabalho (cf. ARANTES, 2014)¹⁴. Ou, pelo contrário, que saiam dele e descubram outras oportunidades de trabalho. O que não significa que tal objetivo seja manifesto sendo, pelo contrário, uma espécie de consenso ocultado pelos objetivos explicitados em seus projetos, ainda que o reconhecimento da dimensão que o mundo da criminalidade adquiriu nos últimos tempos no cotidiano do Jardim Ibirapuera, mas não só, não deixe de ser algo tematizado. Nesse sentido é possível dizer que há em curso uma espécie de disputa pela juventude moradora do Jardim Ibirapuera e suas adjacências que se encontra no fio da navalha entre, de um lado, o mundo letal do crime e do tráfico de drogas e, de outro, o nada promissor mundo do trabalho¹⁵. Nesse sentido é que achamos possível designar o tipo de atuação social movida por essa organização como uma forma particular de gestão populacional deste contingente que, não sendo propriamente desempregado, já se tornou prescindível ao capital e sua dinâmica de aparente valorização, mesmo quando promovem ações importantes em escala local, majoritariamente de caráter educativo e cultural.

Desdobrando esse problema, mas observando-o à escala nacional, assim como o polo imediatamente trágico deste *modus operandi*, não nos parece mera casualidade a adoção do encarceramento em massa como política de gestão populacional, onde o Estado de São Paulo tinha sob seu auspício 36% do montante da população carcerária brasileira, resultante de um incremento de 471% ocorrido entre 1990 e 2011 (cf. RADBRUCH, 2010) que não tem como correspondente um aumento populacional da mesma dimensão, como poderia se fazer crer teorias malthusianas acerca da relação entre população e recursos. Pelo contrário, reside precisamente no processo de reprodução do capital que engendra, por sua própria dinâmica contraditória e crítica, como já afirmamos antes, uma população fetichistamente sobranante. No entanto, uma ressalva aqui se faz necessária, pois, se do ponto de vista dos proprietários das forças de trabalho, o recrudescimento da concorrência colocaria a todos igualmente sujeitos às mesmas violências decorrentes desse processo, faz-se necessário considerar que há clivagem de raça na gestão prisional destes corpos. Clivagem que, por um lado, parece sugerir a presença de ecos do passado escravista no momento contemporâneo, mas que por outro, sob a ótica da evidente ruptura que viemos apresentando, contem alterações importantes de serem investigadas, o que não pretendemos fazer aqui. O mesmo tipo de clivagem pode ser verificada quando nos detemos naquilo que alguns movimentos sociais vem denunciando como o genocídio da população jovem e negra da periferia e que, sem desconsiderar as particularidades desta prática, parece condizer com o sentido geral que viemos sugerindo até aqui, de gestão populacional¹⁶.

¹⁴ Aqui apenas aludimos ao abastecimento de forças de trabalho para tal empreendimento, e não o circuito que envolve as mercadorias por eles comercializadas.

¹⁵ A compreensão de tal descompasso aqui enunciado, todavia, não deve ser buscada numa suposta leviandade por parte daqueles que participam da organização, mas, como dissemos acima, na relação entre espaço de experiência e horizonte de expectativas (ARANTES, 2014) determinado pela própria crise do trabalho em contínuo aprofundamento.

¹⁶ Se historicamente a concorrência sempre pressupôs a possibilidade de uma morte social a todos aqueles sujeitos à “coação muda” da concorrência, uma vez que perder um emprego, falir, migrar, provoca fortes rupturas nas relações sociais vividas, não nos parece exagero sugerir que tanto o encarceramento quanto o genocídio parecem estar operando como sua nova forma de ser, ao menos para a parcela negra da população trabalhadora.

O que nos interessa apontar aqui é a mudança fundamental do sentido da atuação estatal diante de um processo histórico que não parece mais conseguir acenar com promessas inclusivas de futuro, especialmente aquele tipo de inclusão necessária para a contínua reprodução do capital, o trabalho produtivo¹⁷. É por isto que a administração de urgências não se encontra restrita apenas ao âmbito de atuação ongueira presente no Jardim Ibirapuera e tantas outras periferias metropolitanas, mas conforma o próprio *modus operandi* do Estado e da política, naquilo que Kurz designou como “Estado administrador de crises” (cf. KURZ, 1993).

Contraditoriamente, o processo em curso de destituição da própria classe trabalhadora, pois deslocada fundamentalmente de seu lugar estratégico na produção de mercadorias, se desdobra numa espécie de hipertrofia da esfera política. A hipótese aqui é que a política institucional, diante deste quadro crítico, veio se tornando a única forma possível dos sujeitos sociais incidirem na reprodução social contemporânea. Isto já pode ser identificado em Sader, quando identifica em fins da década de 1980 o deslocamento das formas de organização dos trabalhadores para a esfera da reprodução¹⁸. Para o autor interessava como aquele modo de vida, apontado no início deste artigo, autonomizado da esfera produtiva, foi capaz de forjar uma experiência política promissora, no caso o processo de redemocratização brasileiro e não por coincidência será neste ano que Oliveira publicará o artigo *O surgimento do antivalor – Capital, força de trabalho e fundo público* (OLIVEIRA, 1998). O argumento de cada um dos textos revela precisamente a centralidade que a constituição de uma “esfera pública” referida ao fundo público e mediada a partir de “regras universais e pactadas” adquiriu como forma de reprodução total da sociedade, ainda que Sader estivesse preocupado com os agenciamentos políticos dos trabalhadores e Oliveira para a forma contemporânea da reprodução do capital. Para este último, tal fundo haveria se tornado “um pressuposto” da acumulação de capital e, por outro lado, da reprodução do força de trabalho “[...] atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais [...]” (OLIVEIRA, 1998, p. 20). Nesse sentido, a esfera pública emergiu como arena por excelência da luta de classes, uma vez que a fábrica não era mais capaz de sê-la.

Entretanto, nos 28 anos que demarcam a redemocratização brasileira até hoje, a contínua marcha da tautológica valorização do valor passou uma rasteira, novamente às costas dos sujeitos, nas próprias expectativas políticas sinalizadas por esse autores, colocando a “[...] revolução copernicana nos fundamentos da categoria do valor [...]” (OLIVEIRA, 1998, p. 27), com o sinal invertido, pois determinada pelos imperativos da administração da crise e dos problemas sociais promovidos pela categoria do trabalho, fundamento do valor, em crise. Isto é, o horizonte decrescente de expectativas não só atinge a população trabalhadora, mas simultaneamente a política, tornada mera gestão operacionalizada por procedimentos de exceção¹⁹.

Conclusão

Voltando à escala do bairro, o que se entrevê a partir do exposto até aqui é uma alteração considerável na forma da reprodução contemporânea da periferia do Jardim Ibirapuera, na qual o tempo de trabalho imiscuiu-se definitivamente na experiência vicinal de suas famílias moradoras.

¹⁷ Não cabe neste artigo discutir o problema do trabalho produtivo e improdutivo, tão caro ao marxismo. Fica, todavia, apontada sua relevância para uma discussão consequente sobre a crise do trabalho.

¹⁸ O maior mérito de Sader foi reconhecer como o modo de vida destes trabalhadores e suas famílias foi parte essencial da própria auto-organização dos trabalhadores, entretanto as reivindicações que nasciam dali necessitavam ganhar a forma do direito para se realizarem enquanto tal, por isso afirmamos que a política estatal é central em seu argumento.

¹⁹ A despeito da perspectiva teórica distinta tal virada histórica fica muito evidente nesta passagem: “Nos anos 1980, como tantos outros leitores de Hannah Arendt e Claude Lefort, estávamos investidos das promessas democráticas que os tempos nos abriam, tratávamos de prospectar a força mobilizadora da ‘linguagem dos direitos’ e de trabalhar os sinais de sua potência histórica percebida nos termos de uma sempre renovada ‘invenção democrática’, para lembrar aqui o título do então famoso (e hoje esquecido) livro de Lefort, um livro que marcou época e deu a pauta para boa parte dos debates que se seguiram naqueles anos. Pois bem, vinte anos depois, ao que parece, no lugar de Claude Lefort, Giorgio Agambem [...] Estado de exceção e vida nua são noções que compõem um espaço conceitual que circunscreve outra ordem de problemas [...]” (TELLES, 2007, p. 200).



Em outras palavras, aquilo que foi historicamente um lugar destinado à reprodução das famílias trabalhadoras que lá se instalaram, apesar da necessidade de dedicação à autoconstrução de suas moradias, veio se tornando um bairro que paulatinamente incorpora uma miríade de trabalhos particulares que transcendem aqueles discutidos aqui. A relação estrita entre um tempo de trabalho que se realizaria exogenamente ao cotidiano vicinal do Jardim Ibirapuera, enquanto neste estariam reunidas apenas atividades de caráter reprodutivo parece se esboroar, mesmo havendo um contingente relevante de moradores que ainda trabalham fora do bairro, inclusive como assalariados. Tal mudança, à escala do bairro, como já foi por nós afirmado, respondeu historicamente à própria crise do trabalho proporcionada pelos desdobramentos contraditórios da reprodução do capital. Entretanto, a contraditoriedade do processo residiria precisamente no fato de, ao mesmo tempo que a expansão de atividades “produtivas” no Jardim Ibirapuera, assim como o esboroamento da clara distinção entre tempo de trabalho e tempo livre, e a contínua colonização do segundo pelo primeiro, afirme cotidianamente que nunca se trabalhou tanto como hoje, tal expansão, para ser compreendida de maneira consequente, deve ser analisada sob o pano de fundo do desenvolvimento das forças produtivas levado ao paroxismo. Em outras palavras, como desdobramento fenomênico resultante da crise do trabalho em curso e não de seu suposto fim. Nesse sentido, se faz não só possível, mas necessário, remeter uma questão que nos parece de fundamental importância para darmos um passo indispensável em direção à uma tematização crítica acerca da reprodução contemporânea da população trabalhadora e do capital. Qual o sentido da manutenção do trabalho e da troca de tempos de trabalho como forma de acessar dinheiro e mercadorias numa sociedade que suprimiu sua própria necessidade social para reproduzir-se, movido pelos próprios desdobramentos contraditórios do capital em contínua reprodução crítica? Se é verdade, como afirma Oliveira (2006), que o trabalho do ambulante que vende refrigerante na porta dos estádios de futebol em dia de jogo, assim como o trabalho do dono de um bar do próprio Jardim Ibirapuera, concorrem para realizar a mais-valia fantasmagoricamente objetivada naquela mercadoria, tal prática também comprova a completa prescindibilidade destes milhares (ou milhões) de trabalhadores empresários de si próprios para a produção do refrigerante e da mais-valia. E não somente do refrigerante, mas da imensa coleção de mercadorias que permanecem mediando relações sociais em crise. Por outro lado, a comprovação supostamente objetiva da desnecessidade social de se realizar como trabalhador não pode ser descolada da simultânea necessidade fetichista de sê-lo, na medida em que o ditado “quem não trabalha não come” permanece como pressuposto naturalizado desta sociabilidade em crise. É por isso que para participar desta comunidade, cada vez mais fictícia, de produtores, se faz necessária um boa dose auto “humilhação secundária” (HEIDEMANN, 2004), ainda que esta seja ostentada como dignidade.

Referências

ARANTES, P. *O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

DAMIANI, A. L. *Geografia e população*. São Paulo: Contexto, 2011.

DELIBERATO, A. Maior fábrica do mundo faz um carro a cada 10 s; conheça o Top 10. *UOL Carros*, São Paulo, 2 maio 2005. Disponível em: <<http://carros.uol.com.br/noticias/redacao/2015/02/05/major-fabrica-do-mundo-faz-um-carro-a-cada-10-s-conheca-o-top-10.htm>>. Acesso: 23 dez. 2015.



- FERRO, S. A produção da casa no Brasil. In: ARANTES, P. F. (Org.). *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: CosacNaify, 2006.
- GAUDEMAR, J. P. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.
- GIAVAROTTI, D. M. *O jardim Ibirapuera, da imposição à crise do trabalho*. 2012. 237 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)—Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- HEIDEMANN, H. D. Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação. In: PÓVOA NETO, H. (Org.). *Migrações: discriminação e alternativas*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- KURZ, R. *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- KURZ, R. *Com todo valor ao colapso*. Juiz de Fora: UFJF; Rio de Janeiro: Pazulin, 2004.
- MARX, K. *O Capital: crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro I, tomo I. (Os Economistas, I).
- MARX, K. *O Capital: crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1985b. Livro I, tomo II. (Os Economistas, I).
- OLIVEIRA, F. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. In: OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, F. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. *Novos Estudos: CEBRAP*, São Paulo, n. 74, p. 67-85, 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002006000100005>.
- POSTONE, M. *Tempo, trabalho de dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- RADBRUCH, G. Apresentação: encarceramento em massa: símbolo do Estado Penal. *Revista PUCViva*, São Paulo, v. 11, n. 39, 2010.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- SCHOLZ, R. *Sobre o conceito de valor e de valor dissociação*. In: *O sexo do capitalismo: teorias feministas e metamorfose pós-moderna do patriarcado*. [S.l.]: [s.n.], 2000. p. 13-23. Original em alemão. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/roswitha-scholz6.htm>>. Acesso em: 1 jan. 2000.
- SEABRA, O. C. L. *Os meandros dos rios nos meandros do poder*. Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo. 1987. Tese (Doutorado)—Departamento de Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 1987.
- TELLES, V. S. Transitando nas linhas de sombra, tecendo as linhas da cidade. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. S. (Orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

Recebido: 12 dez., 2015
Aceito: 24 jan., 2016



Neodesenvolvimentismo, informalidade e nova morfologia do trabalho: reflexões sobre a precarização do trabalho no Brasil

Neo-developmentism, informality and new morphology of work: reflections on the casualization of labor in Brazil

Fernanda Gomes Mattos^a; Juliana Nunes Pereira^{b,c}

Resumo

No Brasil, após as crises da globalização neoliberal, fora instituído um paradigma de desenvolvimento alternativo que ficou conhecido como neodesenvolvimentismo, implementado no governo Lula (2003-2008), com a perspectiva de articular o desenvolvimento capitalista com a adoção de políticas sociais e distribuição de renda. Isso implicou novas dimensões de precarização do trabalho e em grande medida reflete a nova morfologia do trabalho, que apresenta a perspectiva de novas modalidades de trabalho frente à crise do capital. Este artigo objetiva apresentar reflexões preliminares sobre o neodesenvolvimentismo, a informalidade e a acentuação da precarização do trabalho no Brasil.

Palavras-chave: trabalho; informalidade; precarização; nova morfologia do trabalho; neodesenvolvimentismo.

Abstract

In Brazil, after the crisis of neoliberal globalization, outside institute alternative development paradigm, which became known as neo-developmentism implemented in the Lula government (2003-2008), with the perspective to articulate capitalist development with the adoption of social and distribution policies income. This involved new dimensions of job insecurity and largely reflects the new morphology of work, which presents the prospect of new forms of work, facing the crisis of capital. This article presents preliminary reflections on the neo-developmentism, informality and the accentuation of labor precariousness in Brazil.

Keywords: labor; informality; insecurity; new morphology of work; neo-developmentism.

^a Mestranda em Serviço Social, Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campina Grande, PB, Brasil. Contato: fernandagmattos@gmail.com

^b Doutoranda em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campina Grande, PB, Brasil. Contato: julianaaspereira@gmail.com

^c Bolsista CAPES – PDSE, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Introdução

O modelo de desenvolvimento que se convencionou chamar de Fordista, balizado pela produção em massa, foi universalizado mediante articulação com as técnicas de administração taylorista e o Estado regulador de Keynes – Welfare State. Conceitualmente se relaciona a uma estrita separação entre a concepção do processo de produção - tarefa da equipe de planejamento e organização - e a execução de tarefas estandardizadas e formalmente determinadas. A estrutura macroeconômica do fordismo se situava em ganhos de produtividade resultantes de seus princípios de organização, de um lado, o crescimento dos investimentos financiados pelos lucros e, por outro, no poder de compra dos trabalhadores assalariados. Estava balizado pela contratualização a longo prazo da relação salarial, com limites rígidos às demissões e uma programação do crescimento do salário indexado aos preços e à produtividade geral, bem como por uma vasta socialização das rendas, através do Estado-providência, dotando os trabalhadores assalariados de garantias sociais permanentes (LIPIETZ, 1997).

Esse modelo proporcionou a redução dos custos unitários de produção. Todo o arcabouço fordista estava articulado a garantias de proteção social prevaletentes na época, o que ficou conhecido como Estado de Bem Estar Social, o qual ocasionou uma relação estreita entre o capitalismo, o assalariamento e a proteção social. Dessa forma, consolidou-se uma sociedade de tipo contratualista/institucionalizada e, portanto, fortemente formalizada (OLIVEIRA, 2010, p. 6).

É importante ressaltar que o fordismo não representou apenas um regime de acumulação capitalista a partir de um específico modo de organização do processo de trabalho, mas também um “[...] estilo de vida, que atravessou os muros das fábricas e invadiu o seio da sociedade, implicando na formação de um novo homem” (GRAMSCI, 1984, p. 382).

No que concerne ao Brasil, assim como em outros países da América Latina, o fordismo ficou conhecido como *fordismo periférico*, em referência a sua forma incompleta, precária e com limitações, mediante o modo como foi sendo disseminado em países semi-industrializados.

Apesar de ter sofrido algumas alterações e não contando com a proteção de um Estado de Bem Estar, um dos casos mais emblemáticos de fordismo periférico foi o que se desenvolveu no Brasil, tendo a indústria automobilística como a grande propulsora dessa modernização.

Para Ferreira (apud SILVA, 2003, p. 26), a implantação do fordismo no Brasil proporcionou um grande crescimento na produção, embora esta fosse voltada exclusivamente para o mercado interno. Sob fortes contrastes entre as condições de trabalho propiciadas por indústrias “modernas” e “tradicionais”, indústria e serviços, cidade e campo, Centro-Sul e Norte-Nordeste, o mercado de trabalho brasileiro adquiriu, historicamente, as marcas da dualidade, da heterogeneidade e da flexibilidade, tornando-se constitutivamente precário (POCHMANN, 2001).

Oliveira (1987, p. 12) argumenta sobre uma possível dualidade vivenciada pelo Brasil neste contexto, entre o moderno e o atrasado, seria na maioria dos casos apenas formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado moderno cresce e se alimenta da existência do atrasado, se se quer manter a terminologia.

Após 1930, são realizadas várias tentativas de regulamentação do processo de acumulação, no Brasil. Segundo Santos (1987) a esta política econômica e social coube o conceito de *cidadania regulada*, que se configura como um sistema de estratificação mediante ocupação. Neste sentido os parâmetros para cidadania estavam balizadas pelo tripé *regulamentação da profissão, carteira de trabalho profissional e sindicato público*, onde os direitos dos cidadãos se dariam em decorrência da profissão e as profissões necessitavam de regulamentação estatal para existirem.

Em síntese, Vêras de Oliveira (2010) aponta para uma associação entre cidadania, ocupação e formalização dos vínculos ocupacionais que se fundamentará como base para uma percepção de diferenciação entre formal-informal nas relações de trabalho.

Segundo Antunes (2007), após um longo período de acumulação, ocorridos mediante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana¹, o capitalismo passa por uma crise, que em grande medida fora proporcionada, fundamentalmente pela queda da taxa de lucro, em grande medida reflexo das conquistas pós-45 e da intensificação das lutas sociais, que aumentaram o preço da força de trabalho; relevância e aumento efetivo da esfera financeira, sendo este agora o campo prioritário para especulação e fundamental para o processo de internacionalização; o esgotamento do padrão taylorista/fordista de produção, de não conseguir dar respostas efetivas a retração do consumo, que se acentuava dado o desemprego estrutural; a acentuação da concentração de capitais, com a fusão de empresas monopolistas e oligopolistas; crise do Welfare state, acarretando crise fiscal do estado e retração de gastos públicos, além de sua transferência para o capital privado; ampliação das privatizações (ANTUNES, 2007, p. 29-30).

Mediante esta crise, há mais de três décadas o capitalismo vem passando por profundas mudanças no que se refere à estrutura produtiva e aos ideários e valores, ocasionando dentre suas conseqüências mudanças significativas no mundo do trabalho.

A partir dos anos 70, as economias dos países considerados avançados passaram a apresentar sinais de esgotamento. Nesta época, o panorama internacional era de lento crescimento com queda da produtividade do trabalho, em virtude do envelhecimento do paradigma tecnológico e da insatisfação dos trabalhadores com esse tipo de gestão. O quadro era de um aumento significativo da inflação, com importante redução do crescimento dos mercados consumidores devido ao esgotamento do processo de difusão do padrão de consumo, acrescido ao fim da vigência do acordo de Bretton Woods, o que trouxe maior instabilidade aos mercados financeiros e cambiais.

No Brasil, assistiu-se a um cenário de desaceleração do crescimento econômico. O país, que no início dos anos 1970 tinha facilidade em captar investimentos, sob a forma de empréstimos, chegou ao final da década endividado. A partir de então, mediante o esgotamento dos níveis de crescimento, busca-se estratégias de reestruturação produtiva com vistas a retomada da eficiência da dinâmica capitalista.

Segundo Filgueiras (2000) no país, em particular, a atuação dos movimentos sociais e trabalhistas, numa rota de ascensão durante toda a década de 1980, impediram a implementação, em um primeiro momento, da agenda neoliberal, que só começou a ser efetivada a partir dos anos 90 com o Governo Collor. Tal agenda foi retomada lentamente durante o governo de Itamar Franco e terminou por se consolidar a partir do Governo FHC, em especial com a abertura comercial e financeira da economia, as privatizações e a tarefa de desregulação da legislação trabalhista e de deslegitimação dos sindicatos e dos movimentos sociais.

Neste contexto, segundo Castro (1994) os reflexos para o mercado de trabalho são evidentes, com o aumento do desemprego - afetando trabalhadores semiqualeificados e qualificados -, redução dos empregos industriais, diminuição dos empregos com carteira assinada, redução do poder dos sindicatos.

Importante destacar conforme Vasapollo (2005, p. 374), que o “[...] desemprego não é provocado pela maior presença de equipamentos na produção, mas pela escolha neoliberal de não transformar a grande quantidade de trabalho em ocupação estável e protegida”. A redução dos postos de trabalho é acompanhada pela precarização e conseqüente superexploração daqueles que ainda permanecem em atividade, e nesta perspectiva os jovens e as mulheres, bem como os menos especializados são os mais atingidos.

¹ Em síntese relaciona-se a uma teoria econômica do começo do século XX, com base nas ideias do economista John Maynard Keynes, que propõem um Estado intervencionista nos âmbitos social e econômico (KEYNES, 1936).



O aumento do desemprego, na perspectiva liberal, também está relacionado, entre outros fatores, com a rigidez do mercado de trabalho. A partir desta perspectiva, uma das alternativas frente ao desemprego é a flexibilização², que possibilitaria ao mercado encontrar um ponto de equilíbrio entre a demanda e a oferta de força de trabalho.

Este processo aumentou sobremaneira o setor de serviços e a elevação do desemprego, com consequências como os baixos salários e a diminuição do poder sindical, com ênfase na flexibilização não apenas dos processos produtivos, mas também nos modelos de consumo, confrontando-se com a rigidez do fordismo (VASAPOLLO, 2005, p. 373).

Um dos resultados mais preocupantes destas transformações sobre o mercado de trabalho é o desemprego estrutural. O crescente processo de automação, com base na microeletrônica, acompanhado das práticas de organização flexível, vem redefinindo os locais de trabalho. A intensificação e a generalização destas práticas de gestão do trabalho desencadearam um rápido processo de terceirização, levando a uma proliferação acentuada de micro e pequenas empresas, as quais mantêm na sua maioria, contratos precários de trabalho, contribuindo para reforçar o chamado mercado informal de trabalho (DRUCK, 2007, p. 98).

A flexibilização do sistema de proteção social e dos direitos trabalhistas, acrescidos da ampliação do desemprego estrutural, permitiu ao capitalismo implementar alternativas de trabalho crescentemente informais. Os estudos realizados visualizam que o avanço recente do processo de informalidade está diretamente associado às consequências advindas das recentes transformações do capitalismo no final do século passado ((SILVA, 2003)).

Percepções do trabalho informal no Brasil

O trabalho informal não é um fenômeno novo no mundo do trabalho. Contudo, no Brasil, a dualidade e a heterogeneidade do mercado de trabalho são problemas histórico-estruturais (Tavares, 2004). Durante as três primeiras décadas do século passado, o trabalho transformou-se numa mercadoria livremente negociada, já que leis e contratos coletivos eram quase inexistentes. Durante as décadas de 1930 e 1940, o corporativismo do Estado de Vargas estabeleceu um amplo Código de Leis do Trabalho, o qual marcou o mercado nacional por todo o século. A partir de então, as noções de “formalidade” e “informalidade” foram pouco a pouco sendo construídas.

As estatísticas indicam um longo processo de formalização das relações de trabalho, sedimentado sobretudo por leis federais e, apenas secundariamente, por contratos coletivos (SUISSO, 2006).

Para Oliveira (2003), a intensificação da industrialização brasileira, a partir de 1930, decorreu da destruição das regras pelas quais a economia se inclinava para a agro-exportação e, em paralelo, da criação das condições institucionais que viabilizaram a expansão do mercado interno como novo eixo da acumulação de capital.

O processo de desenvolvimento capitalista no Brasil transformou, ao longo do século XX, principalmente nas décadas de 30 e 50, a economia primário-exportadora em uma economia industrial. Até meados dos anos 70, o crescimento econômico e o processo de industrialização permitiram a expansão do assalariamento urbano no país. Mas, ao longo dos anos 80, Cacciomali (1989) mostra que houve, principalmente no meio urbano, um aumento nas relações assalariadas clandestinas, portanto, à margem da legislação trabalhista e inseridas na informalidade.

Um avanço significativo está alicerçado na legislação do trabalho que estabelecia, de maneira cada vez mais detalhada, quais eram as regras mínimas de relações de trabalho

² Relacionam-se com uma possibilidade da empresa determinar o uso do trabalho, através da alteração de normas vigentes nos instrumentos normativos coletivos ou na lei, ou ainda por um novo poder que adquire com o processo de reestruturação produtiva. Assim, a flexibilização das relações de trabalho pode acontecer sob quatro formas: a) a partir do poder discricionário da empresa ao impor de forma unilateral uma nova regulamentação; b) pelas mudanças institucionais via ação do Estado; c) pela negociação direta entre os atores sociais (contrato coletivo ou pacto social); ou d) pela re-interpretação do direito existente, através do Poder Judiciário (KREIN, 2001, p. 41-46).

justas, tais como: jornada de trabalho de 44 horas; direito a férias anuais remuneradas; direito a finais de semana e feriados remunerados; ter aposentadoria remunerada; direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); acesso ao seguro-desemprego, recebimento do 13º salário; direito a 1/3 do salário como adicional de férias; direito a licença remunerada em caso de doença, dentre outros. Salário mínimo, jornada de trabalho, férias anuais, sustentados pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Na CLT, promulgada em 1943, o Estado estabeleceu uma regulação bastante abrangente e pormenorizada das condições de trabalho, definindo desde as formas de contratação, as regras vigentes no curso do contrato de trabalho e as condições para a rescisão dessa relação. A CLT determinou, também, o tipo de organização sindical e a organização da Justiça do Trabalho.

Para Santos (1987), no caso do Brasil, os direitos trabalhistas e previdenciários estão condicionados ao emprego formal, gerando uma “cidadania regulada”, que se concretiza na segmentação do mercado de trabalho assalariado entre empregados formais e informais.

Oliveira afirma que a regulamentação das condições de trabalho incluiu-se na “regulação dos fatores”, condição primordial assumida pelo Estado brasileiro para o desenvolvimento do modo de acumulação de base urbano-industrial. Nessa perspectiva, cabia à legislação trabalhista dois objetivos: “[...] a conversão dos enormes contingentes populacionais em exércitos de reserva e a uniformidade, em base reduzida, do preço da força de trabalho” (OLIVEIRA, 2003, p. 38).

Vários direitos sociais foram garantidos aos trabalhadores, aqui entendidos como trabalhador formal, conformando um típico welfare ocupacional. Os servidores públicos foram os primeiros beneficiários dos contratos de trabalho formais e, conseqüentemente, dos direitos sociais a ele associados. Gradualmente, os trabalhadores urbanos não industriais foram sendo incorporados (SUISSO, 2007).

Vale ressaltar que a fixação do salário mínimo, agora garantido por legislação, não inviabilizava que fossem acordados outros valores de remuneração, via negociação individual ou coletiva entre empregados e empregadores (OLIVEIRA, 2003, p. 55).

O crescimento da economia brasileira, em comparação com o restante das economias capitalistas, foi um dos mais elevados no período de 1930 a 1980, com uma taxa média anual de variação positiva do Produto Interno estimada em 4,14%. A despeito da concentração de renda, do achatamento dos salários mais baixos e da abertura do leque remuneratório, as relações de trabalho no Brasil, ao longo das décadas de 1940 e 1970, avançaram no sentido de estruturação e formalização do mercado de trabalho nacional (POCHMANN, 2002, p. 36).

A estruturação do mercado de trabalho passou a se confundir com a difusão do assalariamento formal, na medida em que o trabalho assalariado passa a ser identificado como a forma privilegiada de inserção dos trabalhadores nas economias capitalistas, uma vez que lhes assegura o acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, em contraposição à vulnerabilidade social que caracteriza outras formas de ocupação, como o trabalho doméstico, o trabalho autônomo e o trabalho não remunerado ou para o auto-consumo.

Segundo Druck (2007), no Brasil, a transição para um novo padrão de gestão do trabalho, em resposta à crise do fordismo, começou no início dos anos 1980, ainda que notadamente em algumas indústrias dinâmicas. Mas a generalização do toyotismo, ocorre nos anos 1990, em decorrência da implementação das políticas neoliberais no país e da inserção do Brasil na globalização da economia.

A economia brasileira, a partir da década de 1990, vivenciou um rápido e abrupto processo de abertura econômica, que esteve diretamente atrelado a uma nova forma de organização produtiva: o mercado interno passou a ter um papel coadjuvante em relação ao mercado internacional, já que se buscava uma maior interação com o mercado global (DEDECCA, 1998, p. 2).

A conjuntura econômica recessiva e politicamente conservadora dos anos 90 favoreceu o desenvolvimento do posicionamento antissindical por parte das empresas e a disseminação de



práticas negociais individualizadas. O esvaziamento da legitimidade e do poder reivindicativo dos sindicatos aconteceu concomitantemente ao processo de reestruturação produtiva da economia brasileira, de maneira similar à experiência dos países desenvolvidos (LEITE, 2004, p. 91-92).

Segundo Dedecca (1998), verifica-se a partir desse momento uma diminuição da participação da produção interna no mercado nacional, um processo de internacionalização da propriedade das empresas, uma maior dependência tecnológica e uma especialização da estrutura industrial. É desencadeado a partir dessa lógica, estratégias de reestruturação, que contemplam a redução de custos, afetando o nível de emprego industrial.

Sobretudo a partir da década de 1990, com o avanço do processo de reestruturação produtiva e das políticas de orientação neoliberal, o setor formal que antes era capaz de gerar postos de trabalhos, deixou desempregados trabalhadores que até então estavam habituados ao assalariamento. Ademais, com as estratégias empresariais de externalização e desverticalização da produção, bem como de flexibilização das normas de contratação da força de trabalho, como parte das medidas de redução de custos, a relação entre o setor informal e o setor formal passou a se estabelecer através do circuito produtivo. Isto porque o setor formal passou a contratar produtos e serviços do setor informal (DEDECCA, 1998).

A partir da década de 1990, observa-se um grande crescimento da economia informal nas médias e grandes cidades brasileiras, passando a englobar um conjunto heterogêneo de trabalhadores. Paralelamente a esse aumento, tem-se o crescimento de outras formas de trabalho não regulamentadas pela legislação trabalhista, que podem ser vistas como participantes de um contexto mais amplo de precarização do trabalho (ALVES; TAVARES, 2006, p. 428).

Esses elementos indicam que a situação dos trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro tornou-se cada vez mais precária. O grau de proteção social perdeu abrangência em função do aumento na informalidade e das modificações introduzidas na legislação trabalhista.

Mattoso (1999, p. 18) afirma que:

[...] ao longo dos anos 90 foram queimados cerca de 3,3 milhões de postos de trabalho formais da economia brasileira, sendo que desde que FHC assumiu em 1995 foi contabilizada uma queima de nada menos de 1,8 milhão de empregos formais.

O processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, ao longo dos anos 1990, esteve profundamente associado à implantação das políticas neoliberais no Brasil, que se iniciou a partir do governo Fernando Collor (1989-1992) e se intensificou no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Além de provocar uma estagnação no crescimento econômico no país e submeter a economia nacional à dependência frente ao capital financeiro em detrimento dos investimentos produtivos, também provocou um extraordinário crescimento nas taxas de desemprego.

O Governo Lula e o Neodesenvolvimentismo: aspectos conceituais e históricos

O debate do neodesenvolvimentismo é relativamente recente, e tem sido realizado por diferentes autores, de distintas áreas do conhecimento, que discutem e disputam o significado desse conceito, o que torna o cercamento de um recorte para estudo um exercício complexo.



Diversos autores destacam que, no Brasil, a partir de 2003, no início do governo Lula, o país passa para um novo momento político, econômico e social: o neodesenvolvimentismo. Este seria um ponto chave que marcaria o abandono das diretrizes neoliberais, que nortearam o Estado brasileiro durante a década de 1990, destacadamente com o presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB.

Boito Junior (2013) afirma que a chamada *frente neodesenvolvimentista* seria o modelo de desenvolvimento possível nos marcos de um país capitalista periférico, como o Brasil. O neodesenvolvimentismo apenas passou a acentuar a sua diferenciação frente ao modelo neoliberal apenas a partir de 2005, haja vista que até então, o governo Lula havia dado continuidade a política econômica balizada pela prioridade ao superávit primário, juros altos e câmbio valorizado. Pós-2005 houve uma mudança nas *frações de classe* do *bloco no poder*³, que anteriormente era ocupado apenas por frações de classe hegemônica do grande capital, sobretudo o financeiro. A fração que forma a frente neodesenvolvimentista, seria formada pela burguesia interna⁴, movimentos sindical e populares.

O neodesenvolvimentismo se configura como:

[...] o programa político dessa frente⁵ – a política de desenvolvimento possível nos marcos do capitalismo neoliberal. Os governos Lula e Dilma não romperam com esse modelo de capitalismo, mas introduziram, em decorrência das classes sociais que representam e nas quais se apoiam, mudanças importantes na economia, na política e na atuação internacional do Estado brasileiro (BOITO JUNIOR; BERRINGER, 2013, p. 31).

Contudo, esta frente ampla, configurando burguesia interna e frações da classe trabalhadora, não poderia ser isenta de contradições. A burguesia fora privilegiada nos governos do Partido dos Trabalhadores – PT, através da busca destes governos pelo alcance de superavit fiscal, pelos financiamentos dos bancos públicos e pela política externa adotada, que tinha como prioridade os interesses da burguesia nacional. O proletariado urbano se beneficiou com o crescimento do emprego e do valor do salário mínimo. Os trabalhadores do campo, tiveram reconhecimento de algumas de suas pautas, com reflexos nas políticas de financiamento da produção, assistência técnica e ampliação dos mercados.

A grande distinção entre os governos neodesenvolvimentistas e os neoliberais está na adoção de programas de crescimento da economia com aumento do gasto público e redistribuição de renda.

Segundo Alves (2013), uma característica fundamental do *neodesenvolvimentismo* é a incapacidade de romper com capitalismo neoliberal, desenvolvida nos últimos trinta anos, no centro e na periferia capitalista desenvolvida. Sendo assim, o modelo neodesenvolvimentismo no Brasil se configura como uma variante do desenvolvimento capitalista. Destaca que para romper com o *bloco de poder burguês*⁶ seriam necessárias bases firmes na sociedade civil, haja

³ A espinha dorsal do novo bloco de poder no Brasil constituído na década neoliberal é constituída pelo capital financeiro que possui vínculos orgânicos, com o agronegócio, empreiteiras, grandes corporações industriais, grandes empresas de distribuição e serviços de telecomunicações, inclusive fundos de pensões sob gestão estatal. Deste modo, o bloco de poder neoliberal constitui uma “oligarquia financeira” que encontra no aparato do Estado neoliberal, um veículo privilegiado de articulação sistêmica (a frente política do neodesenvolvimentismo, que é governo, não conseguiu romper com o poder dos grandes grupos financeiros) (ALVES, 2013).

⁴ Esta fração reúne setores do agronegócio, construção civil, mineração, indústria, privilegiados por apoio e financiamentos do BNDES e avessos ao capital financeiro que haviam predominado na década anterior nos governos neoliberais.

⁵ Esta frente política, embora tenha vínculos orgânicos com camadas, frações e categoriais sociais do bloco de poder neoliberal (a exemplo da burguesia produtiva interna), apresenta diferenças evidentes da frente política do neoliberalismo, das décadas de 1990, vinculada organicamente com a burguesia parasitária-especulativa (ALVES, 2013).

⁶ Burguesia interna e grande capital especulativo.

vista que a mudança de determinado *bloco no poder deve cuminar com* busca e a adoção de uma *frente política* ligada a outro *bloco*.

É de suma importância destacar que os governos *pós-neoliberalismo* trouxeram consigo uma relevante reformulação da morfologia social no Brasil. Segundo Alves (2013), destacando-se a inserção dos “*pobres*”, não apenas no que tange ao acesso de bens de consumo, mas também à cena política, embora figurando agora como sujeitos passivos, havendo como base os programas de transferência de renda e os gastos públicos que impulsionaram o emprego e o consumo -, o *subproletariado*, que ascendeu a condição de classe trabalhadora – com valorização do salário mínimo e da formalização dos empregos; as “*classes médias*”, que foi a fração que mais usufruiu das políticas neodesenvolvimentistas – seja a classe media tradicional conservadora ou a fração assalariada (público ou privada)⁷.

O papel do Estado no *neodesenvolvimentismo* é alterado, passando este a ter relevância fundamental para o fortalecimento não apenas de si, mas também o do mercado, devendo neste contexto:

a) ter capacidade para regular a economia, estimulando um mercado forte e um sistema financeiro a serviço do desenvolvimento e não das atividades especulativas; b) fazer a gestão pública com eficiência e responsabilidade perante a sociedade; c) implementar políticas macroeconômicas defensivas e em favor do crescimento; d) adotar políticas que estimulem a competitividade industrial e melhorem a inserção do país no comércio internacional; e) adotar um sistema tributário progressivo, visando reduzir as desigualdades de renda. (MATTEI, 2011, p. 11).

Neodesenvolvimentismo e a nova morfologia do trabalho: incidência sobre a precarização do trabalho no Brasil

Na década de 1990, o Brasil passou por profundas transformações no que concerne ao mundo do trabalho. A efetiva implementação da agenda neoliberal trouxe consigo um processo de desregulamentações⁸ nos diversos âmbitos do mundo do trabalho e da produção.

Estas transformações refletem a crise estrutural do sistema capitalista, que desde os anos 1980 efetivaram uma série de políticas com vistas a superá-la, reconhecendo, por sua vez, na reestruturação produtiva e na implementação do toytismo a sua possibilidade de manutenção da hegemonia, através do neoliberalismo, preconizando a redução do papel do Estado e de suas políticas no âmbito social, ampliando e fortalecendo o mercado, sobretudo, através da financeirização.

Neste contexto, avançaram a flexibilização, a terceirização e a desregulamentação dos direitos trabalhistas e sociais, a acentuação da exploração do trabalho infantil e a ampliação do infoproletariado⁹.

Para Antunes (2014), a nova morfologia no Brasil compreende uma gama de trabalhadores assalariados inseridos nos diversos espaços socioocupacionais, a exemplo dos trabalhadores da área de serviços, os terceirizados e subcontratados, assim como novos proletários das tecnologias de informação e comunicação – trabalhadores de telemarketing e call center e digitalizadores de bancos.

⁷ Alves (2013) destaca o surgimento do que denominou de “preariado”, camada social da classe media urbana, composta em sua grande maioria por jovens de escolaridade alta, com inserção salarial precária.

⁸ Compreende as iniciativas de eliminação de leis ou outras formas de direitos instituídos (nos contratos coletivos, por exemplo) que regulam o mercado, as condições e as relações de trabalho. É derrogar ou diminuir benefícios existentes. Ou seja, é a “[...] supressão das normas que regulam as relações de trabalho, deixando que o mercado se encarregue de estabelecer livremente o tratamento dos assuntos ‘desregulamentados’” (MENEZES, 2000, p. 5).

⁹ Sobre o infoproletário, remete-se aos trabalhadores que procuram trabalho virtual em um mundo real (ANTUNES; BRAGA, 2009).

Do primeiro governo Lula até o contexto atual, o Brasil passou por uma centuada elevação do emprego com carteira assinada, mas também presenciou uma tentativa fracassada de pactuação das reformas sindical e trabalhista¹⁰.

Até o ano de 2007, afirma Gonzalez et al. (2007), o crescimento acumulado do PIB nos seis anos desse período (27,4%), trouxe consequências positivas para o mercado de trabalho, onde fora apresentado o aumento da ocupação de 2,8% a. a., reduzindo o número de pessoas desocupadas em aproximadamente 100 mil trabalhadores.

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e do Cadastro Geral de Emprego - CAGED (BRASIL, 2015a,b) que evidenciam os números de empregos formais de 1995 até maio de 2014, existe uma diferença significativa entre os governos neodesenvolvimentistas e o neoliberal. Os governos do Partido dos Trabalhadores – PT criaram cerca de 20 milhões 435 mil empregos formais, em onze anos e cinco meses, perfazendo uma média anual de 1 milhão 789 mil empregos, aproximadamente três vezes mais que o governo do presidente FHC, com 5 milhões 17 mil vagas em oito anos, com uma média anual de 627 mil empregos formais, por ano.

Contudo, houveram medidas que ampliaram a flexibilização, exemplo da criação do contrato de trabalho rural por pequeno prazo, que entre outros, dispensa o registro em carteira de trabalho; a Medida Provisória, posteriormente convertida em Lei que autorizou o trabalho em feriados, em atividades do comércio, desde que autorizado por convenção coletiva e observada a legislação municipal e a Lei que estabeleceu que a pessoa física que presta serviços intelectuais pode ser materialmente concebida como Pessoa Jurídica, ainda que a relação de trabalho seja uma relação de emprego, com vistas a evitar o pagamento de impostos e contribuições sociais.

Importante destacar que mesmo em períodos de aumento dos postos de trabalho formal, os contratos atípicos, nunca foram reduzidos, havendo a permanência da flexibilidade já existente na regulação das relações de trabalho, com o objetivo de reduzir os custos do trabalho, com destaque para a contratação sem registro em carteira de trabalho e uso da terceirização (KREIN, 2007), que facilita a dispensa arbitrária por parte do empregador e segmenta e esfacela a capacidade organizativa dos trabalhadores.

Considerando apenas o ano de 2013, a movimentação dos contratos de trabalho decorre de uma grande flexibilidade contratual foi intensa, com um número relevante de admissões e desligamentos, havendo 29,1 milhões de admissões durante o ano, mas 12,0 milhões desse total forma desligados durante o mesmo ano, o que implica que as contratações com carteira assinada, teria impacto inferior, se considerarmos a rotatividade nestes postos de trabalho (DEPARTAMENTO..., 2015).

Ainda segundo dados do DIEESE (DEPARTAMENTO..., 2015), o Brasil é fortemente marcado pelo emprego de curta duração, que reflete outro indicador da flexibilidade contratual de trabalho. Entre os anos de 2002 e 2013, cerca de 45% dos desligamentos aconteceram com menos de seis meses de vigência do contrato de trabalho.

Assim, os governos Lula se caracterizaram de forma ambígua, conforme afirma Gonzalez et al. (2009, p. 133)

O crescimento econômico, acompanhado da geração de postos de trabalho e formalização dos empregos, sem dúvida contribuiu para diminuir a pressão do movimento de flexibilização do trabalho. Ao mesmo tempo, o governo não conseguiu produzir uma reformulação abrangente da estrutura sindical, e praticamente retirou este assunto da sua agenda. As medidas pontuais revelam uma oscilação entre flexibilização e medidas de reforço à regulação pública; porém, com exceção da política de valorização do salário mínimo, não há nenhuma medida de maior impacto.

¹⁰ O primeiro governo Lula instituiu o Fórum Nacional do Trabalho, no âmbito do MTE, com o objetivo de discutir a Reforma Trabalhista. Neste Fórum, foram separadas as Reformas sindicais e trabalhistas, e apenas a primeira teve prioridade, culminando com uma Proposta de Emenda Constitucional e um Projeto de Lei sobre o modelo de organização sindical, negociação coletiva e formas de solução dos conflitos (GONZALEZ, 2009).

Se por um lado houve crescimento da economia, o fortalecimento do mercado interno, do emprego, dos níveis de consumo dos mais pobres, em contrapartida foram implementadas políticas no sentido inverso, principalmente no que tange os direitos trabalhistas, reforçando a desregulamentação do trabalho, a terceirização, a flexibilização e promovendo o desmantelamento da proteção social dos trabalhadores, a exemplo das reformas previdenciárias, iniciadas no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, seguidas pelo Presidente Lula - que em 2003 apresentou a proposta de Reforma da Previdência no Congresso Nacional -, e posteriormente continuada pela presidente Dilma Rousseff, que recentemente sancionou projeto de lei criando um novo cálculo para a aposentadoria, a chamada fórmula 85/95, que efetivamente aumento da idade mínima para aposentadoria.

Outra política adotada pelos governos neodesenvolvimentistas foi a implementação do Programa Empreendedor Individual¹¹, que visa a formalização¹² de empreendimentos econômicos que se encontravam na informalidade. A implementação do programa se deu através do estabelecimento de metas de formalizações anuais. Os empreendedores formalizados deveriam contar inicialmente com apoio contábil e assessoria para a formalização e orientações. Contudo verifica-se a precariedade de ambos os serviços, o que tem evidenciado a permanência destes empreendedores em condições de trabalho ainda precarizada, além da existência de uma tendência para a efetivação da junção entre o formal e informal, mediante necessidade de enquadramento no valor máximo de faturamento anual – para não alteração de faixa – ou até mesmo para superar o limite de contratação de apenas um empregado¹³ (PEREIRA, 2011).

Recentemente, em abril de 2015, fora aprovado na Câmara Federal e aguarda aprovação do Senado, para posterior apreciação da presidente Dilma, o Projeto de lei 4330/2004, (BRASIL, 2004) a conhecida Lei das terceirizações¹⁴, que prevê a precarização do emprego, através da regulamentação da flexibilização. Em suma, uma empresa - prestadora de serviços - é contratada por outra empresa – tomadora do serviço - para realizar determinados serviços.

Com as transformações ocorridas no Brasil, durante os governos neodesenvolvimentistas, verifica-se um contradição profunda, no concernente ao crescimento econômico frente a redução das desigualdades sociais. As modificações perpassam em grande medida, o aumento do poder aquisitivo da *classe-que-vive-do-trabalho* - para a sua inserção no mercado consumidor -, a ampliação da economia nacional - e promovendo o crescimento da admissão de trabalhadores em postos de trabalhos formalizados, contudo precários e não estáveis, em um número significativo.

As regulamentações trabalhistas, sociais e previdenciárias representam o modelo de desenvolvimento pautado como uma terceira via, entre o nacional-desenvolvimentismo e neoliberalismo – sem necessariamente romper com nenhuma -, contextualmente inserido na globalização mundial da economia, de forma que ao lançar-se na intenção de fortalecer os mercados, o faz maximizando a fragilização da classe trabalhadora – combinado a outros processos socioeconômicos, e por outro lado, ao comprometer-se com a redução das desigualdades, não o faz de forma estrutural, mas com a adoção de políticas compensatórias, que deveriam ser acompanhadas por políticas estruturantes, visto que aquela atua no efeito e não na causa dos problemas sociais.

¹¹ Atualmente o Brasil formalizou cerca de 5.608.820 empreendedores individuais.

¹² O combate a informalidade também está inserida nas estratégias do Governo em arrecadar cerca de R\$ 92 bilhões, com o objetivo de cumprir o superávit primário.

¹³ O empreendedor pode contratar um empregado, devendo este receber o mínimo permitido em lei ou o piso salarial da categoria definido por convenção coletiva. Os custos atuais são de 3% Previdência e 8% FGTS do salário mínimo por mês, para o empregador. O empregado contribui com 8% do seu salário para a Previdência.

¹⁴ Atualmente podem ser terceirizados serviços de vigilância, limpeza e conservação e serviços especializados ligados a atividade-meio.

Conclusão

Diante das transformações ocorridas no mundo do trabalho, mediante a crise estrutural do capital, a busca pela superação dos limites de acumulação, tem profundos reflexos para a *classe-que-vive-do-trabalho*.

A interpretação de que o Brasil, notadamente após o segundo mandato do presidente Lula, passou a vigorar um novo modelo de desenvolvimento, denominado neodesenvolvimentista, refletindo a possibilidade de fortalecimento de Estado e do mercado, com a redução das desigualdades sociais, é recorrente, assim como a apresentação de suas limitações na efetivação desta articulação.

Segundo Souza Silva (2013), no concernente as transformações no âmbito do trabalho, o aumento dos postos de trabalho, desde 1995, foram em faixas de rendimento mais baixas - sendo predominante as com rendimento de até 1,5 salário -, em detrimento da redução dos postos de trabalho em faixas de salários maiores.

Destacadamente houveram modificações entre os governos da década de 1990 e os pós-neoliberais. Contudo ainda persiste a manutenção de desigualdades sociais no Brasil. Estas desigualdades perpassam as relações sociais, que no nosso estudo focado nas relações de trabalho, refletem a persistência da precarização das condições de trabalho, da informalidade e a permanência do conflito social, e no contexto em tela, trabalhista.

O modelo neodesenvolvimentismo por não romper com o neoliberalismo e - pelo contexto conjuntural político e econômico - renunciou a possibilidade de um projeto de desenvolvimento nacional-popular. No âmbito do trabalho, apesar do crescimento da economia, é evidente a manutenção da informalidade e a precarização laboral e salarial, como as relacionadas a flexibilização de jornada de trabalho, remuneração e de contratação do trabalho, a rotatividade e a terceirização.

Por fim, o presente artigo não pretende sobre nenhuma possibilidade esgotar as discussões acerca da temática, mas sim, sobretudo, apresentar reflexões preliminares acerca do tema e possibilitar diálogos posteriores, sobre o modelo de desenvolvimento em curso no Brasil.

Referências

ALVES, G. *Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil*. São Paulo: Blog da Boitempo, 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/tag/neodesenvolvimentismo>>. Acesso em: 17 Out 2015.

ALVES, M.; TAVARES, M. A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 425-444.

ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, v. XXVII, p. 11-25, 2014.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANTUNES, R.; BRAGA, R. *Infoproletários*. Degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.



BOITO JUNIOR A. O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. *Crítica Marxista*, Campinas, v. 37, p. 171-181, 2013.

BOITO JUNIOR, A.; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 31-38, 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados do Brasil. Projeto de Lei PL 4330/2004. Dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes. Brasília, Poder Executivo. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=30CD907AE161704EE0E682FE2CEE3912.proposicoesWeb1?codteor=246979&file name=PL+4330/2004>. Acesso em: 7 nov. 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação anual de Informações (RAIS): empregos formais*. Brasília, 2015a. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>>. Acesso em: 23 de out 2015.

BRASIL. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados: CAGED*. Brasília, 2015b. Disponível em: <<https://caged.maisemprego.mte.gov.br/portalcaged/paginas/home/home.xhtml>>. Acesso em: 15 de out. 2015

CACCIAMALI, M. Expansão do mercado de trabalho não regulamentado e setor informal no Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 19, p. 25-48, 1989.

CASTRO, N. Reestruturação industrial e modernização tecnológica: impactos sobre o mundo do trabalho. Cadernos de Pesquisa - Reestruturação Produtiva e Novos Padrões nas Relações Capital-Trabalho, São Paulo. *Cebrap*, v. 1, n. 1, p. 76-86, 1994.

DEDECCA, C. Desemprego: de nada adianta tapar o sol com a peneira. *Indicadores Econômicos*, Porto Alegre, v. 26, n. 2, 1998.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. *Os números da rotatividade no Brasil: um olhar sobre os dados da Rais 2002 -2013*. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notaaimprensa/2014/numerosRotatividadeBrasil.pdf>>. Acesso em: 27 Set 2015.

DRUCK, M. *Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência*. Buenos Aires: CLACSO, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/debatesdruck.pdf>>. Acesso em: 27 Dez 2015.

FILGUEIRAS, L. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2000.

GONZALEZ, R. et al. *Regulação das relações de trabalho no Brasil: o marco constitucional e a dinâmica pós-constituente*. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. (Org.). *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. Brasília, 2009. vol. 2

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

KEYNES, J. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. [S.l.]: [s.n.], 1936.



KREIN, J. *O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos anos 90*. 2001. 190 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

KREIN, J. *Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil. 1990-2005*. 2007. 329 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

LEITE, R. P. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Edunicamp, 2004.

LIPIETZ, A. O mundo do pós-fordismo. *Revista Eletrônica Indicadores Econômicos da Fundação de Economia e Estatística*, Porto Alegre, v. 24, n. 4, 1997.

MATTEI, L. Gênese e agenda do “novo desenvolvimentismo brasileiro”. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, 4., 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: AKB, 2011.

MATTOSO, J. *O Brasil desempregado*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

MENEZES, M. *A reforma trabalhista no Cone Sul*. São Paulo: Ildes/Friedrich Ebert Stiftung, 2000. (Mímeo).

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1987.

OLIVEIRA, F. O ornitorrinco. In: *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, V. R. Para discutir os termos da nova informalidade: a questão da informalidade enquanto uma categoria de análise válida para a apreensão da realidade atual das relações de trabalho. In: Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia do Trabalho, 6., 2010, Cidade do México. *Anais...* Cidade do México: ALAS, 2010.

PEREIRA, J. O Programa Empreendedor Individual e as estratégias de formalização das actividades económicas no polo de confecções do Agreste Pernambucano. 2011. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

POCHMANN, M. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. Campinas: Boitempo, 2001.

POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 2002.

SANTOS, W. G. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SILVA, P. *A nova informalidade na região metropolitana de Salvador*. 2003. 144 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

SOUZA SILVA, S. S. Contradições da Assistência Social no governo “neodesenvolvimentista” e suas funcionalidades ao capital. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 113, pp. 86-105, 2013.



SUISSO, F. Trabalho informal no Brasil contemporâneo. *Revista eletrônica da faculdade de direito de campos*, Campos dos Goytacazes, v. 1, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/handle/2011/18551>>. Acesso em: 16 Nov 2010.

SUISSO, F. Trabalho informal no Brasil contemporâneo. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Campos*, Campos dos Goytacazes, v. 1, n. 1, 2007.

TAVARES, M. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004.

VASAPOLLO, L. *O trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Recebido: 20 nov., 2015

Aceito: 25 jan., 2016



Condições de trabalho e sua divisão sexual na indústria eletroeletrônica no Brasil

Work conditions and sexual division of labour in electronic industry on Brazil

Thaís de Souza Lapa^a

Resumo

Neste artigo são analisadas as condições de trabalho na indústria eletroeletrônica a partir da investigação do processo de trabalho e sua divisão sexual em plantas das indústrias eletroeletrônicas Samsung e LG instaladas no interior de São Paulo. Estas empresas transnacionais têm em comum o país de origem, a Coreia do Sul, integram *chaebols*, lideram mercado no Brasil e contratam majoritariamente mulheres nas funções de manufatura. O estudo se deu por meio entrevistas qualitativas semi-estruturadas com trabalhadoras/es (ou ex) destas empresas e dirigentes sindicais, bem como pesquisa documental e bibliográfica. Foi possível identificar que o trabalho neste setor, predominantemente feito por mulheres, é intensivo, penoso e que faz adoecer.

Palavras-chave: indústria eletroeletrônica; organização produtiva; condições de trabalho; divisão sexual do trabalho; processo de trabalho.

Abstract

This article analyzes the working conditions in the electronics industry from the research of the labor process and its sexual division in plants of electronic industries Samsung and LG installed in São Paulo. These transnational corporations have in common the country of origin, South Korea, integrate *chaebols*, leading market in Brazil and mainly employ women in manufacturing functions. The study was made through semi-structured qualitative interviews with workers of these companies and union leaders, as well as a documental and bibliographic research. It was possible to identify that the work in this sector, done predominantly by women, is intensive, hard and makes workers sick.

Keywords: electronic industry; productive organization; work conditions; sexual division of labour; labour process.

^a Doutoranda em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, Brasil. Mestre em Sociologia, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, Brasil. Contato: thais_lapa@yahoo.com.br



Introdução

Este artigo analisa as condições de trabalho que emergem na indústria eletroeletrônica a partir das formas contemporâneas (flexíveis ou rígidas) de organização do trabalho. Sustenta-se que tais condições de trabalho são consequência da reestruturação e flexibilidade produtiva capitalista (WOOD, 1989; SALERNO, 1993; HARVEY, 1992; HIRATA, 1998; DURAND, 2003; LEITE, 2003) e da divisão sexual do trabalho neste setor (LAPA, 2015; LEITE; GUIMARÃES, 2015).

Parte-se de pesquisa (LAPA, 2015) sobre o processo de trabalho e sua divisão sexual nas indústrias eletroeletrônicas. Este setor eletroeletrônico é importante ponto de observação: permite identificar a persistência do trabalho industrial taylorizado combinada com inovações organizacionais em sentido “flexibilizante”. É, também, o setor que mais emprega mulheres na indústria metalúrgica. Ambas as empresas estudadas, Samsung e LG, são transnacionais sul coreanas que integram *chaebols*, grandes conglomerados econômicos sul coreanos (entre os maiores do mundo), lideram mercado no Brasil, fabricam telefones celulares e computadores, têm plantas no interior de São Paulo e contratam predominantemente trabalhadoras para atividades de manufatura.

O estudo se deu por meio entrevistas qualitativas semi-estruturadas com trabalhadoras/es (ou ex) destas empresas¹, bem como pesquisa documental e bibliográfica.

Flexibilidade e condições de trabalho no Brasil

O tema da flexibilidade do trabalho, importante para situar as relações e condições de trabalho contemporâneas, toma contornos específicos quando observado a partir das particularidades do contexto brasileiro. Pode-se dizer que de maneira geral os processos de flexibilização produtiva passam a ser percebidos no contexto nacional principalmente a partir da virada da década de 1980 para a de 1990 (SILVA, 2007) e, considerando as formas particulares que tais métodos organizacionais assumem no Brasil, Salerno (1993, p. 148) afirma que “o modelo deixa de ser japonês pra tornar-se nissei”. Isto porque tais transformações, mesmo que se norteiem comumente pelas “necessidades de flexibilidade e integração da cadeia produtiva”, não ocorrem de forma homogênea entre diferentes países e mesmo dentro dos países, mas variam, conforme Salerno (1993, p. 140), de acordo com o processo de trabalho, a estrutura e política industrial, o mercado de trabalho, as relações de trabalho, o panorama institucional-legal, as políticas e a cultura de empresários, gerentes, técnicos e o próprio operariado, as quais condicionam as formas organizacionais, definindo particularidades não só nacionais como regionais.

Assim, segundo Salerno (1993, p. 145-147), o contexto de relações de trabalho que “recebe” inovações técnicas e organizacionais traduzidas como um processo de flexibilização do trabalho no Brasil já é, diferente da Europa, permissivo a flexibilidades². Além disso, as relações de trabalho no país foram historicamente em grande parte informais, o que implica a ausência histórica de proteções correspondentes ao trabalho formal para a grande maioria das/os trabalhadoras/es.

¹ As/os entrevistados ocupavam predominantemente posições na produção direta, sendo 13 atuais ou ex-funcionárias/os (11 mulheres e 2 homens), 8 dirigentes sindicais (4 mulheres e 4 homens) e 3 integrantes da CIPA (todas mulheres) que representavam trabalhadoras/es das duas empresas. Estas/es informantes relataram tanto as mudanças na organização produtiva que vivenciaram nos setores em que trabalharam como as que observaram em outros setores das empresas.

² Alguns exemplos desta caracterização são: (i) o fato de que os constrangimentos legais à demissão no país são muito tênues e possibilitam uma política de altos níveis de rotatividade de mão de obra; (ii) a facilidade no recurso às horas extras, procuradas pelos próprios trabalhadores devido a terem baixos salários; (iii) a não regulamentação de aspectos básicos do processo de trabalho, como tempos, ritmos, relação volume de trabalho X volume de produção; (iv) certa disponibilidade da mão de obra para trabalho noturno; (v) poucos empecilhos à transferência de trabalhadores entre linhas ou setores, em geral recaindo em incompatibilidade entre polifunção e estrutura de remuneração.



Tais elementos permitem argumentar que há especificidades no processo de flexibilização do trabalho no país. Contexto e parâmetros para a perda de direitos e proteções trabalhistas são distintos dos de países centrais. Por exemplo, há no Brasil o parâmetro da CLT: mesmo não integralmente cumprida (muitos trabalhadores/as ainda fora do mercado formal), retirar direitos da CLT ou escapar à sua aplicação seriam formas de flexibilização capitalista do trabalho.

Neste sentido, e observando o contexto recente, especialmente de 2004 a 2014, verifica-se que houve, de um lado, formalização do emprego no país, expressa pelo aumento de estoque de empregos formais (DEPARTAMENTO..., 2014, p. 2), mas que, em paralelo, ocorre flexibilização de direitos trabalhistas, a exemplo da flexibilização por meio das terceirizações indiscriminadas³, que procuram baratear custos com a força de trabalho e escapar também das obrigações com direitos trabalhistas previstos na CLT.

Identificado este duplo processo, de um lado formalização do emprego, de outro, a não qualidade de empregos (já flexíveis ou flexibilizados), há ainda que se considerar que há formas distintas de analisar a qualidade no emprego. O Dieese (DEPARTAMENTO..., 2014, p. 6) baseia-se em critérios relacionados com a temática do trabalho decente, como: “[...] as questões de gênero (traduzidas em indicadores de escolaridade segundo o sexo dos trabalhadores e diferenças de remuneração entre homens e mulheres); as formas de admissão e de desligamento do emprego formal; o tempo de permanência no emprego; e a evolução da remuneração do trabalho.”

A análise da qualidade do emprego pode ser realizada também a partir do olhar sobre o processo de trabalho e as condições de trabalho dele derivadas, sendo este nosso enfoque. Humphrey (1982), inspirado no referencial marxista, sustenta que os processos de produção no capitalismo são tanto processos de trabalho como processos de valorização, o que torna imperativo para o capital controlar o trabalho para que a produção seja lucrativa e converte a organização do processo de trabalho em campo de disputa entre a valorização do capital *versus* as condições de trabalho e vida dos trabalhadores. Pena (1981, p. 78) analisa que, sendo o ambiente onde se organiza o processo de trabalho o lócus da valorização para o capitalista, trata-se também de espaço de confronto entre trabalhadores e capitalistas, no qual “o capitalismo não é cego ao sexo”. Assim, as formas de organização do processo de trabalho pela gerência são, em nosso entendimento, fundamentais para a compreensão das condições de trabalho, por fornecerem uma maior aproximação do real conteúdo do trabalho realizado.

Divisão sexual no processo de trabalho

A teoria da divisão sexual do trabalho⁴ fornece as bases para compreender o lugar de mulheres na divisão social do trabalho e suas condições de trabalho a partir das dimensões de classe e gênero da divisão social do trabalho (KERGOAT, 2010, p. 93).

As análises sobre a teoria do processo de trabalho em perspectiva que incorpora a divisão sexual do trabalho emergiram, segundo Kitay (1997), principalmente junto à produção inicial de literatura sobre o processo de trabalho. Tais análises trouxeram, segundo a autora, aportes ao tema da construção social da qualificação e a crítica às análises cujo foco exclusivo é o

³ Na legislação brasileira atual é permitida a terceirização de serviços que não são atividade fim da empresa, mas existe projeto de lei (o PL 4330/04, que em 2015 se tornou PLC 30/2015) que visa justamente permitir a terceirização irrestrita.

⁴ O conceito de divisão sexual do trabalho, conforme Hirata e Kergoat (2008, p. 263), recobre tanto a acepção sociográfica, isto é, de distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, as variações no tempo e no espaço dessa distribuição e a análise de como ela se associa com a repartição desigual do trabalho doméstico entre os sexos, uma análise que se ocupa a constatar as desigualdades, como a acepção crítica, de “mostrar que essas desigualdades são sistemáticas” e “articular essa descrição do real com uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza esta diferenciação para hierarquizar as atividades, e portanto os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero”. Emprega-se o conceito nesta segunda acepção, em sua dimensão crítica.



local de trabalho, que ocultariam a dimensão “extra-trabalho” e a relação indissociável entre trabalho doméstico e assalariado.

As dinâmicas da divisão sexual no trabalho assalariado reproduzem representações sociais sobre o homem e a mulher, fazendo com que, como argumenta Hirata (1995, p. 45), seja mantida uma linha de demarcação dos espaços femininos e masculinos. Criam-se formas sexuadas de segregação no processo de trabalho, que, conforme Hirata (1995, p. 45-46), se manifestam na atribuição aos homens as tarefas pesadas, sujas e penosas e às mulheres os trabalhos limpos e leves (pelo menos nas representações, nem sempre nas práticas sociais), na atribuição do trabalho manual e repetitivo às mulheres e os trabalhos que requerem conhecimentos técnicos aos homens, bem como no reconhecimento pelas empresas das qualidades próprias à mão-de-obra feminina sem traduzi-las em qualificações profissionais, diferente do que acontece com a mão-de-obra masculina.

Como analisam Leite e Guimarães (2015), já não são poucos os estudos que demonstram a segregação histórica das mulheres em atividades menos qualificadas, exercendo trabalhos com pouco conteúdo tecnológico, baixa remuneração e praticamente nenhuma possibilidade de ascensão na carreira, inclusive em indústrias altamente sofisticadas em termos tecnológicos. Estudos que também apontam que mesmo com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e com a redução das diferenças salariais por sexo, a segregação e a hierarquização entre postos de trabalho masculinos e femininos persistem.

Com base nas tendências que os estudos sobre divisão sexual do trabalho apontam, propõe-se analisar o processo de trabalho⁵ na indústria eletroeletrônica, com enfoque na relação entre a problemática das formas de controle sobre trabalhadoras/es e o gênero de quem trabalha, fatores que demonstram a especificidade das condições de trabalho deste setor. São pertinentes a este debate sobre o controle/gestão do trabalho as características do processo de trabalho e como as mesmas são introduzidas na dinâmica de trabalho das/os operárias/os.

Processo e divisão sexual do trabalho na indústria eletroeletrônica

A apreensão de informações sobre o processo de trabalho nas indústrias eletroeletrônicas (LAPA, 2015), a fim de revelar o “trabalho real” realizado (WOOD, 1989), permitiu identificar que, no que concerne ao processo de produção de monitores, *notebooks*, telefones celulares e *tablets* da LG e Samsung, todos têm características similares e a diferença central seria o tamanho dos aparelhos. O processo de trabalho destes produtos possui, de forma simplificada, as seguintes características e etapas:

- (i) inserção automática ou SMT⁶: nesta primeira parte do processo produtivo, linhas são abastecidas com placas de circuito impresso (PCIs) nas quais são inseridos ou “impressos” componentes eletrônicos, por meio de máquinas que são operadas e abastecidas por um/a funcionária/o. Tais placas são revisadas e se necessário reparadas por funcionárias/os do posto de reparo de linha. Se aprovadas, seguem para corte e são encaminhadas para a etapa seguinte do processo de trabalho, a de inserção manual de componentes. Estas linhas possuem técnicos de manutenção e de qualidade externos, que intervêm nos processos quando necessário. O setor tem líderes e por vezes sub-líderes.

⁵ A teoria do processo de trabalho teve como foco principal, ao ser concebida, a análise sobre o taylorismo e as implicações desta forma de organização produtiva para o trabalho e para os trabalhadores. Algumas referências para este debate são: Burawoy (1985), Wood (1989), Thompson (1989), Hirata (1993), Meikisins (1996) e Garza (2011).

⁶ SMT – *Surface Mount Technology* (Tecnologia para montagem em superfície).



- (ii) inserção manual ou PBCA⁷: placas que já receberam componentes menores são colocadas por abastecedores na linha, na qual operadoras de produção realizam manualmente a colocação de novos componentes, bem como as soldas necessárias. O processo de inspeção de qualidade foi embutido também ao interior deste processo de inserção manual de componentes, deixando de ser função exclusiva de inspetoras/es de qualidade ao final da linha. As linhas possuem líderes e sub-líderes.
- (iii) montagem final: as placas com os componentes testados são inseridas nos invólucros a depender da natureza do produto. Em seguida os produtos são testados e, se apresentam defeitos, passam por uma reparadora ou são descartados.
- (iv) embalagem ou *packing*: os produtos finais são acomodados em caixas junto a “kits” que vão com o produto, como carregadores, manuais e outros. Os produtos embalados são acomodados em *pallets* ao final das linhas e estes são também inspecionados por técnicos de qualidade antes de sua expedição.

Há também processos realizados fora de linha, quais sejam: reparo, inspeção de qualidade e manutenção.

Nas duas empresas eletroeletrônicas estudadas, há média de 65% de trabalhadoras considerando a fabricação de todos os produtos (máquinas de lavar, impressoras, notebooks, monitores, celulares, tablets) e incluídos os cargos técnicos. Como critério para a predominância feminina da fábrica, foi levantado por um supervisor de RH que as mulheres teriam “*movimento fino e mais atenção para detalhe que é muito bom para o negócio*”.

No que se refere à divisão sexual no processo de trabalho (HIRATA, 2002; LOBO, 2011), verificou-se haver setores quase exclusivamente masculinos ou femininos na fábrica, predominando as mulheres ainda nos setores de montagem manual, enquanto há maioria absoluta de homens em postos de chefia e na maioria dos cargos semi-qualificados ou intermediários. Trabalhadoras chegam a ser 100% na montagem de celulares, enquanto homens atuam de forma indireta nestas linhas, como abastecedores, na manutenção, na expedição ou como líderes. As mulheres, nestes casos, permanecem predominando nos trabalhos taylorizados, com funções que requerem habilidades manuais, de caráter repetitivo, com trabalho prescrito e considerado desqualificado.

Porém, mudanças de posição das mulheres no processo de trabalho também puderam ser verificadas: foi possível identificar trabalhadoras, mesmo que em minoria, em postos intermediários como o de líder de produção e engenheiras. Encontram-se, também de forma minoritária, em atividades onde eram praticamente ausentes, que requerem experiência e/ou qualificações formais (ao menos curso técnico), como o posto de operação de máquinas de inserção automática de componentes, o de reparo de linha ou o da inspeção de qualidade, funções cujo trabalho seria menos “robô”, como descreve uma das reparadoras entrevistadas (LAPA, 2015, p. 234). Porém, uma das dirigentes do sindicato afirma que tais avanços estariam situados na visão da trabalhadora como “cuidadora”, delicada e detalhista (LAPA, 2015, p. 127-128). Houve tentativa, sem sucesso, de contratação de homens para a realização dos trabalhos de montagem, mas os mesmos, segundo as entrevistadas, em geral não possuíam a delicadeza, minúcia e paciência requeridas, além de sua força, em alguns casos, danificar os componentes⁸. Pode-se dizer que as mulheres passam a ocupar postos antes masculinos, mas que o inverso não ocorre.

⁷ PCBA – *Printed Circuit Board Assembly* (Linha de placa de circuito impresso).

⁸ Vale observar que com este argumento não deseja-se reforçar critérios biológicos para a alocação de funcionários/as nas tarefas, pelo contrário: a referida tarefa demanda delicadeza e destreza manual, características *socialmente* adquiridas, em geral, pelas mulheres, por meio do “treino” realizado no trabalho doméstico, a elas prioritariamente designado (ELSON; PEARSON, 1981; KERGOAT, 1982). Por esta razão, sustenta-se que “A mixagem de sexos em tais funções não é impossível, mas está diretamente relacionada à divisão sexual do trabalho no espaço doméstico, no qual as habilidades para o trabalho minucioso destas fábricas se forjam. Os homens, ao menos no Brasil, tem dedicado muito pouco tempo ao trabalho doméstico comparado ao das mulheres. Portanto, a formação dos homens como força de trabalho habilidosa como as mulheres para a montagem de celulares parece estar distante de acontecer.” (LAPA, 2015, p. 338).



Formas de organização produtiva na indústria eletroeletrônica

A análises sobre o processo de trabalho na indústria eletroeletrônica (LAPA, 2015; LEITE; GUIMARÃES, 2015; SPROLL, 2014) permitem identificar o que vem sendo denominado de práticas mistas de organização produtiva. As empresas que fabricam produtos de informática e telecomunicações, em especial, são intensivas em tecnologia, com ciclos de vida produtivos cada vez menores (FLEURY, 1993, p. 109), mas tais inovações técnicas convivem com a persistência considerável do trabalho que requer habilidades manuais.

Do mesmo modo, no aspecto organizacional, nas indústrias eletroeletrônicas há práticas contemporâneas de gestão que combinam mecanismos considerados inovadores (flexíveis / toyotistas) com a persistência de mecanismos “antigos” (controle gerencial rígido, trabalho prescrito, ritmo marcado pelo ritmo das esteiras, com qualificação não reconhecida). Para efeitos de análise e com base em Salerno (1993), as formas flexíveis/toyotistas de organização produtiva identificadas nas empresas Samsung e LG foram assim divididas:

- (i) Flexibilidade de contrato: nas empresas foi identificada na prática de amplo recurso às terceirizações, inclusive terceirizações de atividade-fim⁹ por meio de contratação de empresas terceiras para realizar partes do *mesmo* processo de trabalho realizado na fábrica, no interior da própria empresa (modularização) ou fora dela. Tais terceirizações implicam em rebaixamento de salários e de direitos das trabalhadoras. As funcionárias de terceirizadas estão sujeitas a empregos mais instáveis e a formas de trabalho mais intensivas e extensivas (horas extra conforme as demandas repentinas da empresa contratante).
- (ii) Flexibilidade ligada ao volume de trabalho: (a) rotatividade de emprego: este mecanismo pôde ser identificado na prática de não efetivação de trabalhadoras/es temporários/as, bem como na recorrência de demissões; (b) flexibilidade relacionada a sazonalidades: ajuste do volume de trabalho conforme a demanda de produção, por meio das demissões nos casos de queda e por meio da intensificação de força de trabalho quando a produção está em alta (tensionamento dos fluxos). Utiliza-se ainda as horas extras (uso extensivo da força de trabalho), mas em menor proporção que em períodos precedentes.
- (iii) Flexibilidade de salários: foram identificados mecanismos como a remuneração de Participação de Lucros e Resultados (atrelada a metas) e o pagamento de abonos ao invés de aumentos salariais, os quais flexibilizam o cálculo dos salários, pois podem ser concedidos ou retirados quando a empresa bem entender ou variar conforme a capacidade de negociação dos sindicatos.
- (iv) Trabalho em equipe/*teamwork*: nesta forma de flexibilidade, ocorre estímulo ao trabalho em grupo e autocontrole, fazendo com que as próprias trabalhadoras se cobrem e se pressionem para alcançar metas. Mesmo com a manutenção do trabalho seriado em linha de montagem nas duas fábricas, tais formas de organização puderam ser identificadas. Isso porque há metas aplicadas às/aos trabalhadores/as individualmente, mas também metas aplicadas às linhas e grupos de trabalhadoras/es, e estas últimas constroem as trabalhadoras a “partilhar tempos” de produção (ex: trabalhadoras se organizam para “cobrir” ausências em um posto com intensificação do trabalho em outro, para manutenção do ritmo do fluxo produtivo).
- (v) Polivalência e multifuncionalidade: há persistência de trabalhos repetitivos em linha (taylorizados), porém com estímulo à relativa polivalência (rotação entre estas tarefas repetitivas e aprendizado da função de vários postos de linha), o

⁹ Existe entendimento, a partir da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, que podem ser terceirizadas no Brasil atividades consideradas subsidiárias nas empresas (ex: limpeza, segurança), mas não as chamadas atividades-fim. A Samsung chegou a ser condenada pela prática de terceirização irrestrita pela Justiça do Trabalho. No Congresso Nacional brasileiro, há projeto de lei (PL 4330/04) que prevê justamente ampliar a possibilidade de terceirização para todas atividades, ou seja, torna-la irrestrita.

que gera maior intercambialidade das trabalhadoras nos postos, que deixam de ser fixos. Tal polivalência parece se efetivar, contudo, de forma diferenciada e com distintas consequências para as condições de trabalho de acordo com o sexo de quem trabalha. Como identificou Leite (1997, p. 19), quando se trata do trabalho taylorizado feito por mulheres a polivalência integra tarefas simples e gera intensificação.

Cabe ressaltar que estas formas de flexibilização do trabalho são maneiras não somente de organizar a produção, mas também de controlar a força de trabalho. No contexto da reestruturação produtiva, os mecanismos de controle do trabalho teriam se complexificado: segundo Gollac e Volkoff (2007), o trabalho operário mantém predominantemente características elementares como trabalhar sob horário e ritmo impostos, com poucas pausas, as quais convivem com alguma sofisticação dos mecanismos de controle no contexto da reestruturação produtiva, entre eles, conforme Castel (1998), a necessidade de contínua adaptabilidade dos trabalhadores às necessidades flexíveis da empresa.

Entre as práticas de controle sobre o trabalho na indústria eletroeletrônica, inseridas neste cenário de complexificação do controle gerencial, verifica-se, de um lado, o assédio moral, uma forma de controle sobre o trabalho na qual a fica marcada a hierarquia, a intenção de demonstração de poder subjacente à violência moral praticada contra a/o trabalhadora/or, por autoritarismo ou por omissão (BARRETO, 2002, p. 115). De acordo com Lapa (2015, p. 272-273), as práticas de assédio moral por parte de gestores das duas empresas eletroeletrônicas estudadas, LG e Samsung, oscilam entre o assédio moral e o assédio moral organizacional e envolvem:

[...] formas intensivas e agressivas de cobrança por metas, ameaças e humilhações, punições, isolamento, restrição ao uso de banheiros, instauração de medo generalizado no local de trabalho, todas praticadas por chefias masculinas (praticamente inexitem chefias femininas nos setores de produção). Foram identificadas também práticas de assédio sexual.

De outro lado, há os mecanismos de controle menos verticalizados, que estimulam o envolvimento, o trabalho em grupo, o autocontrole da/o trabalhadora/or e desembocam no que é chamado contemporaneamente na sociologia do trabalho de consentimento ao controle capitalista no trabalho.

Embora as tais formas de controle ainda convivam, em ambas as empresas foi possível notar um processo de relativa transição entre um período no qual teriam prevalecido as práticas de assédio moral como forma de controle, para um período no qual passam a prevalecer, com mais denúncias dos sindicatos e fiscalização do Ministério Público do Trabalho, os mecanismos de controle por meio do envolvimento com o trabalho (controle pelo tensionamento do fluxo, estímulos ao trabalho por meio de prêmios e bonificações, PLR associada ao cumprimento de metas, entre outros). Este processo pode ser analisado como uma transição de um sistema de gestão disciplinar para um gerencialista (GAULEJAC, 2007), com a ponderação de que em tal regime gerencialista, nos casos analisados, as práticas de gestão flexíveis conviveriam com consideráveis resquícios das práticas “rígidas”.

O hibridismo entre taylorismo e flexibilidade/toyotismo, associado à problemática da divisão sexual do trabalho, permite identificar que não somente modelos de organização rígidos e flexíveis convivem, como que são as mulheres que predominam nos trabalhos taylorizados, estando, portanto, “[...] mais frequentemente submetidas a um controle disciplinar: normas exigentes, vigilância constante do ritmo de trabalho pela hierarquia, regulação de pausas.” (GOLLAC; VOLKOFF, 2007, p. 52). Neste sentido, admite-se que os diferentes cenários de organização do trabalho podem implicar em formas de controle do trabalho também sexuadas, pois não ignoram o sexo da/o trabalhadora/or.



Condições de trabalho na indústria eletroeletrônica

As condições de trabalho se relacionam diretamente com as formas de organização do trabalho e de controle sobre trabalhadores. Hirata (2007, p. 104), traz a importante reflexão de que a “flexibilidade é sexuada” e que não se trata de um fenômeno homogêneo, podendo ser concebido como uma “justaposição” entre taylorismo (setor feminizado) e flexibilidade (setor masculinizado), ou como um desdobramento entre “duas formas de flexibilidade”: uma que traz formação qualificante e polivalência para os homens, outra que traz formas de empregos precários para mulheres. A flexibilidade, deste modo, “aumenta as desigualdades entre homens e mulheres quanto às condições de trabalho e emprego” (HIRATA, 2007, p. 104).

Uma das principais consequências das formas de organização e controle rígidas e flexíveis do trabalho na indústria eletroeletrônica sobre as condições de trabalho é a intensificação (LAPA, 2015, p. 242-245). Considera-se que a intensificação pode ser tratada como correspondente à dinamização dos fluxos de trabalho em razão não de mudanças técnicas, mas organizacionais, sendo sua principal evidência a “redução da porosidade e do tempo de trabalho” (DURAND, 2003, p. 153). Com as novas formas de organização e gestão do trabalho, ocorre também um processo de fazer-se “trabalhar mais com menos pessoas” (BARRETO, 2002, p. 113). Assim, o conceito de aumento da intensidade do trabalho seria também consequência das políticas de redução de pessoal das empresas, combinadas às novas exigências de que trabalhadores sejam “polifuncionais”, passando por vezes a acumular funções que anteriormente eram realizadas por mais de um/a funcionário/a.

É interessante registrar que pelo fato de a divisão sexual do trabalho privilegiar a predominância de mulheres em postos manuais com trabalhos repetitivos, sob controle intensivo da gerência, pelos ritmos das próprias máquinas/linhas, pela imposição do fluxo tensionado e ainda sob o paradigma da qualidade total, pressionadas para não errarem, somado ao fato de que diante do chamado “modelo de competência” que controla a lealdade das/os trabalhadoras/es, as mulheres são consideradas mais comprometidas com o trabalho (devido à sua sociabilidade extra-trabalho que delas demanda serem as principais responsáveis pelo cuidado e muitas vezes também pelo sustento familiar), cria-se um cenário no qual as condições técnicas de organização do trabalho se articulam com as características da força de trabalho feminina e favorecem a configuração de formas de apropriação intensiva do trabalho.

Em outras palavras, se o trabalho na produção de equipamentos eletroeletrônicos pode ser apresentado por gestores e até por sociólogos como leve, a análise sobre as condições de realização deste trabalho, que envolvem pressão por metas crescente, por qualidade, aprendizado polivalente, estímulo ao envolvimento subjetivo com os objetivos da empresa e maior responsabilização por erros na produção, não absenteísmo, abdicação ou secundarização da vida pessoal das principais responsáveis pelo cuidado com a família, parece estar longe de ser um trabalho leve e que exige pouco esforço. Ao contrário, as novas formas de organização do trabalho que exigem mais da/o trabalhadora/or, física e emocionalmente, fazem com que possamos caracterizar este trabalho como penoso e em crescente intensificação, processo que decorre das transformações flexíveis da produção.

Condições de trabalho e adoecimento

O processo de trabalho nos setores de produção das indústrias eletroeletrônicas, como já mencionado, se conforma a partir de uma composição entre manutenções e inovações organizacionais. De um lado, mantêm-se formas tradicionais de trabalho, tendo como parâmetro o modelo fordista-taylorista: trabalho em série em linhas de montagem, ritmo imposto, controle estrito feito pelas chefias, fundamentalmente por líderes de produção, nível razoável de



padronização de componentes e de etapas dos processos produtivos, mesmo em fabricação de produtos diferentes, assim como se mantém a predominância de mulheres nos setores produtivos nos quais são fabricados produtos como celulares, *tablets*, *notebooks* e monitores, os quais são estudados na pesquisa. De outro lado, os postos fixos vêm sendo substituídos pelas rotações de tarefas em diversos postos nas linhas de produção, ocorre aumento da responsabilização das operadoras não somente por suas funções, mas pela prevenção de erros durante todo o processo produtivo, bem como há uma série de estímulos organizacionais para manutenção de um fluxo tensionado de produção, como as premiações a linhas e/ou funcionárias que batem metas, a PLR associada a metas e não absentismo.

Verifica-se que tais características, associadas à intensificação do processo produtivo que exige mais esforço físico, psíquico e emocional das/os trabalhadoras/es, significam, como se verificou em entrevistas, adoecimento físico e por vezes também psíquico das trabalhadoras, uma situação que não é isolada nos casos pesquisados. Estudos têm demonstrado a relação entre “[...] o desenvolvimento de novas formas de organização flexível do trabalho e emprego e o aumento de patologias de hipersolicitação (as chamadas lesões por esforços repetitivos – LER) até as descompensações psíquicas.” (HIRATA, 2007, p. 96).

Alguns dos exemplos verificados em pesquisa (LAPA, 2015, p. 246-261) permitem apontar relações entre as condições de trabalho e o adoecimento das/os trabalhadoras/es da indústria eletroeletrônica, muitas delas acometidas por lesões por esforços repetitivos, distúrbios osteomoleculares relacionados ao trabalho e, também, acometidas de depressão.

Assim se manifestou uma diretora de base pela *Samsung* do sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, com relação ao problema do adoecimento físico e psíquico de trabalhadoras/es da indústria eletroeletrônica:

Creio que hoje a doença LER DORT não só representa o [setor] eletroeletrônico, ela representa todos os setores, é geral. Mas hoje tem um aumento demais dos trabalhadores que sofrem, que têm tendinite, uma lesão muscular, hoje é muito pelo fato do esforço repetitivo [...] eu mesma digo que a Samsung só dá 5 minutos de um horário de café, não temos intervalos em horários, não temos, aquilo pra você estar pelo menos relaxando pra voltar no “índice”. E assim, fora essa questão de doença por esforço repetitivo, tem doença mental, transtorno [...] nós estamos vendo como um todo que às vezes por estar sofrendo um assédio moral dentro da empresa por chefia, por pressão de trabalho, por pressão de meta, qualidade, essas coisas, o trabalhador está adoecendo. Começando é claro com stress, ele não procura [ajuda] e vai acumulando, e chega uma hora que esse trabalhador pira, aí vai ter que procurar diretamente um psiquiatra porque totalmente foge [...] Sim, temos casos de afastamento por depressão. (LAPA, 2015, p. 250).

O presidente do sindicato dos metalúrgicos de Campinas faz uma distinção entre as doenças decorrentes do trabalho “antigas” e “novas”:

E a forma como tá organizado o processo produtivo, ele joga uma carga de responsabilidade sobre os trabalhadores que leva os trabalhadores a trabalhar num grau de tensão extremamente alto, que ele se lesiona. Então assim, num primeiro momento, as pessoas tinham mais problemas osteomusculares, nos tendões. Agora, quanto mais vai aumentando o ritmo de trabalho e a pressão, como a estrutura física das pessoas é diferente, tem já um outro tipo de doença que tá se agravando que é o problema do stress profundo, da disfunção psicológica, em função desse assédio. Esse assédio por produção, por metas, por não poder errar. (LAPA, 2015, p. 251).



A integrante do Comitê Sindical de Empresa (CSE) da LG relata como a intensificação por meio do acúmulo de trabalho (“trabalhar por 2, 3”) é razão de adoecimento e como este era generalizado na empresa:

Então era isso que nós fazíamos, trabalhar por uns 2, 3. E isso é um dos problemas que nós temos hoje, temos um número de funcionários lesionados muito grande. Antigamente o pessoal falava, antigamente não, há um tempo atrás, eu ouvi falar assim, “A LG é uma fábrica de doente”. E meia Taubaté já trabalhou na LG, já passou muita gente naquela LG. (LAPA, 2015, p. 251).

Conforme explica uma dirigente sindical do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté, também integrante do Comitê Sindical de Empresa (CSE) da LG, a saída encontrada para a melhora da condição de trabalho e diminuição das lesões foi a busca do aumento de rodízios entre postos e a redução da jornada de trabalho de 44h/s para 40 h/s, a qual havia sido negociada em 2013 para aplicação gradativa em quatro anos (uma hora por ano). A sindicalista comenta esta redução com relação aos problemas de saúde das/os trabalhadoras/es da fábrica:

E a gente começou a trabalhar um pouco na perspectiva da ação no local de trabalho. Aumentar os rodízios. Agora, nós conseguimos colocar as 40 horas semanais. Que vai demorar um pouquinho, mas, nós vamos chegar lá. Mas, pelo estudo que o Dieese fez, reduzir a jornada diminui e muito essa questão, porque é um impacto grande na questão da saúde. E a gente pegou e falou: “oh! Não dá para ficar com médico de trabalho porque passa uma imagem de que a gente não vai cuidar do que causa e vai ficar cuidando do lesionado.” [...] Então, a gente mudou um pouco a estratégia. (LAPA, 2015, p. 252).

Em se tratando de linhas produtivas predominantemente femininas, há na indústria eletroeletrônica elevada incidência de casos de doença no trabalho como as infecções urinárias, decorrentes também do trabalho ininterrupto, praticamente sem pausas, inclusive para ir ao banheiro, conforme relata Letícia, diretora sindical de base da *Samsung*:

Em relação as doenças, por empresa hoje ter uma quantidade muito maior de mulheres, nós temos uma quantidade de companheiras que está também tendo muito problema de infecção urinária, que isso a gente sempre teve né [...] [Não deixam ir no banheiro?] Dizem que deixam! Mas é o seguinte, a trabalhadora fica com medo em ficar solicitando pra ir ao banheiro pra não ter problema de ser desligada. E isso aí é uma coisa frequente, principalmente na Samsung que tem muitas mulheres. Então realmente isso também tá ocasionando bastante doença. (LAPA, 2015, p. 255).

A combinação de elementos de novos modelos de organização produtiva com a continuidade de modelos antigos, que caracteriza o setor como híbrido no que se refere à organização produtiva, reflete, portanto, nas doenças que o processo de trabalho ocasiona nas/os trabalhadoras/es: lesões por trabalho intensivo, repetitivo, manual e em longas jornadas (horas extras quase compulsórias), que lembram o taylorismo mais bruto, cuja incidência se tornou concomitante, em período recente, à doenças psíquicas como depressão, revelando apropriação mais intensiva do componente intelectual e emocional das/os trabalhadoras/es, por vezes acometendo a mesma trabalhadora dos dois tipos de doença.

Um problema identificado na pesquisa é o de que doenças que acometem as trabalhadoras das indústrias eletroeletrônicas não são notificadas como ocasionadas pelo trabalho, mas



como doenças comuns. Salerno, Silvestre e Sabino (2011, p. 135) atentam que as negativas de notificação de acidente de trabalho por médicos peritos do INSS estariam situadas em “[...] relações de poder e construções do saber que legitimam algumas falsas verdades que foram disseminadas por meio de normas e regulamentos caracterizando certa ‘homogeneidade na recusa’ dos médicos peritos (do nexos entre doença e trabalho) [...]”, e que diante desta negativa, inclusive, podem ocorrer confusões e dificuldade de compreensão pelos/as próprios/as trabalhadores/as de sua condição de adoecimento e limitações para o trabalho.

Mas as empresas nem sempre conseguem escapar da responsabilização por adotarem práticas de organização do trabalho que fazem adoecer. O adoecimento das/os trabalhadoras da *Samsung* integrou as razões de condenação da empresa por assédio moral na justiça do trabalho (JUSBRASIL, 2011), uma vez que ficou reconhecido que a prática “assédio por metas” acaba por produzir a intensificação do trabalho (“excesso de trabalho”) que provoca, por sua vez, as doenças decorrentes destas formas de organização produtiva. Neste caso, a mobilização via sindicato contra o assédio e por melhores condições de trabalho foi frutífera.

Condições de trabalho, condições de vida e divisão sexual do trabalho

É importante considerar tais reflexões sobre as condições de trabalho derivadas do processo produtivo em um quadro mais amplo, que procura compreendê-las como parte das condições de vida que o trabalho proporciona. Neste sentido, Lobo (2011) é uma das autoras que analisa que condições materiais de vida das operárias, invisibilizadas quando a análise recai somente sobre o espaço da produção, mas que tornam-se visíveis quando os espaços de produção e reprodução são considerados:

É na discussão sobre trabalho e não trabalho que aparecem mais detidamente as condições de vida das operárias: a dupla jornada de trabalho, o não reconhecimento do trabalho doméstico pelos homens/maridos, o preconceito com a mulher que ganha salário. As relações na esfera de produção remetem aqui inevitavelmente às esferas de reprodução. (LOBO, 2011, p. 128).

Assim, considerando que as condições de trabalho e de vida das trabalhadoras não são plenamente captadas com o olhar apenas sobre o espaço do trabalho assalariado e buscando-se analisá-la em conjunto com a esfera da reprodução, identificou-se entre as entrevistadas o predomínio de mulheres chefes de família, algumas divorciadas, que além de serem provedoras financeiras são também as que realizam o trabalho doméstico e de cuidados. Mesmo com tal sobrecarga, algumas delas se mantêm, enquanto podem, em turnos noturnos – para “melhorar” salários com o adicional noturno. Neste sentido, verificou-se haver trabalhadoras que praticamente não dormem. As que conseguem “conciliar” trabalho doméstico, assalariado e estudos são as solteiras ou as com filhos maiores, adolescentes (que por vezes precisam esperar filhos crescerem para retomar estudos interrompidos).

Sob o enfoque da divisão sexual do trabalho, nota-se que o adoecimento também tem sexo, já que as trabalhadoras situadas em postos cujo trabalho tem menos possibilidades de pausas (para tomar água, para ir ao banheiro) estariam suscetíveis às infecções urinárias que se identificou ocorrerem com frequência, bem como, traz-se como hipótese, suscetíveis a interrupções de gestações (abortos decorrentes de infecções urinárias). Ao mesmo tempo, o adoecimento de trabalhadoras, diferente de trabalhadores, prejudica não somente a capacidade de trabalho no espaço da fábrica, como também afeta o espaço doméstico, prejudicando a capacidade de realização do trabalho doméstico e afetando também as relações familiares



(segundo entrevista com médica do trabalho, há menos solidariedade de companheiros com mulheres que adoecem que o contrário). (LAPA, 2015, p. 256).

Vale dizer que as trabalhadoras metalúrgicas do setor eletroeletrônico, por vezes oriundas de trabalhos prévios em setores de serviços (trabalhadoras do comércio, empregadas domésticas), chegam a identificar, de modo geral, um caráter positivo em seu trabalho. Afirmam que o mesmo trouxe realizações de diversas ordens, materiais e simbólicas: (i) possibilitou desde a aquisição de bens como casa, carro, pagamento de estudos (valorização da atividade como emprego), (ii) permitiu o desenvolvimento da identidade com o trabalho realizado (valorização do trabalho), e (iii) propiciou o desenvolvimento da experiência de lutas, a superação de limites e espaços socialmente impostos e a conquista de liberdade enquanto mulher (dimensão da subjetividade das trabalhadoras como sujeitos sexuados).

O que se verifica, neste cenário complexo, é que enquanto não sentem sintomas de adoecimento, em geral as trabalhadoras se submetem sem pudores aos ritmos intensivos e por vezes extensivos da fábrica. Afinal, bater metas ou fazer horas extras pode significar satisfação de “ficar bem” perante chefias, além de permitir acessar bônus, garantir uma boa PLR – elementos que propiciam sua melhor condição de vida por meio do consumo, além de favorecerem sua autonomia econômica. Algumas somente se dão conta dos malefícios que tais condições de trabalho acarretam quando já estão doentes. Somente então as contradições aparecem e o trabalho intensivo não parece tão recompensador.

Considerações finais

Em análise sobre as condições do trabalho realizado nas indústrias eletroeletrônicas, por meio do enfoque sobre o processo de trabalho e sua divisão sexual, observa-se que sob as atuais formas organizativas possui natureza intensiva, repetitiva, com trabalho prescrito que dá pouco espaço para “autonomia”, controle estrito sobre o tempo, sob pressão por metas e intensificação de fluxos. Ademais, a atividade laboral neste setor produz uma série de impactos físicos e psíquicos, trata-se de um trabalho cujas condições fazem adoecer. Tais características recaem sobre força de trabalho predominantemente feminina.

Sustenta-se, pois, que tais condições de trabalho e o decorrente adoecimento estão diretamente relacionados com o tipo de atividade realizada nas fábricas e com o sexo (feminino) de quem as realiza – visto que são as trabalhadoras “ideais” (com as habilidades necessárias, mas sem valorização) para o trabalho nas manufaturas.

Das condições de trabalho, pois, emergem condições de vida precárias (com trabalhadoras acumulando tempo de trabalho doméstico e assalariado, sem tempo para dormir, adoecendo física e mentalmente por conta do processo de trabalho). De outro lado, e paradoxalmente, o emprego nas eletroeletrônicas favorece uma condição de vida “dignificante” (com relativo avanço na autonomia econômica para trabalhadoras, que proporciona condições para cuidar da família e de si mesmas, buscar estudos e melhores posições dentro ou fora da fábrica).

É destas contradições entre o que de positivo e de negativo o trabalho tem a oferecer que podem ser identificadas fissuras nas relações de trabalho organizadas sob a dominação-exploração do capitalismo-patriarcado (SAFFIOTI, 2009): fissuras que permitem lentas mudanças na divisão sexual no interior do processo de trabalho, com é o caso de mulheres nas indústrias eletroeletrônicas chegando a postos de trabalho onde nunca estiveram – como o de líderes de produção, engenheiras – além das funções nas quais eram absoluta minoria e passam a ocupar em relativo equilíbrio com os homens – como a de operadoras de máquinas de inserção automática de componentes.

Estas mudanças na divisão sexual do trabalho e nas relações de gênero abrem também caminhos para a transformação da visão de que a força de trabalho feminina é resignada ou



submissa, uma vez que o espaço coletivo da fábrica e as contradições presentes nas relações de trabalho criam condições para que as trabalhadoras se organizem para reagir, ocupem postos de direção em sindicatos e lutem por melhores condições de trabalho e de vida.

Referências

BARRETO, M. Assédio moral no trabalho: um risco invisível. In: COSTA, A. A. et al. (Org.). *Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero*. São Paulo: CUT, 2002. p. 113-128.

BURAWOY, M. *The politics of production: factory regimes under capitalism and socialism*. Great Britain: Verso, 1985.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. *O mercado de trabalho formal brasileiro: Resultados da RAIS 2013*. São Paulo: DIEESE, 2014. (Nota Técnica, n. 140 – setembro de 2014)

DURAND, J. P. A refundação do trabalho no fluxo tensionado. *Tempo Social*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 139-158, abr. 2003.

ELSON, D.; PEARSON, R. “Nimble fingers make cheap workers”: an analysis of woman employment in third world manufacturing. *Feminist Review*, Paris, n. 7, p. 87-107, 1981.

FLEURY, M. T. L. Mudanças e persistências no modelo de gestão de pessoal em setores de tecnologia de ponta: o caso brasileiro em contraponto com o japonês. In: HIRATA, H. (Org.). *Sobre o “modelo” japonês*. São Paulo: Edusp, 1993. p. 123-138.

GARZA, H. La revitalización del debate del proceso de trabajo. *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*, ano 16, n. 26, p. 7-35, 2011.

GAULEJAC, V. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida: Ideias e Letras, 2007.

GOLLAC, M.; VOLKOFF, S. *Les conditions de travail*. Paris: La Découverte, 2007.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HIRATA, H. (org.). *Sobre o “modelo” japonês*. São Paulo: Edusp, 1993.

HIRATA, H. Relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de Trabalho. *Em Aberto*. Brasília, ano 15, n.65, jan./mar. 1995.

HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. *Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho*, São Paulo, ano 4, n. 7, p. 5-27, 1998.

HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, H. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA, H.; SENIGNI, L. *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Senac, 2007. p. 89-104.



HIRATA, H.; KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: COSTA, A. O. et al. (Org.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 263-278.

HUMPHREY, J. *Fazendo o "milagre": controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1982.

JUSBRASIL. *Samsung: acordo judicial com MPT põe fim ao assédio e gera R\$ 500 mil de indenização por danos morais*. Campinas, 15 set. 2011. Disponível em: <<http://mpt-prt15.jusbrasil.com.br/noticias/2837741/samsung-acordo-judicial-com-mpt-poe-fim-ao-assedio-e-gera-r-500-mil-de-indenizacao-por-danos-morais>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

KERGOAT, D. *Les ouvrières*. Paris: Syncomore, 1982.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Revista Novos Estudos*, São Paulo, n. 86, p. 93-103, mar. 2010.

KITAY, J. The labour process: Still stuck? Still a perspective? Still useful? *Electronic Journal of Radical Organisation Theory*, New Zealand, v. 3, n. 1. p. 1-8. jun. 1997. Disponível em: <http://www.mngt.waikato.ac.nz/ejrot/vol3_1/kitay.pdf>. Acesso em 04 jun. 2013.

LAPA, T. S. *Processo de trabalho, divisão sexual do trabalho e práticas sociais das operárias na indústria eletroeletrônica no contexto da flexibilidade produtiva*. 2014. 361 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LEITE, M. P. *Competitividade e trabalho na cadeia automotiva brasileira*. Campinas: CEDES, 1997. (Programa de Pesquisa em Ciência, Tecnologia, Qualificação e Produção; Convênio CEDES/FINEP-PROEDUC/CNPq – CCDT).

LEITE, M. P. *Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

LEITE, M. P.; GUIMARÃES, P. C. Tudo muda, nada muda: as implicações do uso das tecnologias de informação sobre o trabalho das mulheres no setor eletroeletrônico. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 44, p. 333-366, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1809-4449201500440333>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

LOBO, E. S. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

MEIKSINS, P. Trabalho e Capital Monopolista para os anos 90: uma resenha crítica do debate sobre o processo de trabalho. Tradução de João Roberto Martins Filho. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 3, p. 106-117, 1996.

PENA, M. V. J. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SAFFIOTI, H. I. B. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. *FLACSO Brasil: Série Estudos e Ensaios - Ciências Sociais*. jun. 2009. Disponível em: <http://www.flacso.org.br/portal/pdf/serie_estudos_ensaios/Heleieth_Saffioti.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2015.



SALERNO, M. S. Modelo japonês, trabalho brasileiro. In: HIRATA, H. (Org.). *Sobre o “modelo” japonês*. São Paulo: Edusp, 1993. p. 137-152.

SALERNO, V. L.; SILVESTRE, M. P.; SABINO, M. O. Interfaces LER/Saúde Mental: a experiência de um Centro de Referência em Saúde do Trabalhador do Estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 36, n. 123, p. 128-138, 2011.

SILVA, L. M. A organização sindical face aos novos paradigmas de organização do trabalho. *Ariús: Revista de Ciências Humanas e Artes*, Campina Grande, v. 13, n. 1, p. 1-7, jan./jul. 2007.

SPROLL, M. “(Social) Upgrading” em redes transnacionais de produção? Brasil e o caso dos serviços de manufatura em eletrônica. 2014. Mimeografado.

THOMPSON, P. *The nature of work: an introduction to debates on the labour process*. 2. ed. London: Macmillan, 1989.

WOOD, S. (Ed.). *The transformation of work? Skill, flexibility and labour process*. London: Unwin Hyman 1989.

Recebido: 20 jan., 2016
Aceito: 11 mar., 2016

Governo da cidade e economia da punição¹

City government and economy of punishment

Marie Morelle²

Tradução de Luana Dias Motta^a



Foto. Em frente à prisão central de Yaoundé (Thomas Chatelet, 2013)

Na conclusão de *Vigiar e Punir*, Michel Foucault se refere a um artigo de imprensa, de 1836, que traça o plano imaginário de uma “cidade carcerária” onde uma “rede de elementos diversos – muros, espaços, instituição, regra, discursos” interferem na produção e manutenção de uma ordem disciplinar. A prisão não aparece apenas nesses elementos, mas “ligada a toda uma série de outros dispositivos carcerários” que tendem a “exercer um poder de normalização” (1975: 359). O filósofo não dava muita atenção à dimensão urbana do dispositivo descrito, a

¹ Texto original: MORELLE, M. *Gouvernement de la ville et économie de la punition*. Revue Urbanités, Paris, 2015. Disponível em: <http://www.revue-urbanites.fr/5-gouvernement-de-la-ville-et-economie-de-la-punition/>

² Marie Morelle é doutora em geografia, mestre de conferências HDR na Universidade Paris I Panthéon Sorbonne e no UMR Prodig, membro da equipe TerrFerme (<http://terrferme.hypotheses.org>) e do programa Inverses (www.inverses.org).

^a Núcleo de Pesquisas Urbanas NaMArgem – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.
Contato: luanadmotta@yahoo.com.br



cidade ficava na ordem da metáfora. Posteriormente, entretanto, ele tratará dos dispositivos de poder se apoiando nos estudos de princípios de planejamento urbano (A Metrópole de Alexandre La Maitre, a cidade de Richelieu e a cidade de Nantes; 2004). Depois, a partir de estudos empíricos, linhas mais concretas entre cidade e prisão puderam ser estabelecidas. A questão do encarceramento e, para além disso, da pena, fariam parte de uma análise das relações entre espaço, sociedade urbana e poder.

Partindo dessa hipótese, esse texto pretende, antes de tudo, retomar as relações entre cidade e prisão para tentar delinear, em um segundo momento, os contornos de uma economia urbana da pena e seus modos de territorialização. Tal estudo deve permitir compreender como o sistema de penas pode lançar luz sobre os modos de governo urbano. Com efeito, a análise da produção de uma ordem social e política a partir da penalidade revela o entrelaçamento de lógicas de exploração e de dominação, de coerção e de obediência, enfim, de compromisso e subversão. Isto nos leva a estudar os processos de definição do objeto da punição, os próprios modos de sanção e, por fim, o alcance social e político da pena em sociedades urbanas.

Nessa perspectiva, traçando a relação entre estudos carcerários e estudos urbanos, este curto artigo pretende esboçar uma contribuição à reflexão sobre as relações ente espaço e poder (Raffestin, 1980), em particular aquelas que puderam ser apreendidas, com referência nos trabalhos de Michel Foucault, no campo da geografia política anglofônica (Sharp et al., 2000). A análise, de caráter exploratório, será conduzida a partir de uma síntese crítica da bibliografia existente e com referência a pesquisas desenvolvidas desde 2010 na prisão central e em diversos pontos de venda de maconha em Yaoundé, em Camarões (Morelle, 2013)³.

“A cidade carcerária”: um espaço metafórico?

Falar da “cidade carcerária” revela uma metáfora? Na entrevista que Michel Foucault concede a Yves Lacoste para a revista *Hérodote*, em 1976 (Foucault, 1994a, n°169), o diálogo se detém durante um tempo nas metáforas espaciais (mais que sobre o espaço propriamente dito) em relação com o campo semântico da estratégia militar. Em que medida o espaço urbano encarna um campo de batalha contemporâneo onde são recortados e classificados os espaços afim de esquadrihar, vigiar, manter à distância “o inimigo”? Qual seria, então, o inimigo? Quais seriam as ameaças à obtenção da ordem pública (entendida como ordem social e politicamente construída)?

Se Foucault havia aberto timidamente a porta para uma entrada espacial na sua leitura das disciplinas, reencontramos, de outra maneira e anos mais tarde, a expressão “cidade carcerária” no ensaio de Mike Davis, falando de Los Angeles. Ele sublinha a multiplicação das arquiteturas securitárias, a reorientação da vigilância policial, enfim, o crescimento das prisões e o aumento de seu número na paisagem urbana (2000: 229). Estaríamos tentados a reencontrar na análise de Davis a lógica disciplinária foucaultiana: esquadrihar e vigiar o que provoca desordem, prevenir e, caso haja, sancionar e punir todo desvio, com prisões que colocam à distância, mas também enclaves seguros onde se colocar à distância, em suma, uma lógica de separações múltiplas. A vigilância policial, ligada às prisões, parece integrar um dispositivo de tipo panóptico tal como teorizado pelo filósofo⁴.

Em uma perspectiva próxima à de Davis, diversos autores estudaram as políticas de criminalização e exclusão em certos espaços públicos de populações “indesejáveis”, em meio

³ No âmbito do programa de pesquisa TerrFerme (ANR, Ref.: ANR-08-JCJC 2008-0121-01) e Conselho Regional de Aquitaine, Ref.: 2010407003) ET Inverses (Emergences, Mairie de Paris) WWW.inverses.org.

⁴ Ao contrário, podemos perceber a lógica, na França por exemplo, visando se inspirar em uma certa visão da cidade (e de suas sociabilidades) para pensar os planos arquiteturais das prisões (Salle, 2012). A cidade não aparece como disciplinar e se inspirar nela deve permitir romper (relativamente) com uma apreensão securitária da prisão (Milhaud, 2015).

à vídeo-vigilância e à regulação do direito (Mitchell, 1997; Coleman e Sim, 2000). Se Mike Davis privilegia o “fechamento”, estes outros trabalhos insistem sobre o “esquadrinhamento”. Não estaríamos presos ao “espaço disciplinar” do qual falava Foucault (1975: 168)?: “a cada indivíduo, seu lugar; e em cada localização, um indivíduo. Evitar as distribuições por grupos, decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, massivas e em fuga” No entanto, os autores citados não o reivindicam. Seus trabalhos, sobre temáticas que se multiplicaram nas décadas de 1990 e 2000, se inscrevem numa abordagem de geografia crítica, em relação com a implementação das ideologias neoliberais.

Alguns falam de cidade e de punição nos termos da “cidade neoliberal punitiva”⁵ (Hebert e Brown, 2006). Ou pode-se perguntar como esses dispositivos assumem uma vocação punitiva (Herbert, 1996, 1997). Dentre os motivos para evacuação de certos indivíduos das ruas e de praças, destaca-se a noção de risco. A presença de indivíduos se torna legalmente proibida em diversos lugares, sob o pretexto de que eles poderiam cometer crimes e delitos nesses lugares, o que faz com que essa reputação seja atribuída a pontos de revenda de droga (Belina, 2007). Entretanto, se trata menos de punir e de “reformatar” um indivíduo que prevenir o perigo e produzir uma forma de segurança na cidade, construindo após excluir populações consideradas perigosas. Isso limitaria, em definitivo, a ideia de cidade “punitiva”. Não se trata de punir mas de prevenir, segundo processos discriminatórios, excluindo de fato categorias da população.

Ao mesmo tempo, no que tange à prisão, encontramos situações de exclusão: o recurso massivo ao encarceramento (ao menos em certas sociedades, tais como os Estados Unidos, o Brasil ou ainda a França e a África do Sul)⁶ se destina aos “indesejáveis” (Castel, 1995), precários e rejeitados de um mercado de trabalho enfraquecido. A lógica não seria mais aquela da invisibilidade e do afastamento (Milhaud, 2009; Moran, Gill, et Conlon, 2013), não obstante as reformas penitenciárias de alguns Estados e a “responsabilização” dos detentos (Chantraine, 2006), mas sim uma lógica ambígua e que existe concomitante às práticas disciplinares intra-muros? Essa dinâmica relativa a categorias inteiras da população levou à emergência da noção de “continuum carcerário” no campo das ciências sociais, e a uma apreensão diferente das relações entre estudos carcerários e estudos urbanos.

“O continuum carcerário”

A partir da geografia, das arquiteturas de segurança e de punição, podemos formular a hipótese de uma forma de espacialização dos delitos e das atividades criminais pelos discursos políticos e midiáticos, mas também no nível das políticas de segurança pública e da ação judiciária. Na Europa, se a eliminação dos moradores de rua e dos consumidores de drogas dos centros das cidades foi uma grande questão, sabe-se também o quanto, historicamente, os bairros populares foram objeto de uma forte categorização muito relacionada ao funcionamento do sistema penal e de injunções ministeriais (“política de números”, por exemplo). Aqui está uma outra abordagem não mais da “cidade carcerária”, mas daquilo que foi pensado em termos de “continuum carcerário”. Assim, foi estabelecido o quanto a pena de prisão atinge historicamente, ao menos na Europa (Geremek, 1974; Petit, 1991), e em geral de forma massiva, as populações pobres (Aubusson de Cavarly, 1985). Em todo o mundo, pesquisadores demonstram como homens, jovens, sem escolaridade e desempregados, oriundos de guetos, favelas, banlieues, são enviados aos estabelecimentos penitenciários (Wacquant, 2001; Gilmore, 2007; Peck e Theodore, 2008; Chantraine, 2004. Kokoreff, 2004; Bony, 2014; Telles, 2009; Bandyopadhyay,

⁵ “Punitive neoliberal city”

⁶ Nos estudos carcerários existe uma tendência a se falar em termos de modelos: aquele “americano” marcado por um hiperencarceramento ou, ao contrário o “escandinavo” definido por suas baixas taxas de encarceramento. Hoje, pode-se notar que os estudos estão frequentemente centrados no ocidente, em detrimento de uma abordagem mais fina da realidade do confinamento no mundo, concluindo talvez de modo muito apressado sobre a existência de uma “virada punitiva”.



2010; Reed, 2003). Nesse sentido, alguns autores destacaram a circulação de bens e informações, a manutenção de redes sociais entre bairros populares e a prisão (Cunha, 2007; Godoi, 2009). As lógicas de distribuição das populações no espaço carcerário reproduzem as dinâmicas de segregação social e racial presentes na cidade (Bony, op cit.), e ao contrário, o cotidiano carcerário pode influenciar a sociedade urbana e a vida nos bairros marginalizados e nos guetos (Clear, 2007). Aqui, falar de “cidade carcerária” significaria inserir a marca da prisão (e então da punição) sobre as práticas e as representações urbanas: antes de tudo aquelas dos habitantes. “O dispositivo carcerário é hoje uma referência urbana, ele redefine os circuitos da cidade, dentro e fora de seus muros” (Telles, 2009). Esta é uma abordagem pouco presente na geografia urbana, ao contrário da sociologia e ainda mais da antropologia.

Por outro lado, não podemos simplesmente estabelecer uma lista das instituições com vocação repressiva e os perímetros preventivos na paisagem urbana, à maneira de Davis⁷, para delimitar a influência da pena no governo da cidade e suas traduções espaciais. É preciso notar que a punição (e o controle social que dela decorre) revela relações de poder assim como contribui para forjar uma maneira de governar a cidade. É uma economia política da punição que é preciso inserir, dando atenção, nos estudos urbanos, à sua dimensão territorializada. O objetivo não é apenas ver onde punir, nem os efeitos da qualificação de um lugar segundo sua periculosidade ou o grau de sua vigilância. O desafio é entender segundo quais processos fatos são construídos como infrações penais, conduzindo à implementação de técnicas de controle, com quais racionalidades e intencionalidades, com quais adesões ou resistências⁸. Sem esquecer a coerção e a dimensão disciplinar de um sistema penal dado, é preciso analisar na situação as relações de poder, mas também as negociações, que se desenrolam em torno da penalidade, em uma abordagem governamentalista (Bayart, 2008). Se trata, então, de compreender como o sistema penal, as leis, os atores encarregados de aplicá-las em suas interações com os habitantes contribuem para o governo da cidade, para além das formas urbanas.

Governo penal da cidade

Partindo da ideia de um “governo pelo crime” Bernd Béline tem o grande mérito de inserir na geografia a penalidade no campo de análise dos poderes urbanos (Belina, 2014⁹), o que os sociólogos há muito tempo faziam, tomando a prisão como um ponto de partida para compreender as relações de poder e dominação (Faugeron, 1996). Gilles Chantraine, entre outros autores (Deleuze, 1986:49), lembra que para Michel Foucault as prisões tinham sido um álibi para tratar do poder. Isso não está presente tanto em *Vigiar e Punir*, que deve ajudar a entender a ligação entre cidade e punição¹⁰, mas sobretudo em outros textos da caixa de ferramentas foucautiana, a começar pela noção de governamentalidade (Foucault, 2004: 15, 16), sem esquecer a noção de ilegalismo (ibidem, 1975)¹¹.

⁷ Essa referência ao cárcere pode ser nuançada, ao citar de Edward W. Soja que, surgindo dos discursos contemporâneos sobre as cidades (a pós-metrópole) convoca a não excluir da análise os lugares e espaços de mobilização, de resistência e de solidariedade, para além da apreensão de uma cidade percebida algumas vezes sob o prisma único do fechamento e da vigilância. (Soja, 2007: 320 et s.).

⁸ E ver também como se desenvolve o próprio encarceramento segundo o tipo de estabelecimento penitenciário, o que demonstrarão muito bem os estudos carcerários especialmente sobre a noção de “ordem carcerária” (Chauvent, 1998).

⁹ No entanto, explicando a importância de estudar as práticas, seu estudo consiste principalmente em analisar a produção de textos da lei.

¹⁰ Porém, nessa obra, ele propõe uma história do presente da prisão. Mais precisamente, ele se dedica a uma “genealogia” da prisão. Já não se trata, para ele, de reencontrar a origem da prisão em si, mas de descrever o processo que possibilita sua existência.

¹¹ Lembramos também quanto os historiadores tinham demonstrado o descompasso entre o discurso disciplinar tal como teorizado por Foucault e a realidade da repressão e do encarceramento (Petit, 1996).

Falar em termos de governo, na geografia, nos convidaria a compreender o poder localmente¹². Mais precisamente podemos perguntar *como* circula o poder, partindo do estudo do poder de punir. Certamente o monopólio da violência legítima remete ao Estado. Falar de sanção, em particular em uma abordagem weberiana, é falar do direito e é falar do Estado, da sua soberania em um território definido. A punição nos convida a falar da dominação de Estado. Segundo Durkheim (2013 [1930]:33), é a sanção que diz respeito à regra. Assim, podemos ser tentados a ver na multiplicação das zonas de exclusão dos centros das cidades ou na edificação de novas prisões a marca de um poder soberano, ofuscante. No entanto, das abordagens marxistas às abordagens pós-modernas, passando pelo trabalho de sociólogos do direito ou da *geografia legal*¹³ (Maccaglia, Morelle, 2014), as discussões se desenvolvem sem mencionar que o direito é uma construção social, por isso submetida a interesses políticos e sociais. É aí que a noção de ilegalismo revela-se fecunda. Foucault demonstrou como os interesses da burguesia conduziram à criminalização dos ataques a bens em detrimento das classes populares. Consequentemente, é necessário considerar a maneira pela qual uma falta é tolerada com relação a uma regra (a lei, as normas sociais, a moral). Essa margem de tolerância conduz à realização de estudos mais próximos do que é ou não sancionado, como isso se dá, em virtude de quais registros de referência, em meio a quais arranjos, e para quais interesses. Por outro lado, Bourdieu (1990) demonstra como o direito está sujeito à interpretação pelos agentes encarregados de aplicá-lo. Ou, no que concerne à penalidade, os trabalhos sobre a polícia, por exemplo Monjardet, 1996, mostraram há muito tempo a parcela de autonomia das forças da ordem e a liberdade de ação e interpretação sobre o campo (não sem dilemas nos quais interferem normas profissionais, peso das hierarquias, etc.) Assim, é preciso mostrar como os processos ligados à sanção penal participam da emergência e da manutenção de poderes urbanos eventualmente muito localizados e como estes interagem entre eles e revelam aspectos do governo das cidades de maneira mais ampla.

O direito penal participa do governo das populações. Ele assume uma dimensão eminentemente espacial porque influencia a posição dos indivíduos no espaço e controla os movimentos e as atividades: pelo recurso ao encarceramento (custódia e prisão), igualmente pelas restrições à mobilidade tais como o bracelete eletrônico (Devresse, 2012), ou ainda as ordens de restrição temporárias (Merry, 2001) ou, em uma escala mais coletiva, com as zonas de exclusão (tais como as áreas banidas na Alemanha, as *drug free zones* nos Estados Unidos) que vão recortar, fragmentar o espaço em territórios autorizados ou proibidos (Devresse, op. Cit.). Contratos locais, zonas prioritárias de segurança são modos fundamentais de marcar o espaço e de atribuir territorialidade (Hancock, 2007) aos indivíduos e às populações (Germes, 2001) sob o risco de uma representação fragmentada da cidade, de uma essencialização dos espaços e das populações (Gillespie, 2014). Num caso, espaços se tornam “reservatórios de recrutamento” para as prisões (Bony, op.cit.); em outro, é a qualificação jurídica do espaço que conduz à emergência de uma categoria de população, fortemente estigmatizada; os dois fenômenos interagindo sobre uma “população” e sobre indivíduos, sobre posições sociais e sobre a capacidade de se afirmar como sujeito. Por consequência, “é preciso considerar o território como componente essencial da sanção” (Davresse, op. Cit, 72) e, mais amplamente, como dimensão de um governo urbano. “Geografia é um componente do comportamento social, não apenas seu pano de fundo”¹⁴ (Herbert, Brown, op. Cit, 764).

¹² “[O exercício do poder] é um conjunto de ações sobre ações possíveis: [...] ele incita, ele induz, ele desvia, ele facilita ou torna mais difícil, ele alarga ou limita, ele torna mais ou menos provável; no limite, ele obriga ou impede absolutamente; mas ele é sempre uma maneira de agir sobre alguém ou sobre sujeitos que agem, e isso enquanto eles agem ou estão susceptíveis a agir. Uma ação sobre ações [...] Governar, nesse sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros. O modo de relação próprio ao poder não será então procurado do lado da violência e da luta, nem do lado do contrato e da ligação voluntária (que não podem ser mais que instrumentos): mas do lado desse modo de ação singular – nem guerreiro nem jurídico - que é o governo.” (Foucault, 1994, n /306, 237).

¹³ Termo original em inglês *legal geography*.

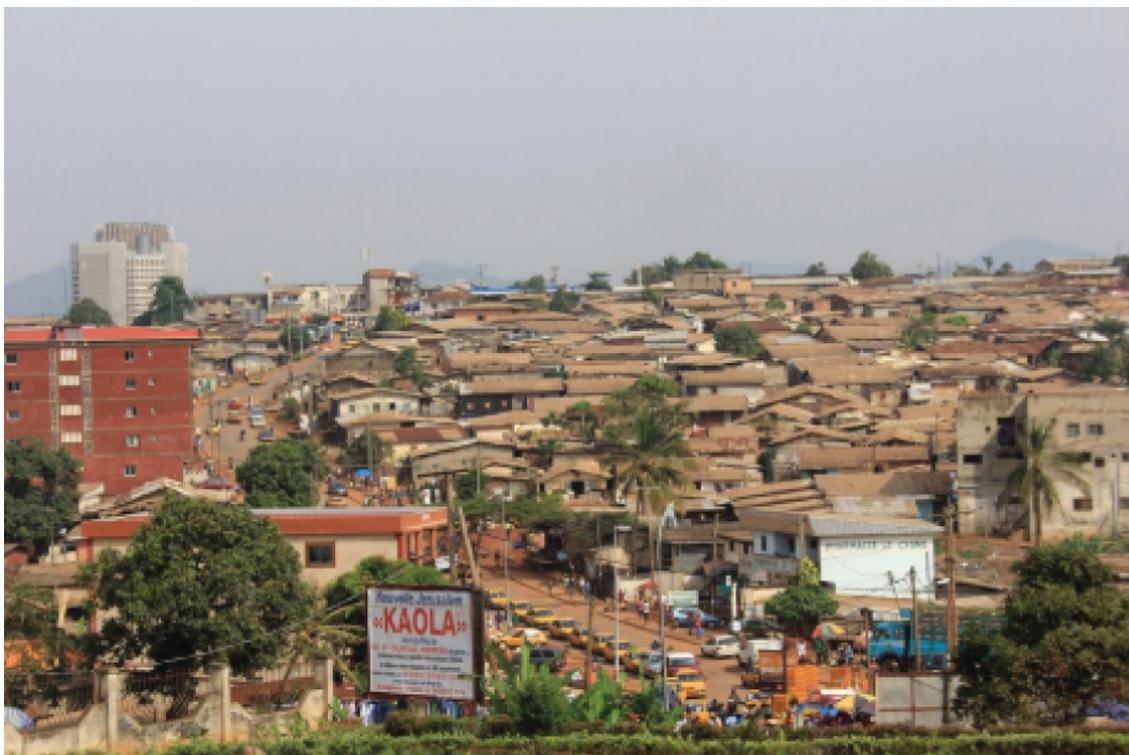
¹⁴ A geografia é parte integrante do comportamento social, ela não é simplesmente um pano de fundo.

Entretanto, se nos detivéssemos numa espacialização exagerada dessa penalização, sem analisá-la em uma escala mais fina, não a entenderíamos, exceto se adentrarmos no jogo do espacialismo (Milhaud, 2015). Não se trata de se apegar apenas aos discursos políticos e midiáticos ou aos textos jurídicos, afim de compreender como uma regra de direito (lei, decreto, regulamento, etc.) é editada e seu alcance de aplicação. É preciso, assim, compreender, na situação, em um espaço e em uma temporalidade dados, sua aplicação, sua interpretação, eventualmente seu *contornamento*. É necessário ver o que de fato faz o objeto de uma vigilância, eventualmente, se tornar objeto de uma sanção.

Recentemente, a noção de governamentalidade foi retomada nos estudos urbanos no contexto do desenvolvimento de práticas de inspiração neoliberal (Rose, 1996). Ela permitiu inserir a questão da multiplicidade dos atores implicados na gestão da cidade e do cruzamento de seus interesses. Entretanto, os textos que destacam a dimensão informal dessa governança urbana (Lindell, 2008; Roy, 2005; Benjamin, 2008; Yiftachel, 2009) são mais raros: se trata, então, de estudar as práticas informais, na margem da lei, dos atores políticos e institucionais, em certos casos dos atores criminais, suas interações, e assim compreender seus efeitos políticos. É igualmente necessário estudar a maneira pela qual atores políticos e institucionais decidem o que o ilegal abrange, tolerando outras práticas e atividades.

Tomarei brevemente o exemplo de Camarões mencionando o tráfico de maconha: protegidos da ameaça à lei, os vendedores do atacado e do varejo da capital camaronesa compram suas liberdades junto aos atores do sistema penal (policiais e guardas, procuradores e juizes). Sem que se possa concluir sobre a permanência e generalização da corrupção do conjunto dos atores institucionais, podemos constatar a existência de uma margem de tolerância relativa ao tráfico, um arranjo moderadamente negociado sobre uma base monetária¹⁵. Se os bairros populares são objeto de vigilância das forças de segurança, estas não se dedicam exclusivamente à criminalização das atividades ilegais, ao encarceramento dos habitantes e a colocar em prática a dominação do Estado. Sem esquecer a manutenção das punições corporais dentro das prisões (uso frequente de espancamento, seja para intimidar, seja para punir), podemos concluir sobre a existência de um espaço de negociação e de práticas, principalmente corruptíveis, testemunhando uma adesão passiva a um dado sistema de poder. A dimensão soberana do poder de Estado participa como um elemento dentre outros dos modos de governo urbano (Foucault, 1997: 214). A ameaça da aplicação do código penal e a onipresença da prisão (com o medo de ser preso, por exemplo, em Yaoundé, em uma prisão superlotada onde a lentidão da justiça deixa os presos ficarem um ou dois anos sem condenação em primeira instância, cf. Morelle, 2013) influem nesse dispositivo de poder, mas coexistem e interagem com as trocas de dinheiro e a ativação de redes sociais para chegar a um juiz ou procurador, com os interesses profissionais ou dilemas morais dos agentes encarregados de vigiar, mas também de pacificar os espaços urbanos e que não podem entrar em uma estrita lógica repressiva (Debos, Glasman, 2012). Assim, podemos concluir, ao menos em Yaoundé, que se há disciplina, ela estará mais na corrupção do que no recurso efetivo à prisão. Assistimos a uma forma de institucionalização da flexibilização da lei, em suma, à emergência de uma norma “prática” (Olivier de Sardan, 2008) que concorre com a lei e sua aplicação estrita, norma que permite vigiar e circunscrever as atividades urbanas. Alguns policiais fazem de seu espaço de competência e de intervenção um suporte para a obtenção de uma renda pela corrupção. Participando da corrupção, os traficantes também aderem a um sistema político e social dado, dando a ele próprio os meios da sua reprodução. Negociando a lei, eles também a reconhecem. O recurso a uma troca econômica e política evita a violência estatal sem torná-la irrelevante. A tolerância e a negociação (que a lei suscita) não ignoram a dimensão soberana do poder.

¹⁵ O montante destinado às forças de polícia varia segundo as ligações de conhecimento, o grau (ver Morelle, 2012). Em certos casos (operação de polícia de envergadura, por exemplo), o traficante não poderá negociar a manutenção de sua atividade e será levado ao Ministério Público Federal, obrigado a negociar com o procurador e/ou o juiz da audiência de instrução. Nesse caso, as somas destinadas se tornam mais importantes. Esses ilegalismos populares (acordos, promiscuidades) localizados em certos bairros da capital são tolerados mesmo que controlados.



Yaoundé, bairros populares (Thomas Chatelet, 2013)

Concomitantemente, os maiores vendedores de drogas no varejo da capital inscrevem suas práticas em diversas redes sociais: eventualmente em concorrência com líderes de bairros, alguns podem se tornar benfeitores de sua vizinhança, comprando o silêncio de seus vizinhos em troca da redistribuição de uma parte de seus ganhos adquiridos através do tráfico. Eles podem legitimar sua presença em um território circunscrito junto aos habitantes. São desenhados os contornos de uma economia política do tráfico, onde se desenvolve e se exibem poderes muito localizados. Se os traficantes de Yaoundé estão longe de se tornarem políticos profissionais, basta voltar os olhos para algumas cidades da América Latina, onde traficantes se tornaram as referências de habitantes dos bairros mais marginalizados em termos de distribuição de serviço e de resolução de conflitos (Telles, 2014), chegando a influenciar as instâncias participativas locais (Abello-Colak, Guarneros-Meza, 2014).

Por conseguinte, o estudo do direito penal faz parte de uma análise mais ampla dos poderes urbanos. É preciso introduzir neste estudo os efeitos discursivos da existência das regras de direito (perímetro de ação, zoneamento, cartografia do crime assim definida), mas também aqueles efeitos da sua interpretação, *in situ*, que algumas vezes conduzem à transgressão da lei, mas também a uma relativa tolerância no que se refere a crimes e delitos (sem esquecer o potencial dos poderes públicos e dos agentes do Estado). Se trata, no fundo, de compreender o controle do espaço urbano, concreta e cotidianamente¹⁶, além da relação que os habitantes estabelecem com o Estado através de suas interações com os atores institucionais (forças da ordem, magistrados, guardas), entre coerção e adesão. Do mesmo modo, os habitantes da cidade não formam um todo homogêneo, compreendidos nos territórios mais estigmatizados. Em relação ao delito e ao crime, o que se denuncia ou o que se esconde da polícia merece

¹⁶ “Uma das primeiras coisas a compreender, é que o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada será mudado na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora dos aparelhos de Estado, abaixo deles, ao lado deles, em um nível muito mais fino, cotidiano, não são modificados.” (Foucault, 1994, “Da arqueologia à dinastia”).



análises nuançadas. Diferente dos textos e discursos, os atores (policiais, juízes, vigilantes, habitantes e grupos de habitantes) interagem em um terreno dado, envolvidos em diversas realidades, tornando complexa a explicação da repressão, sem conseguir delimitar sempre o conjunto de intenções que guiam esses mesmos atores. Nesse sentido, a abordagem foucaultiana da governamentalidade pode nutrir uma reflexão sobre o poder na cidade, inserido em uma escala mais fina. No entanto, ela corre o risco de estudar apenas “o como” em detrimento do “porquê” e de mostrar apenas situações múltiplas, um poder ofuscante, sem conseguir mais ver como articulá-las. Assim, essa abordagem não deve parar de dialogar com os grandes esquemas explicativos, começando pelas ideologias neoliberais, que permanecem uma grade de análise pertinente sem que se possa fazer dela o único determinante de toda a realidade social e política (Parnell e Robinson, 2013). De maneira mais geral não podemos nos furtar dos processos políticos e econômicos que produziram uma sociedade e a maneira pela qual se constroem e se estruturam, ao longo do tempo, processos de discriminação e de exclusão, no seio dos quais a punição tem um papel. De forma simplificada, “as formas organizadas, quer elas sejam da escala micro ou macrossocial, atraem o olhar do observador para sua possibilidade de abrangência, de regulação, de assujeitamento de seus membros. As estruturas não são sujeitos e não podem nem se manter nem agir sem a atividade destes. [...] As formas organizadas às quais estão submetidos os sujeitos que agem são também criações contínuas de sua própria atividade.” (Schwart, 2012 [1990], 25). São essas articulações que merecem ser aprofundadas.

Um outro obstáculo a superar seria o de não encerrar a noção de ilegalismo apenas às sociedades urbanas “do Sul” (e aos regimes políticos de tipo clientelista mais particularmente) e de compreender o lugar desses processos de tolerância negociada no que tange à regra e à sanção nas sociedades urbanas “do Norte”. Nessa perspectiva, podemos mencionar a pesquisa do jornalista Davis Simon e do antigo policial Ed Burns (Simon, Burns, 2011) que demonstram o curto alcance das detenções por posse ou revenda de heroína e de cocaína, uma vez que a maioria das pessoas apreendidas não eram, no fim, alvo de procedimentos posteriores nem de prisão, em Baltimore, nos Estados Unidos. Uma tal constatação convida a utilizar a expressão “cidade carcerária” com prudência e nuances.

Bibliografia

Abello-Colak A., Guarneros-Meza V., 2014, « The role of criminal actors in local governance », *Urban Studies*, vol. 51, n°15, 3268-3289.

Bayard J.-F., 2008, « Hégémonie et coercition en Afrique subsaharienne. La “politique de la chicotte” », *Politique africaine*, n°110, 123 - 52.

Belina B., 2007, « From Disciplining to Dislocation: Area Bans in Recent Urban Policing in Germany », *European Urban and Regional Studies*, vol. 14, n° 4, 321-336.

Belina B., 2014, « Le droit pénal, moyen de gouverner les disparités urbaines », in Gintrac C., Giroud M. (dir.), *Villes contestées. Pour une géographie critique de l'urbain*, Paris, Les Prairies ordinaires, 207-28.

Benjamin S., 2008, « Occupancy Urbanism: Radicalizing Politics and Economy beyond Policy and Programs », *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 32, n°3, 719-729.



- Bony L., 2014, *De la prison, peut-on voir la ville ? Continuum carcéral et socialisation résidentielle*. Université Paris Ouest Nanterre La Défense, thèse de doctorat en géographie, 477 p.
- Bourdieu, P., 1990, « Droit et passe-droit », *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 81, n°1, 86- 96.
- Castel R., 1995, *Les métamorphoses de la question sociale : une chronique du salariat*, Paris, Fayard, 490 p.
- Chantraine G., 2006, « La prison post-disciplinaire », *Déviance et Société*, vol. 30, n°3, 273-288.
- Charpy M., 2011, « L'apprentissage du vide. Commerces populaires et espace public à Paris dans la première moitié du XIXe siècle », *Espaces et sociétés*, n°144-145, 15-35.
- Chauvenet A., 1998, « Guerre et paix en prison », *Les cahiers de la sécurité intérieure*, no 31, 91-109.
- Coleman R., Sim J., « "You'll never walk alone": CCTV surveillance, order and neo-liberal rule in Liverpool city centre », *British Journal of Sociology*, vol. 51, n°4, 623-39.
- Cunha M., 2007, « Les liens du trafic: parenté, voisinage et genre dans des narcomarchés », in Kokoreff M., Péraldi M., Weinberger M. (dir.), *Economies criminelles et mondes urbains*, Paris, PUF, 10919.
- Da Silva Telles V., 2014, « Gestion de la violence ou gestion (disputée) de l'ordre ? Interrogations à partir d'une étude sur le marché de la drogue à Sao Paulo », *L'Ordinaire des Amériques*, no 216. <http://orda.revues.org/1120>.
- Davis M., 2000, *City of Quartz. Los Angeles, capitale du futur*, Paris, La Découverte, 391 p.
- Debos M., Glasman J., 2012, « Politique des corps habillés. Etat, pouvoir et métiers de l'ordre en Afrique ». *Politique africaine*, no 128, 5-24.
- Deleuze G., 1986, *Foucault*, Paris, Les Editions de Minuit, 141 p.
- Devresse M.-S., 2012, « Vers de nouvelles frontières de la pénalité. Le cas de la surveillance électronique des condamnés », *Politix*, vol 1, n° 97, 47-74.
- Durkheim E., 2013, *De la division du travail social*, Paris, PUF, Quadrige, 416 p.
- Faugeron C., 1996, « Introduction: une théorie de la prison est-elle possible ? » in Faugeron C., Chauvenet A., Combessie P. (dir.), *Approches de la prison*, Paris, Bruxelles, Les Presses de l'Université de Montréal, Les Presses de l'Université d'Ottawa, De Boeck Université, 15-42.
- Foucault M., 1975, *Surveiller et punir*, Paris, Gallimard, 360 p.
- Foucault M., 1994a, *Dits et Ecrits 1954-1988 Tome IV 1980-1988*, Paris, Gallimard, 901 p.
- Foucault M., 1994b, *Dits et Ecrits 1954-1998 Tome II 1970-1975*, Paris, Gallimard, 837 p.
- Foucault M., 1997, *Il faut défendre la société : cours au Collège de France : (1975 - 1976)*, Paris, Gallimard, 283 p.



Foucault M., 2004. *Sécurité, Territoire, Population. Cours au Collège de France. 1977-1978*, Paris, Gallimard, Seuil, Hautes Etudes, 435 p.

Germes M., 2011, « Récits de conflits et territoire: les quartiers sensibles dans les discours policiers ». *Justice Spatiale/Spatial Justice*, no 4, <http://www.jssj.org/article/recits-de-conflit-et-territoire/>.

Gillespie, K., 2014, Murder and the whole city, *Anthropology Southern Africa*, vol. 37, n°3-4, pp. 203- 212

Gilmore R W., 2007, *Golden Gulag: Prisons, Surplus, Crisis, and Opposition in Globalizing California*. Berkeley, University of California Press, 388 p.

Godoi R., 2009, « Gérer le vivre-ensemble dans et hors de la prison: la trajectoire d'un agent pénitentiaire à un moment de transition. », in Cabanes R., Georges I. (dir.), *Sao Paulo. La ville d'en bas*, Paris, L'Harmattan, 151-66.

Hancock C., 2007, « "Délivrez-nous de l'exotisme": quelques réflexions sur des impensés de la recherche géographique sur les Suds (et les Nord) », *Autrepart*, no 41: 69-81.

Herbert S., Brown E., 2006, « Conceptions of Space and Crime in the Punitive Neoliberal City ». *Antipode*, vol. 38, n°4, 755-777.

Herbert S., 1997, *Policing Space : Territoriality and the Los Angeles Police Department*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 194 p.

Lindell I., 2008, « The Multiples Sites of Urban Governance: Insights from an African City », *Urban Studies*, vol. 45, n° 9, 1879-1901.

Maccaglia F., Morelle M., 2014, « Pour une géographie du droit: un chantier urbain », *Géocarrefour*, vol. 88, n° 3, 163- 172.

Merry S. E., 2001, « Spatial Governmentality and the New Urban Social Order: Controlling Gender Violence through Law », *American Anthropologist*, vol. 103, n° 1, 16-29.

Milhaud O., 2015, « L'enfermement ou la tentation spatialiste. De « l'action aveugle, mais sûre » des murs des prisons », *Annales de Géographie*, n°702-703, à paraître.

Milhaud O., 2009, *Séparer et punir. Les prisons françaises: mise à distance et punition par l'espace*. Université Bordeaux 3, thèse de doctorat en géographie, 368 p.

Mitchell D., 1997, « The annihilation of space by law: the roots and implications of anti-homeless laws in the United States », *Antipode*, vol. 29, n° 3, 303-335.

Monjardet D., 1996, *Ce que fait la police. Sociologie de la force publique*. Paris, La Découverte, 316 p.

Moran D., Gill N., Conlon D., 2013, *Carceral Spaces. Mobility and Agency in Imprisonment and Migrant Detention*, Londres, Ashgate, 262 p.

Morelle M., 2015, « La prison, la police et le quartier. Gouvernement urbain et illégalismes populaires à Yaoundé », *Annales de Géographie*, n°702-703, à paraître.



-
- Morelle M., 2013, *La prison et la ville*. Université Paris Ouest Nanterre La Défense: Habilitation à diriger des recherches, vol. 3, 197 p.
- Olivier de Sardan J-P, 2008, « A la recherche des normes pratiques de la gouvernance réelle en Afrique ». *Discussion Paper, Africa Power and Politics (APPP) Oversea Development Institut (ODI)*, no 5, 23 p.
- Parnell S., Robinson J., 2013, « (Re)theorizing Cities from the Global South: Looking Beyond Neoliberalism », *Urban Geography*, vol. 33, n°4, 593-617.
- Peck J., Theodore N., 2008, « Carceral Chicago: Making the Ex-offender Employability Crisis », *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 32, n°2, 251-281
- Petit J-G., 1996, « Les historiens de la prison et Michel Foucault », *Sociétés et représentations*, no 3:157-170.
- Raffestin C., 1980, *Pour une géographie du pouvoir*, Paris, Librairies techniques, 249 p.
- Rose N., 1996, « Governing “advanced” liberal democracies », in Barry A., Osborne T., Rose N., *Foucault and political reason. Liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*, Londres, UCL Press Limited, 37-64
- Roy A., 2005, « Urban Informality. Toward an Epistemology of Planning », *Journal of the American Planning Association*, vol. 71, n°2, 147-158.
- Salle G., 2012, « De la prison dans la ville à la prison-ville. Métamorphoses et contradictions d'une assimilation », *Politix*, vol. 1, n°97, 75-98.
- Schwartz O., 2012, [1990], *Le monde privé des ouvriers*, Paris, Quadrige, 531 p.
- Sharp J., Routledge P., Philo C., Paddison R., 2000, *Entanglements of power. Geographies of domination/resistance*, Londres, Routledge, 301 p.
- Simon D., Burns E., 2011 [ed. ang. 1997], *The Corner. Hiver-printemps*, Paris, J'ai lu, 478 p.
- Soja E. W., 2007, *Postmetropolis. Critical Studies of Cities and Regions*, Oxford, Blackwell Publishing, 440 p.
- Telles V., 2009, « Illégalismes populaires et relations de pouvoir dans les trames de la ville. » in Cabanes R., Georges I. (dir.), *Sao Paulo. La ville d'en bas*, Paris, L'Harmattan, 125-134.
- Yiftachel O., 2009, « Theoretical Notes on “Gray Cities”: The Coming of Urban Apartheid ? », *Planning Theory*, vol. 8, n°1, 87-99.



Opacidade ou vitalidade do trabalho? As teses de desconstrução e de afirmação da centralidade do trabalho hoje

Opacity or vitality of the work? The thesis of deconstruction and affirmation of the centrality of work today

Michelangelo Marques Torres^a

Resumo

O presente artigo procura apresentar o debate acerca das teses de desconstrução e de afirmação da centralidade da categoria trabalho mais influentes na teoria social e no debate sociológico contemporâneo. Ao expor a nova configuração do mundo do trabalho e suas metamorfoses, afirma-se os equívocos acerca da desconstrução dessa categoria analítica chamando-se atenção para a importância da articulação de elementos teóricos e empíricos nas pesquisas de sociologia do trabalho.

Palavras-chave: centralidade do trabalho; crise do trabalho; nova morfologia do trabalho; pós-fordismo; sociologia do trabalho.

Abstract

This article seeks to present the debate about the theories of deconstruction and affirmation of the centrality of the category work most influential in social theory and contemporary sociological debate. By exposing the new world of work setting and its metamorphoses, it is stated misconceptions about the deconstruction of the analytical category by calling attention to the importance of coordination of theory and empirical research in sociology of work.

Keywords: centrality of work; crisis of the work; new morphology of the work; post-Fordism; sociology of work.

Introdução

Considerando-se as últimas décadas, pode-se afirmar que o mundo contemporâneo é marcado por múltiplas crises e profundas transformações em escala global. O desenho analítico por meio do qual procede a presente exposição teórica parte do entendimento segundo o qual, juntamente com as referidas mudanças, emergiram teses das mais variadas vertentes questionando a centralidade da categoria trabalho no capitalismo contemporâneo. O progresso

^a Professor universitário e docente do quadro permanente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Atualmente desenvolve pesquisa de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. É mestre em Sociologia pela mesma instituição e graduado em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, Brasil. Contato: michel1848@yahoo.com.br



científico e tecnológico, cuja “autonomia” e criatividade teriam superado o trabalho degradado e alienado, em conjunto com os novos contornos da reestruturação produtiva do capital e da reengenharia empresarial pautada por novos modelos gerenciais mais horizontalizados e participativos, constituem elementos para se afirmar a finitude da centralidade do trabalho? O trabalho teria deixado de ser a principal força produtiva diante do avanço informacional e tecnocientífico?

A mudança substancial do mundo do trabalho nas últimas quatro décadas levou muitos autores à compreensão segundo a qual o trabalho tenha perdido centralidade no mundo capitalista. Na primeira parte do trabalho a exposição recai sobre o exame das teses de negação da centralidade do trabalho, com foco em autores consagrados, como Offe, Habermas, Bell, Gorz, Méda, Rifkin, Castells, Bauman. Em seguida, apresenta-se um contraponto crítico às confluências desses autores. Expõem-se, ainda, brevemente, alguns dos traços gerais da nova morfologia do trabalho em perspectiva sociológica e histórica. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

As teses de desconstrução e de afirmação da centralidade do trabalho

Neste artigo, o interesse principal é apresentar as teses que advogam a desconstrução da centralidade do trabalho para, em seguida, oferecermos um contraponto crítico, levando em conta as novas metamorfoses processadas no mundo do trabalho contemporâneo, a partir de um tratamento teórico ao tema a partir da contribuição do materialismo histórico-dialético. Como marco para início da análise, o esforço da argumentação aqui empreendida recairá acerca do debate da centralidade do trabalho e das classes sociais na realidade contemporânea. Conforme entendemos, o abandono de categorias centrais no universo categorial marxiano fez com que mesmo autores críticos da sociedade produtora de mercadorias reivindicassem o “adeus ao trabalho” ou o fim do proletariado.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho, na contemporaneidade, têm sido captadas epistemologicamente das mais variadas e ecléticas formas pela literatura especializada. Ora por um perfil mais apologético do capital, ora por abordagens mais críticas, se mirarmos a volumosa produção intelectual, ensaística ou respaldadas em pesquisas empíricas, notaremos a diversidade do debate. As experiências acumuladas na sociologia e nas ciências humanas em geral acerca do tema são monumentais e controversas. Com o advento de novos paradigmas decorrentes do conjunto de novas transformações, sobretudo pós- crise de fins dos anos 1960 e início de 1970 - que em verdade caracteriza a expressão de uma crise estrutural do capital, conforme demonstramos -, noções como “sociedade da informação”, “sociedade pós-moderna ou pós-modernidade”, “prevalência do mundo da vida”, “ciência como principal força produtiva”, “sociedade pós-industrial”, “modernidade líquida” e afins se disseminam no mesmo ritmo das mudanças em curso.

Em fins da década de 1970 e a partir de toda a década seguinte, os “adeuses ao proletariado” e o abandono das classes em perspectiva analítica pode ser notado inclusive no campo da sociologia do trabalho, para a qual a condição operária apresentava-se em vias de desaparecimento. Conforme aponta Braga (2005, p. 135):

[...] pela reabilitação da empresa no mundo intelectual por meio da emergência de uma dada sociologia das organizações e da empresa e pela conseqüente obsolescência do tema operário. De fato, não apenas falar em classe operária, mas também em classe social, tornara-se sinônimo de atrofia ou mesmo de deterioração analítica.

Com o avanço tecnocientífico e o predomínio comunicativo, a própria classe trabalhadora apresentaria tendências de ser superada, sob esse enfoque. Jürgen Habermas desloca a centralidade do trabalho na medida em que privilegia a linguagem como questão central para a organização das relações sociais e para a própria emancipação humana. Entende Habermas não ser o trabalho uma categoria fundante do ser social. Seu construto teórico sugere ser a linguagem o fundamento das interações humanas. Na visão habermasiana, a ciência e a técnica, não mais o trabalho, constituiriam as principais forças produtivas atualmente (HABERMAS 1968). A articulação entre trabalho e interação (com ênfase no segundo termo) permitiu ao autor o desenvolvimento de sua teoria sobre o agir instrumental – esfera da necessidade, do trabalho (lógica do “sistema”) - e o agir comunicativo – interação social (lógica do “mundo da vida”) -, cujo sistema binário (HABERMAS 2012) não analisaremos com a devida atenção no presente texto, uma vez que tal empreitada nos deslocaria para outro enfoque do que o recorte proposto. Nesse sentido, caberia uma reflexão crítica, em outro espaço oportuno, acerca da teoria habermasiana sobre a sociedade civil e seu construto teórico.

Clauss Offe representa um autor de destacada referência, objeto de apreciações e críticas, na desconstrução da centralidade do trabalho e para a afirmação de sua crise na contemporaneidade. Segundo o autor, a “sociedade do trabalho” (modernidade capitalista) foi objeto de estudo dos clássicos da sociologia, por distintas abordagens metodológicas e construções teóricas. A “crise da sociedade do trabalho”, segundo Offe (1985, 1989), se expressa pelo declínio do modelo de pesquisa centrado no trabalho (perda de posição chave do trabalho na teorização sociológica e pela crítica da racionalidade capitalista / instrumentalização sobre a natureza). Segundo este autor (OFFE, 1985, p. 171):

A partir deste ponto de observação, é possível encontrar amplas evidências para a conclusão de que o trabalho e a posição dos trabalhadores no processo de produção não são tratados como o princípio básico da organização das estruturas sociais; que a dinâmica do desenvolvimento social não é concebida como emergente dos conflitos a respeito de quem controla a empresa industrial [...].

Fica claro, na referida passagem, não apenas a desconstrução e questionamento sociológico da categoria trabalho, mas também o abandono da dinâmica de classes como estruturadora do conflito social. Essa perspectiva “[...] representa um rompimento com a ideia de que a esfera do trabalho tem um poder relativamente privilegiado para determinar a consciência e a ação social [...]” (OFFE, 1985, p. 172). A demanda social em torno do trabalho assalariado (e sua dependência) não seria mais foco da política e das lutas coletivas – nota-se a ênfase nos chamados “novos movimentos sociais”, argumento próximo ao que desenvolve Touraine (1984). Offe destaca, ainda, a emergência da “sociedade de serviços pós-industrial”, onde o trabalho estaria se tornando mais “reflexivo” no setor de serviços, com o “[...] crescimento da influência estrutural e cultural das ‘novas classes médias’ que trabalham em serviços em uma sociedade do trabalho consumista [...]” (Touraine, 1984, p. 181). De fato, com a diminuição do trabalho industrial, houve crescimento do setor de serviços (com diminuição das relações contratuais formais). Contudo, Offe (1985) aponta, de modo equivocado, que tais transformações sugerem que a categoria analítica trabalho não é mais central na vida das pessoas. Em verdade tais mudanças seguem a lógica da valorização do capital. Ou seja, o autor subestima a heterogeneidade do trabalho assalariado, além do fato do capitalismo não ter dispensado (mas acentuado) as formas de trabalho precário, temporário e informal (e que, aliás, são funcionais para o capital produtivo).

Claus Offe (1985) destaca a necessidade de um novo sistema conceitual para além das esferas do trabalho e da produção, pois as “esferas sociais diferenciadas” não estariam contempladas

nesse “velho” paradigma. Além da perda de centralidade e de relevância subjetiva do trabalho, Offe (1985, p. 180) enfatiza o declínio da ética do trabalho. Segundo o autor,

[...] é esta diferenciação dentro do conceito de trabalho que me parece constituir o ponto de apoio mais importante do argumento segundo o qual não se pode mais falar de um tipo de racionalidade basicamente unificado que organize toda a esfera do trabalho [...].

O trabalho não mais desempenharia papel central que integre e dirija a existência pessoal, nessa acepção. Tal interpretação aponta, portanto, para uma crise da sociedade do trabalho, tanto do ponto de vista objetivo (o trabalho teria sido deslocado enquanto categoria central – emergência de novos conflitos sociais e políticos) como subjetivo (de força estimulante ou integradora na atividade dos trabalhadores em suas formas de vida). Deste modo, conforme Offe, há diminuição do tempo de trabalho na totalidade da vida dos indivíduos, com crescente aumento do “tempo livre”.

Em perspectiva similar as teses acima, ainda que em tom crítico, o sociólogo francês André Gorz anunciou o “fim do proletariado” em meio as transformações em curso. A guinada deste autor (a qual é permeada por oscilações de rupturas e continuidades) em relação aos seus escritos anteriores se deu a partir de 1980, ao identificar uma suposta substituição contínua entre a classe operária e o que o autor denomina por uma “não-classe-de-não-trabalhadores”. Esta “classe”, segundo o autor desta tese (GORZ, 1982), vivencia o emprego como atividade provisória (dada a intensa rotatividade, trabalhos parciais e temporários decorrentes da automação e informatização) e contingente. Trata-se de uma concepção distinta da tradicional classe trabalhadora (proletariado), com implicações políticas seminais. Assim, subjacente ao debate da crise do trabalho emerge a hipótese de crise do valor-trabalho e do significado contemporâneo conferido a teoria do valor (GORZ, 2005). Ao unilateralizar a categoria trabalho e seu entendimento, bem como confundir trabalho com emprego, trabalho concreto e abstrato, trabalho material e imaterial, Gorz questiona a validade explicativa de noções clássicas do pensamento marxista aplicado a nova dinâmica do capitalismo¹, ao postular a perda do estatuto da centralidade do trabalho no mundo contemporâneo.

No ideário de muitas das teses da crise do trabalho, também denominadas por “crise da sociedade do trabalho”², o desenvolvimento das novas tecnologias capitalistas tenderia a eliminar o trabalho manual e, consigo, a própria existência da classe operária. Assim, a categoria de classe social teria sido superada enquanto categoria de análise. Embora não seja o foco deste artigo, outros argumentos desse ideário apontam para uma eventual elevação no padrão de renda e consumo, convertendo operários, classe média e diversos outros estratos em uma única classe homogênea com o mesmo padrão de vida, constituindo um novo proletariado ou uma nova classe média, “a depender do gosto do autor”³, conforme identificam criticamente Lessa e Tonet (2012).

Se Habermas trata da substituição da esfera do trabalho pela esfera comunicacional, Dominique Méda, em inspiração habermasiana, informa que a “utopia do trabalho” estaria em vias de desaparecimento (MÉDA, 1995), dado o processo de nítida influência weberiana de “desencanto do trabalho”, uma vez que, nessa perspectiva, a esfera do trabalho deve ser relativizada na contemporaneidade dada a ampliação da esfera da intersubjetividade no

¹ Pudemos desenvolver essa crítica ao tratamento da intangibilidade do valor na contemporaneidade, ainda que de modo introdutório, em: Torres (2011).

² No Brasil, Josué Pereira da Silva faz um balanço desse debate: Ver: Silva (2008).

³ Lessa e Tonet (2012, p. 81). Apesar de negarem tais teses, os autores apresentam, na referida obra, algumas imprecisões conceituais que reverberam ressonâncias, ao nosso ver, problemáticas para a análise marxista de classes.

espaço público. Por sua vez, em tom apologético ao denominado “Terceiro Setor” como solução ao desemprego, o recorte analítico de Jeremy Rifkin corrobora a tese da desconstrução da centralidade do trabalho, e da classe trabalhadora, a partir de uma visão limitada aos EUA (RIFKIN, 1995).

Ancorado na perspectiva “pós-industrial”, por meio de uma sociologia sofisticada, Manuel Castells atualizou o debate, advogando não pela desconstrução do trabalho, mas do trabalho degradado tipicamente taylorista e fordista – na esteira do argumento de Daniel Bell (BELL, 1977) -, postulando a autonomia do trabalho complexo técnico-científico na esfera comunicacional (“informacionalismo”), de caráter criativo e “autônomo” (CASTELLS, 2007).

Mais contemporaneamente, destacado autor representativo do paradigma da “queda do trabalho” é Zygmunt Bauman. Ao supor uma transição de realidade do “estágio da era moderna”, “era do hardware ou da modernidade pesada”, segundo seus termos, caracterizada pela sociedade de trabalhadores, baseada no modelo panóptico e fordista, para a “modernidade líquida” ou “estágio fluido” da “era do software e da modernidade leve”, por sua vez caracterizada pela “sociedade de consumidores”, sempre segundo os termos do autor, “[...] o trabalho perdeu a centralidade que se lhe atribuía na galáxia dos valores dominantes da era da modernidade sólida e do capitalismo pesado [...]” (BAUMAN, 2001, p. 175). Na esteira da perspectiva pós-moderna, cuja análise centra-se na esfera fenomênica do indivíduo e do subjetivismo, o autor insere-se no campo epistemológico reivindicativo da perda da validade das categorias analíticas clássicas e da noção de totalidade⁴, chegando ao limite de sugerir a finitude do primado das relações do capital sobre o trabalho, enquanto categoria explicativa, no mundo contemporâneo⁵.

Em contraposição a tais compreensões, a perspectiva do materialismo histórico-dialético, conforme Marx (1983, p. 25), revela que:

Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhes substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer.

Diante do exposto, podemos afirmar, como sugerem as abordagens mencionadas, o fim do assalariamento na vida empírica (como dado da realidade)? O trabalho não seria mais uma atividade/categoria central para nossas vidas? Na dinâmica da contemporaneidade e suas novas metamorfoses, não haveria mais dinâmica de classes nem lutas de classes? A tese que procuraremos demonstrar sugere que, nas condições contemporâneas, o trabalho ainda expressa sua vitalidade, tanto quanto dimensão ontológica da realidade, quanto categoria fundamental de análise, na esteira do que afirmam autores como Castel (1998), Bihl (2010), Gounet (1999), Harvey (2014), Mészáros (2002), Antunes (2008), dentre tantos outros que poderíamos mencionar. É dentro de incertezas e condições de pressão (dentro e fora do trabalho) que a luta pela reprodução da própria vida se caracteriza no atual processo. E a luta pela reprodução da vida, e não só a produção, pressupõe o trabalho enquanto “dispêndio de energia física e mental” (Marx, 1983). Mesmo o trabalho em setor de serviços, ou atividades imateriais, são marcados por crescentes demandas de redobrado esforço ou por cargas de atividades cada

⁴ Bauman (2001, p. 169) chega a defender a expressão “o hoje falido marxismo”.

⁵ Dentre inúmeras passagens significativas: “A modernidade pesada mantinha capital e trabalho numa gaiola de ferro de que não podiam escapar. A modernidade leve permitiu que um dos parceiros saísse da gaiola. [...] O trabalho foi libertado do panoptico” (BAUMAN, 2001, p. 152-54).

vez maiores – esforço físico, cognitivo, emocional e afetivo (DAL ROSSO, 2008). Conforme o enfoque da presente pesquisa, o trabalho docente revela-se central em torno a esse debate.

Marcelo Coelho (1999) lança a caricatura da perspectiva acadêmica relativista e de descompromisso com a realidade histórica expressa pelas teses pós-estruturalistas, as teses “pós-modernas”⁶ e “pós-críticas” do seguinte modo:

O ser humano não existe. [...] As classes sociais também não existem. São grupos que se redefinem a cada momento, a cada circunstância: motoristas de táxi se dissolvem em corinthianos ou palmeirenses, que se dissolvem em adolescentes ou velhos que se constroem enquanto moradores do Bixiga ou da Lapa. A Lapa não existe: é uma construção imaginária, uma identidade geográfica criada segundo juízos de valores, experiências subjetivas, jogos de linguagem sedimentados historicamente. Só que a história não existe tampouco: existem ficções, narrativas que podemos organizar conforme uma estrutura de começo, meio e fim, mas que sempre irão trair a arbitrariedade básica com a qual cada sujeito não existe. É um campo onde se encruzam percepções, desejos, linguagens. De resto, a realidade não existe tampouco.

Trata-se do que Marx denominou, em outro contexto, por “quietude do conhecer”⁷ personificada pelo saber acadêmico dominante, demarcado pela abstração especulativa, sem *práxis*. A despeito de identificarmos os limites das teses que advogam a finitude das classes sociais e do trabalho, conforme leva ao limite a passagem acima, a questão que se coloca é: em que consiste a nova morfologia do trabalho no limiar do século XXI e as transformações históricas no capitalismo contemporâneo?

A essa altura da exposição, remetemos o leitor ao contexto histórico da crise internacional do capitalismo oriunda das décadas 1960/70 e a ofensiva do capital decorrente. Importante observar que as metamorfoses processadas no mundo do trabalho na contemporaneidade não negam ou relativizam o trabalho, mas reforçam a sua centralidade.

A nova morfologia do trabalho em perspectiva sociológica

A obsolescência e crise do regime fordista já se anunciava em meados da década de 1960 (HARVEY, 2014, p. 133), conjuntamente com o considerável enfraquecimento do papel do dólar como moeda-reserva internacional estável, o que revelava, em retrospecto, um grave problema fiscal nos Estados Unidos. As taxas de câmbio flutuantes e a acirrada competição internacional entre os capitais de diversos países, em especial os recém-industrializados via política de substituição de importações, passaram a redefinir a economia mundial. Era o início do solapamento dos chamados anos dourados de prosperidade econômica do capitalismo pós-Guerra⁸, ou anos gloriosos (1945-1973), os quais haviam se estabelecidos desde o acordo de Bretton Woods (1944)⁹, período ao qual os países centrais vivenciaram um período de

⁶ Trata-se da “nova vulgata planetária” exposta por Bourdieu e Wacquant (2000).

⁷ A expressão é empregada por Marx e Engels à “sagrada família”, grupo de intelectuais idealistas na Alemanha da primeira metade do século XIX, liderados por Bruno Bauer, que expressavam uma teoria especulativa de fundo conformista e consideravam-se expoentes da “Crítica crítica” (razão que levou Marx e Engels a levantarem um empreendimento irônico ancorados na “crítica da Crítica crítica”). Conferir o texto de 1844, publicado em 1845: Marx e Engels (2003).

⁸ Conferir Hobsbawm (1995). Com a crise de 1929, bem como a produção destrutiva da Segunda Guerra Mundial (1939-45), o capital apenas pode se recompor nas três décadas subseqüentes, com avanço de produtividade e acumulação de capital, via binômio taylorismo-fordismo, regulado pelo chamado Estado de Bem-Estar Social.

⁹ Acordo de Bretton Woods remete aos acordos realizados a partir da conferência de julho de 1944, em fins da Segunda Guerra Mundial, entre as nações aliadas, no intuito de definir os parâmetros internacionais que iriam reger a economia do pós-Guerra. Acertou-se aí um sistema financeiro favorável ao imperialismo norteamericano, adotando-se o dólar como moeda de troca internacional e a garantia de sua conversão em ouro (os EUA detinham



mobilidade social ascendente e de grande lucratividade para o capital, amplamente favorável a hegemonia da economia norte-americana. Nesse contexto, realizou-se, nos países centrais, o compromisso fordista, o qual promoveu uma verdadeira integração do movimento operário por meio de políticas salariais, tornando-o uma engrenagem fundamental do poder capitalista, subordinado ao comando do capital. Também as medidas keynesianas pressupunham o gerenciamento do capitalismo, com gradual limitação da social-democracia europeia de propostas revolucionárias. Essa estratégia de integração (BIHR, 2010) se forjou no contexto de relativa estabilidade em grande parte da Europa Ocidental, a partir do chamado Estado de Bem-Estar Social, responsável por implementar ganhos sociais e seguridade social aos trabalhadores “[...] desde que a temática do socialismo fosse renegada a um futuro de perder de vista [...]” (ANTUNES, 2008, p. 38). Nesse sentido, aponta Silva (2008):

O Estado de bem estar social, em cuja base está a noção de cidadania social, foi, portanto, resposta que muitos países encontraram para administrar a tensão entre estas duas lógicas, a do social e a do mercado. [...] um equilíbrio que fosse capaz de proteger a sociedade dos efeitos destruidores do mercado e, ao mesmo tempo, de conter o ímpeto socializante das reivindicações dos trabalhadores.

O caso brasileiro, como todos os países da periferia do sistema mundial de Estados que apresentavam diversas particularidades em relação às experiências dos países centrais, estava excluído, por suposto, desse compromisso social-democrata¹⁰.

Em termos gerais, a condição proletária do “salariato”, típica da regulação salarial fordista (BRAGA, 2003), era representada pelos trabalhadores assalariados relativamente estáveis e com planejamento estatal, cuja reprodução era regulada pelos direitos da cidadania. Aglieta e a Teoria da Regulação francesa, para caracterizar esse fenômeno histórico do pós-guerra, utilizam a expressão regulação fordista, época em que “[...] a produção em massa prosperou, as rendas reais aumentaram regularmente e o consumo em massa desenvolveu-se num ritmo acelerado [...]” (WOOD, 1991, p. 31), acrescido da institucionalização dos direitos sociais (cidadania salarial). Conforme expusemos, tais condições arrefeceram a dinâmica da luta de classes, ou seja, operaram uma relativa supressão dos conflitos capital-trabalho nos países centrais por intermédio do consentimento em oposição ao aparato repressor do Estado. Até esse mesmo período vigorou o *welfare state*, o qual passou por uma profunda crise. Trata-se de uma crise estrutural do capital, como define Mézáros (2009). Em perspectiva histórica, a crise norte-americana se acirrou com as consequências políticas da Guerra do Vietnã (gastos militares e desmoralização política internacional), obrigando a retirada de suas tropas em 1973, e a retomada de Saygon pelos vietcongues em 1975. Em 1973 a expressão fenomênica da crise econômica mundial se torna evidente. Em resposta a crise, um amplo processo de reestruturação produtiva do capital se impôs no plano internacional, com o FMI passando a atuar como gestor dos empréstimos financeiros internacionais e exigindo a desregulamentação das economias a partir da gestão da dívida externa dos países periféricos do capitalismo, impulsionando, de tal modo, as políticas neoliberais e as “Cartas de intenção” desses países junto ao receituário do capital financeiro internacional – lógica da configuração das novas

80% das reservas). Decorreu desse acordo a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no intuito de “estimular” e recuperar as economias europeias devastadas. Importante notar que o fim da Segunda Guerra revelava um certo colapso europeu em relação aos anos 1930 (queda da produção), enquanto os EUA triplicavam sua produção industrial, multiplicavam as exportações (entre 1950 e 1960 cresceu 400%) e aumentavam a renda per capita no mesmo período. Ou seja, o acordo ceda a hegemonia do imperialismo norteamericano para a reconstrução europeia, não sem haver contrapartidas impostas aos países europeus. Nos anos seguintes, a combinação dos acordos de Bretton Woods com o Plano Marshall confirmaria a ideia da hegemonia dos EUA. Todos os dados estão disponíveis em Hobbsbawn (1995).

¹⁰ Para uma leitura mais apurada desses países, em particular o Brasil, conferir: Faleiros (2008).

finanças globais contemporâneas (CHESNAY, 2005). Nessa nova estrutura e gestão da riqueza capitalista na operação de mercados financeiros, a contrapartida a atender as necessidades vorazes de reprodução do capital começa a se delinear de uma maneira claramente definida: privatizações de empresas estatais, desregulamentação financeira (liberalização das economias nacionais), transnacionalização do capital, privatizações e precarização do trabalho em escala global. Parecia se profetizar a investigação de Marx contida no livro III de *O Capital* acerca do processo global da produção capitalista, a saber, reprodução e circulação financeira do capital¹¹, com composição do capital bancário estatal combinada ao capital privado - forte imbricamento, portanto, entre a hegemonia do capital privado atrelado às finanças públicas.

O crescimento da importância do capital especulativo relativo a sua composição de juros, tendo o FMI o papel de credor internacional, contribuiu para alavancar as economias centrais em detrimento das economias periféricas, ou os chamados países “em desenvolvimento” cada vez mais endividados com o pagamento dos juros da dívida externa (superávit primário), uma vez que a desregulamentação e a transnacionalização das economias nacionais passam a ser a condição pela qual perpassa o fornecimento de novos empréstimos. A configuração recente de uma forma de acumulação predominantemente financeira sobre a esfera produtiva (MORAES, 2011), ainda que com contradições¹², advém desse contexto dos anos 1970.

A gigantesca concentração de capitais fictícios e a nova divisão internacional do trabalho decorrentes correspondem ao que Chesnay denomina por mundialização do capital (CHESNAY, 1996). Em substituição ao termo globalização, concebemos mais pertinente a expressão mundialização do capital, mais adequada para expressar a forma que assume o capital hoje (FRIGOTTO, 2014), posto ser um fenômeno do capitalismo contemporâneo que representa a nova fase do imperialismo¹³: um mundo sem fronteiras para o capital, com mecanismos de fusões e aquisições globais, os chamados IED (Investimentos Externos Diretos) subsumidos ao surgimento da chamada *corporate governance*, que busca, no limite, alinhar as ações das direções empresariais com seus principais acionistas e investidores financeiros. Tal aspecto decorre do processo de abertura de capitais das empresas, o qual converteu as corporações capitalistas em verdadeiras instituições financeiras.

O novo modelo organizacional de racionalização do trabalho, conjuntamente com o ideário neoliberal, se impôs: trata-se do toyotismo. Embutido nesse ideário, os ideólogos da ordem passam a reivindicar a ideologia da pós-modernidade, que passa a anunciar desde o fim da sociedade do trabalho, chegando ao limite do anúncio do fim da história (FUKUYAMA, 1992), ao perpassar pela tese do fim das ideologias e da afirmação de sociedade altamente individualizada (“não há alternativa ao capitalismo neoliberal”) e concorrencial¹⁴. Somado a tais teses, limitadas ao nosso ver, situa-se a tese do fim do proletariado e, no limite esquizofrênico,

¹¹ “A maior parte do capital bancário, portanto, é puramente fictícia e consiste em créditos (letras), títulos governamentais (que representam capital despendido) e ações (que dão direito a rendimento futuro). Não devemos esquecer que é puramente fictício o valor monetário do capital que esses títulos guardados nos cofres dos banqueiros representam [...]”. Marx (2008, p. 621-622). Na referida obra, cabe indicar, o autor demonstra a composição heterogênea do capital, ao demonstrar a reprodução e interrelação entre capital bancário e capital produtivo, bem como o capital manifesto na constituição de juros (movimento de auto-expansão do valor por ele mesmo criado – a reprodução do dinheiro em dinheiro acrescido de mais dinheiro, ou seja, a reprodução do capital intermediária pelos juros manifesto na formulação D-D’, em oposição a fórmula que requer o intermédio da mercadoria: D-M-D’). O capitalismo predominantemente financeiro requer maior atração por parte dos investidores capitalistas, não importando a área, mas a lucratividade a curto prazo.

¹² Ao nosso entender, isso não quer dizer que haja autonomia entre os dois circuitos do capital, isto é, da esfera financeira em relação a acumulação industrial; antes disso, as duas esferas estão iminentemente imbricadas no estágio atual do modo de produção capitalista, ou precisando melhor, a primeira está subordinada ao valor-trabalho, ao capital produtivo.

¹³ Conforme Chesnay (1996) e Costa (2008).

¹⁴ Os quais contribuem enquanto fatores de reversão na queda tendencialmente decrescente da taxa de lucro, com rebaixamento do valor da força de trabalho. Isto é, a elevação da composição orgânica do capital (capital constante e sua relação ao capital variável), leva, tendencialmente, à queda da taxa de lucro. Ver: Marx (2008).

fim do trabalho e das classes sociais– ainda que por vieses ideológicos distintos, conforme demonstramos anteriormente.

Um olhar atento ao processo de reestruturação produtiva do capital e de reengenharia empresarial sugere, sob o arranjo neoliberal em contexto de crise, consequências estruturais segundo as quais uma nova morfologia do trabalho tem implicado um desenho multifacetado da dinâmica de atuação das corporações capitalistas, combinando deslocalização espacial com centralização de capital, terceirização com informalidade, medidas de gestão “participativas” e colaboracionistas com exploração e precarização social, produção fluida e flexível com intensificação do trabalho e pretéritos modos de organização do trabalho.

Ocorre que, efetivamente, o trabalho jamais poderia deixar de ser central numa sociedade produtora de mercadorias e regida pela lógica do capital, ou precisando melhor, pela relação sociometabólica deste modelo societal. Em verdade, é elemento produtivo por excelência, agente criador de valor e de valores de uso, principal elemento constitutivo no mercado de serviços, constituidor de identidades (personal ou coletiva) e subjetividades, elemento orgânico de sociabilidade, atividade transformadora da natureza e de criação, fruição. A dialética do trabalho, a depender de seu curso histórico, revela que tanto pode se constituir por elementos de positividade quanto pela dimensão da negatividade (ANTUNES, 2005): ora como expressão da vida, ora como condição de degradação; como criação, mas também infelicidade; expressão da atividade vital e da escravidão; felicidade social e servidão; momento de catarse e situação de martírio e fadiga; cria, mas subordina, humaniza e degrada; libera e escraviza; emancipa ou aliena. Quer como *Arbeit, travail, labour ou work*, o trabalho, ainda mais no mundo capitalista, se trata de uma atividade ineliminável¹⁵. Exteriorização da atividade humana, acrescido de elementos tecnológicos e informacionais no modo de produção de mercadorias (o capital fixo também é fruto do trabalho vivo, força de trabalho combinado e coletivo cristalizado na mercadoria, seja ela material ou imaterial), a atividade laboral é subordinada ao controle da gerência capitalista, constituindo, assim, o elemento em si central na sociedade moderna.

Em contribuição ao debate em que pretendemos adentrar, Harry Braverman em 1974, com seu clássico *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*, enfoca um novo proletariado que se disseminava no capitalismo em sua fase de expansão monopolista, contrariamente as convencionais abordagens que afirmavam que setores da “classe média” de “colarinhos branco” constituiriam uma nova classe social. O autor, destacando a crescente diversificação da classe trabalhadora, focalizou os trabalhadores de escritório, no comércio e, sobretudo, no setor de serviços (que se expandiu na segunda metade do século XX), estendendo a forma-mercadoria para diversos outros setores não-fabris propriamente. O que Braverman (1974) revela é a proletarização dos trabalhadores de todo o mercado (inclusive da esfera de prestação de serviços domésticos e privados). O autor nota o crescimento do estrato de assalariados nesses setores, configurando um proletariado comercial, proletariado de serviços etc. O andamento da análise prossegue no sentido de que, a despeito da escolarização típica de muitos desses setores, o trabalhado não estava sendo mais qualificado, mas, antes disso, deteriorado, degradado, na medida em que é apropriado às necessidades do capital monopolista¹⁶. A tese polêmica de Braverman recai sobre a compreensão de uma crescente

¹⁵ Enquanto trabalho concreto, produtor de valores de uso e satisfação de necessidades, é ineliminável da sociabilidade humana. Enquanto trabalho abstrato, produtor de valor, pode, em alto nível de abstração teórica, em perspectiva conjectural, ser extinto, numa sociedade para além do capital.

¹⁶ Ao nosso ver, Braverman, apesar de sua enorme contribuição para o debate acerca do processo de trabalho subsumido ao controle do capital, limita sua análise acerca da qualificação do trabalhador restrita para o trabalhador do tipo taylorista-fordista (ou taylorização dos escritórios), na medida em que unidimensiona-o em sua acepção de “uma qualidade específica, uma operação limitada e repetitiva, ‘a velocidade como qualificação’ etc”. Ver, em especial, o último capítulo “Nota final sobre qualificação” (BRAVERMAN, 1974, p. 375). O que o autor quer dizer, é que o trabalhador não dispõe do domínio completo de sua atividade, da produção coletiva e socializada, sem domínio ou autonomia em seu processo de trabalho. Para uma síntese das restrições à tese de Braverman, em atenção para outras formas de gestão de trabalho menos taylorizadas, conferir Wood (1982).

tendência a separação entre trabalho manual e intelectual, expressa pela rotinização das tarefas, bem como à desqualificação do trabalho. A gerência capitalista não fora, de todo modo, substituída em seus aspectos de controle sobre o trabalho, concepção/planejamento e racionalidade do capital. De todo modo, o autor sugere que dimensão de classes e análise centrada no processo de trabalho, no âmbito da tradição marxista, são centrais para analisar o capitalismo contemporâneo.

Em recente pesquisa, segundo dados da Organização Mundial do Trabalho (OIT) (TREVIZAN; LAPORTA, 2015), órgão ligado a ONU, cerca de 25% dos trabalhadores empregados no mundo não dispõem de contrato (formal) permanente de trabalho, em contraste com trabalhadores sem contrato (12,3%), por conta própria (34,9%), em regime de contrato temporário (12,9%) e trabalho familiar não remunerado (11%). Os trabalhadores com contrato permanente representam 26,4%. A maioria, portanto, não possui qualquer contrato de emprego (60,7%). No caso brasileiro a média é ainda maior (66,93%). Nos dados gerais, dos países com dados disponíveis, os empregadores constituem 2,4% (Gráfico 1). Se debitarmos, portanto, os empregadores e aqueles com contrato permanente, o percentual de trabalhadores sem

Emprego no mundo

Cerca de ¼ dos empregados no mundo não têm contrato permanente de trabalho

Em % de trabalhadores



Gráfico 1. Emprego no mundo. Fonte: Trevizan e Laporta (2015).



mínima estabilidade e proteção social correspondem a 71,2% - são os “prometeus modernos” (Ésquilo, [19--])¹⁷, pertinente expressão cunhada por Ricardo Antunes (ANTUNES, 2005) para denominar os esparramados pelo mundo em busca de qualquer fonte de sobrevivência.

Curioso notar na referida pesquisa que apenas Brasil, EUA e Rússia tem aumento menor de trabalho em meio período (a maioria dos trabalhadores que trabalham menos de 30h semanais é feminina, representando quase o dobro do que os homens nessa condição). A diferença salarial em relação a gênero revela que as mulheres – que representam, no total, 40% da força de trabalho do mundo - recebem 36% a menos se comparado aos rendimentos dos homens.

Eis uma boa comprovação da asserção de que a imensa maioria dos homens e mulheres que habitam o mundo dependem do próprio trabalho para sobreviver e garantir a subsistência familiar. Assim, passou pelo veredito da história a hipótese segundo a qual o proletariado estaria em vias de desaparecimento?

Conclusão

A insuficiência das teses que advogam o caráter residual do trabalho e a perda de sua centralidade (objetiva e subjetiva) na vida contemporânea faz com que não consigam captar o movimento dinâmico do mundo do trabalho recente e suas múltiplas formas de precarização. Acabam subordinadas ao caráter fenomênico do capitalismo mundializado e do trabalho contemporâneo, muitas vezes circunscritas ao recorte eurocêntrico.

O novo paradigma da empresa enxuta, fluida e flexível se propõe a substituir, no nível fenomênico, a antiga fábrica fordista, horizontalizada, concentrada, despótica e coercitiva. Sob a égide do pós-fordismo, o que assistimos é uma intensa e complexa fragmentação e heterogeneidade do mundo do trabalho e da classe trabalhadora, conferindo atualidade a vigência do trabalho abstrato¹⁸ e transformações na gestão do trabalho concreto (nos termos de Marx, 1983). Em substituição (nunca completa) aos elementos repetitivos na atividade de trabalho, o *just in time* confere agilidade no processo de produção voltado para a demanda de mercado e gestão de estoques. O funcionário dotado de maior “iniciativa cognitiva” e “potencial de criação”¹⁹ deve apresentar respostas imediatas aos eventuais conflitos na empresa competitiva e flexível. Exige-se um novo perfil proletário: proativo, polivalente e multifuncional.

O que, de fato, está a ocorrer é uma relativa contração (diminuição proporcional) do setor operário tradicional, especialmente nos países centrais²⁰, em paralelo ao aumento exponencial do trabalho assalariado no setor de serviços. Nesse aspecto, a classe trabalhadora se ampliou, diversificou-se e heterogeneizou-se, complexificando-se, com expressão empírica do crescimento da incorporação de mulheres no mercado de trabalho²¹ (especialmente no

¹⁷ A referência é ao mito grego prometeico.

¹⁸ O trabalho abstrato, como é sabido, é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção e reprodução de mercadorias. Para Marx, o trabalho não é mensurado individualmente, é medida social que, ao igualar o elemento “qualitativo” no processo de trabalho – a partir de uma medida mensurável –, cria o capital. Portanto, é a determinação social do trabalho (unidade de trabalhos privados) que implica o trabalho abstrato. Já o trabalho concreto, responsável por criar valores de uso específicos, varia em uma infinidade de formas específicas, manuais e intelectuais, produtor/prestador de serviços úteis. Trata-se da produção dos recursos necessários para a sobrevivência, inclusive.

¹⁹ A despeito disso, há novos mecanismos de controle e dominação na empresa moderna. Para um balanço introdutório, ver: Heloani (1994).

²⁰ Refiro-me ao percentual da população economicamente ativa empregada no setor secundário das economias centrais do capitalismo. Contudo, importante observar que a retração do setor operário nesses países se realiza concomitantemente a deslocalização espacial produtiva, a transferência de plantas produtivas em linha de montagem em diversos setores operários esparramados em países periféricos do globo, em decorrência da transnacionalização das corporações capitalistas, com ampla incorporação de trabalhadores terceirizados, a exemplo da subproletarização de mulheres e imigrantes.

²¹ É digno de nota que o trabalho feminino é ainda mais atingido do que o masculino pela precarização, em particular se cruzarmos os indicadores classe, gênero, raça/etnia, isto é, as mulheres negras e pobres trabalhadoras.



universo fabril, em linha de produção) e também de trabalho de imigrantes, representando uma subproletarização acentuada. Acrescido a essa nova feição, a nova morfologia do trabalho requer, simultaneamente, a intensificação do trabalho precário em escala global, a exemplo do trabalho parcial, instável, temporário, precário, subcontratado, terceirizado, bem como o desemprego estrutural e as formas de informalidade (ANTUNES, 2005). Produz uma classe trabalhadora mais fragmentada.

Se na passagem do século XIX para o XX²² – o que no Brasil ocorreu ao longo do século passado – o taylorismo integrou uma classe trabalhadora até então recém proletarizada, com a migração de camponeses para os centros urbanos e grandes metrópoles, sob a disciplina fabril; no contexto da empresa toyotista, a multifuncionalidade, versatilidade e polivalência conferiu ao trabalhador um perfil mais polivalente, dotado de múltiplas funções no espaço produtivo, possibilitando, por meio da intensificação do trabalho, maiores rendimentos ao capital, que por sua vez realiza um processo de reestruturação produtiva e reengenharia empresarial, por intermédio de deslocalização espacial fabril, automação flexível, diminuição do trabalho vivo por células de produção em função da incorporação das novas tecnologias e de incorporação crescente de elementos de capital fixo. Contudo, compreendemos que o toyotismo (ou pós-fordismo) não eliminou o taylorismo ou o fordismo, mas os incorpora e os atualiza²³. Em decorrência do novo “participacionismo” e da aparência do “consenso voluntário” na gestão da empresa, os trabalhadores, convertidos em “colaboradores” e “parceiros”, tendem a intervir menos nos sindicatos. Coriat (1992) destaca que o toyotismo se implantou no Japão após uma longa greve que culminou na demissão em massa de funcionários no contexto do pós-Segunda Guerra, trazendo impactos significativos para a organização trabalhista.

Tais aspectos demonstrados não permitem a formulação de que o proletariado perdera a centralidade no mundo do trabalho, antes disso, é preciso contemplarmos na análise outros setores e segmentos que compõem a classe social proletária, ou seja, a nova morfologia do trabalho e da classe trabalhadora. Conforme exposto, nossa reflexão se insere com bastante afinidade no debate teórico-empírico levado a cabo por Antunes, segundo o qual, as mutações em curso no mundo do trabalho são expressões da reorganização do capital diante de um contexto em que “[...] a textura societal contemporânea, em vez de sinalizar o fim da sociedade de classes, vem se complexificando. O que nos obriga ir além da sua opacidade, encontrando os nexos básicos e sua vigência e atualidade [...]” (ANTUNES, 2005, p. 102). Nesse sentido, reforçando a tese atualizada da afirmação da centralidade do trabalho, em contexto de sua precarização em escala global, cabe a longa citação de Antunes (2011, p. 21):

[...] estamos desafiados a compreender o que venho denominando como a sua nova morfologia (do trabalho e da classe trabalhadora), que compreende desde o operariado (industrial e rural), em relativo processo de redução, especialmente nos países do Norte, até o proletariado de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários que se ampliam em escala mundial, de que são também exemplos os trabalhadores/as de telemarketing e call

²² Embora, caiba notar, que o processo histórico de proletarização se encontra, sobretudo, na passagem do século XVIII para o XIX, na Europa ocidental, a partir da Revolução Industrial inglesa. Com o processo de inovações tecnológicas, como o tear mecânico e a máquina a vapor, seguido pela mecanização da produção, os camponeses, agricultores e tecelões são despojados para as grandes cidades e a grande indústria, “completando a transformação dos trabalhadores em puras e simples máquinas e arrancando-lhes das mãos os últimos restos de atividade autônoma”, convertendo-os em proletários (workin men), dando origem tanto ao proletariado rural como ao urbano, com a “vitória do trabalho mecânico sobre o trabalho manual”. Assim, “o proletariado tornou-se uma classe real e estável da população”. Ou seja, operou-se uma transformação provocada nas relações sociais de produção e no desenvolvimento das forças produtivas. Para maiores detalhes sobre o processo de proletarização, conferir o então jovem pioneiro Engels, ao qual correspondem as passagens citadas nesta nota: Engels (2008).

²³ Compreensão semelhante encontra-se disponível em: Katz (1995). É preciso mencionar que o capitalismo contemporâneo não substituiu o taylorismo-fordismo enquanto sistemas de organização do trabalho, mas os atualiza e os incorpora a novos (e pretéritos) modos de gestão.

center, os trabalhadores que diuturnamente laboram nos bancos, os motoboys que morrem nas ruas e avenidas entregando bens materiais adquiridos no universo virtual, os assalariados nos hipermercados, nos fast food, locais onde um crescente proletariado de serviços vivencia o que se poderia chamar de walmartização do trabalho, um processo de precarização acentuado que se aproxima do que Ursula Huws designou como cybertariat, o proletariado da era cibernética, que vivencia as condições de trabalho (quase) virtual em um mundo (muito) real, tanto mais heterogêneo quanto ao seu perfil quanto homogêneo em sua precarização estrutural e acentuado nível de exploração do trabalho, o que possibilita descortinar novas potencialidades de organização e busca de pertencimento de classe, distantes da propalada integração do proletariado.

O trabalho contratado e regulamentado (estável e dotado de direitos formais) tem sido substituído pelos diversificados modos de flexibilidade, informalidade e precarização (como a atividade terceirizada). O processo multiforme de atividades dotadas de maior dimensão imaterial (produtiva ou improdutiva) revelam-se principalmente no setor de serviços, mas mudanças significativas também vêm ocorrendo tanto na indústria quanto na agricultura. Vale ressaltar que a expansão do setor de serviços é acompanhada pela baixa remuneração, responsável por absorver o enorme excedente de trabalho flutuante e do desemprego estrutural.

Por fim, se a tese de afirmação da centralidade do trabalho é bem fundamentada, há lacunas nas temáticas de pesquisa, que apenas recentemente começaram a ser preenchidas, relativas ao tema da subjetividade do trabalho. É imperioso o diálogo interdisciplinar a partir das contribuições provenientes da sociologia e da psicologia do trabalho, da psicodinâmica do trabalho e da psicologia social crítica, no que se refere ao processo multifacetado da construção da subjetividade (e sua manipulação psicológica) dos trabalhadores na contemporaneidade a partir do mundo do trabalho, com a imbricação de novas formas de alienação e estranhamento, sofrimento e reconhecimento, identidade e deriva, o que confere suma importância da articulação de elementos teóricos e empíricos nas pesquisas circunscritas no campo científico da sociologia do trabalho.

Referências

ANTUNES, R. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2008.

ANTUNES, R. Trabalho sem positividade, valor sem valor e imaterialidade sem materialidade. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano 14, n. 25-26, p. 15-28, 2011.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BELL, D. *O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Cultrix, 1977.

BIHR, A. *Da grande noite a alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 2010.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. A nova bíblia do Tio Sam. *Le Monde Diplomatique*, São Paulo, ano 1, n. 4, ago. 2000. Edição Brasileira.



- BRAGA, R. *A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial*. São Paulo, Xamã, 2003.
- BRAGA, R. Uma sociologia da condição proletária contemporânea. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 18, n. 1, p.133-152, 2005.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 3 v.
- CHESNAY, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAY, F. *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- COELHO, M. Elogio da igualdade – ensaios sociológicos de ‘Ciladas da diferença’ e ‘Em defesa da história’ desmontam vulgata pós-moderna. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 out. 1999. Caderno Mais.
- CORIAT, B. *Pensar al Revés*. México: Siglo XXI, 1992.
- COSTA, E. *A globalização e o capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- DAL ROSSO, S. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ÉSQUILO. *Prometeu acorrentado*. Rio de Janeiro: Ediouro, [19--].
- FALEIROS, V. P. *A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- FRIGOTTO, G. As novas e velhas faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: FRIGOTTO, C. (Org.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2014
- FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GORZ, A. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- GORZ, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- GOUNET, T. *Fordismo e Toyotismo: civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- HABERMAS, J. Trabalho e interação. In: HABERMAS, J. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1968. p.11-23.
- HABERMAS, J. *Teoria do agir comunicativo*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 25. ed. São Paulo: Loyola, 2014. p. 133.



- HELOANI, R. *Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994.
- HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- KATZ, B.; COGGIOLA, O. (Org.). *Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo: Xamã, 1995.
- LESSA, S.; TONET, I. *Proletariado e sujeito revolucionário*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 5, livro 3.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A sagrada família: ou a crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MÉDA, D. *Le travail: une valeur en voie de disparition*. Paris: Aubier, 1995.
- MÉSZÁROS, I. *Crise estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MORAES, L. C. G. Mundialização do capital e as novas formas de imbricação entre as dimensões financeira e produtiva. In: BATISTA, E. L.; NOVAES, H. (Org.). *Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI*. Bauru: Canal 6, 2011. p.41-62.
- OFFE, C. Trabalho: a categoria sociológica chave? In: OFFE, C. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- OFFE, C. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. (A crise, v. 1).
- RIFKIN, J. *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books, 1995.
- SILVA, J. P. *Trabalho, cidadania e reconhecimento*. São Paulo: Annablume, 2008.
- TORRES, M. M. O pêndulo do trabalho e a determinação contingencial do capital. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano 14, n. 25-26, p.119-136, 2011.
- TOURAINÉ, A. *O retorno do ator*. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.
- TREVIZAN, K.; LAPORTA, T. Três quartos dos trabalhadores no mundo não tem contrato fixo, diz OIT. *G1*, São Paulo, 18 maio 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com>>. Acesso em: 17 jul. 2015.
- WOOD, S. *The degradation of work? Skill, deskilling and labour process*. London: Hutchinson Group, 1982.
- WOOD, S. O modelo japonês em debate: pós-fordismo ou japonização do fordismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 6, p. 31, 1991.

Recebido: 20 jan., 2016
Aceito: 08 mar., 2016



Uma sociologia “não clássica” do trabalho: entrevista com Enrique de la Garza Toledo

A non-classical sociology of work: interview with Enrique de la Garza Toledo

Felipe Rangel^a; Fernando Ramalho Martins^b

Apresentação

Enrique de la Garza Toledo é professor da *Universidad Autónoma Metropolitana* do México e considerado um dos maiores pesquisadores na área de Sociologia do Trabalho no México e na América Latina. Entre os mais de quinze livros e centenas de artigos publicados¹, ofereceu importantes contribuições para o debate sobre industrialização, organização coletiva e as especificidades do trabalho na América Latina.

Nesta entrevista, concedida com generosa disponibilidade, Enrique de la Garza Toledo aborda temas que versam sobre aspectos teóricos de sua própria produção acadêmica, assim como questões relativas ao momento atual e expectativas acerca do capitalismo contemporâneo.

Entrevistadores: Já há alguns anos você vem discutindo o conceito de “trabalho não clássico”, como uma forma de expandir os estudos sobre trabalho. Qual foi o seu contexto de surgimento? E quais suas implicações para a sociologia do trabalho contemporânea?

Enrique de la Garza Toledo: Nos últimos anos, uma das temáticas que temos abordado se refere ao “Trabalho não Clássico”, para nos referirmos ao trabalho interativo (face a face ou em forma virtual), com participação do cliente na geração de serviços e intercâmbios simbólicos entre este e o empregado, ou a produção eminentemente de símbolos objetivados. Sobre esses tipos de trabalho, outros cunharam os conceitos de Trabalho Imaterial, emocional, estético, que se relacionam com o trabalho não clássico, mas não são idênticos. Isto é, iniciou-se como uma intenção de abordagem de um tipo de trabalho, como os mencionados, mas, no caminho, pensamos que o trabalho clássico seria, talvez, um caso do trabalho não clássico. A única diferença, a princípio, seria a não inclusão no primeiro do cliente envolvido diretamente no processo produtivo. Porém, posteriormente tratamos de incluir o cliente também de forma indireta no trabalho não clássico, quando reconstruímos a configuração produção-circulação-consumo. Ou seja, ampliando a unidade de análise da produção e as articulações com circulação e consumo. Então, o cliente aparece interagindo com o vendedor ou em outros serviços, como os centros de atendimento ao cliente e os caixas de banco. Com essa ampliação, efetivamente, o trabalho não clássico pode ser um tipo de trabalho, mas também um enfoque que pode ser

¹ Muitas das publicações do autor estão disponíveis online: <http://sgpwe.izt.uam.mx/pages/egt/>

^a Doutorando, Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Membro do Grupo de Estudos Trabalho em Mobilidades - GETM, São Carlos, SP, Brasil. Contato: feliperangelm@gmail.com

^b Professor Assistente Doutor, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Araraquara, SP, Brasil. Contato: fernandomartins@fclar.unesp.br



transportado para o clássico. A pedra de toque é ver a relação de trabalho com uma dimensão econômica, outra política (poder-controle) e outra cultural-subjetiva (intercâmbio e construção de significados, não necessariamente homogêneos, posto que essas interações são cruzadas por interesses e pelo poder). Em poucas palavras, a relação social de produção ou de circulação com um caráter caleidoscópico, é, ao mesmo tempo, econômica, política e cultural-significativa. Essa ampliação do conceito de trabalho implica reconhecer no âmbito significativo a intervenção de códigos morais, cognitivos, emocionais, estéticos e a intervenção de formas de racionalidade cotidianas (metáforas, hipergeneralizações, princípios de autoridade, etc.), formando configurações (não sistemas, com contradições e causalidades, funcionalidades).

Nosso ponto de partida para abordar essa apaixonante problemática foi teórico e empírico, as abordagens do fim do trabalho que vieram primeiro com os pós-modernos, em que a nova heterogeneidade das ocupações impediria a constituição de identidades amplas, e, posteriormente, as abordagens de Bauman e Sennett, nas quais essas identidades não poderiam se conformar, mas agora pela fluidez, curta duração das ocupações, com trajetórias laborais descontínuas, fragmentárias, que impediriam a constituição de comunidades de trabalho estáveis. Nossa primeira impressão dessas afirmações é que acabavam sendo muito redutíveis e limitadas, em todo caso pretendiam dar conta do retrocesso que mundialmente tem ocorrido no movimento operário. No entanto, a resposta não deveria ser puramente ideológica, mas investigando empiricamente e refletindo teoricamente acerca dos trabalhos fluidos. Para isso, optamos por investigar os mais fluidos, os informais dos pequenos negócios, em que os proprietários trabalham com alguns membros de suas famílias, comumente não assalariados, e alguns assalariados (vendedores ambulantes no metrô, taxistas, motoristas de ônibus, etc.), posteriormente incluímos trabalhadores formais em serviços ocupacionalmente fugazes, como nos supermercados e call centers.

Tratava-se de investigar as suas formas de trabalhar e se chegavam a criar identidades coletivas. Essa pergunta nos levou a revisar teorias sobre a identidade, percebemos que esse conceito não havia sido importante para na Teoria Social até a década de 1970, no calor dos movimentos estudantis e, posteriormente, feministas, gays, ecológicos, etc. (novos movimentos sociais). Só então foram solidificadas duas grandes perspectivas iniciais sobre a identidade, que se complexificaram a partir da década de 1980: o paradigma da identidade e as teorias da mobilização de recursos. A primeira era muito subjetivista, visto que argumentava que se entrava no movimento social para gerar identidade; a segunda era uma variante das teorias da ação racional, ou seja, a identidade não era mais que um recurso que se mobilizava para adquirir melhor posição no jogo e maximizar os benefícios. Nenhuma nos satisfazia por motivos teóricos, primeiro porque uma racionalidade de maximização ignorava que a subjetividade poderia incluir emoções, sentidos estéticos e morais, interiorizados pelos atores e não simplesmente atuados, ou usados como recursos para melhorar o jogo. Ou seja, o conhecimento de algumas das disputas centrais na Teoria Social, na época da crise do positivismo, dos estruturalismos, com a emergência da hermenêutica, nos serviu para fazermos perguntas, mais do que ter respostas concretas, sobre se nos informais que analisávamos se geravam processos identitários relacionados com seu trabalho.

Além das discussões teóricas, constava na nossa problematização o fato de que o movimento operário em geral não havia conseguido resistir à ofensiva neoliberal, até porque haviam sido derrubadas suas duas grandes utopias, a do comunismo e a do socialismo.

A problematização implicou darmos conta de que, apesar das teses da fragmentação pelos trabalhos não estáveis, nos países desenvolvidos a maioria seguia sendo assalariada e estável, e de que no passado a classe trabalhadora foi uma grande força política que mudou governos, leis e fez revoluções, não obstante ser heterogênea. Também, o que se queria dizer com identidade coletiva, porque isso poderia ser com relação ao trabalho, ou seu produto como no artesanato,



mas também com a comunidade de trabalhadores, apesar de rejeitar o trabalho bem como sua organização, por exemplo, os sindicatos. Por outro lado, as teses de Bauman resultavam em uma visão estruturalista, as posições em estruturas ocupacionais semelhantes permitiriam a identidade dos trabalhadores contíguos, o que poderia ser criticado como qualquer teoria que postule que as posições nas estruturas, neste caso ocupações semelhantes, resultam em identidade. Como a identidade poderia ser considerada como uma forma de subjetividade, de criação de sentido coletivo de pertença, logo resultava pouco aceitável nos anos 1990 que a posição estrutural explicaria por si só a identidade ou sua ausência. Além disso, com as teorias recentes dos movimentos sociais, era preciso considerar que a identidade poderia surgir no calor do próprio movimento social, sem que o surgimento deste implicasse de antemão uma sólida identidade.

Ao haver escolhido trabalhadores informais dos serviços presumivelmente precários tratamos de decidir através de qual conceito ordenador seria mais pertinente iniciar o processo de reconstrução. Começamos pelo conceito de trabalho atípico, popular na Europa nessa época, mas a insistência na falência dos direitos não cumpridos para os trabalhadores nos parecia insuficiente, primeiramente porque nossos sujeitos provavelmente nem sequer estavam inteirados dos seus possíveis direitos, se é que os tinham (a lei trabalhista mexicana não contempla direitos trabalhistas para não assalariados). Da mesma forma, fomos descartando o conceito de trabalho informal, o de não estruturado, precário, etc. Inicialmente, chamamos esses trabalhos de “outros trabalhos”, na falta de um conceito mais analítico. Neste caminho, decidimos sobre o ângulo de análise do trabalho. Não consideramos central o enfoque sociodemográfico, nem o da regulação das relações laborais, mas o do processo de trabalho. Ver o trabalho pelo processo de trabalho é vê-lo como atividade, isto é, em relação com meios de produção e em interação e intercâmbios de significado entre os agentes da produção. Quando o vemos no concreto, como no comércio de rua, concluímos que a interação é entre trabalhadores, participa no pequeno negócio a família e algum assalariado, mas também o cliente. Como se trata do espaço público, podem intervir outros agentes que não tem relação com a compra e venda direta de uma mercadoria, como diversos fiscais das autoridades, vizinhos, transeuntes e outros vendedores. Tratava-se de estudar empiricamente e refletir teoricamente sobre como se davam as relações entre todos esses e se essas relações com seus significados contribuíam para a identidade ou fragmentação. Ou seja, primeiramente era preciso estudar sobre quais estruturas se encontravam realizando seu trabalho, a pressão destas a favor ou contra a possibilidade de identidade, a análise do processo de trabalho e suas relações sociais com diferentes agentes e os intercâmbios de significado gerados.

Claro que nossas conclusões não valiam só para os informais, normalmente os grandes call centers não são informais, nem os caixas dos bancos, nem os trabalhadores dos centros de atendimento ao cliente em telecomunicações. Isso quer dizer que o conceito de trabalho não clássico não equivale a trabalho informal, ainda que possam haver informais não clássicos, tampouco é igual a trabalho em serviços; partes do trabalho industrial, de desenho, marketing, pode ser não clássico.

Entrevistadores: Pensando no conceito de trabalho não clássico como um enfoque analítico, não só como um tipo de trabalho específico, no que a abordagem através desse enfoque pode nos ajudar a entender os trabalhos clássicos, mas agora reconfigurados? Tendo em vista que muitas características dos trabalhos não clássicos estão presentes, como o trabalho interativo, o trabalho em células dentro das fábricas, o trabalho em rede, a exigência de novas qualificações, como ser flexível, móvel, criativo, empreendedor, etc.



Enrique de la Garza Toledo: O conceito de trabalho não clássico deve ser considerado como um conceito ampliado, tanto no nível da valorização como no nível do processo de trabalho. Desde este último nível, era preciso pensar em ampliar, como mencionamos, o conceito do que é trabalhar e quem trabalha, do que é produto, mas também o do controle sobre o trabalho. Ao estar o trabalhador não clássico em interação com não assalariados (o cliente, mas também podem ser outros atores, dependendo de qual trabalho se trate), estes também exercem controle sobre o trabalho do assalariado, além do patrão. Nessa medida, impacta-se também sobre o conceito de relação trabalhista – entendida estritamente como relação social de produção – que no clássico ficou reduzida, quando se trata de trabalho assalariado, à relação do capital com o trabalho, mas no não clássico essa relação pode ser triádica (inclusão do cliente) ou poliádica (com intervenção de outros agentes, favorecendo ou dificultando o trabalho); e sobre o conceito de construção social da ocupação, que não depende só de quem quer trabalhar e de quem precisa de trabalhadores, (oferta e demanda de trabalho), porque podem intervir outros atores, redes sociais, além da própria subjetividade dos que interagem. Finalmente, a imbricação dos espaços de relações postas em jogo ao mesmo tempo em que se trabalha pode requerer “conceitos dobradiças” que deem conta desses espaços, uma vez que não aparecem segmentados nem espacial nem temporalmente.

Em última instância, o conceito de trabalho não clássico pode ser mais que um tipo de trabalho, um enfoque de análise. O enfoque implica que a relação de trabalho é em parte econômica, mas também política (controle) e cultural-significativa. Isto é, interação com significados, a construção de significados não é exclusiva de alguns trabalhos, mas de todos. Embora seja certo que o outro componente do trabalho não clássico, o trabalho do cliente, não se dá em todo o processo imediato de produção. Na produção articulada com a circulação e o consumo, o cliente aparece, às vezes, puxando a produção, como na investigação que acabamos de terminar sobre as transnacionais: o cliente da mercearia da empresa Bimbo, assim como o cliente que interage com empregados das companhias de telecomunicações, trabalham em articulação com os departamentos de produção, através do sistema informático, e puxam as vendas para a produção em tempo real.

Entrevistadores: O conceito de Nova Informalidade poderia ser pensado da mesma forma, não apenas como uma tipologia de trabalho, mas como um enfoque de análise? Na medida em que permite a complexificação da análise do trabalho informal, menos vinculada ao estigma do subdesenvolvimento e pensada em intensa relação e funcionalidade com o que se considera formal.

Enrique de la Garza Toledo: O conceito de informalidade, historicamente, transitou por quatro etapas principais:

- 1) A da missão da OIT no Quênia, que cunhou um conceito próximo ao modelo de produção mais atual para se referir àqueles estabelecimentos com facilidade de acesso, ao não haver requisitos formais para se instalar; que funcionam com recursos escassos; de propriedade familiar; em pequena escala; que utilizam mão de obra intensiva e tecnologias adaptadas; em que a qualificação da mão de obra não se adquire no sistema educativo formal, mas na prática; funcionando em mercados não regulados e não competitivos. Esta definição, que do nosso ponto de vista foi a mais complexa da história do conceito, tinha desvantagens para aqueles que buscam apenas definições operacionais – que segundo a proposta positivista, deveriam ser diretamente observáveis e quantificáveis –, implicava ambiguidades nas variáveis de definição do fenômeno: pequena escala, mercados não regulados, recursos escassos, facilidade de acesso, etc. Nessa medida, frente à tensão sociodemográfica de poder medir com precisão e representatividade, transitou-se para a segunda grande definição.

- 2) Setor informal. Conjunto de negócios de produção de bens ou serviços não registrados, especificamente que não pagam imposto ao fisco. Sem dúvida que essa definição simplificada poderia ser mais seguramente mensurável, supunha-se que os ministérios da fazenda contariam com registros de quais negócios pagam ou não impostos, ou os da Economia teriam um controle dos negócios registrado. Com relação à definição anterior, o problema foi que, por causa da busca pela precisão estatística, foram esquecidos conteúdos da primeira definição, sobre como seria a forma de produzir (tecnologia, organização, relações de trabalho, tipos de mercado, etc.). De tal forma que no setor informal poderiam caber tanto o micro negócio como grandes que não se registravam, cujas relações de produção eram muito diferentes.
- 3) Relação de trabalho informal. Refere-se àquelas situações em que não se cumprem as leis trabalhistas, ou seja, acentua-se o cumprimento da normatividade do trabalho. Novamente, esta definição era fácil de medir, sobretudo quando se privilegiava um direito trabalhista como o da saúde, por ser trabalhador, e/ou ter direito a uma pensão. De todo modo, padecia dos mesmos defeitos que a segunda, e outros tantos como: não se via, porque analiticamente não se pensava, a relação entre a primeira definição e a segunda; se era importante captar as violações à normatividade do trabalho, normalmente os direitos contidos nas leis eram uma longa lista, e só se privilegiavam um ou dois, sem justificar plenamente porque não incluir os outros ou como considerar uma relação que outorgava cinco direitos e quatro não. Como na primeira definição, tinha a aparência de que o par formal-informal era um conceito de tudo ou nada. Uma complicação adicional se referia a que nem todos os ocupados são assalariados, o que resultava em atribuir aos autoempregados ou que trabalham por conta própria direitos que, por definição, as leis trabalhistas não lhes outorgavam. Outros problemas sucediam com as formas ocultas de assalariamento, como o trabalho por produção ou por comissão, que, às vezes, as leis trabalhistas não protegiam porque não se considerava como relação salarial. De tal forma que as cifras globais de informalidade apareciam muito heterogêneas, por se referir a relações sociais de produção ou de circulação muito diversas.
- 4) A definição da OIT de 2002, uma ampliação, ou melhor, uma somatória das definições 2 e 3. Essa era uma definição ampliada não pela via de pensar em relações sociais de produção comuns, mas pela soma entre negócio não registrado e trabalhadores para os quais não se cumprem as leis trabalhistas. O resultado era uma soma de dois segmentos de trabalhadores, os que trabalhavam em empresas não registradas e aqueles que trabalhavam em registradas, mas que não tinham seus direitos trabalhistas cumpridos. Na aparente melhora da definição estava também a soma dos defeitos dos conceitos 2 e 3. Nem todos os trabalhadores de empresas não registradas estavam fora dos serviços de saúde, e nem todos os trabalhadores sem estes serviços estavam sujeitos a alguma relação trabalhista, por serem proprietários, e havia trabalhadores prestadores de serviço que tampouco estavam sujeitos à legislação trabalhista. Então, por trás estava um ideal, de que todos os direitos de todo tipo de trabalhador deveriam ser os dos chamados trabalhadores típicos – ou seja, empregados com jornada completa, com contrato coletivo, com sindicatos –, aos quais eram outorgados, pelo menos, os benefícios das leis, e se ainda não estavam nessas condições, tendiam a tê-las. De fato, por uma questão de facilidade de medição, estavam sendo justapostos dois universos com relações de produção diversas. Um era o das empresas ou negócios não registrados, que, efetivamente, em termos estatísticos empregavam trabalhadores informais, o outro era o dos negócios formais com trabalhadores informais. Do ponto de vista de estar o negócio registrado ou não, tratava-se de dois universos relativamente separados que se somavam, mas se o interesse era dar conta de relações de trabalho informais (que não se outorgavam os direitos previstos em lei), bastaria definir o negócio desta maneira, o negócio seria formal ou não.



Na visão sociodemográfica, as variáveis que definem o trabalho são as mesmas, independentemente do tipo de relação social de produção. Esta perspectiva permite juntar em um mesmo conceito de trabalho universos que podem ser muito diferentes, posto que as diferenças entre uns e outros não seriam de qualidade, mas de grau, exceto quando as variáveis são dicotômicas – por exemplo, estar inscrito na seguridade social ou não. O restante é descrever a idade, o gênero, a escolaridade, as horas da jornada de trabalho, o salário, se tem férias; em uma força de trabalho já dicotomizada pelo acesso ao serviço de saúde por ser trabalhador ou não, ou por trabalhar em negócios registrados ou não.

Tem-se usado Nova Informalidade para se referir às relações de trabalho informais – sem contrato coletivo, sindicato, segurança no emprego ou nos salários e benefícios e, sobretudo, sem direito à seguridade social e, especificamente, aos serviços de saúde atrelados à condição de trabalhador – como ocorre nas empresas formais. A definição, na verdade, é a segunda parte do conceito ampliado de informalidade proposto pela OIT desde 2002. Trata-se de trabalhadores em relações de trabalho informais em empresas formais, as relações informais em empresas informais já fazia parte do conceito clássico de informalidade. A especificidade não é a falta de direito ao serviço de saúde, situação que já estava presente na informalidade clássica, mas dar-se em um contexto capitalista de formalidade da empresa como negócio. As primeiras definições de informalidade – a do Quênia da OIT, a de setor informal e, inclusive, a de relação de trabalho informal – não acentuaram a nova informalidade, possivelmente porque foram cunhadas em épocas em que o capitalismo de ponta não recorria tão enfaticamente a essa forma de relações sociais de produção. Porém, como o neoliberalismo não se converteu no reinado dos equilíbrios macroeconômicos, pois tem sempre passado por crises recorrentes e cada vez mais graves – 1987, 1996, 2002, 2008 – as empresas, sobretudo as que levam a pauta do desenvolvimento capitalista, cada vez mais tem recorrido ao emprego de trabalhadores precarizados como saída dessas crises e tentativa de recuperar o crescimento, mas agora isso ocorre em grandes empresas formais. No começo, se tratava da precarização através da subcontratação, o emprego por hora ou tempo parcial, o pagamento por produção ou comissão, os contratos probatórios, em atividades complementares às que realmente realizam as empresas, como os trabalhos de vigilância, limpeza, restaurante e transporte. Rapidamente, se estenderam aos serviços produtivos – desenho, comercialização, contabilidade, assessoria jurídica, controle de qualidade – e, finalmente, as formas precarizantes chegaram ao coração dos processos produtivos; às vezes se estendeu a subcontratação aos mesmos através de empresas subcontratadas, mas, sobretudo, por meio de agências de contratação de pessoal – os trabalhadores formalmente aparecem como empregados das agências, ainda que a função destas se reduza à contratação e pagamento do pessoal que é dirigido no processo produtivo pelos supervisores e engenheiros da companhia contratante. Também se tem estendido formas preexistentes de trabalho a tempo parcial, por hora ou por tempo determinado, assim como o pagamento por produção – estes trabalhadores são vistos legalmente como prestadores do serviço trabalho e, portanto, não sujeitos das leis trabalhistas –, o que também ocorre com a contratação de cooperativas de trabalho, também com pagamento por comissão, que é visto como a venda de um serviço. Devem-se acrescentar também os novos contratos de aprendizagem e capacitação.

As formas de trabalho incluídas na Nova Informalidade tem se estendido consideravelmente no mundo capitalista no seio das crises econômicas recorrentes, buscando as empresas diminuir seus custos trabalhistas, que se reflete na queda mundial da participação das remunerações dos assalariados nos valores agregados dos países. Então, a nova informalidade ou relações sociais de produção precarizantes tem significado uma deterioração das condições de vida e trabalho de amplas massas de trabalhadores, tanto no mundo desenvolvido como no subdesenvolvido. A justificação é muito conhecida: em um mundo globalizado, se não houver



vantagens competitivas pode-se ir à falência, com o desemprego como consequência. O problema é que a complexidade que supõe a competitividade enquanto fatores internos à empresa – tecnologia, organização, relações trabalhistas, perfil da mão de obra, culturas –, assim como relações imediatas com o entorno – mercados de trabalho, de capital, de tecnologia, clusters, alianças estratégicas –, bem como com a macroeconomia nacional – relações entre setores da economia, mercados internos, taxas de juros, de câmbio, exportações, marcos institucionais e de atores organizados ou internacionais-globais. Reduz-se essa complexidade a um só fator, diminuir o preço da força de trabalho, o qual, mais que uma premissa intransponível da teoria econômica, é uma decisão política frente à debilidade dos sindicatos, dos marcos normativos menos protetores, resultado da flexibilização do trabalho e de políticas públicas pouco favoráveis aos trabalhadores. Ocorre que enquanto a participação da massa salarial no PIB do México baixou de 34% em 2003 para 26% em 2012, o mesmo aconteceu em boa parte do mundo.

Por outro lado, utilizar o conceito de informalidade para essas novas relações de produção precárias no capitalismo avançado não procede, porque mais do que esta suposta informalidade, se trata de uma nova formalidade precarizante. Logo, nenhum dos trabalhos mencionados na nova informalidade pode se comparar com o do assalariado nos micro negócios. Pelo contrário, as novas relações sociais de produção precárias nas empresas modernas estão formalizadas, mas sua formalização não corresponde aos códigos do trabalho elaborados para outras condições, de certo auge do capitalismo e organizações operárias fortes. Agora, a nova informalidade é correspondente ao período de decadência do movimento operário. Nesse sentido, os trabalhadores subcontratados por grandes empresas estão sim sujeitos a normas trabalhistas, mas normalmente menos protetoras do que os da empresa contratante, que agora contrata trabalhadores do *core* das linhas de produção. Outro tanto poderíamos dizer dos trabalhadores por hora, a tempo parcial ou por temporada, existem legislações que, sem necessidade de ser violadas, contemplam trabalhar dessa forma, como parte da normalidade. Incluindo a contratação por honorários e as cooperativas de trabalho, que não se pode dizer que sejam informais, estando sujeitas às suas próprias normas de direito mercantil. Podemos falar também do trabalho por comissão, em que se podem haver contratos não trabalhistas ou de aprendizagem ou probatórios, correspondentes a tipos de contratos contemplados pelas leis trabalhistas. Todavia, os trabalhadores por conta própria e autoempregados, que não são assalariados, às vezes contam com algumas normas contidas em códigos trabalhistas de alguns países, mas é mais comum estarem sujeitos a normas não trabalhistas de uso do espaço público, de trânsito, de manejo de resíduos, sobre drogas, de tal forma que uma parte dos trabalhadores está registrada e, às vezes, conta com permissão para trabalhar em determinadas condições e com alguns direitos, como o de formar sindicatos.

O problema de ter como parâmetro as condições do trabalho padrão ou típico na era anterior ao neoliberalismo é definir como informal todo tipo de trabalho que não conta com as antigas proteções – chame-se atípico, não estruturado, não decente, excluído, desprotegido, informal –, é naturalizar as relações sociais de produção, quando o capitalismo tem se mostrado um sistema mais dinâmico que os modos de produção anteriores – as condições de trabalho no século XIX não eram as mesmas que no período keynesiano e não são no neoliberal. Logo, não existem condições de trabalho normais ou naturais, estas são construídas historicamente dependendo do comportamento da Economia, mas também das forças das classes sociais principais e do Estado. Isso não é nenhuma desculpa para aceitar as mudanças precarizantes que se tem produzido para os trabalhadores durante o neoliberalismo, mas a afirmação de que a melhoria das condições de vida e trabalho não serão consequência da simples marcha da economia desregulada – sua trajetória no tempo ao longo de uns 30 anos de neoliberalismo é que tem levado para baixo as condições de trabalho –, mas da conjunção de novas concepções acerca da Economia e do Estado – agora possíveis frente ao descrédito da Economia Neoclássica

e das Teorias do Ator Racional – que podem funcionar como ideias-chave na constituição de frentes de atores *losers* do sistema atual, que são a maioria da população.

O enfoque da informalidade, seja na sua forma clássica como na nova, impede, pela sua ênfase operacional quantitativa e grande dependência das pesquisas de emprego, o aprofundamento nas transformações das relações de produção, ao menos nos seguintes sentidos:

- 1) Nunca leva em conta a intervenção do cliente em muitos dos serviços, e o que isso implica nas relações sociais e produção ou de circulação, enquanto controle do processo de trabalho, o conflito no trabalho que introduz um terceiro agente e o caráter do produto que implica a interação simbólica entre trabalhador e cliente.
- 2) As implicações da importância da mera produção de símbolos – software, música, cinema – ou a venda de interações – hospitais, creches – no que se refere ao controle sobre o trabalho, sua possível ou não standardização, o conceito de qualificação.

Isso deveria levar à extensão, nunca contemplada pelo conceito de informalidade, da relação de trabalho com a introdução de um terceiro que não é meu patrão nem trabalhador, que é o cliente. E a transformação do conceito de mercado de trabalho para o de construção social da ocupação, que implica redes, a interações com significados, assim como toda a configuração sociotécnica do processo de trabalho e, no caso, a inclusão do cliente.

Outro defeito do conceito de informalidade é que não destaca a condição de ser assalariado, como aspecto central da relação social de produção. A distinção com o eixo central entre assalariados e quem não o é pode levar ao questionamento de que os da nova informalidade são simplesmente informais, no lugar de assalariados encobertos, como característica do capitalismo atual. Ao mesmo tempo, dificulta reconhecer que uma proporção importante – no México 50% – dos que trabalham no setor informal clássico são assalariados, sujeitos ao paternalismo e à arbitrariedade do pequeno patrão, possivelmente de maneira mais intensa que os da nova informalidade.

Então, a essa altura, o conceito de nova informalidade mais confunde e desvia de problemas centrais do funcionamento do capitalismo do que ajuda a compreendê-los, deve-se reconsiderar sua aplicação a realidades muito heterogêneas. Para estas realidades, o conceito de informalidade não tem potencial de aprofundamento, quando muito de estender-se a outras variáveis empíricas relacionadas com a desproteção. Mais pertinente nos parecem os conceitos de trabalho clássico e não clássico. Trabalho Clássico não seria o tipo ideal nem padrão, mas o que se teorizou a partir do trabalho na indústria clássica: trabalho no espaço fechado da fábrica, com uma jornada padrão, uma divisão formalizada do trabalho, com hierarquias internas precisas, relação de trabalho assalariado, sem intervenção do cliente no processo imediato de produção e voltado para a produção material, não de símbolos nem de interações. Do outro lado, o Trabalho não Clássico não tem porque se assemelhar ao atípico, é o trabalho que implica o cliente no processo produtivo e circulatório e que Marx chamava de produção imaterial, o trabalho em que o produto principal são as interações – cuidado de bebês ou de enfermos – ou, especialmente, os signos – software, música, TV. Os trabalhos não clássicos obrigam a revisar os conceitos clássicos do que é um produto, do que é uma relação laboral, de mercado de trabalho, de qualificação, de jornada de trabalho, de dias de descanso. Isso não significa que os clássicos ou não clássicos não possam se cruzar com variáveis de condições de trabalho e encontrar correlações empíricas diversas, ou vincular com a precariedade, mas se trata de ir a fundo na mudança das relações de produção e, posteriormente, como isso reflete em condições de trabalho, e não o inverso.



Entrevistadores: No texto *Trabajo no clasico y flexibilidad*², publicado em 2013 no periódico Cadernos CRH, você destaca que os serviços ocupam um lugar central nos trabalhos ditos não clássicos, sendo que sua definição vai além da questão do conhecimento, envolvendo outras dimensões que se combinam, tais como emoção e estética. A dimensão do estético é pouco trabalhada na sociologia do trabalho, como essa dimensão poderia ser incorporada de maneira mais substantiva na área?

Enrique de la Garza Toledo: Quando propusemos o conceito de trabalho não clássico, estava na moda falar de trabalho atípico, como aquele em que não se cumprem as normas trabalhistas contidas na legislação de um determinado país – por exemplo, pagamento ao menos do salário mínimo, se havia direito à contratação coletiva, ao direito de greve, etc. Tratava-se de um conceito dentro da família dos conceitos de trabalho informal, não estruturado, inseguro, atípico, não decente, etc., que foram gerados nos anos 1990. Mas o enfoque da maioria deles era sociodemográfico, ou seja, medir a amplitude do trabalho informal, a partir de indicadores quantitativos. Mas essa preocupação de cumprimento das normas mínimas não era nossa ênfase, apesar do diálogo que poderia haver com esse enfoque. Tampouco, as fontes de dados poderiam ser as mesmas. Logo, nosso ponto de partida não era se cumpriam-se ou não certas normas trabalhistas, tampouco se o tipo de trabalho não clássico era majoritário ou não, menos ainda se era isso novidade ou se existia há muito tempo, ou se era formal ou informal. O não clássico era pertinente porque na sociologia do trabalho, e também na economia, o protótipo de trabalho era o industrial, em que se gerava um produto material separado do trabalhador e da sua subjetividade. Este produto podia ser armazenado, revendido e o cliente não participava de sua produção. A imagem deste tipo de trabalho e seus conceitos seguia pesando conceitualmente na sociologia do trabalho, apesar do crescimento dos serviços. Por exemplo, não ficava claro se o conceito de Taylorismo (trabalho cronometrado, medido, simplificado, repetido, estandardizado) criado para a indústria, serviria da mesma forma para os serviços ou se outro conceito poderia substituí-lo.

O trabalho clássico na fábrica, além de produtos físicos materiais, implicava na definição do tempo (jornada de trabalho) e do espaço (entre as paredes da fábrica) nos quais se produzia, claramente diferentes do tempo e espaço da reprodução da força de trabalho na família e no tempo livre. Trata-se, eminentemente, de trabalho maquinizado e assalariado sob o comando do capital (relação entre duas partes, capital e trabalho). Sobre essa base se erigiram a maioria dos conceitos da sociologia do trabalho, do direito do trabalho, da economia, das relações industriais.

Por outro lado, havia muitos trabalhos que não se ajustavam às características do trabalho não clássico: primeiro, os trabalhadores por conta própria, os autoempregados e os não remunerados; segundo, os de muitos serviços, que os economistas caracterizavam simplesmente como de produção de intangíveis, mas não se aprofundava em se os intangíveis estariam também presentes na produção e nos produtos tangíveis (o belo automóvel), se havia mistura no produto entre tangível e intangível, e se tangível (que remete ao tato) seria o mais correto para caracterizar o que é físico – a música como produto seria intangível e física.

Em nosso auxílio, veio Marx, o mesmo que teorizou quase sempre sobre a produção material, produto da revolução industrial. Mas, com a clarividência que o caracterizou em passagens de *El Capital* (1974), *los Grundrisse* (1974b), *la Historia Crítica de la Historia sobre la Plusvalía* (1972), o inédito capítulo IV (1974^a), cunhou o conceito de produção imaterial, para se referir a aquela em que a produção, a circulação e o consumo estão comprimidos em um só ato, como em seu exemplo da peça de teatro ao vivo. Deste exemplo, podem-se extrair mais conclusões,

² Toledo (2013).



primeiro que os produtos imateriais não podem ser armazenados e que não existem fora da subjetividade dos participantes da produção, da circulação e do consumo; segundo, que se trabalha, no caso dos atores de teatro, não necessariamente quando se transforma uma matéria-prima material, mas que pode ser a produção de emoções ou sentidos estéticos; que o produto, como símbolo, pode ser o que se vende e que, portanto, tem um valor, que o público paga por este produto subjetivado, mas este não pode ser revendido e se finaliza na subjetividade do público. Além disso, para a produção do espetáculo é preciso a participação do público, ao menos como receptor não passivo dos códigos subjetivos gerados pelos atores. Ou seja, sem a presença direta do público não se produz o espetáculo, tampouco é gerado com êxito se o espectador não ressignifica os símbolos produzidos pelos atores, de forma que a obra não fracasse. Na incerteza acerca do êxito da produção está imbricado o próprio cliente, no momento da produção, não posteriormente como em qualquer produto capitalista.

Mas produção imaterial deveria se reservar estritamente para casos como os que Marx faz referencia (produção, circulação e consumo se dão em um só ato), não para a produção de símbolos em que o consumidor não intervem no ato da produção e que podem ser armazenados e revendidos, com é o caso do desenho de software. Estas são formas do que chamamos de trabalho não clássico, que existe em paralelo ao clássico e que hoje possivelmente é majoritário, mas que nem sempre foi (nos anos 1950 na Suécia, 80% dos ocupados eram operários fabris). Temos considerado dimensões do trabalho não clássico, que podem se apresentar separadamente ou combinadas, inclusive com o clássico e não clássico.

- a) Trabalho interativo. Todo trabalho é interativo. Trata-se aqui daqueles trabalhos em que se gera e, eventualmente, se vende a própria interação, como o cuidado de bebês em creches. Este supõe gastos com edifício, instalações, materiais de cuidado, força de trabalho, mas que o que se vende não é a simples soma de isso tudo, mas a interação afetuosa dos empregados da creche com o bebê. Este é o componente principal do que se gera e o que se vende, carrega significados incorporados na própria interação. O mesmo ocorre com o concerto de música ao vivo.
- b) A ênfase do que se produz e se vende pode estar nas emoções. As emoções podem ser mercadorias do capitalismo, mas são parte da relação de produção.
- c) O estético – um dos conceitos filosóficos mais difíceis de definir – também podem ser mercadorias, basta pensar em desenhos, pinturas standardizadas ou produzidas em massa. O estético pode estar no produto e fazer parte do seu valor, mas o estético é parte da relação de trabalho e do meio ambiente de trabalho.
- d) A moral também pode ser comprada e vendida, como o discurso do pregador protestante pelo qual o público paga, também está incorporada na relação de trabalho.
- e) E, obviamente, o cognitivo, seja científico ou não. Desde a fórmula para produzir medicamentos até a venda de produtos naturais que incorporam outros saberes.

Os itens a) e e) não significam que esses trabalhos se apresentam em forma pura. De fato, todo trabalho implica tudo isso, mesmo o mais material, mas a ênfase produtiva – o que se oferece no mercado e o que o consumidor busca – permite diferenciá-los relativamente. As dimensões não clássicas podem estar condensadas no produto – o belo automóvel –, mas também formar parte do processo de produção na interação entre seus agentes.

Cruzando com as considerações anteriores, pode haver produção de símbolos sem intervenção do cliente, como no exemplo sobre o desenho de software. Estes símbolos podem ser armazenados, revendidos. Outro exemplo é a produção de música que se vende no CD.



A terceira dimensão não clássica seriam os trabalhos que requerem o trabalho do cliente para que este receba o serviço. Por exemplo, em lanchonetes, em supermercados, onde uma parte do processo tem que ser feito pelo cliente (fazer o pedido no balcão, pegar sua bandeja, levá-la à mesa, descartar os resíduos em uma lixeira; pegar um carrinho, escolher as mercadorias nas prateleiras, fazer fila, colocar as mercadorias nas esteiras automáticas nos supermercados).

Estes trabalhos não clássicos implicam que as interações, a produção de símbolos ou o trabalho do cliente podem gerar ou ser produtos úteis ao homem, que podem ser convertidas em mercadorias em certas condições de produção. Esses símbolos podem ser subjetivados – depositados na subjetividade do público, como na peça de teatro, sem possibilidade de revenda – ou objetivados (existem como produto à margem da subjetividade do designer ou do cliente). Por essa razão, neste último caso, não cabe falar de produção imaterial, considerando por material não só o físico material, mas também o produto do homem que se objetiva, existindo como produto final fora da sua consciência ou vontade.

Todos os trabalhos não clássicos (capitalistas) colocam no centro da atividade a subjetividade dos atores do trabalho, que em suas três dimensões incluem três ou mais sujeitos (empresário ou gerente, trabalhador assalariado e cliente), e não dois como no trabalho clássico. Quanto à subjetividade, é muito esquemático dizer que há de um lado trabalho emocional, de outro estético, e um mais cognitivo. Nesse tema, recorreremos à noção de Gramsci de que toda relação social é caleidoscópica, ou seja, ao mesmo tempo econômica, política, cultural-subjetiva, mas com ênfases diversas. Por exemplo, a relação econômica supõe as três, mas com ênfase na primeira. Estendendo essa forma de raciocinar aos códigos dos significados, poderíamos dizer que em toda relação social existem códigos cognitivos, emocionais, estéticos, morais, e que as relações entre estes se dá através da lógica formal ou do conceito científico, mas também através de formas de raciocínio cotidiano – por exemplo, a metáfora, a analogia, a regra prática, a hipergeneralização, etc. Por esse caminho se chega a uma teoria geral do trabalho: a relação de trabalho é uma forma de relação social, com dimensões econômicas, políticas e culturais-subjetivas; implica ações e interações, as interações supõem intercâmbio de significados, que podem ser negociados, impostos ou rejeitados, gerar cooperação ou conflito.

Entrevistadores: Poderia falar um pouco mais sobre a diferença na abordagem através da ideia de “construção social da ocupação”, em relação à concepção de “mercado de trabalho”?

Enrique de la Garza Toledo: Possivelmente, o conceito que, no caso do trabalho ampliado, sintetiza muitos dos conceitos relacionados e acrescenta outros elementos importantes é o de “construção social da ocupação”. Novamente, é preciso buscar a origem da discussão no trabalho assalariado clássico. O conceito de emprego, entendido como ocupação de assalariados para um patrão, por muito tempo foi pensado abstratamente como resultado do encontro entre oferta de trabalho (força de trabalho, diria Marx) e a demanda por esta. As variáveis centrais que supostamente permitiriam explicar o emprego seriam o salário e o número de postos disponíveis em relação aos solicitantes, assim como o número dos que oferecem trabalho (outros estenderam a análise à família). No entanto, no trabalho assalariado, o chegar à obtenção de um posto de trabalho pode ser detalhado com maior precisão. Pelo lado da oferta de força de trabalho, esta oferta é de fato um tipo de ação empreendida pelos que desejam se empregar e, como todas as ações sociais, parte-se de situações que o futuro trabalhador não escolheu, de postos disponíveis, de suas redes sociais e de suas próprias concepções acerca do trabalho. Parte-se também de certa estrutura da família, de renda, de hierarquias, e do que se considera trabalhos legítimos, de redes familiares, de amizades, de apadrinhamento, que por vez permitem chegar a fontes de emprego. Além disso, quem oferece mão de obra o faz com determinado nível educacional, qualificação e experiência ocupacional, gênero, etnia,

origem urbana ou rural e regional, em certo momento do seu ciclo vital. Por outro lado, está situado em estruturas macro que podem parecer invisíveis para o ator, mas que influem nas suas possibilidades de emprego, como a conjuntura de crescimento ou crise da economia, as estruturas do mercado de trabalho. Pelo lado da demanda por força de trabalho, isso tem a ver com a microeconomia da empresa, o mercado do produto, vendas, investimentos, exportações e a macroeconomia que a impacta (inflação, taxas de câmbio, déficits em conta corrente). Mas também com a configuração sociotécnica do processo de trabalho da empresa (tecnologia, organização, relações trabalhistas, perfil da mão de obra, cultura gerencial e do trabalho) e as estratégias da gerência de gestão de pessoal, de relações trabalhistas, etc. Dependendo do caso, podem influir as políticas sindicais de contratação de pessoal, por exemplo, o dar preferência aos familiares dos empregados. Sem esquecer as restrições das leis trabalhistas ou de seguridade social e os contratos coletivos de trabalho.

No encontro entre oferta e demanda de trabalho estão envolvidos sujeitos que têm interesses, um de ser empregado com certas condições e o outro de conseguir o empregado adequado, mas esses não atuam com inteira liberdade, estão limitados ou impulsionados por estruturas micro, *mezzo* e macro como as mencionadas, mas imbricados nestas os atores concebem a relação de trabalho de acordo com seus interesses, experiências e carga cultural e o encontro pode coincidir os dois lados, ou frustrá-los.

No primeiro tipo de trabalhos não clássicos, a diferença mais substantiva com relação aos clássicos é a presença do cliente no lugar de trabalho e que o produto ou serviço é gerado no momento do consumo (há um produto material que se vende e se consome no restaurante). Logo, a construção da ocupação depende também do consumidor, que não contrata o trabalhador, mas a contratação do trabalhador pela empresa depende daquele que está consumindo o ato do trabalho. Isso quer dizer que a repercussão do mercado do produto sobre o emprego é direta. Essa preferência do consumidor não se baseia só no preço e qualidade do produto, mas também na atenção pessoal, de tal forma que na produção social da ocupação não é possível separar de maneira imediata a demanda de trabalho da demanda do produto, ou ao menos não se dão em fases separadas. Além disso, a pressão por parte do cliente para proporcionar um produto-serviço de qualidade e afetividade adequados permanece em toda a atividade de trabalho, e não faz parte somente do momento de contratação do trabalhador. Ou seja, a construção social da atividade é permanente e pode ser cortada pelo mal relacionamento do trabalhador com o cliente, além do relacionamento com a própria gerência. Do lado do cliente, sua demanda por serviço implica o preço e a qualidade do mesmo, mas dentro da qualidade está o calor da relação com o trabalhador e a organização. Em alguns casos o produto pode ser de compra e venda – compra em um supermercado, serviço tradicional de uma agência bancária –, em outros o produto se consome no local de trabalho – hospitais, hotéis, restaurantes –, mas e todos esses casos a qualidade forma parte integrante do serviço. Este fator pode alterar a demanda do produto e, com isso, afetar o emprego.

A construção social da ocupação se complica em espaços abertos, sejam os trabalhadores assalariados ou trabalhadores não clássicos. A demanda do produto influi diretamente na construção desse tipo de ocupações, depende imediatamente dos clientes. Um condicionante direto dessas ocupações é o mercado do produto, a inflação, o tipo de produto, o nível de renda da publicação. Mas muitos outros agentes podem criar obstáculos para a constituição da ocupação. Primeiro, as possíveis organizações profissionais não sindicais, que podem permitir ou impedir a ocupação, além dos membros da sua comunidade ocupacional ou de outras competidoras. Em segundo lugar, a influência dos atores não trabalhadores que partilham o território, que podem ser agentes públicos intransigentes ou condescendentes, os transeuntes e habitantes da região – cidadão que reclamam da sujeira, da invasão das vias públicas, da delinquência, do ruído. Não se pode esquecer os fornecedores de insumos ou de produtos para a venda, que podem exercer pressão sobre o que se oferece aos clientes



e sobre os preços. Sobre essas construções da ocupação, podem influir as regulamentações urbanas ou rurais, sanitárias, trabalhistas (para quando se empregam assalariados), fiscais, os acordos corporativos entre organizações profissionais e governos. Nesse sentido, não se pode desprezar um conceito ampliado de configuração sociotécnica³ do processo de trabalho, que implique o cliente como dimensão importante.

Nos trabalhos não clássicos de um terceiro tipo, em que se trabalha em espaços fixos e fechados, além do que já foi indicado sobre o trabalho assalariado e para os clientes, fornecedores e mercado do produto, deve-se acrescentar a influência material e subjetiva da família pelas possíveis contradições entre espaço e tempo de trabalho na necessidade de reprodução familiar.

Em todos os casos, as perspectivas dos sujeitos implica que as estruturas como configurações sociotécnicas dos processos de trabalho pressionam, mas não determinam, que essas pressões passam pela subjetividade de tais atores e a construção de controles, regulações ou a própria ocupação implica gerar decisões em interação com outros sujeitos situados também na estrutura do trabalho ou fora dela, e possuidores da capacidade de atribuir significados.

Finalmente, o problema da standardização, rotinização, não é exclusiva das produções materiais, pode haver standardização no trabalho simbólico, por exemplo a repetição de um show sem interação com o público, ou a intenção da engenharia de software de standardizar o desenho de programas, ainda que, no limite, o trabalho de criação-invenção esteja menos sujeito à standardização, como o do artista ou cientista.

Entrevistadores: Entrando agora no debate sobre neoliberalismo. Se, por um lado, o projeto neoliberal tem enfrentado inúmeras críticas por conta das contradições que carrega, você não acha que ele ainda parece ser bastante hegemônico em termos ideológicos, tendo em vista a disseminação do discurso empreendedor e da responsabilização individual? Nesse sentido, não seria o neoliberalismo mais que um modelo econômico, mas um projeto de sociedade?

Enrique de la Garza Toledo: A discussão sobre o que entender por neoliberalismo tem sido relativamente simplificada. Em um texto antigo empreendemos essa discussão⁴. Dizíamos, nesse livro, que neoliberalismo é uma configuração, não é um sistema coerente, implica vários níveis, uns de estrutura, outros de concepções e outros de práticas. Simplificando, implica um primeiro nível macroeconômico e de políticas estatais de abertura das economias, desregulação dos mercados e retirada do Estado do investimento produtivo, mas não dos controles monetários, para evitar a inflação e pressionando os atores pela flexibilidade do trabalho; É também uma forma de Estado, com predomínio do grande capital, seja nacional ou transnacional, que declarou guerra aos trabalhadores e suas organizações, que tem levado à flexibilização das leis trabalhistas, à redução da seguridade social e grandes quedas no salário real a longo prazo; é também uma forma de reestruturação produtiva que tem variado ao longo dos anos, culminando com a rejeição ao pós-fordismo e adoção da *Lean Production*, como forma de organização do trabalho controlada pelas gerências, sem necessariamente uma nova cultura do trabalho ou envolvimento dos trabalhadores e sindicatos em decisões importantes, é a centralidade do conceito de flexibilidade unilateral nas relações de trabalho, cuja subcontratação é uma das formas; é, no plano das concepções, uma teoria econômica, a nova teoria neoclássica, centrada no ator racional e no individualismo metodológico, e, também, uma intenção de estender esses fundamentos racionalistas para o conjunto das Teorias Sociais. Nesse sentido, é, sem dúvida, um projeto de sociedade, não só de modelo econômico, baseado no individualismo, na

³ Entendemos por configuração sociotécnica dos processos de trabalho o arranjo conformado pelo nível da tecnologia, o tipo de organização do trabalho, a forma das relações trabalhistas, o perfil da mão de obra e as culturas gerenciais e do trabalho.

⁴ “La Formación Socioeconómica Neoliberal” - texto completo em: <http://sgpwe.izt.uam.mx/pages/egt>



meritocracia do esforço máximo e na racionalidade individual, seu conceito central não é de igualdade, mas de “liberdade”, entendida como capacidade do indivíduo de fazer sua vontade com a mínima ingerência do Estado.

Entrevistadores: 8) A discussão sobre trabalho não clássico induz a pensar num novo sujeito do trabalho?

Enrique de la Garza Toledo: Sem dúvida, mas esses sujeitos do trabalho não são, se constroem, visto que não basta um condição laboral semelhante para construir um sujeito. Este se conforma dentro de certas estruturas, por exemplo, configurações sócio-técnicas dos processos produtivos, de mercado de trabalho, macroeconômicas, políticas e culturais; mas também em certas relações e ações coletivas; e, com determinadas concepções que permitem identificar coletivamente amigos e inimigos, organizações e projetos de sociedade. Tudo isso não existe atualmente em sentido estrito, temos que lutar para construí-los. Nesta construção, é essencial a reconstrução de utopias possíveis, de uma sociedade diferente da neoliberal, no contexto em que as duas maiores utopias originadas no trabalho, o socialismo e o comunismo, foram deslegitimadas. Ou seja, temos que voltar a discutir na teoria e na prática, como foi feito na década de 1980, sobre o conceito de sujeito social, em especial os sujeitos do trabalho. Eu escrevi um livro denominado “Crisis y Sujetos Sociales en México”, que em seu primeiro capítulo abordava a discussão acerca dos Sujeitos no Debate Teórico, este capítulo está disponível na internet.⁵

Entrevistadores: Em seu texto *La centralidad del trabajo em el siglo XXI*⁶, publicado em 2015 no periódico La Maquilla, ao abordar o pós-modernismo como uma das perspectivas que rejeitaram o trabalho como categoria sociológica central, você destaca o papel as teorias da fragmentação das identidades lideradas por Bauman e Sennett. Em sua opinião, na atualidade, qual o papel do trabalho para a formação da identidade do trabalhador? A partir dessa dimensão, é possível pensar em algum potencial de transformação social?

Enrique de la Garza Toledo: Parecem distantes os dias em que muitas teorias sociais reconheciam a centralidade do Trabalho na sociedade. A crise do marxismo, os novos modelos de produção e de industrialização, o neoliberalismo e a pós-modernidade, junto com a queda do socialismo real, a crise do sindicalismo e suas utopias de sociedade, tem alimentado um estado de ânimo pessimista entre os intelectuais, especialmente entre aqueles que se nutriram das críticas à sociedade capitalista e imaginaram paraísos alternativos.

Não é a primeira vez que os intelectuais se perguntam acerca do futuro do Trabalho, nos anos cinquenta se interrogava o mesmo em relação às primeiras etapas da automatização dos processos produtivos e a industrialização dos sistemas de relações industriais. Naquelas condições, as respostas mais comuns eram otimistas, a automatização contribuiria para a constituição de uma nova classe trabalhadora, que significaria o enriquecimento das tarefas ou a requalificação e vontade de controle sobre seu trabalho pelos novos trabalhadores. A institucionalização das relações entre capital e trabalho, assim como a extensão do Estado benfeitor, fariam inúteis às revoluções, e o bem estar dos trabalhadores e sua influência através dos sindicatos seriam crescentes. Mas a institucionalização das relações entre capital e trabalho na Europa e as visões otimistas acerca da conciliação de interesses entre trabalhadores e patrões foram substituídas pela visão de Braverman, nos anos sessenta, e suas teses sobre

⁵ Toledo, Corral e Melgoza (1988).

⁶ Toledo (2015).



as tendências de desqualificação do trabalho. A partir dos anos oitenta (na Inglaterra, desde os setenta) a articulação entre três processos mudaram os terrenos de encontro entre capital e trabalho: o neoliberalismo como formação socioeconômica alternativa à keynesiana de Estado benfeitor, que alterou os sistemas de relações industriais, em particular a influência dos sindicatos nas políticas econômicas, trabalhistas e de seguridade social; a reestruturação produtiva e dos mercados de trabalho, com a possível conformação de modelos de produção e de industrialização alternativos aos do período anterior, que mudaram as relações de poder dentro dos processos de trabalho; a decadência das ideologias relacionadas ao movimento operário, especialmente aquelas de fundo socialdemocrata e comunista, com suas ideologias de sociedade alternativa ao capitalismo, que deixaram sem imaginário coletivo amplas massas de trabalhadores, estes que ao longo do século XX se mobilizaram na crença de que havia algum projeto alternativo de sociedade. Essas mudanças no mundo do trabalho e sua relação com outros níveis da realidade, especialmente o das relações entre empresários, sindicatos e Estado, influenciou, desde os anos 1980, nas valorizações acadêmicas sobre a importância do trabalho na sociedade. Até meados dos anos 1970, era muito aceita por diversas teorias a centralidade do trabalho no conjunto das relações sociais, como fonte de identidade. A partir dos anos 1990, os interesses dos acadêmicos pelos trabalhadores decaiu substancialmente, por outro lado, não decaiu na mesma medida a importância do trabalho, como atividade (*work*). Isso se pode mostrar através do processo muito dinâmico de criação de teorias nos anos 1980 e 1990 que, de alguma maneira, incluem o trabalho: Regulacionismo, especialização flexível, *lean production*, *industrial governance*, numa medida em que esses marcos teóricos se renovam, em média, a cada três anos. Já no século XXI, há um interesse crescente pelo trabalho nos serviços, com intenção de renovação do próprio conceito de Trabalho: trabalho imaterial, interativo simbólico, não clássico, de cuidado, etc. Além disso, o número de publicações em revistas especializadas, assim como em eventos internacionais – como o Congresso Mundial de Sociologia, a Associação Latino Americana de Sociologia, ou a Associação Latino Americana de Sociologia do Trabalho –, não mostram decadência.

De qualquer maneira, as posições daqueles que seguem estudando o trabalho se dividem, como nos anos 1950, entre as otimistas que veem nos novos modelos de produção uma esperança de libertação do trabalho humano, do seu caráter alienado, rotinizado, com pouco controle do trabalhador, como fonte de novos consensos e identidades com a empresa; e os pessimistas, que colocam ênfase nas novas segmentações do mercado de trabalho, na extensão do trabalho precário e atípico, e veem o toyotismo como uma forma superior de controle gerencial sobre o trabalho. Devem-se incluir dentro dos pessimistas os pós-modernos e “para-pós-modernos”, que acentuam a fragmentação das identidades e a impossibilidade de constituição de sujeitos coletivos do Trabalho.

Desde o início dos anos 1980, apareceram teorizações acerca do “fim da sociedade do trabalho”, que partem de grandes marcos teóricos, como Offe, que às vezes se apoiam na noção pós-moderna de fragmentação, fim das ideologias ou da História, têm como tarefa acabar de enterrar o marxismo, as teorias holistas, sobretudo aquelas suspeitas de revelar a importância do trabalho. Devem-se agregar as versões midiáticas, como a de Rifkin, que fazem balanços superficiais dos efeitos da revolução tecnológica e do futuro do trabalho. Em modalidades muito diversas, parece que esse autores percebem mais do que as transformações concretas do trabalho, a derrubada do socialismo e da classe trabalhadora como sujeito, há uma espécie de regozijo e alívio com o desaparecimento do perigo de uma sociedade não do trabalho, mas dos trabalhadores, então se trataria de fundá-la teoricamente para depois enterrá-la para sempre, para não reviver em algum momento.

Antecedentes dessas perspectivas são os trabalhos clássicos de Tourraine, dos fins dos anos 1960, acerca da sociedade pós-industrial, sociedade do conhecimento e da terceirização,

ainda que naquele momento Tourraine não trouxesse como conclusão o fim das utopias de sociedade, nem do conflito, nem, muito menos, a impossibilidade dos movimentos sociais que lutaram para se apoderar da História. Da mesma maneira, o “Adeus ao proletariado”, de André Gorz, só tem semelhanças formais com as versões atuais de fim do Trabalho. Porque Gorz o escreveu nos anos 1970, quando estavam frescas as mobilizações operárias pelo controle do processo de trabalho, e suas teorias de que todo trabalho é alienado (com exceção dos artistas e cientistas) e a reivindicação da luta pelo não trabalho, encabeçada pela não classe, não é uma visão pessimista, mas uma interpretação da nascente revolução tecnológica, e sua possível utilização para libertação de todo o trabalho através da luta. Neste caminho, o Ofte de princípios dos anos 1980 constitui uma transição entre o otimismo dos anos 1970 e o pessimismo dos anos 1990. Ofte, além de resumir os possíveis efeitos sobre a identidade trabalhadora provocada pela mudanças na estrutura das ocupações, utiliza uma noção que se aproxima, nesse aspecto, do argumento pós-moderno: a fragmentação dos mundos da vida dos trabalhadores e a maior importância na constituição de suas identidades e subjetividades os mundos de não trabalho.

A pós-modernidade nasceu de uma mudança do estado de ânimo da intelectualidade progressista, socialdemocrata ou comunista, que se traduziu na perda do imaginário, da ideia de futuro, de projeto, de organização e, em especial, de reivindicar a classe trabalhadora como sujeito privilegiado para a transformação do capitalismo. Esse pessimismo, produto da grande decepção, tentou ser temperado com a reivindicação de um novo individualismo, visto como sinônimo de liberdade frente a estruturas ou concepções totalizantes, que aprisionavam os indivíduos, tanto no socialismo real quanto no capitalismo organizado. Por isso, concordamos com Callinicos, que disse: “a pós-modernidade não é um conjunto de hipóteses verificáveis, mas uma declaração autobiográfica, o estado de espírito atual de um setor da intelectualidade ocidental, traumatizada pelas decepções do socialismo real e que foi crítica do Estado social”.

O conceito chave pós-moderno é o de fragmentação, do Eu, da cultura, do Sujeito, das relações sociais, da historicidade, a experiência sincrônica substituída pelo simulacro. A sociedade de massas seria a do desaparecimento do sujeito, a massa não tem estrutura, não segue leis, rejeita a História e o Universal, se refugia no consumo. A sociedade pós-moderna inauguraria um novo individualismo, com insegurança na vida privada, nas crenças e nos papéis, com a fratura da personalidade disciplinar fordista, é a sociedade da máxima escolha e do desejo máximo.

A outra chave da pós-modernidade é a crise da razão científica, que fundamentou no passado a ideia de progresso, que encarnou em grandes discursos e em diversas concepções de Totalidade. A verdade é substituída pelo simulacro, com uma reivindicação da teoria dos jogos linguísticos do último Wittgenstein, a verdade se impõe em jogos de poder e, assim, não tem a ver com algo como o “mundo real”, posto que o único real são os imaginários.

O discurso pós-moderno, como disse Callinicos, não se preocupa em verificar suas proposições, possivelmente porque a crença nas capacidades da Ciência também foi questionada, e joga com o impressionismo e o exagero. Por exemplo, a concepção moderna mais articulada e a mais desarticulada são ambas igualmente ontológicas, e se podem lançar muitos contra-exemplos à desarticulação universal, tais como a articulação entre cadeias de contratação ou de clientes e fornecedores. Acerca do fim das grandes narrativas, sem dúvida que entre os anos 1970 e 1980 houve uma grande transformação dos paradigmas dominantes em quase todo o século XX, em particular a crise do marxismo soviético e o estruturalismo, mas, simultaneamente, a emergência de antigos e novos grandes discursos, as teorias da escolha racional, a agência, a hermenêuticas e mesmo a pós-modernidade. As ideias de progresso socialista ou de capitalismo interventor sem dúvida entraram em crise, mas foram substituídas por uma nova ideia de progresso, a neoliberal. O positivismo estava em crise desde os anos 1960, nos anos 1970 seguramente, mas de qualquer maneira a epistemologia da ciência reconhece ao menos três correntes poderosas atualmente, a pós-estruturalista e relativista, a analítica e a hermenêutica não radical; além



disso, os pesquisadores sociais contemporâneos não podem ser pós-modernos extremistas, implicaria sua extinção como cientistas, de tal forma que seguem pesquisando de maneira positivista ou adotaram a pós-modernidade *light*, através de métodos compreensivos para interpretar.

Ou seja, o “programa” pós-moderno extremista é inviável e, como disse Alexander, a euforia pós-moderna dos anos 1980 foi seguida pela ressaca do neoliberalismo, que polariza, não elimina a pobreza, e nesta medida o homem pós-moderno hedonista tende a desaparecer, centrado no consumo.

Mas o Offe do início dos anos 1980 era, todavia, otimista acerca dos efeitos da revolução tecnológica, esta poderia permitir, segundo este autor, o aumento do tempo livre. De Offe ao “fim do trabalho” de Rifkin há uma passagem que implicou neste caminho a consolidação das políticas neoliberais em quase todo o mundo, a perda da influência sindical nessas políticas (com diferentes intensidades), a difusão das mudanças tecnológicas e organizacionais e a flexibilidade do mercado de trabalho, a persistência de níveis altos de desemprego na Europa, a extensão dos trabalhos precários e atípicos. Isto é, o panorama futuro não parecia promissor para o emprego nem para os sindicatos.

Contudo, a pós-modernidade cedeu ante a realidade da “nova economia”, da polarização, da grande concentração de renda, de aumento das jornadas de trabalho, ou seja, as lutas pelo não trabalho não superaram os primeiros anos da década de 1990 na Europa e, inversamente, foi estendida a precarização do mesmo. Nesse sentido, as teorias do fim do trabalho também mudaram, foram substituídas pelas da fragmentação das identidades, que já não destacam o hedonismo do consumidor.

Nenhum dos autores que mencionaremos agora reconhece que é pós-moderno, no entanto, a preposição “para” em espanhol significa dirigir-se à, aproximar-se. Nessa medida, mostraremos que a denominação é justa. Uma particularidade dos para-pós-modernos é que focam sua artilharia especificamente contra o Trabalho, enquanto a proposta pós-moderna é mais geral, contra as concepções modernas. Esses autores partem de algo já observado nas teorias do fim do trabalho, a heterogeneidade das ocupações, mas acrescentam o que não ficava claro até a década de 1990, que o eixo dessas transformações não é simplesmente a heterogeneidade, mas a flexibilidade do trabalho. Muito se escreveu sobre a flexibilidade do trabalho, pode ser a flexibilidade dentro do processo de trabalho, associando-se a ideia de mobilidade interna entre postos e, principalmente, de polivalência; esta flexibilidade não supõe necessariamente a expulsão de trabalhadores e não é a que interessa para os para-pós-modernos. Pode ser também a flexibilidade no encontro entre oferta e demanda de trabalho, que implica eliminar restrições ao livre fluxo de trabalhadores e à livre decisão do empregador, esta flexibilidade tem a ver com os pós-modernos, mas não é o foco principal da sua atenção. A flexibilidade também se relaciona com o sistema de relações industriais, isto é, das leis trabalhistas, a contratação coletiva e os acordos entre Estado, sindicatos e empregadores. Os para-pós-modernos entendem por flexibilidade à vinculada com a fragmentação das carreiras ocupacionais e biografias, a curta permanência em uma ocupação e a alternância entre desemprego e outras ocupações diversificadas. Essa maneira de ver a flexibilidade tem a ver com as limitações atuais ao pleno emprego típico, com jornada completa, por tempo indeterminado, protegido pelos contratos coletivos e os sindicatos. Por sua vez, a ocupação flexível seria insegura. Essa flexibilidade na trajetória ocupacional provocaria uma desestruturação nas relações de trabalho, com a instabilidade não haveria clareza sobre quais seriam os grupos de pertencimento. A flexibilidade também é de tipo geográfico, posto que a flexibilidade, assim entendida, pode implicar a mobilidade territorial do trabalhador em busca de emprego. Além da flexibilidade nas relações pessoais e familiares. Logo, o trabalho apareceria como uma colagem de fragmentos de experiências, sem enraizamento em nenhum grupo social determinado, a desestruturação do sentido de tempo e espaço, a superficialidade nas relações sociais. Deve acrescentar que:

- 1) As teses para-pós-modernas que podem ser sintetizadas nas posições anteriores utilizam metáforas como trabalho, amor e identidade líquidos, categorias zumbi, “comunidades de guarda roupa”, corrosão do caráter. Nenhum desses conceitos metáforas são realmente desenvolvidos, no sentido de precisar sua definição e a relação com outros conceitos, permanecem em sua função de impressionar emocionalmente e através de imagens de linguagem cotidianas. O uso da metáfora não é preocupante, é parte das noções que muitas vezes antecedem os conceitos teóricos, mas no caso dos para-pós-modernos parecem mais destinadas a alimentar, impressionar, e impactar um estado de ânimo próprio da derrota e perda de esperança, iniciado desde os fins dos anos 1970, exortando a aceitar a nova realidade do capitalismo. A categoria zumbi é para deslegitimar a quem contrarie o fim dos grandes projetos e sujeitos, tachando-os de “mortos vivos”; A “liquefação” de tudo, da identidade, da personalidade, do amor, é a debilitação dos vínculos sociais pela fragmentação; as “comunidades de guarda roupa” mudam segundo a ocasião da trajetória ocupacional e da vida fragmentadas.
- 2) O estilo impressionista se complementa com a inserção de frases impactantes para apoiar as proposições anteriores, retiradas do contexto dos clássicos da filosofia, das ciências sociais, das ciências naturais. Apoiadas na literatura, em declarações de dirigentes políticos, na publicação de notícias nos meios de comunicação ou espetacularizações, com informação não sistemáticas de fontes secundárias, observações tampouco organizadas, relatos de outras pesquisas ou impressões cotidianas. Ou seja, em vez da prova “empírica”, recorre-se à argumentação, sem desenho de investigação, nem quantitativo nem qualitativo, a partir de uma colagem de fontes de modo a mostrar o que se quer afirmar. O mesmo se pode dizer do manuseio dos dados empíricos, que estão longe de uma sistematização rigorosa ou da constatação da validade de suas fontes, que podem ser dados retirados de um jornal ou declarações de empresários, os números são assumidos com extrema liberdade, sem aparato crítico, desde que demonstrem as teses que se deseja difundir. Nenhum dos textos para-pós-modernos pode reivindicar ser uma sistemática e rigorosa investigação quantitativa ou qualitativa, seu estilo se aproxima do jornalismo e a função do dado não é demonstrar, mas impactar, utilizando-se também uma linguagem sedutora e facilmente assimilável por um público amplo, de tal forma que o leitor fica seduzido com facilidade, no que parece ser uma denúncia acerca dos males da flexibilidade, encobrendo as suposições mais profundas.
- 3) Essas suposições implicam uma hipótese central de que, durante o período do socialismo real ou do Estado social, o Homem estava dominado por estruturas burocráticas e concepções estruturalistas que lhe atribuíam uma posição na sociedade ou uma tarefa histórica a desempenhar, ambas cortavam sua liberdade. Portanto, o que faria o Homem infeliz seria seguir atrelado aos grandes projetos ligados a grandes utopias, estruturas, burocracias ou organizações. De cada texto para-pós-modernista, dedicam-se 90% rasgando as roupas sobre a infelicidade dos novos homens flexíveis da nova economia, por isso, leituras pouco cuidadosas entendem os para-pós-modernistas como críticos do neoliberalismo, apesar destes concluírem que o que chamam de “Nova Economia” chegou para ficar, restando a adaptação.
- 4) Se, por um lado, os para-pós-modernos não desconhecem as penalidades da transição da sociedade anterior burocratizada à flexível, afirma-se sem ambiguidades que a situação anterior é melhor que a jaula de ferro burocrática anterior. A nova economia flexível tem o potencial de liberdade sob a condição de que se opere uma mudança cultural no sentido de aceitar a flexibilidade, desprender-se da ideia anterior de trabalho seguro e adquirir rapidamente as habilidades adequadas às ocupações instáveis.
- 5) Entretanto, reconhecem que o mercado não pode fazer o que quiser com a flexibilidade do trabalho. Assim, aparecem como reformadores do neoliberalismo,



visto que não se trata de mudar sua essência, mas de desenhar “instituições remendo” que atenuem os choques da flexibilidade entre os menos aptos – em termos de qualificações e psicologicamente – para essa grande transformação. Sobre as instituições remendo que propõem, umas parecem inofensivas e de pouca efetividade, como a mudança de função dos sindicatos para uma espécie de agências de emprego para os afiliados que fiquem desempregados, ou fomentar o espírito de que nem todo trabalho deve ser mercantilizado. Outras são contraditórias com seus próprios pressupostos, os para-pós-modernos costumam propor “categorias zumbi” próprias, segundo eles, do Estado Social, como assegurar a toda população um salário mínimo ou a “flex-segurança” (como fundos estatais para os que fiquem temporariamente desempregados por conta da flexibilização).

As doutrinas – seria exagerado chamá-lhes teorias – para-pós-modernas retomam da pós-modernidade, sobretudo o conceito de fragmentação, o convertem em sua proposição sociológica central, retomam fragmentos de teses de outras teorias, sobre terceirização, novas qualificações, trabalhos informais, inseguros, excludentes, atípicos, sem originalidade. Mostram, de maneira impressionista, os males provocados por essa flexibilidade, mas na sua fobia contra o Estado Benfeitor, capitalista ou socialista, se tornam sustentadores das reformas neoliberais do capitalismo – que chegaram para ficar, como diz Bauman –, as quais podem ser suavizadas através de “instituições remendo”, como mencionamos. Nessa lógica, o papel do capital transnacional fica obscurecido por um sistema impessoal que se impõe. Assim, a para-pós-modernidade é uma versão neoliberal da pós-modernidade, que não assume (ao menos, não explicitamente) a negação da razão científica. É nessa medida que suas proposições tomam a forma de “pseudohipóteses” científicas, ilustradas através de argumentos e dados escolhidos de modo a afirmar as proposições que se quer apoiar.

Referências

TOLEDO, E. G. La centralidad del trabajo en el siglo XXI. *La Maquila: Revista del Grupo de Estudios Interdisciplinarios del Trabajo*, Ñuñoa, ano 1, n. 1, p. 12-14, 2015. Disponível em: <<http://sgpwe.izt.uam.mx/pages/egt/publicaciones/articulos/MaquilaDelaGarza.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

TOLEDO, E. G. Trabajo no clásico y flexibilidad. *Caderno CRH*, Salvador, v. 26, n. 68, p. 315-330, 2013. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=1210&layout=abstract&OJSSID=6f86be14239721eab1efc70c5cf4edd9>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

TOLEDO, E. G.; CORRAL, R.; MELGOZA, J. *Crisis y reestructuración productiva en México*. Iztapalapa: Universidad Autónoma Metropolitana, 1988. Disponível em: <<http://sgpwe.izt.uam.mx/pages/egt/publicaciones/libros/crisis%20y%20reestructuracion%20productiva%20en%20mexico/Crisisyreestructuracionproductivaenmexico2%20.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2016.



Pesquisa de campo com “beneficiárias” em situação de “descumprimento” da condicionalidade da educação no programa Bolsa Família

Field research with “beneficiaries” in “noncompliance” situation of conditionality’s education in Bolsa Família program

Isabela Vianna Pinho^a

Resumo

No presente texto busco apresentar resultados preliminares da pesquisa de conclusão de curso em Ciências Sociais, ainda em andamento, além de relatar a experiência de estágio como entrevistadora do Cadastro Único na cidade de São Carlos, onde atuo desde agosto de 2014. Durante este relato, apresento como tal experiência colocou questões e inquietações que se transformaram em problemas de pesquisa, cujo foco principal se deu nas mulheres “beneficiárias” em situação de “descumprimento” da condicionalidade da educação do programa Bolsa Família.

Palavras-chave: Bolsa Família; Cadastro Único; condicionalidades; educação; beneficiárias.

Abstract

In the following text I seek to present preliminary results of a research due the conclusion of social science course still in progress, in addition to report the experience of my internship as an interviewer of Cadastro Único in São Carlos city since 2014 August. During this report, I show how this experience as an interviewer revealed questions and concerns that have become research problems, whose main focus was given on the “beneficiaries” women in situations of “noncompliance” conditionality of education in the Bolsa Família program.

Keywords: Bolsa Família; Cadastro Único; conditionalities; education; beneficiaries.

^a Graduanda em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil. Contato: isaviannapinho@hotmail.com



Estágio no Cadastro Único

Sou estagiária desde agosto de 2014 da Secretaria de Assistência Social e Cidadania na cidade de São Carlos, localizada no interior do estado de São Paulo, onde atuo como entrevistadora no Cadastro Único¹. Em 18 meses, cadastrei, entrevistei e orientei milhares de pessoas em situação de “vulnerabilidade social”, o que também me permitiu conhecer parcialmente a rede de serviços e programas no município.

O primeiro contato das pessoas com as políticas assistenciais se dá pelos Centros de Referência Social (CRAS) e, também, na sede da secretaria, onde são elas inscritas no Cadastro Único por entrevistadores – atualmente, somos três mulheres e quatro homens graduandos de Ciências Sociais. Neste setor, trabalha ainda uma funcionária de carreira no cargo de chefe da seção dos programas de transferência de renda. A secretária municipal, motoristas, assistentes sociais, a funcionária de limpeza, etc., também circulam cotidianamente na sede da secretaria.

Desde que entrei no Cadastro, algumas mudanças são perceptíveis como, por exemplo, a rotatividade das pessoas. Logo no início, entrei com cinco estagiários novos e nos juntamos a mais quatro antigos que já trabalhavam no setor. Como chefe, a mesma que estava naquele período hoje não se encontra mais, pois saiu no período de exoneração dos cargos comissionados em novembro de 2015. Os estagiários antigos saíram quando terminaram os contratos e outros entraram para substituí-los. Minha chefe atual entrou alguns meses antes da antiga sair. As duas possuem perfis completamente diferentes, o que faz com que a rotina, tanto entre funcionários como com “usuários”, mude consideravelmente.

Em uma mesa na entrada da secretaria se encontram dois funcionários para receber todos que ali entram. Eles tiram dúvidas, pegam encaminhamentos de cestas básicas e dão senhas a aqueles que desejam algo referente ao cadastro. Estes devem aguardar – até que sejam chamados por ordem de senha – em um ambiente onde perpassam diferentes sons e cheiros.

Há uma mistura de sons no ambiente da secretaria, como do painel de senha, crianças brincando, bebês chorando, pessoas que conversam enquanto aguardam, vans e carros da prefeitura que entram e saem da garagem, portas que se abrem e fecham, toques de telefones, de teclados dos computadores, de impressoras, ruídos de ventilador, de ar condicionado, de carrinhos com cestas básicas, barulhos de louça ou do micro-ondas que esquentam as marmitas na cozinha. Logo cedo, o cheiro de café preparado pela funcionária da limpeza – que insiste em afirmar não ser a sua função fazê-lo – invade o ambiente. No horário do almoço, os cheiros de marmitas sendo esquentadas também são percebidos. Algumas pessoas trazem fortes odores que por ali ficam. Ademais, o calor não passa despercebido fora e dentro do cadastro.

Uma parede com janelas de vidro separa os estagiários das pessoas que aguardam. Quando entram na sala do cadastro, são atendidas em alguma das sete baias, cada qual com mesa e computador, duas cadeiras de um lado para usuários, e uma do outro, destinada a um dos entrevistadores. É muito comum as pessoas virem acompanhadas, o que faz com que algumas fiquem em pé. A sala da gestora fica ao lado da nossa, onde temos acesso por uma porta diferente da outra que dá para o lado de fora.

A nós, estagiários, cabem diferentes tarefas. As mais frequentes são as inscrições e atualizações (no Bolsa Família se impõe o cadastro atualizado por no máximo dois anos e toda vez que qualquer mudança ocorrer, como endereço, renda, escola ou composição na família, a pessoa deve comparecer antes). É necessário ao responsável trazer os documentos originais de todos os integrantes da família e responder as perguntas do entrevistador. São também

¹ Quando faço referência ao Cadastro Único, existem duas diferenças: o espaço físico de atendimento dentro da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social ou o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal que, segundo o site do Ministério de Desenvolvimento Social, “É um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos.” Mais detalhes ver Brasil (2016b).



cadastradas outras pessoas com perfil distintos, vez que outros programas sociais (Renda Cidadã, Amigo do Idoso, Ação Jovem, Cartão-Alimentação, etc.) assim exigem.

Entregamos diversas declarações para descontos nas contas de luz e água, descontos em viagens interestaduais para idosos, alíquota reduzida para o pagamento do INSS de donas de casas, de isenção de IPTU e da taxa de inscrição para concursos públicos. A Prohab (Progresso e Habitação de São Carlos) também utiliza o Cadastro Único para avaliar a situação das famílias que participam de seus programas habitacionais, bem como os postos de saúde para avaliar as famílias que recebem ou querem receber leite para seus filhos. A prefeitura também exige o cadastro às pessoas que se interessam pelos cursos gratuitos oferecidos, além daquelas que moram em assentamentos.

Como se pode notar, há muitos casos nos quais a população dirige-se a nós, de modo que o fluxo na secretaria seja, quase sempre, muito alto. Entretanto, alguns fatores podem interferir no fluxo: o clima é um deles. Quando chove ou a temperatura está mais baixa, o fluxo é muito menor. Logo após os sorteios das casas do programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo, a quantidade de pessoas cresce significativamente. No último sorteio, as pessoas chegavam de madrugada para conseguir pegar senha, ocorriam brigas, alguns passavam mal por ficar no sol ou por nervosismo.

Geralmente às sextas-feiras não fazemos atendimento ao público: reserva-se o dia para o trabalho burocrático, como arquivar papéis, visitas domiciliares e cadastramento nos CRAS da cidade.

O programa Bolsa Família e suas condicionalidades

O Bolsa Família é um programa de transferência condicionada de renda criado em 2003 pelo governo federal que visa promover o alívio imediato da pobreza, o acesso a direitos sociais básicos e desenvolvimento das famílias para superar situações de “vulnerabilidade social” (GEORGES; CEBALLOS, 2014, p. 515). Os públicos alvos são as famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza e o que define esses dois patamares são suas rendas per capita². O valor que cada família recebe depende da composição familiar (número de pessoas, idades, presença de gestantes) e da renda. As pessoas que desejam participar, devem se inscrever nos setores responsáveis pelo Cadastro Único nas cidades que residem – geralmente são os CRAS responsáveis ou, como no caso de São Carlos, a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2016a), as condicionalidades do Bolsa Família consistem em alguns compromissos das famílias beneficiárias, bem como do poder público em garantir a oferta e qualidade de serviços na saúde³, educação e assistência social. Referente à área da educação, foco de minha pesquisa, os responsáveis familiares devem matricular todas as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos na escola e a frequência escolar deve ser de, no mínimo, 85% para quem possui de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 a 17 anos.

O monitoramento das condicionalidades deve ser feito pelos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) através de gestão em parceria entre eles. São aplicados efeitos gradativos nas famílias que se encontram “em descumprimento” das condicionalidades. Primeiro a pessoa recebe uma advertência em seu extrato bancário ou por correspondência, o que não afeta seu benefício. Se, no período de até seis meses, o descumprimento se repete, há o bloqueio

² Famílias dentro do perfil do programa são aquelas com até 77 reais mensais de renda por pessoa ou entre 77,01 e 154 reais mensais, desde que tenham em sua composição crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos.

³ Na área da saúde, as crianças menores de 7 anos devem ser vacinadas, fazer pesagem, medir e fazer o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento. As mulheres gestantes devem fazer o pré-natal e ir às consultas médicas.



do benefício (a família fica sem receber por um mês e este pode ser sacado no próximo). Se depois de bloqueado, ocorrer novo descumprimento no período de seis meses, o benefício é suspenso por dois meses sem possibilidade de reaver as parcelas. O último e mais grave efeito é o cancelamento que só deve ocorrer após a família ter passado por acompanhamento da assistência social.

Problema de pesquisa e metodologia

Há algum tempo a questão das condicionalidades do Bolsa Família, mais especificamente a relacionada à educação, tem me provocado uma certa inquietação analítica. É muito frequente a presença ao nosso setor de famílias “em descumprimento” por falta de alguma criança ou adolescente à escola. Na grande maioria dos casos cabe às mães a tarefa de explicar o porquê de seus filhos faltarem às aulas, justificando com atestados médicos, laudos, etc. Ou narram ainda outros problemas enfrentados que justificariam as ausências dos filhos.

Nesses casos, somos orientados a falar que as crianças não devem faltar de jeito nenhum e, se estiverem doentes, que levem atestado ao responsável na escola. Caso as mães façam isso e, mesmo assim, tiverem o benefício bloqueado ou caso tenham tido outro problema mais grave, devem procurar a Secretaria da Educação e devem falar com a Maria⁴ (nome que sempre aparece como responsável por resolver tais questões, pessoa sobre a qual não possuo mais informações, portanto, não tenho conhecimento da continuidade deste processo). Recebemos orientação para falar algo como: “Seu benefício está bloqueado por falta do seu filho à escola, você não pode deixá-lo faltar” ou “Se o seu filho continuar faltando à escola, seu benefício será cancelado”.

Quanto à fala dos pais, geralmente mulheres, pude observar diversas situações que explicam as faltas dos filhos às aulas. Frequentemente, muitas mães nos relatam diferentes casos que justificam o não comparecimento de seus filhos. Os mais comuns são problemas de saúde e falta de vagas nas escolas próximas de suas residências. Outros empecilhos como transporte, greves, gravidez, drogas, falta de interesse, *bullying*, problemas psicológicos, morte de familiar e falta de atenção nas chamadas em sala também podem ser observados.

O problema de pesquisa surgiu da experiência de estágio, onde se pode destacar o surgimento, em mim, de: (a) inquietações quanto à altíssima frequência de casos de mães a nós encaminhadas por estarem em descumprimento com as condicionalidades da educação, (b) incômodos com as falas de gestores, estagiários e assistentes sociais que soam como punitivas e repressivas em relação às mesmas.

O recorte da pesquisa, como já mencionado, está na condicionalidade da educação, por serem seus “descumprimentos” mais frequentes quando comparados aos da saúde. Embora as pessoas também façam todo o acompanhamento nos postos de saúde e nós, estagiários, tenhamos que alertá-las quanto a isso, as condicionalidades da saúde causam menos bloqueios ou suspensões do benefício que as da educação.

No que se refere à estrutura da pesquisa, pretendo incluir duas dimensões na monografia. Primeiro, uma revisão bibliográfica, com os contextos de implantação e desdobramento do programa Bolsa Família e os embates teóricos, políticos e técnicos sobre a temática. Segundo, uma dimensão etnográfica, com trabalho de campo, onde descrevo o ambiente de estágio como entrevistadora do Cadastro Único e relato também algumas situações de entrevistas com “beneficiárias” ligadas, de alguma forma, às condicionalidades da educação.

A hipótese subjacente a este texto é a existência de uma possível falta de sincronia entre os princípios norteadores do programa referente às condicionalidades, como por exemplo, o

⁴ Nome fictício.



maior acesso aos direitos básicos e a prática cotidiana vivida pelos agentes envolvidos na rotina do Cadastro Único.

Aqui, a etnografia é feita através do meu lugar de entrevistadora do Cadastro Único e, simultaneamente, como estudante pesquisadora, em trabalho de campo. Encontrei dificuldades para descrever as situações de entrevistas porque sempre me encontrava no horário de trabalho e outras pessoas aguardavam ser atendidas. Geralmente, anoto alguns dados e depois escrevo o que me lembro nos horários livres ou quando chego em casa. O fluxo de pessoas, portanto, é determinante e, quando alto, pode enfraquecer a descrição das entrevistas.

Também encontrei dúvidas quanto a questão ética, sobre o que eu poderia ou não escrever na descrição do campo, já que realizo a pesquisa no meu ambiente de trabalho, sem o conhecimento das pessoas entrevistadas, sem elas saberem que possuo esse “duplo papel” de pesquisadora e entrevistadora.

A escolha de alguns casos em detrimento de outros visou certa heterogeneidade, por isso as justificativas repetidas foram descartadas neste relato. As falas mais curtas também foram suprimidas por apresentarem menos detalhes na descrição. Algumas vezes as conversas entre cadastrador e beneficiário fluem, outras vezes não. Isso depende de cada beneficiário, do meu próprio cansaço, ou das filas. Se estas estão grandes, tentamos não demorar muito na entrevista. Após ter decidido sobre esse tema, fico mais atenta às falas e faço mais perguntas.

Como os bloqueios e suspensões são feitos em certos períodos do ano, há épocas que quase nenhuma mãe vai ao cadastro por esse motivo. Por outro lado, quando chega o período de “punições”, principalmente no final do mês quando os benefícios são liberados, muitas chegam acompanhadas de “cartinhas” ou extratos bancários que notificam a elas o bloqueio ou suspensão do benefício. No meio de março de 2016 até o final deste mês, por exemplo, muitas mães “em descumprimento” se destinaram a nós por falta dos filhos nos meses de outubro ou novembro. Estes períodos enriquecem a pesquisa porque consigo descrever muitas situações diariamente.

Descrevo a seguir algumas situações de entrevistas no ambiente do Cadastro. Nos casos das visitas domiciliares e da palestra no CRAS relatadas abaixo, as falas foram destinadas a minha chefe que eu acompanhava, todas as outras são situações que descrevo algum atendimento habitual no Cadastro, com falas entre eu e as beneficiárias. As entrevistadas são, em sua totalidade, mulheres, as quais coloquei nomes fictícios, iniciados com “Maria”. Tal decisão tem como finalidade a garantia do anonimato aos sujeitos envolvidos.

Maria das Graças

Todo ano o governo federal cruza as informações do cadastro com outras bases de dados e, quando é encontrada alguma divergência, as famílias são notificadas. Durante este processo, uma lista com alguns nomes de beneficiários foi enviada à chefe do setor, com o propósito de fazer visitas domiciliares àquelas pessoas que ali constavam. Portanto, no dia 15 de junho de 2015, fui com ela visitar algumas casas localizadas no bairro Santa Angelina para observar a situação daquelas famílias e pedir que fossem atualizar seus cadastros.

O que me marcou naquele cenário foram as casas, que apresentavam semelhanças e diferenças específicas. Saltou aos olhos, a princípio, a falta recorrente de campanha e a constante presença dos animais de estimação, não havia ordem na numeração, alguns números eram feitos à mão com tinta spray e não vi nenhuma placa que ajudasse na localização, o que dificultou um pouco nosso trabalho. As variações, como o piso, pintura, acabamento, portão elétrico, tamanho, carro na garagem, também se faziam presentes pontuando contrastes. Entre dez casas que tentamos contato, conseguimos falar apenas com quatro moradores diferentes,



pois muitos não estavam ou não atenderam. Dentre essas quatro visitas, relato dois casos a seguir que cabem no enfoque deste trabalho.

Ao chegarmos a uma das casas, Maria das Graças, uma senhora com aproximadamente setenta anos estava na porta com o seu cachorro. Identificamo-nos e ela nos pediu que entrássemos. Havia dois carros na garagem que rapidamente justificou ser dos vizinhos, pois alugava mensalmente aquelas vagas pela quantia de cem reais. Ficamos na cozinha enquanto fazíamos perguntas referentes à sua renda e, entre um dos assuntos, comentou que sua neta de 14 anos tinha acabado de ter um filho, estava de licença maternidade e em agosto voltaria às aulas, o que estava preocupando-a. “*A Tamara teve um filho agora, ela tem 14 anos, como vai cuidar do bebe e vai pra escola? Já já cortam meu Bolsa Família porque ela vai precisar faltar.*”

Maria de Lourdes

No mesmo dia relatado acima, fizemos outra visita domiciliar ao bairro Santa Angelina com o mesmo propósito. Quando chegamos à outra residência que constava na lista, havia aparentemente cinco pessoas do lado de fora, sentadas e conversando. Perguntamos pela responsável familiar que logo se identificou e perguntou se gostaríamos de entrar. Ao entrarmos na casa, ficamos em pé na cozinha por uns dez minutos conversando sobre sua situação no Cadastro. Entre algumas falas, Maria de Lourdes nos perguntou sobre a questão da greve estadual dos professores que estava afetando as aulas do seu filho, como apresento a seguir:

Meu benefício está suspenso, a escola está em greve, não tem aula. Meu filho vai e não tem aula. Como fazer com uma situação dessas? Ele tem aula até as nove horas e depois a escola não deixa ir embora, mas o menino quer ir! Eu vou buscar, o que posso fazer?

Maria Aparecida

Geralmente às sextas-feiras não fazemos atendimento ao público. Logo, no dia 22 de maio de 2015, sexta-feira, fomos ao CRAS no distrito Santa Eudóxia⁵, que tem a cidade de São Carlos como distrito-sede. Saímos da Secretaria com uma van da prefeitura. O grupo era formado por mim e mais três estagiários, nossas duas chefes (antes tínhamos duas, uma delas foi exonerada do cargo) e o motorista. O trajeto durou cerca de quarenta minutos percorridos por paisagens bonitas e, chegando lá, conhecemos a assistente social e algumas beneficiárias daquele distrito. Estava marcada uma palestra que seria dada por uma de nossas chefes para as pessoas ali presentes (todas eram mulheres, provavelmente beneficiárias e algumas estavam com seus filhos pequenos). Além da palestra, o propósito da ida até o local era de recadastrar algumas famílias, já que este distrito se localiza distante da Secretaria, o que pode impossibilitar a vinda das beneficiárias até nós. Durante a palestra, algumas mulheres fizeram perguntas, Maria Aparecida levantou sua mão e disse:

Meu filho teve dengue, ficou mal por duas semanas, o levei no hospital, peguei atestado, mas o médico só deu quatro dias. Como ia levar o menino mal pra escola?

⁵ CRAS localizado no distrito de Santa Eudóxia, o qual faz parte do município de São Carlos e está localizado ao nordeste, a 28 km do distrito-sede e possui uma população aproximada de 3.200 pessoas.



Maria Madalena

Em algum dia qualquer de atendimento no cadastro, Maria Madalena sentou em uma das cadeiras de atendimento e me disse que sua filha apresentava problemas com colegas de sala e, por esse motivo, não queria mais frequentar a escola. “*Minha filha não quer mais ir à escola, os colegas de sala estão falando que ela tem cabelo ruim. Vou pegar esses moleques!*”. Quando perguntei se ela falou com algum responsável, disse que sim e que nada tinha adiantado.

Maria das Dores

Em junho de 2015, durante um dia normal de atendimento ao público, Maria das Dores, com aproximadamente trinta anos e um filho pequeno de dois, senta em uma das cadeiras localizadas na baia que eu estava e me pergunta se, para falar com a Maria da Secretaria da Educação, precisaria marcar horário. Perguntei a ela se eu não poderia ajudar e, então, ela comentou que estava com o benefício suspenso e explicou sua situação:

Meu filho não se sente bem na escola. Marquei consulta com psiquiatra pra ele, pra ver se tem alguma coisa. Eu o levo na escola, dá cinco minutos e preciso buscá-lo porque ele não ta passando bem, chego à escola e as vezes está até pálido. Ele chora pras professoras que não quer ficar na escola. Essa semana se ele foi uma vez na escola é muito. Eu preciso tanto desse bolsa família. Ele chega à escola e começa a chorar.

Maria Vitória

No começo de dezembro de 2015, Maria Vitória veio até o cadastro atualizar seu endereço e pegar declaração para desconto do IPTU. Quando perguntei a ela desde quando recebia o benefício, disse que fazia bastante tempo, mas que já tinha sido bloqueado muitas vezes por falta da sua filha na escola, esta que não possuía um rim e sentia-se mal frequentemente. Por curiosidade, perguntei a ela se as assistentes sociais não faziam nenhum acompanhamento e ela respondeu que muitas vezes já foram à sua casa, mas não pelo motivo das faltas, sim por sua situação econômica. Também afirmou que já conhecia minha chefe e a funcionária da Secretaria da Educação. Maria Vitória também disse ir sempre ao médico, mas eles não davam atestados e, então, as faltas às aulas de sua filha eram computadas.

Maria Josefa

É comum o governo enviar cartas às famílias “em descumprimento”. Em dezembro de 2015, foram enviadas algumas, o que fez com que mães chegassem até nós justificando logo de início a falta de seus filhos, como mostro no exemplo de Maria Josefa abaixo.

Recebi uma “cartinha” em casa falando que minha filha de 16 anos está faltando na escola. Ela tem um filho pequeno de 1 ano e 7 meses, o leva pra creche de manhã e ela também vai à escola cedo. Mas como ele é pequeno, tem que buscá-lo muitas vezes na creche, pois fica doente, etc. Por esse motivo ela teve algumas faltas.



Maria de Fátima

Era uma manhã de terça-feira em fevereiro de 2016. Quando chamo a segunda senha do dia, chega Maria de Fátima dizendo “gostaria de atualizar meu Bolsa Família”. Pergunto a ela com quem mora e ela afirma residir com os pais e uma filha. Quando abro seu cadastro noto que as informações de seus pais não constam ali. Informo a ela que deve trazer seus documentos para adicioná-los. “Na verdade eu moro em um quatinho nos fundos porque tenho depressão e prefiro ficar sozinha. Conheço sua chefe e ela sempre abre uma exceção pro meu caso porque conhece minha história.”

Maria de Fátima tem três filhos. O maior, de 19 anos, já casado, pai de uma menina há apenas 13 dias e, segundo suas palavras, “envolvido no tráfico”. O filho do meio, com 15 anos, havia acabado de sair da Fundação Casa. A filha menor tinha seus 11 anos, a qual teceu elogios por sempre ir à escola. Pelas suas falas pude observar que Maria de Fátima era conhecida nas instituições de assistência pelo seu histórico de contínuas agressões de seu ex-marido, este que já havia quebrado seu braço e já quase a tinha matado devido às constantes agressões.

Toda vez que consigo um emprego, ele vai lá me bater. Na última vez trabalhava numa loja de brinquedos no shopping, ele entrou lá e me espancou. Meu chefe me demitiu, disse que eu era uma ótima funcionária, mas não podia continuar ali por se tratar de uma loja com crianças e ter risco de que ele volte e algo aconteça.

Durante as perguntas feitas por mim, ela foi contando histórias de mais agressões, da fiança que seu ex-marido pagou para sair da prisão, de um namorado que foi ameaçado pelo agressor e a deixou, de seu pai de 75 anos que a acompanha em todos os lugares por medo de acontecer algo. Quando perguntei da sua escolaridade, ela disse: “Eu me formei há pouco tempo, consegui realizar esse sonho. Mas no dia da minha formatura ele acabou comigo.”

Sobre seu filho do meio, Maria de Fátima afirmou ter saído da Fundação Casa há pouco tempo e que agora residia com ela. Disse também que o menino estava se tornando violento, depois que conviveu algum tempo na casa do pai e presenciou cenas de agressões contra a nova esposa que vivia com ele. Seu filho não queria frequentar a escola, o que estava lhe causando “dores de cabeça”. “Eu não vou colocar o menino no Bolsa Família, ele não quer ir pra escola. Se eu colocar ainda vou perder o benefício por sua causa.”

Maria de Jesus

No dia 23 de março de 2016, logo pela manhã, chamo a próxima pessoa a ser atendida. Dirige-se à minha baia Maria de Jesus, idade próxima há 30 anos, cor parda, separada, faxineira e mãe de três filhos: um menino de 13 anos, uma menina de 15 e outra de 18.

Sobre o filho de 13 anos, nada foi dito. A filha de 15 seria o motivo pelo qual a beneficiária estava ali e, a maior dos três, que aguardava do lado de fora do cadastro, parecia ter alguns problemas relatados pela mãe por não ter terminado a escola e não querer mais estudar ou trabalhar, além de, nas palavras da mãe: “De vez em quando fumar maconha, andar com más companhias e não quer fazer nada”.

Referente ao ex-marido, pai dos seus filhos, Maria de Jesus fez uma fala rápida, afirmando ter se separado porque apanhava e ele o ameaçou certa vez com faca, o que a fez desistir do casamento e, com pedido do juiz, o mesmo foi obrigado a sair de casa.

A beneficiária recebeu uma carta do governo federal, a qual estava escrita que sua filha de 15 anos havia faltado em outubro e seu benefício foi bloqueado por esse motivo.



Minha filha tem 15 anos e já tem “marido” (o qual tem 24 anos), foi morar com ele e com a sogra. Não quer ir à escola. Eu não sei o que eu faço. Trabalho em Araraquara, não tenho como ver todos os dias se ela foi ou não. Eu ligo e ela diz que está lá. Ela vive faltando, vai, não vai, já canso de brigar. Toda vez é isso daí, bloqueiam meu cartão por causa dela. Esse dinheiro me ajuda pra pagar uma luz, uma água. Eu fico sem, e aí, o que eu faço?

A beneficiária logo perguntou se eu poderia tirar a filha do cadastro, já que não morava mais na sua casa e causava esses problemas relacionados às faltas. Mesmo sabendo que não podemos tirar, resolvi chamar minha chefe que se dirigiu à baía para conversar com a mesma, perguntou então, quando a menina completaria 16 anos (pelo fato de que, o/a jovem com 16 anos que ultrapassa a frequência mínima escolar permitida, apenas tem seu benefício jovem cortado e não todo o benefício da família). Maria de Jesus respondeu que só no fim de novembro. Em seguida, minha chefe explicou que não pode tirar do cadastro pela filha ser menor de idade e que talvez fosse melhor a mãe passar a guarda à sogra, ou então, tentar conversar com ela para isso não continuar acontecendo.

Resultados preliminares

As considerações abaixo são referentes à pesquisa de conclusão de curso ainda em andamento e apenas à rotina do Cadastro Único, além de poucas visitas aos CRAS ou domicílios. Não conheço, portanto, todo o processo de gestão das condicionalidades na cidade de São Carlos, somente parte dele.

Durante todo este período no estágio, pude perceber, através das falas das mães, que as faltas dos seus filhos à escola parecem se referir às insuficiências de outras políticas sociais: trabalhistas, previdenciárias, de saúde, de educação, de transporte e assistência social. Porém, as insuficiências ou falhas são atribuídas, não raro, à negligência ou falta de cuidado das mães. Pode-se observar também a existência de uma forma de triagem dentro da rotina da Secretaria entre mães boas e ruins: aquelas que cumprem “certinho” as condicionalidades merecem receber o benefício, as que não, são negligentes e devem ser punidas para não repetir o erro.

Parece existir, portanto, certa distorção entre a proposta governamental das condicionalidades e as práticas institucionais, uma questão meritocrática envolvida na execução do programa, uma lógica punitiva, disciplinadora e de sanção aos “beneficiários” no que se refere, pelo menos, às falas dos gestores e entrevistadores do Cadastro Único.

A responsabilização recai sobre as mães, não sobre a execução das políticas públicas de educação, saúde, assistência social, etc. A monitorização em si mesma, parece aplicada apenas aos “beneficiários”, então tanto às políticas e ao poder público como concebido.

Pode-se afirmar que é a mulher – na condição de mãe, dentro da lógica conservadora da divisão do trabalho e da disposição feminina para o cuidado – quem recebe as orientações dadas pelo governo para cumprir o dever parental de garantir a educação e a saúde dos filhos.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Bolsa Família*. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>>. Acesso em: 20 fev. 2016a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Cadastro Único*. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico>>. Acesso em: 20 fev. 2016b.



GEORGES, I. P. H.; CEBALLOS, M. Bolsa familia y la asistencia social en Brasil: de la lucha política a la mercantilización local. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 513-529, 2014.

Recebido: 22 fev., 2016
Aceito: 28 mar., 2016

A (re) construção de uma “nova” modalidade de trabalho denominada “pejotização” no contexto sociocultural brasileiro

The (re) construction a “new” mode working named “pejotização” in the Brazilian sociocultural context

Juliani Veronezi Orbem^a

Resumo

O artigo visa compreender uma “nova” modalidade de trabalho denominada “pejotização” e como esta foi (re) construída no contexto social e cultural brasileiro. Na “pejotização” o trabalhador, pessoa física, presta o serviço em uma empresa através da constituição de uma pessoa jurídica, utilizando um contrato de prestação de serviços de natureza civil, sem a incidência de qualquer direito trabalhista. O estudo, então, visa questionar se essa relação de trabalho foi construída como uma nova modalidade de trabalho com base na lei do trabalho temporário, Lei nº 6.019/1974, que possibilitou a expansão da externalização das atividades do Brasil ou se ela foi reconstruída, partindo da conjugação de outros modelos de prestação de serviços, como o trabalho autônomo e a constituição de pessoa jurídica, já presentes na legislação civil brasileira desde 1916, com a intenção de o contratante não arcar com qualquer direito trabalhista e, assim, reduzir custos. O trabalho envolve uma pesquisa qualitativa, fazendo uso do método de abordagem indutivo, do método de procedimento monográfico e utilizando como técnica de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e jurisprudencial.

Palavras-chave: contexto social e cultural brasileiro; “pejotização”; relação de trabalho.

Abstract

The article aims to understand the “new” working mode called “pejotização” and how it was (re) constructed in the Brazilian social and cultural context. In the “pejotização” the worker, physical person, provides the service in a company through the establishment of a legal entity, using a contract for the provision of civilian services, without incurring any labor law. The study, then, is to question whether this working relationship was built as a new way of working based on the law of temporary work, Law 6.019/1974, which allowed the expansion of outsourcing of activities in Brazil or if it was rebuilt, starting from the combination of other models of service delivery, such as self-employment and the creation of a legal entity, already present in the Brazilian civil law since 1916, with the intention of the contractor does not bear any labor law and thus reduce costs. The work involves a qualitative research, using the inductive method of approach the monographic procedure and method using as technique of the data collection the bibliographical research and case law.

Keywords: Brazilian social and cultural context; “pejotização”; employment relationship.

^a Mestre em Ciências Sociais, pesquisadora e colaboradora do núcleo de pesquisa “A flexibilização do direito do trabalho como objeto de luta político-cognitiva no campo jurídico brasileiro”, Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Pelotas, RS, Brasil. Contato: juorbem@gmail.com



Introdução

O presente estudo visa analisar a “nova”¹ relação de trabalho denominada “pejotização”. Trata-se de uma modalidade de externalização das atividades na qual para que haja a contratação ou a manutenção do posto de trabalho a empresa contratante exige do trabalhador, pessoa física, que este constituía uma pessoa jurídica. Desta forma, o trabalhador irá prestar os serviços na respectiva empresa mediante um contrato de prestação de serviços de natureza civil realizado entre a empresa contratante e a pessoa jurídica do trabalhador, sem que haja a incidência de qualquer direito trabalhista.

Então, o artigo tem como temática central analisar o fenômeno da “pejotização”, buscando compreender como tal instituto foi construído no contexto sociocultural brasileiro, ou seja, o estudo visa questionar se essa relação de trabalho foi construída como uma nova modalidade de trabalho ou se ela foi reconstruída com base nos modelos de prestação de serviços já existentes.

O artigo é parte da pesquisa realizada para a construção da dissertação de mestrado em Ciências Sociais, que teve como objeto de pesquisa o fenômeno da “pejotização”, apresentada no programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa com a utilização do método de abordagem indutivo e do método de procedimento monográfico, usando como técnica de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e jurisprudencial. Com relação à análise jurisprudencial foram analisadas 70 (setenta) julgados do Tribunal Superior do Trabalho – TST, relativos ao período de 01/01/2008 até abril de 2014, sobre a temática “pejotização”.

O trabalho está estruturado em duas seções. No primeiro item aborda-se a forma “atípica” de trabalho denominada “pejotização”, já na segunda parte discute-se a maneira como essa relação de trabalho foi (re) construída no contexto social e cultural brasileiro diante de mudanças legais no mercado de trabalho.

Uma forma “atípica” de trabalho: “pejotização”

Pressionado pelo novo regime de acumulação do capital e pela nova ideologia do empreendedorismo, as relações de trabalho tornam-se cada vez mais multiformes em suas possibilidades jurídicas. Nos arredores do emprego assalariado emergem outras formas de contratação de contornos mais flexíveis. São as chamadas “novas” ou “atípicas” formas de trabalho como, por exemplo, o trabalho temporário, o trabalho a tempo parcial, a terceirização, os cooperados, os estágios, os contratos como pessoa jurídica, etc. (CARELLI, 2010, p. 16).

Os contratos “atípicos” só podem ser definidos com base nos contratos típicos, assim, pode-se entender que os contratos “atípicos” não obedecem a um modelo legal ou socialmente construído. E no âmbito do Direito do Trabalho no Brasil o contrato legal e socialmente típico é a relação de emprego definida pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho – como a relação de trabalho prestada por pessoa física, de maneira pessoal, não eventual, com onerosidade e subordinação.

Um desses contratos “atípicos”, objeto desse estudo, é a “pejotização”, modalidade de externalização das atividades, que pode ser caracterizada como uma forma de contratação, na qual a empresa contratante para a efetivação da contratação exige que o trabalhador, pessoa física, constitua uma pessoa jurídica, que pode ser uma firma individual ou uma sociedade

¹ A autora coloca a palavra nova entre aspas ao se referir à modalidade de trabalho denominada “pejotização” com o sentido de questionar no texto se tal instituto seria uma relação de trabalho que foi construída como uma nova modalidade de trabalho, com base na lei do trabalho temporário, Lei nº 6.019/1974 (BRASIL, 1974), que possibilitou a expansão da externalização das atividades do Brasil ou se ela foi reconstruída partindo da conjugação de outros modelos de prestação de serviços já existentes no Brasil, de forma legal, desde o Código Civil de 1916, como o trabalho autônomo e a constituição de pessoa jurídica para a prestação de serviços.



empresária, para a prestação de serviços de natureza personalíssima. Assim, realiza-se um contrato de prestação de serviços de natureza civil para a execução das atividades, sendo tal modalidade de contratação regulamentada, então, pelo Direito Civil e não pelo Direito do Trabalho.

Logo, esse prestador de serviços seria um trabalhador parassubordinado², um colaborador, detentor de maior autonomia, que estaria inserido na estrutura da empresa contratante prestando uma colaboração continuada e coordenada. A ideia do trabalhador parassubordinado remete a ideia de alguém que não recebe comando, que dirige a sua atividade, que deixou a subordinação para trás e que agora é um empresário.

Salienta-se que a “pejotização” e a terceirização são institutos diferentes que se assemelham apenas por se tratarem de modalidades de externalização. Enquanto na terceirização existe uma relação triangular entre a empresa contratante, a empresa interposta, tomadora/terceirizada, e o trabalhador terceirizado, na qual a empresa principal transfere parte de suas atividades, as não essenciais, para que empregados de uma empresa terceirizada os executem; na “pejotização” há uma relação bilateral, na qual uma empresa contrata uma pessoa física, que prestará serviços de forma pessoal, sob a forma de uma pessoa jurídica (RAMOS FILHO, 2012).

Portanto, para se transformar em “pejota” a pessoa deve, então, se dirigir a um Cartório Civil ou Comercial para constituir uma pessoa jurídica, obtendo mediante o registro no Cartório um número de CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – que lhe confere uma identidade/personalidade jurídica. Assim, passará a prestar serviços como trabalhador autônomo regulamentado como Microempreendedor Individual – MEI, sendo identificado pelo número do CNPJ, passando a emitir nota fiscal e não mais RPA – Recibo de Pagamento a Autônomo.

Para a empresa que contrata um “pejota” não haverá pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, passando a usufruir de uma carga tributária reduzida, além de contar com uma prestação de serviço ininterrupta pelos 12 meses do ano, já que a empresa contratada não tem direito ao gozo de férias. Desta forma, estará liberada do pagamento da contribuição de 20% para o INSS sobre a folha, da contribuição para o Sistema “S” sobre este prestador de serviços, não precisará pagar a alíquota de 8% referente ao FGTS, nem a indenização de 40% sobre o total dos valores depositados em caso de rescisão contratual, como também estará livre do aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço e, por fim, como não há pagamento de salário não estará obrigada a efetuar o reajuste salarial na data base. Por conseguinte, ao deixar de utilizar uma relação de trabalho para usar uma relação comercial a empresa contratante reduz custos com suas operações, visto que tal modalidade de contratação não aparecerá mais no setor de recursos humanos, mas sim no setor de compras da empresa.

A pessoa contratada como “pejota” vende sua força de trabalho como empresário ou trabalhador autônomo, transparecendo “suposta” autonomia na execução das atividades. Deste modo, este pagará imposto de renda como pessoa jurídica e não como pessoa física e fará recolhimentos dos encargos sociais como empresário. O que torna tal situação atrativa para muitos trabalhadores é a possibilidade do trabalho prestado com autonomia, a possibilidade de um ganho maior e de maior desconto com as despesas, já que, por exemplo, os encargos sociais a serem recolhidos como empresário são menores quando comparado ao de um trabalhador formal. No entanto, o trabalhador “pejotizado” abrirá mão dos direitos trabalhistas, arcando com os custos de manutenção da pessoa jurídica como, por exemplo, com a emissão de notas

² Segundo Nascimento (2011) a figura da parassubordinação foi criada na Itália no final da década de 1950 para se reportar a uma terceira categoria de trabalho intermediária entre o trabalho autônomo e o subordinado. Assim, de acordo com a teoria italiana o trabalhador parassubordinado é aquele que trabalha com pessoalidade, de forma contínua, com colaboração e coordenação, estando inserido na estrutura organizacional da empresa, não sendo subordinado e sim detentor de certa autonomia, o que faz com este não se enquadre na relação de emprego clássica, sendo visto como um colaborador da empresa contratante. Essa terminologia também pode ser encontrada em outros países como na Alemanha, França e Espanha.



fiscais, a administração contábil, o pagamento de impostos, o planejamento de reservas, assumindo todos os riscos da atividade econômica.

A prática da “pejotização” ganhou ares de legalidade com a edição da Lei nº 11.196/2005 (BRASIL, 2005), a Lei do Bem, prevendo seu art. 129:

Para fins fiscais e previdenciários, a prestação de serviços intelectuais, inclusive os de natureza científica, artística ou cultural, em caráter personalíssimo ou não, com ou sem a designação de quaisquer obrigações a sócios ou empregados da sociedade prestadora de serviços, quando por esta realizada, se sujeita tão-somente à legislação aplicável às pessoas jurídicas, sem prejuízo da observância do disposto no art. 50 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

Assim, para alguns autores e contratantes o art. 129, da referida Lei, passou a autorizar a contratação de trabalhadores para a prestação de serviços intelectuais através de pessoa jurídica, servindo, também, como incentivo fiscal tanto para os trabalhadores como para os contratantes. Diante dessa previsão legal, a contratação de “pejotas” para a prestação de serviços intelectuais e também trabalhadores submetidos a outras atividades, passou a ser vista por alguns como juridicamente possível.

Então, duas correntes de pensamento opostas passaram a disputar espaço no subcampo do Direito do Trabalho quanto ao entendimento acerca da “pejotização”: uma que construiu o entendimento da “pejotização” fraudulenta e outra da “pejotização” lícita.

De um lado estão doutrinadores e juízes trabalhistas que defendem a posição de que a “pejotização” é uma prática fraudulenta, pois, entendem que esta só existe quando há a transformação de um trabalhador, pessoa física, em pessoa jurídica para burlar, fraudar a legislação trabalhista, previdenciária e fiscal. Portanto, a “pejotização” é reconhecida com uma relação de trabalho ilícita, que utiliza um contrato de trabalho transmudado em um contrato civil, para mascarar, camuflar a relação de emprego. Deste modo, há a transformação do trabalhador empregado em prestador de serviços por intermédio da constituição de uma pessoa jurídica.

No entanto, existem empresários e também parcela minoritária da doutrina justtrabalhista, inspirados no ideário neoliberal, que defendem a “pejotização” lícita. Estes compreendem que a constituição de uma pessoa jurídica para a prestação de serviços é uma modalidade legal de contratação, estando amparada pelo art. 129 da Lei nº 11.196/2005. Consequentemente, trata-se de uma relação de trabalho lícita, que usa de um contrato de prestação de serviço de natureza civil, com a prestação de serviço executado por um trabalhador autônomo, regulamentado como Microempreendedor Individual – MEI.

Assim, os defensores da “pejotização” lícita alegam que a referida Lei trouxe a possibilidade de opção para os trabalhadores se transformarem em pessoas jurídicas, abdicando da condição de empregado. Tais proferem o entendimento de que a Lei estaria disponibilizando, conforme critérios de conveniência e oportunidade, aos agentes sociais envolvidos na prestação de qualquer modalidade de serviço a livre escolha da espécie de relação que irão pactuar. Desta maneira, por sua livre iniciativa e vontade o trabalhador pode optar pela condição de prestador de serviços.

O jurista Robortella (2013), por exemplo, é partidário da utilização de contratos de natureza civil, como a “pejotização”, para trabalhadores de alta qualificação, pois no seu modo de entender, o trabalhador com formação sofisticada e o jovem com elevado espírito empreendedor não se sentem mais confortáveis com os limites da relação de emprego. O autor defende que os profissionais de extrema especialização e conhecimento não podem ser submetidos à homogeneidade da legislação trabalhista, sendo caracterizados como empregados, já que

quando no livre exercício da autonomia da vontade voltam-se para o trabalho em regime de autônomo ou com a constituição de empresas prestadoras de serviços.

Assim, o autor considera um avanço a Lei nº 11.196/2005 ao dispor sobre a contratação de pessoas jurídicas em certas atividades, já que é perfeitamente aceitável a diferença de tratamento jurídico e nível de proteção para as diversas formas de inserção no mercado de trabalho. Para o autor tal legislação trouxe razoável segurança jurídica às novas formas de contratação de prestação de serviços, como as que ocorrem por meio de pessoa jurídica e que não necessitam da tutela da legislação trabalhista. Então, deve-se respeitar a liberdade de iniciativa de contratar dos trabalhadores de alta qualificação, para, desta forma, imprimir segurança jurídica aos contratos e as vontades das partes, como pressuposto para o desenvolvimento social e econômico.

No entanto, cabe ressaltar que a Lei nº 11.196/2005 é uma Lei de cunho tributário e não trabalhista. Portanto, no contexto do Direito do Trabalho a “pejotização” ainda não dispõe de viabilidade legal como forma de trabalho regulamentado por legislação trabalhista, não havendo a incidência de qualquer direito juslaboral.

Mudanças legais no mercado de trabalho brasileiro e a (re) construção sociocultural da “pejotização” no país

A regulação capitalista clássica do mercado laboral brasileiro se estruturou em torno do emprego formal assalariado, uma relação bilateral, que apesar de sempre conviver com outras modalidades de prestação de trabalho, como o trabalho autônomo, teve um crescimento considerável entre o período de 1930 a 1979, em que pese o Brasil nunca ter tido uma efetiva sociedade salarial nos moldes da França. Porém, esse crescimento do emprego começou a declinar na década de 1980 com a crise do desenvolvimento industrial aliado a incidência de fatores de ordem econômica, política, técnica, gerencial e social de grande complexidade. Contexto no qual houve o delineamento de outra configuração do mercado de trabalho com o deslocamento das atividades para o terceiro setor e a utilização de modalidades contratuais “atípicas”.

A relação de emprego começa a ser enfraquecida já no quadro da ditadura militar, iniciada em 1964, visto que tal regime possibilitou o rompimento dos contratos de trabalho, com a criação do regime do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Lei nº 5.107, de 1966 (BRASIL, 1966), reconhecendo o poder potestativo do empregador de por fim ao contrato de trabalho unilateralmente a qualquer tempo, flexibilizando os contratos de emprego em sua saída. Após tal ato o governo promoveu a aprovação de leis que autorizavam a intermediação e a terceirização da mão de obra, flexibilizando os contratos de emprego agora em seu início (THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007).

Inicialmente a externalização da mão de obra foi instituída por meio do Decreto-lei nº 200/1967 (BRASIL, 1967) para o setor público, quando do contexto da Reforma Administrativa efetuada para reorganizar o Estado no começo do regime militar e para melhor atender algumas tarefas, como os serviços de limpeza e segurança. Em seguida com a edição da Lei nº 6.019/1974 (BRASIL, 1974), Lei do trabalho temporário, a externalização foi estendida ao setor privado, tornando-se a base legal para que a terceirização iniciasse o seu espraiamento para os mais variados ramos produtivos.

A intermediação, de início, conforme a Lei nº 6.019/1974 (BRASIL, 1974) foi concebida para atender necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente e para os casos de acréscimo extraordinário de serviços por um prazo máximo de três meses.

Por meio da referida lei o empresariado passou a contratar pessoal com custos mais reduzidos. A garantia de tratamento isonômico prevista na lei do trabalho temporário, entre os trabalhadores

permanentes e os terceirizados, na prática das relações de trabalho constantemente era ignorada e aos poucos foi se impondo outra ética, um novo espírito capitalista, nas relações entre as classes sociais, o qual aceitava que a força de trabalho fosse comprada como mercadoria por uma pessoa jurídica, a empresa interposta/intermediária, e revendida para obtenção de lucro para outra pessoa jurídica, a empresa tomadora dos serviços, pagando aos trabalhadores contraprestações precarizadas. Situação que configurou, então, já um primeiro molde da precarização laboral e também da dualização salarial, que se tornaram mais frequentes com o incremento das políticas neoliberais no final do século XX (RAMOS FILHO, 2012).

Posteriormente, por meio a Lei nº 7.102, de 1983 (BRASIL, 1983), a intermediação, agora permanente, de pessoal foi autorizada nas atividades de vigilância bancária. Logo, a jurisprudência da Justiça do Trabalho passou a considerar apenas duas possibilidades com relação à contratação terceirizada de trabalho, constituindo-se em exceção ao padrão estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT: a contratação de trabalhadores por empresa interposta enquadradas na Lei do trabalho temporário e nos caso dos serviços de vigilância. Todas as demais formas de intermediação de mão de obra eram consideradas ilícitas e devido a frequente violação dos direitos dos trabalhadores terceirizados em meados da década de 1980 houve a edição do enunciado nº 256 pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST consagrando tal entendimento.

Contudo, em 1993 o TST reuiu o entendimento sumulado ampliando os casos em que se permitia a terceirização, editando a súmula nº 331, autorizando-a também em serviços de conservação e limpeza e em serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta. Novamente o entendimento da súmula nº 331 é revisto em 2011, chegando à formulação atual, que acabou consagrando a terceirização de serviços especializados em atividade-meio do tomador. Previsão que já se encontrava na redação do item III da respectiva súmula confeccionada em 1993.

Além do trabalho temporário o legislador editou outras leis permitindo formas de contratação da mão de obra sem ser pelo modelo do emprego assalariado como a Lei nº 5.764/1971 (BRASIL, 1971) das cooperativas de trabalhadores e a Lei nº 6.494/1977 (BRASIL, 1977) sobre o estágio.

Essas intervenções legislativas construídas na década de 1970 e de 1980 introduziram uma nova forma de comportamento social, construindo um “novo” modelo de prestação de trabalho subordinado. O Direito do Trabalho até então estava baseado em um modelo bilateral de contratação e agora se deparava com a possibilidade de utilizar um modelo trilateral de prestação de trabalho, consagrando a externalização de serviços no país (RAMOS FILHO, 2012).

Portanto, a construção da Lei do trabalho temporário, já estava embasada em uma lógica flexibilizadora, autorizando a contratação por interposta pessoa jurídica, isto é, permitindo uma empresa contratar outra empresa como relação trabalhista.

Nesse sentido, tal legislação já atendia aos ditames da lógica da reestruturação produtiva, que aparece no cenário brasileiro no final dos anos de 1980 e ganha ênfase nos anos de 1990, antecipando elementos pós-fordistas no Brasil que qualificaram o *terceiro espírito do capitalismo*, caracterizado nas palavras de Ramos Filho (2012, p. 265) “[...] como aquele em que o modo de produção, injusto por suas próprias características, considera desnecessário se legitimar e se relegitimar.”

Ao criar a Lei do trabalho temporário que acabou autorizando e expandindo a externalização de serviços no Brasil deixou-se a porta aberta para que outras modalidades de trabalho fossem criadas ou (re) criadas de acordo com as demandas do novo regime de acumulação do capital e da nova ideologia do trabalho em formação no mundo e que logo encontraria seu espaço também no Brasil.

Outro contexto começa a se formar nos anos de 1980 e 1990 no país, período marcado pela crise financeira do Estado, pela crise da dívida externa, pela hiperinflação e pela mudança de



regime, do militar para o democrático. O Estado estava voltado para o problema macroeconômico da inflação, abandonando seu posto de condutor do desenvolvimento, deixando este a cargo do setor privado movido por estímulos de mercado.

Inicia-se, então, nos anos de 1980 uma mutação no mercado de trabalho brasileiro, com a desarticulação do modelo de desenvolvimento industrial que até então havia comandado a economia brasileira e a abertura do país para o capital estrangeiro, com as privatizações, introduzindo a nova racionalidade do trabalho em curso no mundo, havendo a queda nos postos de emprego e o deslocamento das atividades para o ramo de serviços ou terceiro setor, proporcionando alterações nas relações individuais de trabalho.

Nos anos de 1990 esse processo de mudanças no mercado do trabalho se intensifica com a prevalência do ideário neoliberal, do processo de reestruturação produtiva e com a introdução de avanços tecnológicos, ocasionando mudanças organizacionais na produção, na estrutura das empresas e nas formas de gestão de mão de obra.

Influenciados pelo receituário neoliberal de redução de gastos públicos, privatização de estatais e redução do poder do Estado na fixação e controle dos preços, governos de países como o Brasil passaram a adotar políticas liberalizantes no sentido de flexibilizar a legislação trabalhista, criando novas modalidades de contratação como alternativa para a modelo tradicional de trabalho assalariado e para atender as demandas do mercado de trabalho que agora dispunha de maior número de vagas no setor de serviços, historicamente, mais ligado ao trabalho autônomo, ao trabalho sem subordinação.

Assim, o trabalho temporário foi ampliado em 1997, sendo o período de contratação máxima de três meses expandido para seis meses, desde que comprovado sua necessidade³; em 1994 foi autorizada às empresas a contratação de cooperativas profissionais ou de prestação de serviços sem vínculo empregatício; em 1998 foi permitida a utilização do contrato por prazo determinado sem vinculação a fatos de índole transitória; em 1999 foi ampliado o trabalho estágio, etc.

É o cenário gestado pela globalização econômica que encontra compatibilidade ideológica no neoliberalismo, o mercado agora passa a ser mundial, a competitividade torna-se global, as empresas voltam-se para a utilização de estratégias que sirvam para diminuir seus custos e ampliar sua lucratividade. Tais estratégias, na maioria das vezes, circunscrevem-se a redução de gastos com efetivos, isto é, referem-se basicamente ao enxugamento de quadros funcionais diretamente contratados e à maior utilização de contratos de subcontratação que possuem custos trabalhistas reduzidos.

Com a reestruturação produtiva afixada no país as empresas passam a aderir ao ideário do pós-fordismo, com sua produção flexível, concentrando-se na sua atividade principal, repassando as demais atividades tidas como não essenciais a uma empresa terceirizada que se encarregará da execução desses serviços.

As mudanças organizativas nas empresas com o ideário pós-fordista e a nova racionalidade do trabalho pregam uma cultura da empresa que valoriza o trabalho “atípico” e independente. O trabalhador é inserido em sua dinâmica, mas com a ideia de maior autonomia, com utilização de outros métodos de sequestro da subjetividade do obreiro, como o comprometimento com os objetivos da empresa, não mais ligados apenas à subordinação do trabalhador e ao poder diretivo do empregador (NARDI, 2006; BARBOSA; SOUZA JÚNIOR, 2012).

Os modelos de organização da produção e do trabalho pós-fordistas procuram se orientar por relações de cooperação e de colaboração. Desta maneira, inspiram a gestação e a propositura

³ Em novembro de 2014 a instrução normativa nº 18 (BRASIL, 2014) possibilitou a ampliação do prazo de 6 (seis) meses para 9 (nove) meses na hipótese legal de substituição transitória de pessoal regular e permanente, já para a hipótese relacionada ao acréscimo extraordinário de serviços contínua valendo a antiga regra de 6 (seis) meses de duração máxima do contrato.



de ardis jurídicos nos quais o trabalho subordinado é diluído pela configuração de uma lógica empresarial baseada na imagem de uma fábrica mínima que passa a requerer um novo perfil de trabalhador. Tal perfil não corresponde mais à imagem do especialista taylorista-fordista que simplesmente obedece a comandos gerenciais, mas a um trabalhador polivalente, proativo, engajado subjetivamente nos objetivos e metas da empresa. Não por outra razão, nesse ideário de responsabilização individual de inspiração neoliberal que norteia essa lógica empresarial, o trabalhador passa a ser entendido não mais meramente como um empregado, mas acima de tudo, como um colaborador, como um parceiro, um trabalhador com liberdade, que detém igualdade no ambiente de trabalho, configurando-se em um empresário em potencial.

A externalização do trabalho somada a lógica neoliberal, procura se desvincular do trabalhador enquanto peça permanente da engrenagem produtiva patronal, buscando abolir o contrato por prazo indeterminado e tempo integral, para livrar-se das obrigações sociais incentivando a transformação do trabalhador em empresário.

É nessa linha que se pode constatar que o neoliberalismo não é só uma perspectiva macroeconômica é também uma lógica societal que vai construindo e disseminando novos sujeitos sociais. E também cria uma nova subjetividade com a configuração de um indivíduo livre, com autonomia, móvel, um sujeito empreendedor, que troca os laços da seguridade pela autonomia. Conforme Foucault (2008, p. 301) o neoliberalismo não é “simplesmente uma opção econômica e política” é também “toda uma maneira de ser e de pensar”.

Assim, esse *terceiro espírito do capitalismo*, almeja substituir as aspirações típicas do *segundo espírito do capitalismo* ligadas à construção de uma carreira, com segurança no emprego e uma perspectiva de futuro, por aspirações de maior autonomia, de desenvolvimento pessoal, de envolvimento com o trabalho, tentando incutir na mente dos trabalhadores que essa nova configuração capitalista apresenta uma maneira de existir que pode resultar em maior felicidade, maiores ganhos monetários, maior reconhecimento e maior realização profissional e pessoal (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Por trás desses novos processos proporcionados pelo *terceiro espírito do capitalismo* que associa felicidade à maior autonomia estão as concepções de “capital humano” e de empregabilidade. É a nova forma de o capital exercer poder sobre os homens, capaz de mobilizar a todos, com a construção de uma nova racionalidade que exige o investimento em si mesmo. Conforme Ramos Filho (2012, p. 305, grifo do autor):

Segundo a narrativa indutora da sujeição construída no *terceiro espírito do capitalismo*, o objetivo de cada empregado passa a ser forjar a sua própria *empregabilidade*, atributo pessoal pelo qual um trabalhador pode “escolher” onde e como trabalhar, vendendo sua força de trabalho mediante condições equivalentes de contratação. Para tanto, a educação continuada, visando a ampliação das *competências* e *habilidades* pessoais, passa ser considerada um “investimento” no “capital cultural” de cada indivíduo (não mais como obrigação estatal, como no *primeiro espírito do capitalismo*, ou como responsabilidade do empregador, vinculadas a planos de carreira, como no *segundo espírito capitalista*) como requisito que permite ao trabalhador escolher as condições segundo as quais estará disposto a vender sua força de trabalho, dotando tais indivíduos, portadores desse “capital pessoal” constituídos com recursos próprios, de uma mobilidade inaudita nos períodos anteriores.

Esse *terceiro espírito do capitalismo* enfatiza a busca da satisfação no mundo do trabalho a partir de formas de relações laborais dissociadas do trabalho subordinado. O quadro socioeconômico por ele gestado demanda e procura instaurar modalidades de prestação de serviços por meio de outros estatutos jurídicos que não o do contrato por prazo indeterminado e tempo integral, como por exemplo: o trabalho temporário, o trabalho em tempo parcial, o

trabalho por conta própria, a terceirização, e mais recentemente a “pejotização”. Todas estas modalidades, mas especialmente esta última, apresentadas pelos discursos pró-flexibilização como expressão de uma imagem do empreendedor de si mesmo (BARBOSA, 2011).

Essa nova ordem social fomenta novas formas de individualismo, valorizando a lógica da competitividade e fragilizando a construção de laços de solidariedade para a defesa de interesses comuns. Nela, a ênfase está na responsabilização individual como caminho para o acesso a melhores níveis de renda e de padrão de consumo. Deste modo, a empregabilidade passa a ser um atributo pessoal, um ato de engajamento subjetivo do indivíduo na busca contínua por adaptar-se às exigências do mercado de trabalho.

Essa nova ideologia do trabalho absorvida pelas empresas brasileiras, conjuntamente com a estratégia pós-fordista de externalização, corresponde ao paradigma de minimização dos custos trabalhistas a partir da utilização de modalidades de contratação mais flexíveis. Ela dá suporte às ações patronais no sentido de justificar a utilização das novas formas de trabalho criadas pelo poder legislativo em detrimento da relação de emprego.

É, então, nesse cenário fértil dos anos de 1970, 1980 e 1990 que o empresariado, agindo como empreendedor institucional⁴, encontra as condições favoráveis para a (re) construção de uma modalidade de trabalho “atípica”, ligada a externalização das atividades, que se adequava a nova demanda da organização produtiva e a nova ideologia do trabalho.

A contratação entre empresas foi juridicamente reconhecida desde o Código Civil de 1916 com a criação de empresas individuais ou sociedades, configurando uma relação comercial, portanto, civil. A Lei do trabalho temporário de 1974 trouxe esta modalidade de contratação entre empresas para dentro do Direito do Trabalho, como relação de trabalho, criando o contrato trilateral subordinado. A interposição entre empresas estava, então, permitida, externalizando todo um setor de atividades, com vários trabalhadores da empresa interposta executando as atividades. Essa empresa interposta poderia ser individual com a externalização de uma atividade específica, eliminando, assim, um posto de emprego com custos sociais, repassando todos os encargos à empresa individual contratada.

Trabalhadores autônomos já realizavam atividades específicas às empresas, através de um regime civil o contrato de prestação de serviços, antiga locação de serviços. Bastava (re) configurar essa espécie de trabalho, fazendo com que o trabalhador constituísse uma pessoa jurídica para prestar os serviços de forma pessoal, nos mesmos moldes do trabalho autônomo por meio de um contrato de prestação de serviços, tutelado pelo Direito Civil, mas agora sob o “véu” da formalidade, com a criação de uma personalidade jurídica, substituindo o CPF – Cadastro de Pessoa Física – pelo CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. Essa formalidade aparentemente seria mais efetiva em afastar qualquer ligação com a relação de emprego, pois no polo contratado estaria uma pessoa jurídica e não um trabalhador, podendo, deste modo, ser aplicada tal prática a qualquer espécie de atividade desenvolvida por um empregado ou por um autônomo.

De acordo com a perspectiva do institucionalismo sociológico a origem e a mudança das instituições sublinham que as novas instituições são criadas e adotadas em um mundo que já as têm em abundância. Isto é, as instituições existentes estruturam o campo de visão dos atores que intentam uma reforma institucional. Dessa maneira, os elementos adotados nos processos pelos quais os atores criam novas instituições são tomados de “empréstimo” de modelos de instituições já existentes (HALL; TAYLOR, 2003).

⁴ O empreendedor institucional na perspectiva de DiMaggio (1998 apud AVRICHIR; CHUEKE, 2011) são os atores, que podem ser tanto organizações ou grupo de organizações, como indivíduos ou grupos destes, detentores de interesses em determinados campos emergentes e que possuem o poder de mobilizar recursos suficientes para, assim, criar novas instituições ou transformar outras já existentes.



Com esta pista teórica em mente é possível dizer que uma nova modalidade de externalização foi criada ou recriada a partir de um quadro jurídico institucional prévio, pois uma relação que envolvia a contratação entre empresas, sendo um dos polos uma empresa individual ou uma sociedade limitada em que apenas um dos sócios prestaria o serviço, foi (re) construída como relação de trabalho.

Tratava-se do fenômeno que posteriormente passou a ser denominado de “pejotização”, podendo ser caracterizado como o comportamento patronal que exige dos trabalhadores a criação de uma pessoa jurídica como condição indispensável para a prestação de serviços de natureza personalíssimos, utilizando um contrato de prestação de serviços de natureza civil para concretizar essa relação entre as empresas. Esse trabalhador “pejota” seria detentor de autonomia, liberdade e igualdade, sendo inserido na estrutura da empresa contratante para prestar uma colaboração continuada e coordenada, transformando-se, assim em um colaborador, em um empresário.

Conforme Foucault (2008, p. 331) o “*homo oeconomicus*”, da concepção clássica, parceiro da troca é substituído “[...] por um ‘*homo oeconomicus*’ empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda.”

Thébaud-Mony e Druck (2007, p. 46) em estudo sobre a terceirização/subcontratação no Brasil e na França apontam que este é um fenômeno velho e novo, velho porque a subcontratação é uma prática que historicamente se faz presente desde as fases iniciais de consolidação do modo de produção capitalista, vide o *putting out system*⁵ e novo porque acaba incitando a emergência de novas modalidades. As autoras apontam que nos últimos 15 anos houve grande crescimento da terceirização/subcontratação em todas as direções, ocorrendo à expansão de novas modalidades. Dentre estas destacam como uma das principais, que vem sendo utilizado tanto no setor público como no privado, a contratação de empresas individuais, que são em geral incentivadas pela lógica do empreendedorismo. Pautam-se pelo discurso da liberdade das empresas em se desobrigar dos compromissos de gestão do trabalho, dos encargos e direitos sociais trabalhistas, forçando o trabalhador a constituir uma pessoa jurídica, registrando-a em seu nome, alterando assim sua personalidade jurídica. Esta situação transforma o assalariado em empresário, fazendo-o perder todos os direitos trabalhistas, visto que o contrato agora se dá entre empresas, sendo regido pelo direito comercial, relação na qual prevalece a igualdade entre as partes.

Como ainda não existem dados na literatura jurídica que identifiquem o ano que a “pejotização” começou a ser usada no Brasil buscou-se analisar nas 70 (setenta) jurisprudências do Tribunal Superior do Trabalho – TST proferidas entre 01/01/2008 a abril de 2014 quais as datas dos contratos de “pejotização”. Nesse sentido, pode-se extrair como referente empírico que já nas décadas de 1990, com contratos iniciados em 1993, 1996 e 1998, e posteriormente em maior quantidade no ano 2000 em diante a “pejotização” já se fazia presente no cenário nacional.

Todavia, essa prática pode ser mais antiga conforme relata a desembargadora Maria Adnar Aguiar, do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/Bahia, em processo de 2004, julgado pelo Tribunal em 2009, no qual um advogado havia trabalhado para uma empresa como empregado de dezembro de 1983 a dezembro de 1986, ocasião em que foi demitido e recontratado como prestador de serviços:

O fenômeno ocorrido nos presentes autos ***embora incipiente em 1986***, ganhou depois grande notoriedade no mundo das relações de trabalho e é hoje denominado de pejotização. A pejotização é uma forma de terceirização mediante a qual a mesma pessoa, antes empregada, continua a realizar os mesmos serviços com a diferença de que a forma

⁵ Corresponde à distribuição dos materiais na base da empreitada aos trabalhadores, para a manufatura em suas casas, por meio de subcontratadores e agentes de comissão.



do contrato de trabalho transmuda-se geralmente sob a denominação jurídica de profissional liberal, micro-empresa ou cooperativa. (BRASIL, 2009, grifo nosso).

Essa “nova” forma de trabalho perpassa a ideia da existência da igualdade formal e da autonomia da vontade, sendo regulada pelo Direito Civil, coadunando-se com a ética do *terceiro espírito do capitalismo*, fomentador da autonomia, da liberdade, do individualismo, da mobilidade e do empreendedorismo.

Desta forma, o empresariado encontrou no receituário neoliberal a justificativa para a disseminação desse modelo, pois dentre outras coisas privilegia a autonomia da vontade das partes que vigora nos contratos civis e comerciais em detrimento da regulação das relações de trabalho juridicamente subordinado pelo Estado; como também no discurso do empreendedorismo, que ressalta o trabalho autônomo, com maior liberdade e possibilidades de maior ganho e o cooperativismo.

Deste modo, a empresa contratante se libera de toda e qualquer responsabilidade em relação aos riscos e às condições de trabalho, transferindo todos os compromissos com a gestão e com os custos para o trabalhador “pejotizado”. A este, então, se repassa toda a responsabilidade pela gestão de seu capital humano ao longo da sua vida, pela aquisição e manutenção de um plano de saúde e acima de tudo por sua empregabilidade, devendo assumir a posição de empreendedor em todos os âmbitos de sua vida.

Logo, havia um ambiente receptível, no contexto dos anos 70, 80 e 90, do século XX, para a implementação da “pejotização”. Do lado patronal com a internacionalização da economia, ampliação da competitividade, introdução de novas tecnologias o contrato “pejotização” inseria-se como um elemento redutor de custos com a força de trabalho, possibilitando, assim, a ampliação dos lucros e a permanência das empresas no mercado nacional e internacional. Do lado dos trabalhadores, diante de um contexto de altas taxas de desemprego, da redução de empregos diretos nas atividades industriais, da precarização dos postos de trabalho, da estagnação da remuneração, da fragilização dos sindicatos como entidades representativas de classe, estes acabavam e acabam por não dispor mais com tanta frequência da possibilidade de inserção no mercado de trabalho via contrato por prazo indeterminado e tempo integral.

Assim, a prática da “pejotização” veio se tornando uma imposição do empresariado, conforme pode-se observar nas jurisprudências analisadas, já que a contratação de uma pessoa jurídica prestadora de serviços acaba tendo o menor custo direto, pois como o contrato é interempresarial, não gera direitos trabalhistas e recolhimentos previdenciários para o tomador de serviços.

Enfim, diante de um ambiente favorável com um novo regime de acumulação de capital, uma nova organização produtiva e uma nova ideologia do trabalho, que favorecia a utilização de contratos de trabalho de ordem individualista, mais ligados ao trabalho autônomo e que valorizava a autonomia, a liberdade, a igualdade, a mobilidade e o empreendedorismo; com o abandono do papel do Estado como agente regulador do mercado e com a escassez de postos de trabalho na forma de emprego, além de outros elementos, a classe empresarial pode agir livremente para reconstruir ou construir um instituto sociojurídico denominado de “pejotização”, o qual está associado à organização do capital e do trabalho. Tal fenômeno se estruturou em torno de interesses e valores sociais, em especial de cunho patronal, de modo a gerar uma organização própria no cenário brasileiro.

Segundo Hall e Taylor (2003) os agentes fazem uso da cultura, que pode ser compreendida como um conjunto de atitudes, de valores, uma rede de hábitos de símbolos e de cenários que fornecem modelos de comportamento para copiarem uma organização já existente e modelar, deste modo, a sua própria organização.



Por conseguinte, com base nas condições sociais e culturais do contexto brasileiro e também internacional, o empresariado (re) construiu ou (re) significou uma “nova” forma de trabalho, cunhada de “pejotização”, e um novo tipo de trabalhador, o “pejota” através da junção de vários elementos. Transformou a externalização de grupos em forma individual; criou a roupagem jurídica para o trabalhador autônomo ou empregado, atribuindo ao trabalhador o lugar de colaborador, parceiro, denominando-o de trabalhador parassubordinado, isto é, alguém que deixou para trás a subordinação e avança em direção à autonomização como trabalhador, conforme prescreve o discurso do empreendedorismo. Com tal prática pode repassar os custos e os riscos da atividade para o “novo” empresário, o trabalhador “pejotizado”.

Essa modalidade de contratação passou a ser identificada por diversas denominações: contratação entre empresas; interposição de empresas; empresa do “eu sozinho”, porque o serviço é prestado com exclusividade por uma pessoa; “pejutização”; e, ainda, “PJs”. Porém, devido a sua prática reiterada tal fenômeno passou a ser designado pelos juristas e doutrinadores trabalhistas brasileiros pelo neologismo “pejotização”, pois para se reportar a terminologia pessoa jurídica comumente utiliza-se a sigla PJ, assim, os trabalhadores que constituíam uma pessoa jurídica para prestação de serviços estavam sendo caracterizados pela abreviação PJ – “pejota”. Portanto, foram os chamados “pejotas” que inspiraram a criação do termo “pejotização”, isto é, da subjetivação da sigla PJ formulou-se o respectivo neologismo.

Considerações finais

A “pejotização” apresenta-se como uma modalidade de externalização (re) criada para atender as necessidades do atual estágio de acumulação capitalista por uma nova demanda de reorganização da força de trabalho e de minimização de custos trabalhistas. Ela encontra-se inscrita no âmbito da lógica da organização flexível do trabalho e tem como suporte discursivo e ideológico a imagem do empresário de si mesmo, espalhando-se para os mais variados setores econômicos, atingindo tantos trabalhadores não qualificados como os mais qualificados.

Essa relação de trabalho é identificada por contratação entre empresas, interposição de empresas, empresa do “eu sozinho”, “pejutização”, “PJs” e a mais usual delas “pejotização”.

Tal modalidade de externalização das atividades foi possibilitada pela Lei nº. 6.019/1974 (BRASIL, 1974), Lei do trabalho temporário, que autorizou a interposição entre empresas como relação trabalhista. Posteriormente nas décadas de 1980 e 1990 com o advento da ideologia neoliberal, da reestruturação produtiva, que fomentava práticas de subcontratação para a redução de custos da empresa e o aumento da lucratividade diante de um mercado global, a prática da externalização impulsionada pela flexibilização ganhou maior espaço de atuação no Brasil. No entanto, a classe empresarial não se limitou em utilizar apenas as modalidades de contratação “atípicas” regulamentadas pelo legislativo também buscou (re) criar outras modalidades que detivessem custos trabalhistas reduzidos ou com a ausência destes.

Nesse sentido, o patronato, um dos agentes (re) construtores, encontrou nos contextos dos anos 70, 80 e 90, do século XX, o cenário fértil para a (re) construção de uma modalidade de trabalho sem custos trabalhistas, a interposição de empresa individual, que posteriormente foi denominada de “pejotização”. Deste modo, para a efetivação da contratação ou para a manutenção do posto de trabalho os contratantes passaram a exigir que o trabalhador, pessoa física, constituísse uma pessoa jurídica, convertendo o trabalhador em um prestador de serviços personalíssimos por meio de contrato de prestação de serviços regulado pelo Direito Civil. Então, os trabalhadores passaram a utilizar essa espécie de contratação, desprovida de direitos trabalhistas, seja em razão da necessidade de inserção no mercado de trabalho ou porque aderiam ao discurso do empreendedorismo.



Por conseguinte, o empresariado agindo como empreendedor institucional com base nas condições sociais e culturais do contexto brasileiro e internacional, (re) construiu ou (re) significou uma “nova” forma de trabalho e também um “novo” tipo de trabalhador, a “pejotização” e o trabalhador “pejotizado”. Por meio da junção de vários elementos reconfigurou a externalização de atividades em forma individual, externalizando apenas um posto de trabalho através da roupagem jurídica do trabalhador autônomo ou empregado. E atribuiu a esse “novo” trabalhador o título de colaborador, de parceiro, de trabalhador parassubordinado, visto como o trabalhador que detém autonomia, o empreendedor, o empresário de si mesmo, fazendo com que esse “novo” empresário portasse além da autonomia, todos os custos e os riscos do negócio ou da atividade.

Referências

AVRICHIR, I.; CHUEKE, G. V. Empreendedorismo institucional: uma análise de caso no setor de energia elétrica brasileiro. *RAM, Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v. 12, n. 6, p. 140-164, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712011000600007>. Acesso em: 14 jan. 2014.

BARBOSA, A. M. S. O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 38, p. 121-140, fev. 2011.

BARBOSA, A. M. S.; SOUZA JÚNIOR, A. M. Da disciplina ao controle: novos processos de subjetivação no mundo do trabalho. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 2, n. 22, p. 75-92, nov. 2012.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRASIL. Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966. Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 14 set. 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5107.htm>. Acesso em: 30 jan. 2015.

BRASIL. Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 27 fev. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm>. Acesso em: 31 jan. 2015.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 dez. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 31 jan. 2015.

BRASIL. Lei nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974. Dispõe sobre o trabalho temporário nas *empresas urbanas*, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 4 jan. 1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6019.htm>. Acesso em: 31 jan. 2015.

BRASIL. Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977. Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá



outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 9 dez. 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6494.htm>. Acesso em: 31 jan. 2015.

BRASIL. Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983. Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 21 jun. 1983. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7102.htm>. Acesso em: 31 jan. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 22 nov. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11196.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (5ª Região/BH). *Recurso ordinário nº 0049200-11.2004.5.05.0021*. Recorrente: Jeferson Malta de Andrade. Recorrente: Banco HSBC. Recorrido (s): os mesmos. Relator: Des. Maria Adna Aguiar. 5ª Turma. Bahia, 19 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.trt5.jus.br/jurisprudencia/modelo/AcordaoConsultaBlob.asp?v_id=173584>. Acesso em: 12 mar. 2015.

BRASIL. Instrução normativa nº 18, de 07 de novembro de 2014. Dispõe sobre o regime de empresas de trabalho temporário, solicitação de prorrogação de contrato de trabalho temporário e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 13 nov. 2014. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF80808148EC2E5E0149C965F4A060B1/IN%2018.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

CARELLI, R. L. *Formas atípicas de trabalho*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2010.

FOUCAULT, M. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

NARDI, H. C. Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

NASCIMENTO, A. M. *Curso de direito do trabalho*. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

RAMOS FILHO, W. *Direito capitalista do trabalho: história, mitos e perspectivas no Brasil*. São Paulo: LTr, 2012.

ROBORTELLA, L. C. A. O novo conceito de proteção no direito do trabalho. In: ZAINAGHI, D. S.; SILVA, L. G.; SILVA, L. A. M. G. (Org.). *Temas de direito do trabalho e seguridade social: homenagem ao professor Cássio Mesquita Barros*. São Paulo: LTr, 2013. p. 57-72.

THÉBAUD-MONY, A.; DRUCK, G. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, M. G.; FRANCO, T. *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 23-58.

Recebido: 01 dez., 2015
Aceito: 17 abr., 2016



A migração internacional como dimensão de trabalho: o papel das remessas na América Latina

International migration as a dimension of labour: the role of remittances in Latin America

Julio D' Angelo Davies^a

Resumo

Neste artigo, são apresentados e discutidos resultados recentes do volume internacional de remessas, com atenção especial para a América Latina e, mais particularmente, para o Brasil, país com o maior declínio de remessas recebidas entre 2014 e 2013. Em termos regionais, a América Latina ainda não recuperou o patamar de remessas pré-2008, ano de forte crise internacional. As remessas internacionais sozinhas são bem superiores ao volume total de investimento estrangeiro na região, evidenciando sua importância para a sobrevivência de milhões de pessoas. Considerando os dados regionais e, tomando o caso do município de Governador Valadares (MG), este artigo propõe reflexões sobre os impactos positivos e negativos nos países receptores e questiona até que ponto tais remessas estimulam o desenvolvimento das economias locais e até que ponto estas economias poderiam crescer mais, caso outras estratégias fossem adotadas.

Palavras-chave: migração internacional; remessas financeiras; mercado de trabalho; estratégia profissional; América Latina; Governador Valadares.

Abstract

This article presents and discusses recent data on international remittances, with particular attention to Latin America and, more specifically, Brazil, a country that has witnessed the largest decline in remittances received between 2013 and 2014. The region has not yet recovered back to pre-2008 crisis levels, when international levels of remittances were severely hit. International remittances alone account for more than total level of Foreign Direct Investment in Latin America, showing their importance for millions of people. Looking at regional data and, briefly discussing the case study of Governador Valadares, a small town in Brazil known for its high levels of remittances, this article aims to reflect on positive and negative impacts on those countries receiving remittances, and questions to what extent such remittances stimulate growth in local economies and to what extent they could grow more if other strategies were adopted.

Keywords: international migration; remittances; labour market; professional strategy; Latin America; Governador Valadares.

^a O autor graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense e concluiu o Mestrado "Brazil in Global Perspective" junto ao Instituto Brasil do King's College of London. Londres, Reino Unido.
Contato: juli Davies@gmail.com



Introdução

O fluxo de remessas internacionais tem se tornado um aspecto cada vez mais importante de fenômenos migratórios e do trabalho no âmbito destas migrações. Apesar da crise em países desenvolvidos a partir de 2007, as remessas internacionais para países latino-americanos são superiores aos valores de ajuda humanitária internacional e de investimentos estrangeiros diretos (*Foreign Direct Investment* em inglês) no caso de muitos países da região. As remessas feitas por emigrantes têm atraído cada vez mais atenção dos governos de países de onde estes indivíduos saem, seja através de programas de treinamento profissional para receptores das remessas ou simplesmente através de simplificação e barateamento de custos para transações bancárias internacionais. Em alguns países, as remessas chegam a corresponder a mais de 10% do PIB, justificando este crescente interesse governamental.

De acordo com estimativas do Banco Mundial, em 2013 US\$ 404 bilhões (WORLD..., 2014a) foram remetidos de países desenvolvidos para países em desenvolvimento, correspondendo a 80% do total de remessas internacionais. O México é, sem dúvida, o caso latino-americano mais impressionante, sendo o único da região a aparecer no *ranking* dos 10 países que recebem maior volume de remessas. No entanto, em 2013, sete países latino-americanos receberam remessas estrangeiras equivalentes ou superiores a 10% de seus PIBs (MALDONADO; HAYEM, 2014): Haiti (25%), Honduras (19%), Guiana (18%), El Salvador (17%), Nicarágua (17%), Guatemala (14%) e Jamaica (11%), evidenciando a importância econômica do trabalho migratório para muitos países da região. A América Latina aparece atualmente como a terceira maior região receptora de remessas (US\$ 61 bilhões em 2013), atrás da Ásia Oriental & Pacífico (US\$ 112 bilhões em remessas) e do Sul da Ásia (US\$ 111 bilhões), sendo que estas duas últimas regiões têm populações de 2 bilhões e 1,6 bilhão de habitantes, respectivamente. Com 588 milhões de habitantes, a América Latina permanece como a região com maior recepção de remessas *per capita*, o que também torna muito clara a dimensão de distribuição de renda em escala global e o caráter fortemente laboral da migração oriunda da América Latina.

Este artigo tem como objetivo analisar as remessas feitas por imigrantes como dimensão de trabalho atual, olhando para a região latino-americana e, mais particularmente, para o Brasil, que recentemente teve um declínio considerável no volume de remessas recebidas. O caso célebre da cidade de Governador Valadares também é discutido nesse artigo, com considerações sobre desenvolvimento econômico, e por sua vez, sobre serem incorporadas por governos nacionais como estratégia de desenvolvimento, através da criação de programas oficiais de estímulo a remessas e capacitação profissional visando o empreendedorismo para familiares de migrantes ou migrantes retornados. O artigo está dividido em quatro partes: na primeira, discutem-se tendências recentes de remessas internacionais para a América Latina. Na parte II, são analisados dados sobre o caso mais célebre de migração e remessas no Brasil, a cidade de Governador Valadares, em Minas Gerais. Na terceira parte, examinam-se perspectivas gerais da América Latina, tratando de prós e contras, bem como os desdobramentos para o desenvolvimento e a desigualdade. Finalmente, na parte IV são apresentadas conclusões deste artigo.

As remessas e a América Latina

Conforme já dito anteriormente, a América Latina concentra o maior volume de remessas *per capita* do mundo. O papel do México nesse total é central, fato diretamente relacionado à proximidade geográfica com os Estados Unidos. País mais populoso da região e por vários anos o segundo maior receptor de remessas, o Brasil tem uma trajetória particular neste quesito, quando comparado com o restante da região: de segundo maior receptor em 1995, o Brasil

passou a ocupar a sétima colocação na região em 2013, conforme demonstrado no Gráfico 1. As remessas para o Brasil atingiram um recorde de US\$ 3,6 bilhões entre 2004 e 2008 e desde então vêm caindo consistentemente.

A população brasileira, de 204 milhões de habitantes, corresponde a cerca de 35% do total latino-americano, sendo praticamente o dobro da população do México, segundo país mais populoso. Apesar de a crise de 2008 ter gerado uma tendência global de queda nas remessas oriundas dos países desenvolvidos, a queda do Brasil foi bastante superior à de todos os outros países da região. Isto se deve, em parte, à grande queda no volume de remessas do Japão (segundo maior país emissor para o Brasil, atrás dos EUA), o que pode ser atribuído a um processo de migração de retorno do início dos anos 2000. As remessas do Japão para o Brasil, que dispararam de US\$ 1,8 bilhão em 1995 para US\$ 3,5 bilhões em 1996, praticamente dobrando em apenas um ano, caíram para US\$ 3,3 bilhões em 2002 e US\$ 1,8 bilhão em 2003 (-55%). De acordo com o Ministério do Trabalho japonês, 92% de seus imigrantes que retornaram (financiados por um programa governamental de incentivos) eram brasileiros (MALDONADO; HAYEM, 2014). Deste modo, o impacto da migração de retorno do Japão para o Brasil é inegável ao considerar-se a queda em remessas para o Brasil. Entretanto, o caso japonês é distinto dos demais destinos, já que caía bruscamente, enquanto o total de remessas para o Brasil atingia níveis recordes, o que aponta uma diminuição da participação de brasileiros no Japão do total de remessas.

Em termos regionais, a América Latina teve uma queda de 10% no total de remessas desde 2008, contrastando com um aumento de 17% nos anos anteriores - 2004-2008 - (MALDONADO; HAYEM, 2014). Apesar das quedas no México (-3,8% em 2013, comparado ao ano anterior) e na América do Sul (-1,5% em relação a 2012), a América Central e o Caribe apresentaram crescimento consistente de 5,4% e 3%, respectivamente, entre 2012 e 2013. Apesar de todos terem em comum o mesmo país como principal emissor de remessas (os EUA), as regiões

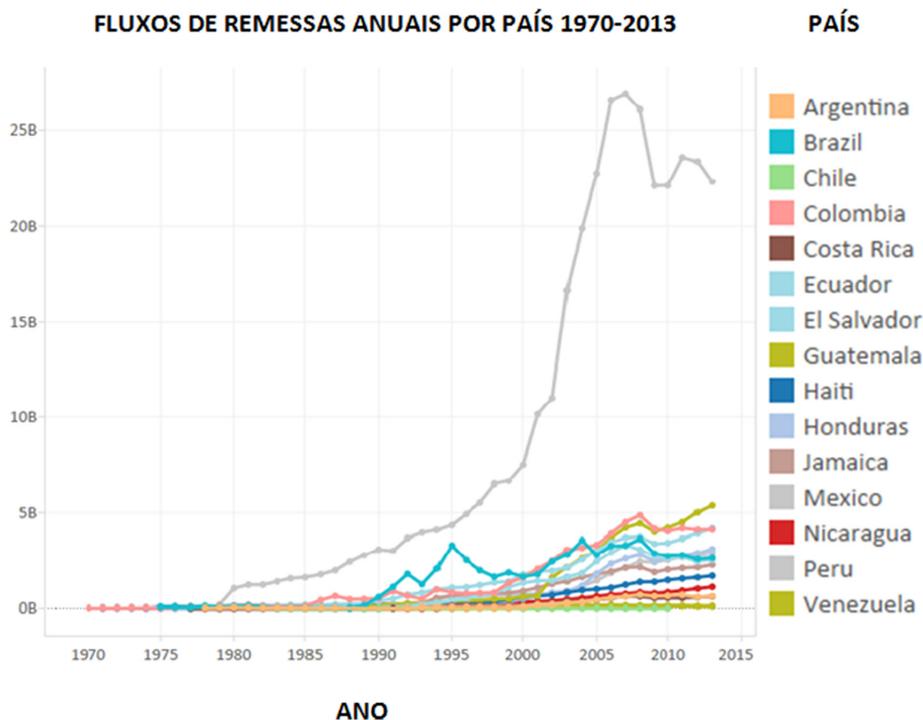


Gráfico 1. Remessas anuais por país - 1970/2013. Fonte: Migration Policy Institute (2014).

apresentaram tendências bem variadas recentemente, o que talvez possa ser melhor explicado por condições diversas em países de origem dos imigrantes, em detrimento de condições em países receptores dos mesmos, principalmente os Estados Unidos, maior fonte de origem das remessas, conforme evidenciado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), citado por Maldonado e Hayem (2014).

Ainda de acordo com o BID (MALDONADO; HAYEM, 2014), a maior redução das remessas para a América do Sul aconteceu no Brasil: excluindo-se o Brasil, o volume de remessas para a região é semelhante ao de 2007. O relatório do BID aponta um declínio significativo de 18,4% em remessas para o Brasil, que pode em parte ser atribuído à boa performance econômica do país recentemente, significando um aumento na migração de retorno. Neste sentido, Maldonado e Hayem (2014, p. 7) estimam que pelo menos 20% dos emigrantes brasileiros tenham retornado recentemente.

Vale a pena ressaltar também a dificuldade na mensuração precisa de remessas internacionais, já que muitos imigrantes em situação migratória irregular não possuem contas bancárias nos países de destino. Ademais, os custos mais altos atribuídos a transações bancárias oficiais internacionais desafiam a mensuração das remessas. Houve progresso ao longo dos últimos vinte anos, conforme Suki (2007) aponta. O autor sugere que, se as transações informais fossem incluídas, o volume total poderia aumentar em 50% (Suki, 2007, p. 19). Em 2005, por exemplo, o uso dos chamados operadores *Money Transfer* respondeu por 80% do total de remessas dos EUA para a Espanha e a América Latina. No entanto, muitas dessas agências não são incluídas no levantamento de remessas internacionais, indicando a proporção de transações informais não incluídas no total.

O caso de Governador Valadares

A cidade de Governador Valadares, com 277 mil habitantes, é famosa pelo constante fluxo migratório internacional ao longo de décadas. O caso particular dessa cidade teve início nos anos 60, portanto anterior ao fluxo nacional, que ganhou maiores proporções a partir dos anos 80. É inevitável perguntar-se porque uma cidade pequena, relativamente rural, foi precursora no envio de emigrantes brasileiros, numa época em que os custos e dificuldades para viagens internacionais eram maiores do que os de hoje.

Durante a II Guerra Mundial, a cidade recebeu empresas norte-americanas interessadas na exploração de mica, um mineral abundante na época, necessário para a produção em diversos ramos industriais, como derivados de borracha e a indústria de cosméticos. Quando o ciclo de mica perdeu folego e a economia local entrou em recessão, laços culturais já haviam sido estabelecidos com os EUA, tornando a migração para aquele país uma alternativa de trabalho viável. De certa forma, o caso de Governador Valadares exemplifica a corrente teórica dos sistemas internacionais, que explica a migração internacional não apenas pela necessidade de mão de obra nos países receptores. Também requer, como Fussell (2012, p. 28, tradução nossa) sugere: “[...] uma mão de obra móvel e disponível nos países emissores, além de conexões tecnológicas e ideológicas.”

Em seu estudo qualitativo, Assis (1999) aponta como razão principal para emigração de valaderenses a ausência de casa própria. A emigração teve início com os chamados pioneiros nos anos 60 e se consolidou ao longo das três décadas seguintes, principalmente na de 80, quando o Brasil mergulhou em recessão e hiper-inflação. O caso de Valadares é ilustrativo do argumento de Fussell (2012) sobre as três dimensões dos processos migratórios: espaço, tempo e agenciamento. A primeira diz respeito ao deslocamento geográfico, a segunda, à permanência do fluxo migratório ao longo de anos, e, por último, o agenciamento reflete a



iniciativa individual de transferir-se de um país a outro. As três dimensões estão interligadas para haver de fato um processo coletivo de migração.

Inicialmente formada por migrantes atraídos pelo boom econômico, Governador Valadares protagonizou um processo de migração interna, seguido de período de recessão econômica, que, devido à presença norte-americana, bem como à estagnação do ciclo da mica, produziu um contingente de emigrantes para os Estados Unidos. Soares (1999) informa que nos anos 80, 43% da população valadarense havia deixado a cidade. O autor estima ainda, baseado no Censo de 1991, que 15% (33.000 pessoas) da população local estivesse no exterior. O IBGE (apud Soares, 1999) indica ainda uma redução da emigração brasileira a cada década, caindo de 1,8 milhão na década de 80 para 550.000 nos anos 90 (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2011). O IBGE aponta ainda para uma injeção em Valadares de US\$ 150 milhões entre 1980 e 1994 em investimentos em terras e propriedades (Soares, 1999). Remessas internacionais corresponderam a cerca de 36% de todas as transações envolvendo terras, casas, apartamentos e lojas em Governador Valadares entre 1984 e 1993, segundo Soares (1999).

Além disso, Martes e Soares (2006) afirmam que em 2004 o município foi o maior receptor de remessas internacionais no Brasil (14% do total), fato bastante expressivo para o tamanho da cidade. Em metrópoles como São Paulo, com população superior a 12 milhões de habitantes, é mais difícil mensurar o impacto de remessas internacionais, já que acabam sendo mais pulverizadas diante das proporções da economia municipal. Em cidades com população inferior a 500 mil habitantes, como Valadares, o impacto acaba sendo obviamente mais notável e isolável. O PIB do município teve crescimento constante entre 1985 e 1996, crescendo a uma taxa média de 6% entre 1991 e 1996, alavancado, por exemplo, pelo setor imobiliário. Em perspectiva regional, os números são expressivos, sendo o PIB municipal o de maior crescimento em Minas Gerais (no mesmo período o PIB do estado cresceu 3%). Considerando-se as tendências regionais recentes discutidas na primeira parte e o caso brasileiro mais célebre ao longo dos últimos 20 anos, passo a discutir então as questões que um fluxo migratório tão intenso possa ter a médio prazo em países em desenvolvimento, bem como municípios de pequeno e médio porte.

As remessas internacionais como estratégia de desenvolvimento

O caso de Governador Valadares exemplifica os benefícios que um alto volume de remessas internacionais pode trazer para uma cidade, incrementando o PIB *per capita* e o IDH da cidade, que cresceram acima da média estadual. Entretanto, este caso particular permitiria uma universalização quanto aos efeitos da migração internacional (e subseqüentes remessas internacionais) como dimensão de trabalho para uma economia local? Seria Valadares um caso bem-sucedido a ser replicado por outros municípios que almejem o mesmo crescimento? Sendo assim, emigração necessariamente gera desenvolvimento e redução de pobreza e desigualdade em países em desenvolvimento?

Os resultados empíricos encontrados por pesquisadores para estas perguntas são consideravelmente ambíguos. Em alguns outros casos na América Latina, concluiu-se que as remessas geraram um efeito contrário, aumentando a desigualdade e pobreza e o que estudiosos classificam como efeito *brain drain* (evasão de cérebros), ou seja, a exportação de cidadãos mais qualificados e com maior grau de escolaridade (com curso superior em muitos casos). Isso gerou carência de mão de obra nacional em setores econômicos mais especializados em alguns países, principalmente pelo fato de emigrantes geralmente serem parte da população economicamente ativa de suas regiões (o que inclusive pode ser o caso de Governador Valadares, apesar do crescimento). Ou seja, além de poder provocar falta de mão de obra em países com baixo nível de escolaridade, geralmente são profissionais em cargos mais

elevados quem mais contribuem para a economia e, em muitos casos, tais profissionais têm sua instrução custeada pelos governos, já que em vários países a educação superior é gratuita e financiada por impostos. A Tabela 1 apresenta a correlação entre desigualdade (mensurada pelo coeficiente GINI) e remessas internacionais na América Latina. O caso do México, conforme dito anteriormente, constitui uma exceção: trata-se do único país da região dentre os dez maiores receptores de remessas do mundo, o que pode ser atribuído à vizinhança geográfica aos Estados Unidos, um antigo importador de sua mão de obra para trabalhos agrícolas. Fora a Nicarágua, que também não apresenta correlação positiva entre desigualdade e remessas internacionais, todos os outros países servem como exemplo de que a migração internacional como estratégia profissional está diretamente relacionada ao nível de desigualdade de renda no país de origem, o que acaba gerando um círculo vicioso de baixo desenvolvimento. Sendo assim, países com escolaridade inferior acabam desenvolvendo maior desigualdade de renda, o que, por sua vez, impulsiona a emigração internacional, uma vez que, ainda que o trabalho no exterior possa ser classificado como “não-qualificado”, gera rendimentos muito superiores aos do país de origem.

Portanto, a questão seguinte é por que remessas internacionais geram efeitos diversos em países em desenvolvimento? Isto é interpretado aqui a partir do perfil migratório de cada país, já que a diversidade de emigrantes em termos latino-americanos é fundamentalmente relevante para essa discussão.

Em países com perfil migratório de cidadãos menos escolarizados e mais pobres (como México, El Salvador, Guatemala e Paraguai), as remessas tendem a ter impacto positivo no desenvolvimento (especialmente em áreas rurais), gerando ganhos superiores aos que eles receberiam em seus países de origem (ACOSTA, FAJNZYLBER E LOPEZ, 2008b). Entretanto, em países cujos emigrantes têm maior escolaridade e renda (como Peru, Nicarágua, alguns países do Caribe e o próprio Brasil), isto tende a piorar as condições de vida e o chamado

Tabela 1. Comparação entre renda, desigualdade (coeficiente GINI) e remessas internacionais para a América Latina em 2013.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	COEFICIENTE GINI	VOLUME DE REMESSAS RECEBIDO
RANKING	PAÍS	US\$ BILHÕES
41	CHILE	0,923
44	CUBA	***
49	ARGENTINA	1,078
50	URUGUAI	0,133
65	PANAMÁ	0,794
68	COSTA RICA	0,561
71	MÉXICO	21,583
79	BRASIL	1,623
82	PERU	2,707
93	DOMINICA	***
96	JAMAICA	2,605
98	EQUADOR	2,450
98	COLÔMBIA	4,071
102	REPÚBLICA DOMINICANA	3,333
115	EL SALVADOR	3,969
129	HONDURAS	3,121
132	NICARÁGUA	1,202

***número não-disponibilizado. Fonte: United Nations Development Programme (2013) e Maldonado e Hayem (2014).

efeito *brain drain*: em seu estudo, Fajnzylber e Lopez (2008) revelam que em países como Jamaica e Haiti, onde 80% de sua mão de obra com nível superior emigrou, muitas vezes são subutilizados em empregos abaixo de suas qualificações, classificados como “empregos de imigrantes”, nos quais ainda assim obtêm rendimentos superiores. Nestes casos, as remessas internacionais representam uma contribuição para a economia nacional inferior à que se estivessem permanecido em seus países, e assegurando ainda menos mão de obra qualificada e um efeito de subdesenvolvimento. Isto aplica-se na maior parte aos países da América Central, com baixa densidade populacional. Outro efeito adverso de escassez de mão de obra seria a valorização de taxas de câmbio, que poderia tornar tais países menos competitivos, recebendo menos investimentos e criando um efeito-cascata recessivo.

O impacto geral das remessas na América Latina, contudo, não é tão significativo quanto possa parecer: ao considerar dados de onze países, Acosta, Fajnzylber e Lopez (2008a) revelam que os primeiros três quintos (equivalente aos 60% mais pobres) recebem apenas 25% do fluxo total; portanto, ao invés de adquirir um caráter redistributivo de renda, as remessas internacionais reforçam a já acentuada desigualdade da região: o quinto mais próspero da população recebe 54% do total de remessas e 51% da renda total na região. O quadro de emigração brasileira parece refletir esse padrão de desigualdade, conforme indicam estudos como o de Margolis (1993): o nível médio de instrução de emigrantes brasileiros é bem superior à escolaridade média da população brasileira (os mais *aptos* emigram). Conforme aponta o Gráfico 1, acima, os níveis recordes de remessas internacionais recebidos no Brasil em 1995 entraram em declínio, apenas atingindo nível similar em 2005. Desde então, os níveis diminuíram, principalmente desde 2008, o que pode ser atribuído ao bom desempenho da economia brasileira (principalmente se comparada às economias dos países desenvolvidos) e aos baixos níveis de desempregos atingidos, bem como a forte valorização da moeda brasileira frente ao dólar americano e ao euro (essa baixa diminui o valor total das remessas na conversão)¹.

Outra variável importante (FAJNZYLBBER; LOPEZ, 2008) diz respeito ao nível educacional: existe uma correlação significativamente positiva entre possuir nível superior e envio de remessas. Niimi e Özden (2008) apontam que, enquanto apenas 7% dos emigrantes mexicanos e da América Central possuem educação terciária, 30% dos sul-americanos possuem grau superior, o que demonstra perfis socio-econômicos regionais completamente distintos. A explicação para tamanha distinção diz respeito menos a características nacionais e mais à diferença nos custos para migração internacional. A inexistência de uma fronteira que possa ser atravessada por terra obriga imigrantes sul-americanos a recorrerem obrigatoriamente a viagens aéreas e controles de fronteiras por parte das autoridades dos países, aumentando custos e riscos para aqueles que acabam vivendo em situação legal irregular. Sendo assim, sul-americanos mais prósperos e com maior escolaridade acabam sendo sobre-representados. Sul-americanos mais pobres, como bolivianos ou paraguaios, acabam migrando para países vizinhos, como o Brasil, Chile e Argentina. Apesar disso, a terceira maior colônia de brasileiros no exterior encontra-se no Paraguai. No entanto, trata-se de uma trajetória migratória particularmente distinta: nos anos 70 o governo paraguaio ofereceu incentivos a fazendeiros brasileiros para ocuparem terras naquele país e assim aumentarem a produção agropecuária. Sendo assim, trata-se de um tipo de migração bem específico, com subsídio governamental (minimizando riscos) e focada em brasileiros que não necessariamente foram em “busca de uma vida melhor”.

Apesar de o índice médio nacional de grau de instrução terciária de mexicanos e brasileiros (em torno de 8%) ser semelhante, no caso de imigrantes o cenário é radicalmente distinto: 25% dos brasileiros e 4% dos mexicanos têm esta instrução, de acordo com o Censo norte-americano de 2000 (NIIMI; ÖZDEN, 2008). Isto também consta do estudo de caso de Governador Valadares

¹ Apesar de uma baixa global e regional nas remessas para países em desenvolvimento ao longo dos últimos anos, o Brasil sofreu, com grande diferença, a maior queda da América Latina entre 2013 e 2014 (-18.4%).



feito por Soares (1999), que registra o grau de instrução dos imigrantes superior aos níveis médios locais, confirmando a tendência sul-americana. O estudo aponta ainda que, apesar de as remessas internacionais incrementarem o PIB *per capita* da cidade, também aumentaram a inflação e a desigualdade, uma vez que os dólares das remessas eram recebidos na maior parte por famílias mais prósperas da cidade, aumentando os preços de terras e imóveis, com efeitos negativos nas famílias de moradores que não recebiam remessas estrangeiras, em sua maioria das camadas com menor poder aquisitivo. Por outro lado, Niimi e Özden (2008) apontam uma correlação negativa entre grau de escolaridade e remessas, pois famílias com mais instrução tendem a depender menos de remessas para sua subsistência (o que não é necessariamente o caso de Valadares, já que nem sempre remessas são para ajuda a familiares, mas também para investimento próprio em negócio/imóvel). Ou seja, ainda que haja a correlação negativa, remessas de imigrantes não necessariamente destinam-se a manter familiares, tendo talvez mais o objetivo de investimento ou formação de poupança.

Sendo assim, pode-se afirmar que os efeitos das remessas internacionais nos países que enviam imigrantes sejam bastante diversos. Variam de acordo com o país e mesmo a cidade (o impacto de remessas em São Paulo não é o mesmo do de Governador Valadares). Porém, estes efeitos servem como sintoma das profundas transformações que o trabalho tem sofrido em países desenvolvidos e que provavelmente serão seguidos por mudanças futuras em países em desenvolvimento. A crescente predominância do setor de serviços nas principais economias globais tem sido o grande catalisador que recebe imigrantes, como os de Valadares. Porém, os países desenvolvidos têm se baseado no ainda crescente contingente populacional de países em desenvolvimento como estratégia de ocupação nos mercados de trabalho. E quando essas taxas de crescimento populacional também estagnarem nos países em desenvolvimento? A taxa no Brasil, por exemplo, já está abaixo da média de 2 filhos por mulher, considerada a taxa média de reposição de mão de obra. Quais as implicações de uma taxa internacional decrescente de natalidade nos mercados globais?

Procurei demonstrar na terceira parte deste artigo a dificuldade e ambiguidade em definir o trabalho migratório como necessariamente positivo ou negativo, demonstrando as várias nuances e consequências distintas de caso para caso. Apresento a seguir conclusões parciais das discussões apresentadas.

Conclusões

Em 2005, o governo brasileiro lançou o Programa Dekassegui Empreendedor, voltado para desenvolver capacidades empreendedoras junto aos membros da comunidade nipo-brasileira, muitos deles retornados do Japão. Em 2006, o Programa Remessas foi assinado em parceria com o BID, voltado majoritariamente para valadarenses retornados dos EUA. O grande objetivo destes programas era oferecer *expertise*, pesquisa de mercado e treinamento em gerenciamento de negócios a estes novos empreendedores, bem como oportunidades de microcrédito.

Tal estratégia evidencia a importância que a migração internacional e o envio de remessas adquiriram como estratégias profissionais no Brasil. No entanto, a simples acumulação financeira no exterior em muitos casos não se converteu em pequenos negócios bem-sucedidos. Uma narrativa comum a vários imigrantes que poupam e remetem dinheiro para investimento em negócio próprio nos municípios de origem (a justificativa mais comum para os projetos migratórios de cunho econômico) é a de um retorno mal-sucedido profissionalmente e de uma nova emigração para outro país, conhecida como migração ioiô. Muitas dessas histórias de retorno incluem tentativas de abrir restaurantes ou cafés, que então são fechados por mau gerenciamento ou por falta de público consumidor, em cidades como Valadares. Sendo assim, o governo brasileiro buscou capacitar tais migrantes (ou familiares destes) para profissionalizá-los.



Entretanto, em muitos casos, a baixa demanda nestas cidades, desprovidas de uma classe média que consuma tais serviços, consistindo em razões alheias ao migrante em si, e sim relativas a condições mais estruturais do país.

O envio de remessas por si só não pode ser concebido como estratégia de desenvolvimento e não gera crescimento econômico nos países receptores, nem arrecadação de impostos e contribuições previdenciárias. A discrepância de nível de renda internacional, aliada ao barateamento dos custos de transportes e comunicações, são responsáveis pelo *boom* migratório das últimas décadas e pelo contínuo envio de remessas como estratégia de sobrevivência. Em alguns países latino-americanos, a perda de mão de obra qualificada (apesar dos altos custos de educação superior, em muitos países subsidiados por impostos) também cria um efeito perverso de *brain drain*, o que pode gerar um efeito-cascata de redução de investimentos e depreciação salarial nestes países. Pode aumentar a inflação, o que afeta os mais vulneráveis na sociedade. A criação de programas de transferência de renda e o crescimento do salário mínimo acima de níveis inflacionários são medidas estatais que repercutem muito mais que o simples estímulo governamental à emigração e ao envio de remessas, já que, como o caso brasileiro explicita, aumenta o consumo e, portanto, a contribuição para uma economia nacional é mais disseminada. Além disso, conforme evidenciado pela trajetória de muitos imigrantes, não basta apenas acúmulo de divisas no exterior como estratégia de um negócio bem-sucedido. Outros elementos, como universalização do ensino fundamental, diminuição de desigualdade para criação de um mercado interno mais extenso, parecem mais sólidos como pilares de desenvolvimento para a América Latina. Além disso, o envelhecimento populacional, que hoje afeta principalmente países desenvolvidos, é algo que, espera-se, dentro de 30 anos comece também a afetar países em desenvolvimento, o que suscita a pergunta lógica de como funcionará o mercado de trabalho nestes países, sobretudo naqueles com alto contingente de população emigrante? De quais regiões se recrutarão imigrantes quando as populações latino-americanas começarem a entrar em declínio? Os governos da região precisam adotar medidas desenvolvimentistas que, ao invés de tornar condições para migração internacional mais atraentes para sua mão de obra, contribuam para manter esta população economicamente ativa trabalhando em seus países, uma vez que o ganho econômico e previdenciário disso é muito mais robusto. As estratégias econômicas latino-americanas precisam ser pensadas a longo prazo, tendo em vista seu iminente declínio populacional.

Procurou-se aqui demonstrar que, apesar de as remessas internacionais terem sido importantíssimas para a América Latina, seus efeitos são de curto prazo e contraditórios, pois só tiveram um impacto significativo na redução de pobreza e desigualdade em apenas dois países da região: El Salvador e Guatemala (Acosta et al., 2008). Portanto, a migração internacional não deve ser estimulada por governos nacionais como estratégia profissional (ainda que a redução de seus custos seja algo a ser promovido), pois em muitos casos aumenta a desigualdade e não gera crescimento econômico nos países receptores das remessas. Sendo assim, evidências empíricas de pesquisadores indicam que a emigração parece trazer mais efeitos negativos que positivos para os países de origem.

Referências

ACOSTA, P. et al. Do Remittances Lower Poverty Levels in Latin America? In: FAJNZYLBER, P.; LOPEZ, J. H. (Ed.). *Remittances and development: lessons from Latin America*. Washington: World Bank, 2008.



ACOSTA, P.; FAJNZYLBER, P.; LOPEZ, J. H. How important are remittances in Latin America? In: FAJNZYLBER, P.; LOPEZ, J. H. (Ed.). *Remittances and development: lessons from Latin America*. Washington: World Bank, 2008a.

ACOSTA, P.; FAJNZYLBER, P.; LOPEZ, J. H. Remittances and household behaviour: evidence for Latin America. In: FAJNZYLBER, P.; LOPEZ, J. H. (Ed.). *Remittances and development: lessons from Latin America*. Washington: World Bank, 2008b.

ASSIS, G. O. Estar aqui..., estar lá...: uma cartografia da emigração valadarense para os EUA. In: REIS, R. R.; SALES, T. (Orgs.). *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

FAJNZYLBER, P.; LOPEZ, J. H. The development impact of remittances in Latin America. In: FAJNZYLBER, P.; LOPEZ, J. H. (Eds.). *Remittances and development: lessons from Latin America*. Washington: World Bank, 2008.

FUSSELL, E. Space, time and volition: dimensions of migration theory. In: ROSEMBLUM, M. R.; TICHENOR, D. J. (Ed.). *The oxford handbook of the politics of international migration*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

MALDONADO, R.; HAYEM, M. L. *Remittances to Latin América and the Caribbean in 2013: still below pre-crisis levels*. 2014. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getDocument.aspx?DOCNUM=38842219>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

MARGOLIS, M. *Little Brazil: an ethnography of Brazilian Immigrants in New York City*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

MARTES, A. C.; SOARES, W. *Remessas de Recursos dos Imigrantes*. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200004>. Acesso em: 29 mar. 2015.

MIGRATION POLICY INSTITUTE – MPI. *Remittance trends over time*. Washington: MPI, 2014. Disponível em: <<http://www.migrationpolicy.org/programs/data-hub/global-remittances-guide>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

NIIMI, Y.; ÖZDEN, Ç. Migration and remittances in Latin América: patterns and determinants. In: FAJNZYLBER, P.; LOPEZ, J. H. (Ed.). *Remittances and development: lessons from Latin America*. Washington: World Bank, 2008.

OLIVEIRA, L. A.; OLIVEIRA, A. T. *Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil*. 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/reflexões_deslocamentos/deslocamentos.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2015.

SOARES, W. Emigração e (i)mobilidade residencial: momentos de ruptura na reprodução/continuidade da segregação social no espaço urbano. In: REIS, R. R.; SALES, T. (Org.). *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

SUKI, L. *Competition and remittances in Latin América: lower prices and more efficient markets*. Columbia: Columbia University, 2007. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/competition/prosecutionandlawenforcement/38821426.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2015.



UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME – UNDP. *Human Development Reports 2013 - The Rise of the South: human progress in a diverse world*. New York: UNDP, 2013. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/2013-report>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

WORLD BANK. *Migration and remittances data*. 2014a. Disponível em: <<http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTDECPROSPECTS/0,,contentMDK:22759429~pagePK:64165401~piPK:64165026~theSitePK:476883,00.html>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

WORLD BANK. *Remittances to developing countries to stay robust this year, despite increased deportations of migrant workers, says WB*. 2014b. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/news/press-release/2014/04/11/remittances-developing-countries-deportations-migrant-workers-wb>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

Recebido: 26 jan., 2016
Aceito: 14 mar., 2016

Cadeias Dominadas: figurações e simetrias entre Fundação Casa e ambiente prisional

Dominated Prisons: figurations and simetries between the Fundação Casa and the prisional context

MALLART, F. *Cadeias Dominadas*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2014. (Coleção Antropologia Hoje).

Evandro Cruz Silva^a

A contribuição de Fábio Mallart e sua obra “Cadeias Dominadas: A Fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos” para o debate acadêmico sobre violência urbana e a gestão de populações periféricas é notável. Com uma narrativa atraente e sem deixar escapar o apuro analítico, o autor consegue passar para o texto a miríade de sentimentos, impressões e relatos recolhidos durante seus cinco anos de trabalho de campo como professor de fotografia¹, criando uma imagem dinâmica das diferentes figurações produzidas pela história dos dispositivos de punição a “adolescentes em conflito com a lei”² no estado de São Paulo.

No prefácio do livro escrito por Vera Telles destaca-se na obra do autor a produção de uma narrativa do “[...] jogo das relações de poder entre atores que circulam nesses espaços institucionais [...]” (TELLES apud MALLART, 2014, p. 8). É sob a égide do dinamismo do “jogo” que subordina posições relacionais a regras situacionais e transitórias que Mallart conduz sua análise com a inspiração metodológica de base fundamental na obra do sociólogo Norbert Elias, o controle metodológico da pesquisa se expressa de maneira mais visível no primeiro capítulo para depois percorrer de maneira mais sutil nos capítulos restantes.

Se a utilização de trajetórias individuais ajuda o autor a colocar ordem nas “fotografias” que se embaralham na contínua experiência de campo e tornam possível a descrição de um movimento institucional na história, a análise crítica deste movimento tem como forte base as reflexões sobre a noção de poder presentes na obra de Elias (1994, 2000). Para o autor clássico sociologia alemã, o poder opera como um jogo relacional de posições entre atores interdependentes que produzem figurações representativas de sua posição no contexto atual de sua relação.

Com esta base teórica Mallart analisa como fora possível e quais são os efeitos dos diferentes equilíbrios e desequilíbrios dos jogos de poder presentes nas unidades da Fundação CASA as quais visitou e quais figurações são produzidas a partir destes diferentes jogos.

¹ O autor especifica na introdução (MALLART, 2014, p. 10) que os períodos de incursão foram realizados entre os anos de 2004 e 2009 e que suas primeiras visitas tiveram como objetivo a realização do projeto de conclusão de curso em Comunicação Social (Jornalismo), a partir de 2005 o autor relata que começou a ingressar nas unidades da Fundação como professor contratado, condição que manteve até 2009

² A utilização das aspas nesta expressão aponta para a reflexão de Feltran (2011b, p. 259-267) sobre o seu duplo significado, ora declarando a necessidade de cuidado para com um sujeito que não se ajusta a lei, ora declarando a necessidade de repressão do sujeito que degrada a lei.

^a Mestrando em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, membro pesquisador da Namargem – Núcleo de Pesquisas Urbanas e do Centro de Estudos da Metrópole, São Carlos, SP, Brasil. Contato: evandro.nash@gmail.com

Em seu segundo capítulo, Mallart inicia a descrição etnográfica ao contar a história de Lucas, personagem que tivera sua história marcada pelo trânsito entre instituições desde 1973 como “menor abandonado” até sua situação atual de ex-interno que ministra oficinas de teatro para adolescentes da Fundação Casa. Enquanto o deslocamento institucional é descrito por Mallart através de uma revisão do histórico de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente e a prática implícita de separar os adolescentes entre “abandonados e perigosos”, os depoimentos de Lucas atestam o caráter decisivo da chegada dos “ladrões” durante sua estadia na Unidade 4 em Batatais, no interior de SP.

Se outrora os castigos físicos dos funcionários e a violência entre os adolescentes internos era comum no ambiente das *cadeias*, a chegada de atores com experiência na “mundo do crime”³ marcou para Lucas o aumento de poder dos internos na relação com os funcionários e o início da produção de uma “justiça entre os ladrões”

A chegada dos *ladrões* junta-se a outras experiências e leituras do autor tornando possível a afirmação de uma simetria das condutas dos adolescentes internos e dos adultos ocupantes de presídios comuns, condutas estas que seriam orientadas pelas prescrições morais do Primeiro Comando da Capital (PCC) denominada *disciplina*. Interdições ao estupro entre internos, roubos, ficar sem camisa ou se masturbar em dias de visita, todas práticas conhecidas em outras descrições sobre os membros do PCC em presídios (BIONDI, 2010) assim com posições de comando como *faxinas* e *pilotos* fazem parte do cotidiano descrito por Mallart em *Cadeias Dominadas*.

A simetria por parte dos adolescentes vem acompanhada de um movimento semelhante descrito pelo autor no que se refere à administração e funcionamento dos ambientes de internação, a nomeação de diretores com carreiras vinculadas a instituições militares, a arquitetura das Fundações Casa semelhante a presídios, regimes de aprisionamentos extensos e a formação do “Choquinho” tropa de choque da Polícia Militar específica para conter rebeliões entre os adolescentes internos conduzem o leitor ao argumento central proposto por Mallart: a redução da maioria penal, assunto de grande debate público, já está sendo posto em prática de maneira paralela no cotidiano da Fundação Casa.

Concluindo o segundo capítulo, o autor volta aos argumentos de Elias para reafirmar sua intenção de descrever as instituições de gestão como um processo, o que garantiria tanto a fixidez das remanescências de algumas práticas no decorrer da história ao mesmo tempo que retrata com dinamismo as mudanças de estatutos nos jogos de poder entre gestores e geridos. Para tanto Mallart retoma dois conceitos do autor: configuração e figuração.

A configuração, segundo Elias (1970), é o estado de um jogo de poder em seu momento de observação e as figurações seriam as representações sociais provenientes dessa configuração específica. Figuração, por sua vez, são as categorias utilizadas pelos participantes dos jogos para representar suas posições atuais (ELIAS, 1970)

Na terceira parte de sua obra a figura de Pedro, capturado após um roubo mal sucedido à casa de um artista francês, aparece como personagem principal na análise das figurações provenientes do jogo de poder entre funcionários da instituição e internos em sintonia moral com o PCC. Em sua primeira experiência prisional na Unidade de Atendimento Inicial (UAI) na Zona Leste da capital paulista o que se apresenta é o exemplo de uma *cadeia na mão dos funça* com domínio predominante dos funcionários produzindo uma postura de submissão por parte dos internos que se expressavam nos corpos dos adolescentes e suas mãos para trás, cabeças baixas, a repetição de frases como “licença senhor, licença senhora”. Passado o período de atendimento inicial, acompanhamos a passagem de Pedro pela Unidade de Internação-1, nas

³ Por “mundo do crime” remeto-me as reflexões de Feltran (2011a, p. 315-338) que considera o crime como um marco discursivo que orienta o cotidiano de praticantes de atos criminais e seus arredores nas periferias paulistas ao mesmo tempo que cria publicamente a figuração dicotômica entre trabalhadores e bandidos.



redondezas do Brás. “A UI-1 se caracterizava como uma *cadeia dominada* e nela podemos ver a formação da trajetória de Pedro no ambiente prisional até ocupar o posto de *piloto*, o qual carrega a liderança e a representação da *população* de uma determinada unidade.

Recorrendo mais uma vez a Elias, o autor descreve a relação entre funcionários e internos tendo como laço principal a tensão, pois, apesar do domínio da cadeia por parte dos internos “facilitar” o trabalho dos funcionários, este domínio era sempre visto com ressalvas já que ele representava uma confirmação evidente do poder de organização e imposição destes no ambiente institucional. O laço pela tensão também se faz presente na relação entre os internos, segundo Mallart, a subida nos postos hierárquicos do Comando como a desempenhada por Pedro ao mesmo tempo em que confere poderes ao sujeito, o coloca cada vez mais em exposição a problemas como a responsabilização por atos falhos de membros da população e a obrigatoriedade de se tornar um exemplo perante os membros da população, tendo sua caminhada cada vez mais observada e julgada.

Com a saída de Pedro da *cadeia*, a narrativa volta-se a Túlio, trajetória de vida que nos conduzirá até as outras duas figurações que se destacam no livro: as cadeias *meio a meio* e as cadeias *na mão dos funça*. Diferente de Pedro, que fora preso de forma prematura após um assalto mal sucedido, a carreira de Túlio no mundo do crime é recheada de credenciais de prestígio antes da vida dentro dos muros das *cadeias*. Preso após 16 assaltos, o garoto chega a Unidade de Internação 29 do interior de São Paulo em meados de Maio de 2006, período em que uma série de ataques vindos do PCC e da Polícia Militar de São Paulo produzem centenas de homicídios no estado de São Paulo.

Uma das resoluções para o fim deste ataque é o hasteamento da “bandeira branca” entre os membros sintonizados com os preceitos do Comando, sendo vetada as ações violentas tanto dentro quanto fora dos presídios. O veto dessas ações acontece em sincronia com a transferência de Túlio para a UI-25, em Franco da Rocha e o surgimento de uma nova figuração que se produz através do acirramento de tensões entre os funcionários que tentam retomar o poder de controle da *cadeia* e os adolescentes internos que perdem uma parte considerável de mobilização após a “bandeira branca”.

É desta mudança nas configurações de poder que surgem as *cadeias na mão do funça* e as *cadeias meio-a-meio*, porém, o desequilíbrio de poder que produzem as *cadeias nas mãos dos funça* gera reações por parte dos internos, a reorganização das lideranças na *população* e a denúncia dos abusos praticados pelos funcionários das unidades volta a equilibrar as forças no ambiente prisional. Ao final do capítulo, Mallart nos apresenta um contexto em que o poder se equilibra através de uma relação tensa entre funcionários e internos, é assim que surge a figuração das *cadeias meio a meio*.

Em suas considerações finais, o autor utiliza-se de uma reflexão sobre o *salve geral*⁴ meio de comunicação que entrega notícias, orientações e informes que concernem a todos que *correm com o Partido*⁵, os *salves* podem servir para organizar rifas, ordenar rebeliões ou simplesmente reiterar as motivações morais do Comando. Estes *salves* correm por penitenciárias adultas, pelas ruas por onde passam aqueles que *correm junto* e também pelas Unidades de Internação da Fundação Casa e explodem as fronteiras que imaginamos haver entre prisão e rua no cotidiano paulista.

Se os *salves* servem como ferramenta analítica para descrever um mundo poroso entre rua e cadeia, a etnografia de Fabio Mallart nos aparece como um *salve* de tom perturbador, ao fim da leitura de sua narrativa se faz necessário um esforço de memória para lembrar que

⁴ *Salve geral* ou só *salve* é uma categoria de campo que representa os avisos, ordens, ideias, notícias e mensagens que são espalhadas por aqueles que *correm com o Partido*.

⁵ *Correr com o Partido* é uma categoria de campo utilizada para representar aqueles que se consideram ou são considerados em sintonia moral com as ideias do Primeiro Comando da Capital.



os atores principais da descrição que se passa não são “bandidos adultos”. Independente das relações de causa e efeito, o cotidiano dos ambientes institucionais e dos adolescentes internos dentro das paredes da Fundação Casa que o autor nos apresenta difere em muito pouco com o cotidiano visto na produção que trata sobre as cadeias para adultos e aponta para uma redução maioridade penal institucionalizada de forma paralegal no estado de São Paulo.

Referências

BIONDI, K. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. 1. ed. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010. v. 1. 245 p.

ELIAS, N. *Introdução a sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1970.

ELIAS, N. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, N.; SCOOTSON, J. L. *Estabelecidos e Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FELTRAN, G. Notas finais: política, gestão e violência nas fronteiras urbanas. In: FELTRAN, G. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011a. p. 315-338.

FELTRAN, G. Adolescentes em conflito com a lei. *r@u: Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, São Carlos, v. 3, n. 1, p. 259-267, jan./jun. 2011b. Disponível em: <<http://www.rau.ufscar.br/index.php/2015/05/27/volume-3-numero-1-2011-dossie-jovens-em-conflito-com-a-lei/>>. Acesso em: 3 set. 2015.

Recebido : 03 set., 2015
Aprovado: 22 dez., 2015